

ISSN 2179-1369



Revista , Todavía

v. 7, n. 2, ed. 8, Julho de 2021

Capa por Cristiane Miglioranza

Todavia

Revista semestral do Programa de Educação Tutorial - Ciências Sociais da UFRGS, destinada a incentivar a produção científica de graduandos de Ciências Sociais e Humanidades.

Volume Sete - número 2 - Oitava edição - julho/2021.

PET - Ciências Sociais UFRGS

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Reitor:

Carlos André Bulhões

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Diretor:

Hélio Ricardo do Couto Alves

Programa de Educação Tutorial - Ciências Sociais

Tutora:

Luciana Garcia de Mello

EDITORA

Luciana Garcia de Mello

COMISSÃO EDITORIAL

Carolina Diniz Schumann (PET Ciências Sociais – UFRGS)

Esther Kruger Silveira (PET Ciências Sociais – UFRGS)

Jeferson Leal de Fraga (PET Ciências Sociais – UFRGS)

Júlia Ferreira Correa (PET Ciências Sociais - UFRGS)

Maria Fernanda Formigoni da Silva Fontoura (PET Ciências Sociais – UFRGS)

Milena Weber Rodrigues (PET Ciências Sociais - UFRGS)

Natália Maluf da Rosa (PET Ciências Sociais - UFRGS)

Pietro Bueno Longoni (PET Ciências Sociais – UFRGS)

Rafaela Almerindo Rodrigues (PET Ciências Sociais – UFRGS)

Renata Tomazi Michelotti (PET Ciências Sociais – UFRGS)

Tifani Isabele de Fraga Medeiros (PET Ciências Sociais - UFRGS)

Luciana Garcia de Mello (Sociologia - UFRGS)

Gabriel de Ávila Othello (Letras – UFRGS)

CONSELHO EDITORIAL

Andréa Borges Leão (UFCE)

Antonella Tassinari (UFSC)

Francini Venâncio de Oliveira (IESP-UERJ)

Frederic Vandenberghe (IESP-UERJ)

José Benevides (UFMA)

Ricardo Mariano (USP)

Tatiana Savoia Landini (UNIFESP)

Jean Segata (UFRGS)

Gizele Zanotto (UPF)

Djiovan Vinícius Carvalho (UPF)

EQUIPE TÉCNICA

Bolsistas vigentes do grupo PET Letras (UFRGS)
Cristiane Miglioranza (Ciências Sociais - UFRGS)
Milena Weber Rodrigues (PET Ciências Sociais - UFRGS)

Expediente:

Programa de Educação Tutorial – PET Ciências Sociais Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Endereço: Av. Bento Gonçalves 9500, Campus do Vale, Agronomia CEP 91509-900. Porto Alegre/RS. Prédio C2, sala 205
Telefone: 51 3308-6630
Correio eletrônico: revistatodaviaufrgs@gmail.com

Capa: Cristiane Miglioranza

Contracapa: Vitória Giovana Duarte

Artes do miolo: Andressa Alves de Quadros, Vitória Giovana Duarte, Guilherme Geremias da Conceição, Alanys M., Maisa Oliveira Zangiacomi Martinez, Raquel Santos Franckin, Marina Puzzilli Comin

Catálogo: Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades

Bibliotecária responsável: Tatiane Soares Jesus CRB 10/1871

Todavia/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Educação Tutorial - Ciências Sociais – Ano 4, n.6 e 7 (2015). Porto Alegre: UFRGS, IFCH, PET - Ciências Sociais, 2015. ISSN 2179-1368 (on-line)
Semestral

Publicação eletrônica disponível em: <https://seer.ufrgs.br/revistatodavia>

1. Ciências Sociais 2. Antropologia 3. Ciência Política.

Base de Dados:

Academia.edu - <https://ufrgs.academia.edu/RevistaTodavia>

Portal LiVre - <http://www.cnen.gov.br/centro-de-informacoes-nucleares/livre>

Indexadores de Métricas:

Google Scholar - <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>

Siga o PET Ciências Sociais - UFRGS nas redes sociais e acompanhe as atualizações da Todavia:

Instagram: <https://instagram.com/petsociaisufrgs?igshid=wqz7txkwqwg4>

Facebook: https://m.facebook.com/petsociaisufrgs/?locale2=pt_BR

Twitter: <https://twitter.com/petsufrgs?s=09>

Youtube: https://www.youtube.com/channel/UCZtlGJpgFk4kw4BzDm_IQ



This work is licensed under the Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License. To view a copy of this license, visit <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/> or send a letter to Creative Commons, PO Box 1866, Mountain View, CA 94042, USA.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
ENTREVISTA COM ALEXANDRO CARDOSO.....	10
“COMO ENFRENTAR O FOGO (OU UMA PANDEMIA) SEM ÁGUA?”: UMA ANÁLISE DOS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS NO MORRO SANTANA (POA/RS)	
Luís Gustavo Ruwer da Silva.....	25
DAS NARRATIVAS ANÔNIMAS ÀS NARRATIVAS DE SI: APONTAMENTOS PARA UM ESTUDO DA PRESENÇA DAS MULHERES NA MILITÂNCIA POLÍTICA	
Laura de Aguiar Miranda.....	44
EDUCADOR-POETA: EXPERIÊNCIAS LÚDICAS DO PIBID/SOCIOLOGIA DA UFRGS NA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PAROBÉ	
Arthur Witter Meurer	
Paula Mariani De Andrade.....	66
FÓRUM DE ALFABETIZAÇÃO, LEITURA E ESCRITA DE SÃO GONÇALO: PRÁTICAS ALFABETIZADORAS QUE ROMPEM BARREIRAS	
Jennifer Schulze da Silva	89
IMPRENSA E PERIFERIAS: AS VILAS EM UM PORTAL DE NOTÍCIAS GAÚCHO A PARTIR DA NOÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE BUTLER	
Vitor Martins Ferreira	109
A “MODERNA PEDAGOGIA” E AS RELAÇÕES ENTRE A CADEIA E AS SALAS DE AULA	
Cristiane Indiara Vernes Miglioranza	133
O DISCURSO MÉDICO ACERCA DA NINFOPLASTIA: UMA ANÁLISE DE ARTIGOS PUBLICADOS NA REVISTA BRASILEIRA DE CIRURGIA PLÁSTICA (RBCP)	
Camila Silveira Cavaleiro	150
(RE)DEFININDO NORMAS ALIMENTARES: UMA ANÁLISE DA CONTROVÉRSIA SOBRE A NOVA ROTULAGEM FRONTAL BRASILEIRA	
Vitória Giovana Duarte	176
REFORMA SANITÁRIA E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: BALANÇO E PERSPECTIVAS PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NA SAÚDE EM FACE DO DESMONTE DO SUS	
Elisiane Wolf de Fraga	202

APRESENTAÇÃO

Bem-vindos e bem-vindas à esta leitura da nova publicação da *Todavia!* Estamos imensamente felizes em poder lançar a publicação de Volume Sete - número dois - oitava edição - Julho/2021.

Como sabemos, o texto de apresentação é uma boa oportunidade de informar e relembrar leitoras(es) e autoras(es) sobre o caminho dos últimos meses que levou até esse resultado final. Infelizmente, o conjunto de trabalhos presente foi publicado com meses de atraso. Apesar de não termos conseguido cumprir à risca a periodicidade, aconteceram outras coisas muito relevantes na existência do nosso periódico científico, além do contexto pandêmico que, evidentemente, fez necessária a compreensão, luto e luta pelas vidas afetadas. Mas a nossa revista querida, apesar de mais devagar, não parou seu trabalho, mesmo com as adversidades do contexto e atrasos no pagamento das bolsas PET - programa subordinado e fomentado pela Secretaria de Ensino Superior (SESu) do Ministério da Educação (MEC) do Governo Federal.

Nesse resultado final, saudamos o trabalho da Comissão Editorial e da Equipe Técnica, principalmente os e as colegas do PET Letras da UFRGS, que revisaram minuciosamente os trabalhos, e que, inclusive, estão lançando um periódico também de graduação organizado pelo próprio grupo, a revista *Letrar*. Comemoramos o nascimento da *Letrar* e, com ela, a divulgação de mais trabalhos de qualidade desenvolvidos na graduação junto com a expansão das revistas discentes!

Outro acontecimento que comemoramos foi a presença da *Todavia!* no IV Fórum Revistas Digitais de Discentes de Sociologia e Ciências Sociais, organizado pela Revista *Ensaio* no XX Congresso Brasileiro de Sociologia. Nesse Fórum, nós pudemos apresentar a nossa revista e também conhecer outras do Brasil. Após o evento, tivemos a chance de continuar o contato entre periódicos e hoje formamos a Rede Nacional de Revistas Discentes das Ciências Sociais - composta por nós, *Ensaio* (UFF), *Planície Científica* (UFF), *Revice* (UFMG), *Áskesis* (UFSCar), *Temáticas* (Unicamp), *Sociologias Plurais* (UFPR), *COSMOS* (UFS), *Wamon* (UFAM) e *Ziz* (UFF).

Este volume também marca o final da era dos editais, forma pela qual recebíamos os trabalhos. A partir de agora, a *Todavia!* apenas recebe trabalhos científicos e artísticos por Fluxo Contínuo através da plataforma SEER, onde estão disponíveis todas as orientações para submissão. Tal mudança visa se adaptar às boas práticas editoriais contemporâneas e também facilitar o trabalho de autoras(es) e editoras(es).

Sobre a nossa contracapa: arte de Vitória Giovana Duarte, do tipo colagem. Sobre a nossa capa: arte de Cristiane Miglioranza, do tipo colagem. Segundo a autora, “a colagem foi realizada em novembro de 2019 para um projeto da disciplina de Teorias Antropológicas Contemporâneas, do curso de Ciências Sociais da UFRGS. Trata-se de uma representação sobre as imbricações entre o fazer da ciência e a questão animal. A colagem anexa surgiu como uma forma de moulage, processo em que uma peça, na confecção de vestuário, é montada parte por parte em um forro colocado sobre o corpo de um manequim de proporções reais, cuja função é proporcionar à modelista uma noção mais harmônica de curvas e formatos, servindo como uma tela de testes. A tela de testes

que apresento aqui foi montada a partir da reflexão sobre retalhos teóricos coletados entre pensadores das neurociências, da filosofia, dos estudos sociais da ciência e da tecnologia, da antropologia e da sociologia."

Nesta publicação lançamos o artigo "Como enfrentar o fogo (ou uma pandemia) sem água?": Uma análise dos problemas socioambientais no Morro Santana (POA/RS), Luís Gustavo Ruwer da Silva busca entender os diversos impactos causados pela crise ambiental nas periferias brasileiras. Para tal, o mesmo trata da realidade periférica do Morro Santana, comunidade localizada em Porto Alegre no Rio Grande do Sul. O mesmo busca verificar os problemas socioambientais da região e como os moradores enfrentam tais problemas.

Já no artigo "Educador/a-poeta: experiências lúdicas do PIBID/Sociologia da UFRGS na Escola Técnica Estadual Parobé", onde, de modo geral, trata de como o ensino pode e deve ser divertido. Com base em suas experiências enquanto bolsistas do PIBIC, os autores buscaram evidenciar a relevância do jogo e do lúdico enquanto opção didático-pedagógica nas turmas de 1º e 3º ano do Ensino Médio Regular.

Em "A 'Moderna pedagogia' e as relações entre a cadeia e as salas de aula", a autora fala sobre o conceito de "Moderna pedagogia", implantada pelos governos positivistas no Rio Grande do Sul durante a Primeira República, e sua relação com a Casa de Correção de Porto Alegre. Trata-se da análise de um paradoxo de uma época onde os materiais didáticos ditos "modernizados" eram feitos através da mão-de-obra dos detidos de um estabelecimento penal.

Em "Reforma sanitária e projeto ético-político do serviço social - Balanço e perspectivas para o exercício profissional de assistentes sociais na saúde em face do desmonte do SUS", a autora apresenta os principais pontos da discussão referente aos projetos de reforma sanitária e ético-político profissional do Serviço Social, realizando um balanço histórico das lutas realizadas no campo da saúde e dos direitos da classe trabalhadora. O objetivo geral é traçar algumas perspectivas possíveis para o exercício profissional de assistentes sociais que estão inseridos nesse campo, principalmente levando em consideração o contexto analisado de desmonte do SUS.

No artigo (Re)Definindo Normas Alimentares, Vitória Giovana Duarte analisa as controvérsias relacionadas às normas de rotulagem alimentar no Brasil entre 2014 e 2019. A autora utiliza como aporte teórico os Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia e da Sociologia da Alimentação e procura responder quais atores participam da controvérsia, quais os seus posicionamentos e seus pontos de discordância. A pesquisa permite identificar os objetos de disputa dos atores, bem como suas motivações e argumentos.

No artigo "Fórum de Alfabetização, Leitura e Escrita de São Gonçalo: práticas alfabetizadoras que rompem barreiras", que foi inspirado no recorte da monografia final da autora, busca compartilhar as experiências que foram adquiridas no referido Fórum (FALE/SG) - um projeto de extensão construído na UERJ, criado com o objetivo de garantir espaços de socialização, discussão e reflexão sobre práticas alfabetizadoras no cotidiano escolar. A autora apresenta algumas contribuições do FALE/SG em diversos

campos temáticos, na busca de um projeto de alfabetização que rompa com métodos puramente tradicionais na tentativa de propor uma educação humanizadora.

Já a publicação de Vitor Martins Ferreira se trata do artigo “Imprensa e periferias: As vilas em um portal de notícias gaúcho a partir da noção do enquadramento de Butler”, visa compreender como a imprensa através da produção de imagem determina a realidade das periferias, partindo da teoria de Butler. O autor realizou uma coleta de dados de matérias sobre periferias e vilas entre 2018 e 2020.

No artigo “O discurso médico acerca da ninfoplastia: Uma análise de artigos publicados na revista brasileira de cirurgia plástica (RBCP)”, a autora Camila Silveira Cavaleiro investiga como a intervenção cirúrgica atua na produção das subjetividades. A autora se debruça sobre a temática da ninfoplastia focando nos dados de dez artigos publicados pela Revista Brasileira de Cirurgia Plástica (RBCP) entre os anos de 1997 e 2018. A análise se articula com a fala de três interlocutoras, e são analisados os argumentos médicos na defesa da ninfoplastia e qual o argumento científico é utilizado.

Finalizando, no artigo “Das narrativas anônimas às narrativas de si: apontamentos para um estudo da presença das mulheres na militância política”, a autora pretende apresentar os resultados parciais de sua pesquisa sobre a presença das mulheres na militância política no período da ditadura civil-militar, utilizando o olhar dessas mulheres para construir uma narrativa própria.

Para concluir o volume, temos o imenso prazer de transcrever a entrevista com Alexandro Cardoso, aluno do curso de graduação em Ciências Sociais da UFRGS, ex-catador de materiais recicláveis e autor do recém lançado livro “Do Lixo a Bixo: a cultura dos estudos e o tripé de sustentação da vida”. A entrevista aconteceu antes do lançamento do livro de Alex e nela ele fala da vida profissional e pessoal que, convenhamos, quando somos cativadas(os) para as Ciências Humanas e Sociais, são quase inseparáveis e influenciam uma à outra.

Boa leitura!

Grupo PET Ciências Sociais – UFRGS

Julho de 2021

ENTREVISTA¹

Milena: Primeiro, eu queria agradecer muito pelo Alex ter aceitado o convite, isso é muito importante para nós, por conta do projeto que a gente está tentando construir a partir da divulgação desses trabalhos que os colegas vêm fazendo e o trabalho do Alex, essa militância que ele desenvolve também é uma coisa muito importante. E a gente acha que é muito importante divulgarmos esse trabalho pelo menos entre os outros grupos PET e as pessoas que nos ouvem.

Natália: Bom, Alex, eu acho que você pode começar se apresentando. A gente não pensou em uma apresentação para ti porque a gente acha importante também a pessoa falar de si mesma e aí depois disso a gente pode passar para nossa conversa, o que que você acha?

Alex: Pode ser. Então, bom, agradecer o convite da equipe, especialmente para a professora Luciana, uma queridona, uma linda. Eu estou bem contente de estar junto com vocês aí desenvolvendo esse trabalho. E acho que é super importante também a gente estar fazendo esses contatos até para gente poder universalizar as lutas, não é? E também o conhecimento que elas vão gerando. Todo povo que luta, luta por uma causa que é para espalhar, para que todo mundo saiba. Em geral, tem sempre um problema, então é importante que a gente possa divulgar isso. Eu sou Alex Cardoso, faço parte do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, sou da Cooperativa ASCAT, que é a Cooperativa dos Catadores da Cavallhada, na Zona Sul de Porto Alegre. Uma cooperativa organizada desde o ano de 1996. E a nossa cooperativa é oriunda da organização dos catadores e catadoras de rua. Quando a gente ainda morava na beira do Rio Guaíba, que era uma “vilinha” chamada de Vila Cai Cai, uma vila de barraco de madeira, que ficava ali na beira do Rio do Guaíba, atrás do estádio Beira-Rio. Enfim, acho que é isso a apresentação.

Natália: Bacana, Alex. Então eu vou passar para as perguntas que a gente fez e também no decorrer se tu quiser ir trazendo outras coisas, fica à vontade. Então a primeira: recentemente você fez uma publicação no seu Instagram, na qual você diz que “chamar os catadores de recicladores é o mesmo que chamar bancário de banqueiro, sem-terra de latifundiário, ou ainda, trabalhadores de patrão”. Você pode nos explicar um pouco mais qual é a diferença entre catadores e recicladores? E por que você vê a importância de destacar essa diferença?

Alex: Bom, primeiro é que existe uma força, uma categoria que é invisível, que faz um trabalho extremamente importante. Todo mundo discute a reciclagem como uma

¹ Entrevista concedida por Alex Cardoso ao grupo PET Ciências Sociais da UFRGS no dia 09 de maio de 2020, gravada pela plataforma Mconf da Universidade, com o intuito de ser veiculada no nosso canal de podcast Pandora. O Pandora está disponível nas plataformas Youtube, Soundcloud e Spotify. Alex é catador de materiais recicláveis e graduando do mesmo curso do grupo PET. A entrevista foi feita antes do lançamento do seu primeiro livro, “Do lixo a Bixo”.

coisa boa, sempre associando a reciclagem com algo positivo, belo e bonito e quem faz a reciclagem é altamente invisibilizado, perseguido, criminalizado. E a reciclagem, a maior parte dela, do trabalho, da força, acontece na mão das pessoas que usam o seu corpo como força motriz. O trabalho da reciclagem é um trabalho penoso, um trabalho muito pesado e um trabalho extremamente difícil de fazer. Precisa inclusive de uma certa técnica para poder realizá-lo. Um conhecimento para poder realizar o serviço. E 90% do trabalho é feito pelas catadoras e pelos catadores e 10% do trabalho é feito pela indústria, que vai utilizar equipamento e tecnologia para fazer o trabalho - então não se utiliza força física na indústria. Se faz grandes quantidades empregando poucas pessoas e toda a parte da riqueza fica concentrada na indústria: 89% de toda riqueza gerada da reciclagem fica na indústria e a indústria é a recicladora. A indústria é quem explora o trabalho, tem um papel fundamental nessa lógica do que é visível e invisível, justamente porque não muda esse sistema, para que a indústria consiga seguir dominando, explorando, enfim, e mantendo a imagem de que a reciclagem é uma coisa boa e os catadores invisíveis, na prática fica então com a parte da visibilidade.

Tem uma discussão na sociedade que é a questão da ordem do discurso, do que é dito, da palavra em si, sempre se renega aquilo que a sociedade classifica como uma coisa feia. E as coisas feias são uma construção. Tem gente que constrói isso e geralmente ganha. Então tem uma construção sobre a palavra catador como uma coisa feia, não é? E reciclador como uma palavra bonita, então justamente tem esse duelo das palavras. E a gente lá em 2001 quando organizamos o Movimento Nacional dos Catadores, em um congresso que a gente organizou em Brasília, com a presença de 1.700 catadores, do Brasil inteiro, em um tempo em que ninguém acreditava que a gente conseguiria mobilizar, nós ocupamos aquela capital. Primeiro, a gente debateu internamente a questão da criação de uma identidade, um nome, enfim, que a gente pudesse unificar a categoria. Pensamos em um símbolo, em uma marca, que pudessem nos identificar. E a gente tinha vários nomes, no Nordeste principalmente tinham vários nomes para a profissão. Aqui em Porto Alegre, por exemplo, a gente era chamado por dois nomes, que eram os papeleiros e os recicladores, a gente optou por ser chamado de catador de materiais recicláveis por entender esse processo do que seria um reciclador e o catador como uma parte que faz a maior parte do trabalho, mas que não é altamente industrializado. E aí a gente fez uma força no Congresso e conseguimos como primeira bandeira o reconhecimento da profissão. A Classificação Brasileira de Ocupações reconhece o catador de materiais recicláveis como profissão e a partir daí tem essa luta para gente conseguir essa distinção. A palavra e o significado dela.

Mas o tempo passa e mesmo nos processos que a gente vai organizando, as pessoas que estão mais próximas conseguem compreender, mas as pessoas que estão mais longe não conseguem perceber isso. No ímpeto de querer apoiar e ajudar, acabam nos confundindo muito e aí surgiu essa ideia de fazer essa distinção com uma coisa que é muito clara para todo mundo porque se vincula a outras lutas. Todo mundo já consegue diferenciar o que é o patrão, o que é o trabalhador; o que é o bancário, o que é o banqueiro; o que é o sem-terra e o que é o latifundiário. Então para trazer essas palavras, para poder fazer essa distinção. O catador de materiais recicláveis é o trabalhador explorado, invisibilizado, que faz a maior parte do trabalho e que depois não tem o seu

reconhecimento. Quase todo reconhecimento fica em cima do reciclador, que é quem faz 10% do trabalho e fica com toda riqueza. É mais ou menos isso.

Milena: Sim, bem interessante essa distinção e pensar nesse tempo que vocês enquanto grupo de catadores trabalhou para conquistar essa distinção a nível nacional, para tentar segurar isso. Em um artigo de opinião, que você escreveu para o Jornal do Comércio mês passado falando sobre esse processo da cultura social da reciclagem, da geração de uma captação digna de renda, para proteção do meio ambiente. Tu podes nos falar um pouco mais sobre o que é a cultura da reciclagem, e qual o papel dos catadores nela?

Alex: Então, assim como qualquer outra coisa nessa sociedade de disputa, sociedade de tecnologia, sociedade da exclusão, sociedade essencialmente da disputa, vai ter quem esteja no processo de querer concentrar as riquezas geradas, no sistema capitalista tudo é balizado na lógica da disputa. Uma das bases do sistema é justamente essa, e não só disputa pela disputa, mas a disputa pela concentração e a concentração daquilo que é considerado positivo - a riqueza, o status, a fama, o reconhecimento. Na questão da reciclagem, como eu falei um pouco antes pra vocês, têm essa disputa e tem gente que ganha e lucra muito. A reciclagem ela está vinculada aos grandes processos da humanidade: toda a ação humana vai gerar resíduos, tudo que a gente está fazendo gera resíduo, e esse resíduo ele é também uma riqueza porque ele pode ser reaproveitado, as empresas e as indústrias, as bases organizadas no sistema capitalista elas vão utilizar cada vez mais de tecnologias para empregar menos mão de obra, o que naturalmente é o processo da exclusão em si, para concentrar cada vez mais riqueza, e elas precisam disso inclusive porque como tem a questão da concorrência, se uma empresa base no capitalismo tenta ser mais justa ela vai ficar pra trás e não vai conseguir avançar porque a lógica da concorrência faz com que uma corra cada vez mais na frente da outra.

É uma coisa desumana - o sistema capitalista é um processo desumano - e as empresas vão entregar cada vez mais tecnologia pra poder ter cada vez mais rentabilidade, render, ter mais produção, ter mais quantidade, e a lógica é que as empresas em si elas não se conectem, pelo processo que elas têm de competição. Então a empresa que gera resíduo é uma, a que vai gerar, extrair a matéria prima, transformar em produto e comercializar esses produtos. A que vai comprar é outra empresa, e vai entre elas ter concorrência entre elas mesmas na base, quem vai comercializar, quem vai envasar, encher, dar vida útil ao produto, as pessoas que depois vão comprar que é outro sistema, outro setor, depois para outras empresas que são completamente distintas e diferentes daquele que estavam no início dessas cadeias, que são as que vão disputar coleta e a reciclagem e a transformação e ressignificação desses produtos.

Então a gente percebe que no mundo é criada cada vez mais novas tecnologias para o processo de reciclagem, então vai ter containers com sensores, os caminhões com alta tecnologia que vão ter apenas um operador - tem caminhões que o operador não fica dentro do caminhão, por exemplo. Para fazer o sistema de coleta, os caminhões são todos robotizados com sistema e engrenagens que a gente não conhece, que é muito caro, e bem concentrado, algumas pessoas só conseguem decodificar, compreender, operar a

máquina. Essa máquina é uma máquina que não gera sentimento nem direção humana, é um processo mecanizado então as pessoas que geram esse resíduo largam o resíduo de qualquer forma porque não tem essa ligação, não tem esse sentimento, não tem esse processo de saber pra onde, vai ter meramente pela questão da propaganda que as empresas vão fazer, os governos vão fazer, mas não tem algo que seja mais sensível pela questão da ação humana. A gente precisa muito ter isso, a gente pode mover uma montanha se a gente souber pra que ta fazendo aquilo ou a gente simplesmente não vê quando não tem isso, a gente vai prestar atenção em outras coisas que tem e isso a gente vai deixar invisível. E a gente percebe que há altos investimentos para fazer a parte de gerenciamento de resíduos, as empresas cada vez mais vão colocando tecnologia para ter mais resíduos, porque na lógica da empresa privada quanto mais resíduo tiver: melhor; quanto mais misturado esse resíduo estiver: melhor - porque ela não visa a reciclagem desta empresa de coleta, ela visa a coleta. Tem uma lógica na sociedade de olhar para a cidade a partir de uma ótica daquilo que é limpo e organizado, não significa que é a forma melhor, as pessoas querem que o lixo saia da frente da sua casa e ponto final. E a empresa vai dar isso e vai cobrar muito caro, e as pessoas por não ter ligação elas não vão separar, não vão colocar no dia adequado, não vai ter uma organização, vai ser de qualquer forma e a gente percebe que os índices de reciclagem de reaproveitamento, de participação das pessoas, a própria separação ou não misturar o resíduo na casa das pessoas quando há esse sistema isso acaba sendo afetado, as pessoas não tem participação, elas colocam tudo misturado e jogam pra dentro do container ou jogam por lugar onde vai ser o sistema de coleta e a empresa vem coletar e leva tudo embora às vezes a pessoa não vê nem o caminhão vindo e joga tudo isso fora.

Em contrapartida, nós temos o que estamos chamando de Cultura Social da Reciclagem, que é o processo que gera ligação humana, que gera o processo de ligação mediado por esse resíduo. A pessoa separa o resíduo, ela sabe pra quem vai entregar, ela sabe que aquele resíduo vai gerar renda, vai gerar trabalho, gera inclusão gera uma coisa positiva. Aí ela vai perguntar pro catador “Eu preciso lavar? O que eu preciso fazer? Qual é o material que tu leva? Que dia tu vem?”. Gera assim outros processos, ela fala “Olha eu tenho aqui um café, tu pode tomar um café aqui com a gente”, já começa a gerar outras coisas, que é aquilo que nos leva às questões principais do ser humano, isso gera felicidade, a questão mais sensorial, mais de ligação, é um processo bem mais íntimo, que amarra as pessoas, e faz com que as pessoas cumpram uma parte que é de não deixar o impacto ambiental negativo e consigam contribuir com a questão ecológica e também para questão social e econômica, porque na verdade as catadoras e catadores fazem esse trabalho. Existe uma luta e há inclusive uma lei pra questão de pagamento, reconhecimento, valorização e tal, mas tem essa disputa que as empresas acabam ganhando, mas nós fazemos esse trabalho que é a parte super importante, mesmo gratuitamente, porque a gente se receber, enfim, né, avança muito e as empresas perdem essa disputa, e, as empresas querem que a gente fique cada vez mais invisíveis.

Então a cultura social da reciclagem é esta ligação do gerador de resíduos, que acaba fazendo uma ação positiva e faz essa ligação com os catadores intermediada pelos materiais reciclados. E a cultura social da reciclagem consegue “com as mãos”, os catadores com carrinho, arrastando bag na rua, empurrando carrinho de supermercado

mesmo sem ter um sapato nos pés conseguem fazer a reciclagem muito melhor que qualquer outra tecnologia. Essa é a lógica da questão da ligação da intimidade do sentimento que é gerado é a explicação dada aí do porque a gente consegue mesmo sendo perseguido, criminalizado, sem tecnologia de aceleração do trabalho a gente consegue fazer muito mais que eles com contrato, com dinheiro, com tecnologia.

Natália: Obrigada Alex, muito interessante essa tua fala quando tu diz que a Cultura Social da Reciclagem é essa relação entre a pessoa e o catador mediada pelo resíduo. Acho muito interessante para a gente lembrar, que embora a gente não enxergue muitas vezes essas pessoas, elas possuem corpos, vidas e como tu disse, sentimentos, coisa que a gente acaba esquecendo quando vai fazer esse processo de descarte. Isso me lembra também de um coletor que vem fazendo um trabalho no YouTube nesse sentido de comunicação entre os coletores, explicando esse processo de descarte e ressaltando a importância de lembrar que existem pessoas por trás disso, que fazem a diferença nesse processo. Vou passar para próxima, que se refere a Lei Municipal de Proibição da Circulação de Veículos de Tração Humana, que no dia 11/09/2020 vencerá o prazo e dentre esses, estão os carinhos puxados ou empurrados pelos catadores e catadoras de materiais recicláveis. A gente queria saber como você vê o impacto dessa lei no trabalho dos catadores e também para sociedade no geral?

Alex: Primeiro, nesse processo do que é a lei. A lei tem essa questão muito mais higienista, criminalizante, ela é dotada de um auto preconceito em si, de não reconhecimento, não valorização do humano, do trabalho. Então tem um processo que é anterior à construção dessa lei, e é interessante poder olhar de quem faz a lei, até por que nessa sociedade de disputa, vai ter quem serve ao Capital e vai ter quem serve ao Social, daí a gente vai conseguir ter essa distinção das propostas e de como se comportam determinados políticos e seus partidos. Tem essa questão que é anterior, mas também é uma proposição própria do Capital, dessa lógica de olhar as coisas a partir do dinheiro, aquilo que é construído como belo ou como feio, como justo ou injusto. Tem essa questão, que eu acho que é balizadora dessa lei, por que essa lei desconsidera as pessoas, desumaniza as pessoas, é quase como esses sistemas que são altamente letais - sistemas políticos altamente letais - como nazismo, fascismo, enfim, esses processos em que se desumanizam as pessoas, que é preciso desumanizar as pessoas para aniquilar com elas. No nosso (caso), é oferecido esse perigo, que eu falei um pouco antes, na questão da disputa que tem sobre os resíduos, a riqueza gerada, o trabalho, enfim, ou até a questão sensível da sociedade, em que a gente consegue avançar muito. Então é preciso nos aniquilar e ter uma lei que tenha esses princípios.

A lei procriava antes um ponto central, que era sobre as carroças, e a proibição delas. Sobre isso tinham até algumas pessoas que se mobilizavam, em questão da defesa animal, no caso, do cavalo, pessoas que se olhasse, claramente eram pessoas de classe média, média alta, que não conseguem enxergar como ela chegou nessa situação de ser classe média, ou classe média alta, o que geralmente vêm de heranças, que são validadas a partir da exploração, do trabalho humano, escravo principalmente, e o próprio trabalho animal, que tem construções niveladas a partir da exploração de corpos tanto humanos como não humanos. E as pessoas hoje entram nessa lógica de proteção aos animais, mas

vivem fazendo suas “churrascadas” ou cuidam do seu pet, que é um cachorrinho que custa mais de 10 mil reais, que vem lá da europa, que é bonito, e ao mesmo tempo isso credencia a pessoa a fazer o debate sobre a questão da defesa aos animais do qual ela sequer conhece, ela não sabe a ligação que a pessoa, o carroceiro, tem com o cavalo e se vê no direito de cortar tudo isso, invisibiliza, para propor a questão da proibição da circulação das carroças.

Tinha também uma questão que envolvia o trânsito, de que as carroças trancam o trânsito, mas enfim, o trânsito tem e sempre teve aquela lógica de que vai chegar em um ponto de que ele não vai mais e nem volta mais - por que cresce o volume de veículos, a aceleração do tempo, das coisas, que a gente tem que trabalhar mesmo parado no carro, em qualquer lugar a gente tá em comunicação o tempo todo, então o transito em si não era um problema, mas se utilizou disso como pretexto para proibir as carroças, que foi uma luta que a gente acabou perdendo e, no fim, acordamos que o uso da carroça fosse então substituído por outras tecnologias, mas que o trabalho em si não fosse proibido. Então a parte da ferramenta de trabalho, a gente acabou perdendo, mas enfim, seguimos, bola pra frente.

E sobre a questão em que foi estendido o prazo para o uso dos carrinhos, eles não possuem um movimento contrário dizendo “os carrinhos fazem isso de ruim, aquilo de péssimo”, então eles são apenas uma extensão daquilo que já era considerado ruim, mas que antes tinha algumas bases para ancorar os seus discursos e que agora não tem mais. Então a questão da proibição vai impactar nesses processos do sistema público que está ancorado numa lógica privada do Capital, vai cada vez mais intermediar um processo, para que cada vez mais concentre nas suas mãos o poder, o status, a coisa boa e bela e, em compensação, vai aniquilar e excluir todos os outros que não estão dentro desses extremos - como, os catadores e catadoras. São os marginais, vivem às margens, ou seja, não vivem no centro do processo, e para isso é preciso impedir que cheguem ao centro para poder garantir esse processo da marginalização. Essa lei, tem esse cunho de marginalização, com o advento da criminalização, que é a questão de que, se o carrinho continuar, logo a força do Estado, que é o aparelho que mais tem função na nossa sociedade, principalmente para quem é reconhecido como excluído social, marginal, que estão nas periferias, nas ocupações, nos quilombos, nos morros, onde há esse determinismo geográfico mais latente, a força letal do estado, a polícia, que possui o “poder” da violência, vai criminalizar, bater, prender e os impactos gerados depois, vão ter explicações para sociedade, que vai continuar tocando sua vida como se nada disso acontecesse. Então, o que eu vejo que vai gerar essa criminalização, é por que os catadores vão dar um jeito de arrastar o material, nem que seja com as próprias mãos, com a ajuda da família; que está ancorada em um sistema de exclusão muito forte, em que o pai, a mãe, a vila inteira vivem disso, de serem catadores, e que vivem dessa economia social dos resíduos que possui toda uma lógica construída em torno disso.

Assim como o filho do catador que passa a infância toda manipulando os materiais e entendendo como funciona os processos e dinâmicas, tem uma intimidade muito grande e consegue enxergar como algo bom e limpo mesmo as pessoas falando o contrário - é como se vocês passassem em uma lixeira e vissem um saco cheio de dinheiro, é como a

felicidade que se gera quando se encontra um dinheiro no chão, ou quando tu vai pegar uma roupa e encontra dez reais, você valoriza aquele dinheiro. Para nós, os materiais reciclados são isso. Então esse é o processo que vai ocorrer, de criminalizar, afastar, mas mesmo assim a gente continua.

Milena: Muito obrigada, Alex pela resposta. Muito importante falar sobre os processos de desumanização dos catadores e o papel deles dentro da sociedade, muito importante que você fale sobre isso, acaba humanizando aquilo que o governo do Estado acaba apagando, desumanizando. A gente recentemente fez um evento do Leia com o Pet, em que a gente discutiu o livro Quarto de Despejo da Carolina Maria de Jesus, bom as experiências que ela relata enquanto catadora no final dos anos 50, início dos anos 60. Elas se relacionam muito com as coisas que tu traz nessa luta cotidiana para ser reconhecido, para ter seu trabalho reconhecido, e eu acho que talvez o fato de tu ser estudante tenha contribuído para isto, isso tem a ver com a próxima pergunta: O fato de tu ser estudante de Ciências Sociais na UFRGS - nosso colega das sociais. A pergunta é se tu vê, se tu enxerga e se tu enxerga qual a intersecção possível entre o teu trabalho e ativismo enquanto catador e o exercício de um cientista social?

Alex: Primeiro, para dar uma explicação, eu não me apresento enquanto estudante, eu me apresento enquanto catador; até porque tem essa lógica dos signos né, quando eu começar a dizer que sou estudante, vão me invisibilizar, né, nesse processo da catação e tal, porque um catador não é um estudante, quem dera um estudante de uma Universidade Federal, uma Universidade Federal tem que ser de outras pessoas, daquelas que tem o mérito, daquelas que tem o direito de estarem lá, e há pessoas que não tem esse direito mesmo com todo esse avanço. Mesmo com a questão das cotas e com os debates que a gente fez na virada do milênio e tal ainda há esse processo gritante dessa questão do que é direito ou não direito, parece que a gente invade, ocupa um espaço que não é nosso. E ainda tem outra questão que quando eu me apresento como estudante, automaticamente todas as outras coisas parece que "caem" e aí eu viro uma outra pessoa. Agora eu falo e, aí parece que eu falo... Não falo de uma realidade, não falo de uma coisa que é minha, não falo de uma coisa que é íntima minha, porque aí eu passo a ser "o estudante" o cara afastado, né, e aí vira "Ah, não ele sabe porque ele é o cara que tá nesse meio, não é mais o catador".

Tem uma lógica da questão de quererem tirar aquilo que tu é, porque precisam tirar, é uma questão de dizer, ver como é possível, então ele consegue e os outros também todos conseguem - logo a pobreza, as pessoas são pobres porque elas são burras, as pessoas são pobres porque querem, as pessoas são excluídas porque desejam. Elas curtem isso, né, tem aquela do que agora que essa primeira dama do Rio de Janeiro coloca lá, "as pessoas estão na rua porque elas querem, elas gostam de ficar na rua", então tem toda uma questão de construção e por isso que eu não vou me apresentar enquanto estudantes de Ciências Sociais. Ainda mais de uma Universidade Pública, o espaço que eu me apresento para isso é o quando é um espaço que é propriamente que é organizado para isso, um espaço que está dentro da Universidade, que eu vou estar sendo convidado inclusive por ser um cientista social, fora desse espaço que não é um espaço mais formal eu vou ser o catador, que é essa identidade que eu escolhi.

Essa identidade que, não sei se eu escolhi em si, mas que é a identidade que eu mais me identifico, que não é uma identidade passageira que é a do estudante de Ciências Sociais. Acho que consegui aqui dar essa questão do porque eu não me apresento. E aí tem essa lógica, a lógica das ciências sociais é que a gente consegue enxergar tudo né, na lógica da questão das Ciências Sociais, da questão das relações humanas, a questão das construções políticas, as instituições, a lei, enfim todos os processos de respeito do que é bom, do que é ruim. Aquilo que é construído então tem toda uma questão dentro do que é o cientista social e todo mundo é um cientista social né, é um cientista social que tá aprendendo né, cada vez mais aprendendo só que a diferença nossa é aquela que a gente vai conseguir olhar com mais ciência, vai olhar com processos, enfim, de uma forma mais organizada do que dentro do senso comum. A gente vai conseguir decodificar as relações, as ações, enfim, a partir da nossa bagagem científica, então vai ter essa diferença.

Então eu consigo enxergar melhor e conseguir traduzir de uma forma que as pessoas conseguem enxergar, então, essa lógica, por exemplo, da Cultura Social da Reciclagem, ela existe né há muito tempo, mas é agora que eu consegui traduzir isso, que eu consegui explicar, e explicando para academia, porque a gente tem essas lógicas das explicações as formas de falar, os códigos, para determinadas organizações sociais e essa é para a academia, por isso consegui traduzir, decodificar para que as pessoas possam compreender então eu vou tá o tempo todo né, interligado nesses processos da base, da origem, da questão da principal identidade como catador, como militante social, como construtor desse processo de reconhecimento, e da valorização da profissão dos catadores e catadoras, e toda essa luta pela defesa da natureza, pela mudança, enfim, pela mudança desse processo de exclusão social, pela mudança do sistema, enfim, capitalista.

E vou estar sempre levando, o cientista social, ele não é o primeiro, ele vem pra agregar a visão do catador, vem pra agregar e ampliar as lógicas das identificações daquilo que a gente já vive na prática, então eu colocaria o exercício do cientista social, no meu caso, veio pra decodificar ou codificar aquilo que já está ali, mas para ter novas explicações para novos grupos que vão ser os novos ouvintes.

Natália: Obrigada, Alex. Eu acho que a próxima pergunta tem total relação com a tua fala, e tu já chegou a comentar, então acho que a gente não precisa fazer, que seria, na verdade, como tu vê assim a importância de levar a realidade dos catadores e catadoras pra Academia e como isso reverbera nos catadores, mas como tu já comentou eu acho que não teria necessidade de fazer não. Eu queria aproveitar e agradecer, foi um prazer ter conversado contigo hoje e agradecer o teu aceite acima de tudo pra estar fazendo esse podcast com a gente, pro PET é muito importante a gente tá trazendo lideranças, ou não lideranças, mas pessoas dos movimentos sociais, principalmente que dividem a sala de aula com a gente, pra gente estar trazendo mais visibilidade, né, pras lutas nossas todas, né, e é isso assim, mais uma vez, agradeço. Aí eu não sei se a gente pode encerrar a gravação, não sei se a Milena quer falar mais alguma coisa, mas também queria colocar o PET à disposição, assim eu sei que ASCAT tá fazendo um processo de pedir doações, a gente pode disponibilizar as nossas redes sociais do PET Ciências Sociais para postar os cards né e também qualquer outra coisa assim, fica a vontade para nos mandar o que

tu precisar de divulgação a gente pode tá divulgando nas nossas plataformas e qualquer outra ajuda assim na luta a gente se coloca à disposição também.

Milena: Isso aí eu também gostaria de agradecer, Alex, pela presença, e reforçar o que a Natália falou a gente tá a disposição aí pra fazer o que a gente pode dentro do possível aí, enquanto grupo do PET organizado para divulgar o trabalho, a militância, a luta de vocês. Então é isso aí.

Alex: Beleza, gurias. Eu agradeço aí também, acho que é super importante que a gente consiga, enfim, se traduzir, se compreender, a gente vive né, quanto mais a gente consegue se expandir nessa vida, né, melhor. E acho que tem esse processo que é desse enfrentamento com a exclusão, com a marginalidade dos catadores, que a gente consegue aí dentro desses processos como a gente tá fazendo agora, diminuir, né. Então agradeço vocês aí, e fico aqui à disposição também pra gente ir construindo outras ações, outras relações. Valeu, gurias, brigadão aí, viu?

Milena: Obrigada.

Natália: Valeu.



Janelar

Colagem

Andressa Alves de Quadros

**“COMO ENFRENTAR O FOGO (OU UMA PANDEMIA) SEM ÁGUA?”:
UMA ANÁLISE DOS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS NO MORRO
SANTANA (POA/RS) ¹**

Luís Gustavo Ruwer da Silva²

Resumo: Esse artigo visa compreender os impactos da crise ambiental global e seus efeitos locais na realidade das periferias brasileiras. Assim, apresenta-se o caso do Morro Santana - comunidade localizada no município de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul - em razão da proximidade do autor como morador da região e militante. Objetiva-se, com essa exposição, verificar os problemas socioambientais que atingem a área e as maneiras encontradas pelo povo para enfrentar tais problemas.

Palavras-chave: Periferias; Ambiente; Precariedade; Resistência.

Introdução

O presente artigo pretende discutir a respeito da crise ambiental global e seus efeitos socioambientais na realidade de periferias brasileiras, assim como apresentar as formas que as populações que habitam esses territórios utilizam para contornar tais efeitos.

A definição do meu universo empírico condiz com minha própria trajetória de vida como morador, militante, extensionista e pesquisador. Em 2016, busquei me aproximar do movimento comunitário do Morro Santana (localizado na Zona Leste de

¹ Esse artigo é uma adaptação do Trabalho de Conclusão de Curso “‘NÃO TINHA ÁGUA PARA TOMAR, QUEM DIRÁ PARA CONTROLAR O FOGO’: conflitos socioambientais e a luta pela vida no Morro Santana, em Porto Alegre-RS”, apresentado ao Curso de Ciências Sociais, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 25 de maio de 2021. Em breve, estará disponível para acesso no repositório digital da UFRGS: <https://lume.ufrgs.br/>.

² Graduando de Ciências Sociais. Integrante do Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização das Cidades (GPSUIC). Bolsista do TelessaúdeRS, núcleo de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia da Faculdade de Medicina. Integrante do Coletivo Visão Periférica, grupo de moradores do Morro Santana que desenvolve trabalho social e ecológico na comunidade; Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. CV Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8255397064684982>. E-mail: gustavo.ruwer@ufrgs.br.

Porto Alegre), onde já residia com minha família desde 2013. Desde então, iniciei minha participação no coletivo Visão Periférica e outras organizações locais. Nessa trajetória acadêmica, fui muito influenciado pela extensão universitária e pela metodologia conceituada por Jaumont e Varella (2016) como “pesquisa-militante”. Nesse contexto, minha visão sociológica foi ampliada, proporcionando as reflexões necessárias para a elaboração de meu projeto de pesquisa.

O artigo foi desenvolvido, em parte, com base nas formulações parciais do meu Trabalho de Conclusão de Curso. Desse modo, foram mobilizadas informações produzidas pela mídia local. Essas informações foram obtidas através de conversas com moradores, assim como dados oficiais fornecidos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), proprietária de parte da região, e de outros órgãos públicos. A partir da combinação do conteúdo provindo de diferentes fontes, busca-se produzir reflexões sobre as condições de precariedade e de resistência na região.

Primeiramente, na seção **A questão ambiental e o fenômeno urbano**, será feito um resgate histórico a respeito da questão ambiental e suas relações com o fenômeno urbano. Em seguida, será apresentado o **Território Morro Santana**, situando o seu lugar na dinâmica desigual da produção da cidade de Porto Alegre. A partir do conflito urbano, serão expostos os **problemas socioambientais** que atingem a região (efeitos do calor, proliferação de doenças infectocontagiosas, precariedade das condições sanitárias). Por fim, o tópico **resistência e solidariedade** mostrará as maneiras encontradas pelo povo de enfrentar essas problemáticas a partir da construção de iniciativas em defesa da vida.

A questão ambiental e o fenômeno urbano

A questão ambiental na contemporaneidade é tema central nos debates acadêmicos, políticos, econômicos e sociais. Afinal, questões como a escassez de recursos naturais, as mudanças climáticas e a perda de fontes de água doce são grandes problemas que ameaçam o futuro da vida no planeta. Nas palavras de Alberto Acosta (2016. p.66): “hoje em dia tudo indica que o crescimento material infinito poderá culminar em suicídio coletivo”. Todos esses questionamentos potencializaram-se com a eclosão da pandemia de Covid-19, mostrando mais intensamente “a forma como nossa vida em sociedade

depende e está entrelaçada a elementos não humanos” (TEMAS, 2020).

A imposição da modernidade colonial nos territórios originários da América Latina implantou um modelo de organizar e pensar o mundo que vigora até os dias de hoje. Foi imposto um imaginário que legitima a superioridade do europeu, considerado o “civilizado”, e a inferioridade do outro, o “primitivo”. Essa visão de mundo representou o ser humano como algo externo à Natureza e, assim, “abriu-se o caminho para dominá-la e manipulá-la” (ACOSTA, 2016, p.63). O processo de modernização inicialmente estruturado no colonialismo ganha novo contorno e se institucionaliza como um imperativo global do desenvolvimento a partir dos anos 1950 - isso se deu por meio da definição de “áreas subdesenvolvidas” pelos países centrais e, com o passar dos anos, a metáfora do desenvolvimento transformou-se em meta a ser alcançada por toda a Humanidade (ACOSTA, 2016).

A partir da década de 1960, emergem posições críticas ao ideário desenvolvimentista que escancaram uma multifacetada crise social, econômica, ecológica, política e civilizatória - ou seja, uma crise do modelo clássico de desenvolvimento capitalista. Essa fissura na confiança no desenvolvimento como processo planejado para superar o atraso abriu as portas para as reformas de mercado de inspiração neoliberal a partir dos anos 1980 (ACOSTA 2016). Dessa forma, o surgimento do neoliberalismo como novo projeto político e econômico foi acompanhado pela cooptação de parte da gramática ambientalista, sendo agora associada à ideia de “sustentabilidade”. Em 1989, o G7³ passou a defender a adoção, em âmbito mundial, de políticas baseadas no “desenvolvimento sustentável” como nova estratégia de desenvolvimento capitalista. Para Oliveira (2007), nessa nova estratégia

há uma transmutação da ‘Ideologia do Desenvolvimento’ para a ‘Ideologia do Desenvolvimento Sustentável’, sendo esta última uma forma impositiva e neoliberal de tratar o desenvolvimento [...] que mantém a natureza enquanto reserva de valor exclusiva de uma classe (OLIVEIRA, 2007, p. 06).

Podemos pensar, também, com Aníbal Quijano (2011), que aponta que a sociedade capitalista foi colocando sobrenomes ao desenvolvimento para diferenciá-lo do

³ Grupo dos Sete países considerados algumas das maiores economias do mundo: Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e Estados Unidos

que incomodava: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, desenvolvimento sustentável ou sustentado, ecodesenvolvimento, etc. No entanto, jamais houve o questionamento do “desenvolvimento” como crença.

Globalmente, a consolidação do projeto neoliberal impacta as populações de maneira desigual. Essa contradição se verifica no processo particular de urbanização nos países da América Latina, uma das regiões mais urbanizadas do mundo. Cerca de 81% da população latino-americana vive em cidades, com a previsão desse número chegar aos 90% em 2050 (ONU, 2019, p. 19). No Brasil, a sociedade manteve o modelo escravagista durante séculos; isso resultou na emergência do trabalho livre, a partir de 1888, sem as devidas políticas de acesso ao emprego e aos direitos básicos - fato que marcou a formação das cidades. Por isso, tem-se um “processo de urbanização com as raízes da sociedade colonial” (MARICATO, 2001, p.17).

Se, como afirma Mbembe (2016), a Necropolítica permite o exercício do biopoder, regulando a distribuição de morte e possibilitando as funções assassinas do Estado (MBEMBE. 2016. p. 128), então as mudanças climáticas parecem cumprir um papel importante dentro dessa lógica. Sabe-se que as populações das periferias, inseridas em um contexto de vulnerabilidade socioeconômica e moradia precária, são as que mais sofrem com os efeitos mortíferos dessa ideologia (GROOT; ABELSOHN; MOORE, 2014, *apud* FLOSS; ILGENFRITZ; BARROS, 2020). A acelerada urbanização planetária resultou no aumento geral do consumo e da apropriação de recursos naturais, mas com proporções diferentes em sua distribuição e no impacto nas camadas mais pobres da população. Considerando os estudos referentes à Saúde Planetária, podemos compreender o quanto as mudanças climáticas são consideradas “[...]uma das maiores ameaças à redução da fome e da desnutrição, especialmente nos países de baixa e média renda [...]”. Estima-se que, por conta dessas mudanças climáticas, haverá uma redução da disponibilidade global de alimentos em 3,2%, podendo causar cerca de 30.000 mortes relacionadas à desnutrição até 2050. (XU et al., 2019 *apud*. FLOSS; ILGENFRITZ; BARROS, 2020).

Apesar desses problemas, vivencia-se ao redor do mundo um período fértil para a construção de movimentos inspirados em diferentes modos de existência e organização social a partir de princípios ecológicos, democráticos e solidários (CRETTON, 2020). No

Brasil, com a eclosão da pandemia do novo coronavírus, pôde-se observar a multiplicação de projetos de ajuda mútua e solidariedade organizados por moradores de vilas e favelas - parte deles articulados na “Campanha de Luta por Vida Digna”⁴. Nesse contexto, enfatizo a defesa do “Bem Viver” como uma proposta de construção de modos de vida baseados nos Direitos Humanos e nos Direitos da Natureza (ACOSTA, 2016).

O território do Morro Santana

Pressionado pela expansão urbana, o Morro Santana é considerado um dos grandes remanescentes de área natural e é também um refúgio de vida silvestre na cidade, sendo constituído por rochas graníticas, florestas e campos (MENEGAT, 2006). A região, habitada por grupos originários há mais de 10 mil anos (CATAFESTO, 2008, p. 16), foi diretamente impactada pela colonização quando houve a fundação da Sesmaria de Sant’Anna em 1740, que originou a cidade de Porto Alegre (FRANCO, 2004, p. 13). Ao longo do tempo, a paisagem do Morro Santana foi se transformando, de maneira que seu ecossistema de campos, florestas e nascentes atualmente é diretamente impactado pela dinâmica urbana - ao mesmo tempo em que exerce uma influência sobre ela.

Resulta desse processo uma complexa configuração do território, que é situado numa região de expansão da fronteira imobiliária e contornado por importantes avenidas, assim como habitado por dezenas de milhares de habitantes. O processo gradual de expansão urbana se materializou inicialmente com o surgimento das vilas e, posteriormente, com a construção de empreendimentos imobiliários no entorno do Morro. O surgimento das vilas está associado a um fragmento da história que foi significativo para a consolidação da urbanização de Porto Alegre e que trouxe consigo cicatrizes no território do Morro Santana: a instalação das pedreiras de extração de granito no Morro nos anos 1970, em meio “ao milagre econômico” da Ditadura Militar (GASTAL, 1995). Pelas ruas de Porto Alegre, encontra-se na pavimentação de calçadas e meios-fios as rochas alaranjadas do “Granito Santana” (PHILLIP, VARGAS e BENEDETTI, 2009, p. 66). Para além da destruição da paisagem natural, o regime de trabalho implantado deixou

⁴ Disponível em: <http://reporterpopular.com.br/vidadigna>. Acesso em: 10 maio 2021

como legado um sistema de moradias precárias, com a formação de vilas operárias próximas às pedreiras (GASTAL, 1995, p. 44-47).

Figura 1 — Vila Nova Pedreira (Morro Santana)



Fonte: Blog do Toni Proença, 2011

Devido à relativa proximidade do morro com a região central e “o contínuo esgotamento dos espaços urbanos nas áreas mais centrais de Porto Alegre” (GASTAL, p. 83) num processo paralelo à multiplicação das vilas, se deu o gradual avanço da fronteira imobiliária em direção à região. Nesse contexto, para além subdivisão em vilas⁵, formou-se no entorno do Morro Santana uma variedade de empreendimentos privados (habitacionais e comerciais) que transformaram a paisagem da região.

Parte desses empreendimentos se caracteriza pelo estilo “bairro planejado” - como é o caso do Rossi Caribe, localizado na Av. Antônio de Carvalho. Outros vendem a ideia de “conforto e lazer em equilíbrio com a natureza” - como o empreendimento “*EcoVillage Urban Resort*”⁶, que tem o preço dos seus lotes na faixa de R\$ 1.750.000 e chegou a ser

⁵ Expressão regional correspondente a “favela”

⁶ Verificar o vídeo em: “<https://www.youtube.com/watch?v=4HB4Y4uwgQ0>” e o site eletrônico em: <https://www.foxterciaimobiliaria.com.br/imovel/149534/residencial-viamo-santa-isabel-casa-ecovillage-urbanresort-3-dormitorios-zona-sul>. Acesso em: 10 maio 2021.

investigado por danos ambientais (IC.00930.00028/2014⁷). Considerando que a renda média da população residente no Morro Santana é de R\$ 933,88 (IBGE, 2010), é possível questionar o papel que esses empreendimentos de alto padrão cumprem na configuração de um caso de “gentrificação verde”, em que o capital se apropria de espaços naturais e valoriza-os a ponto de a região tornar-se inacessível para a população de baixa renda (TORRES; VIVIAN; SANCHES, 2019, p. 694).

Essa relação conflituosa, associada tanto às mudanças climáticas mais amplas quanto à situação de precariedade do local em questão, parece ter dado origem a uma situação de vulnerabilidade ambiental que ameaça a qualidade de vida da parcela da população mais pobre. Enquanto nos empreendimentos formais a cidade opera normalmente, com o direito à vida assegurado a uma determinada parcela da população, é nas vilas que os problemas ambientais causam maiores riscos aos moradores devido à falta de água, aos incêndios e à proliferação de doenças - ou seja, através de “uma vida constantemente exposta à morte” (MAGALHÃES, 2020, p. 83).

Problemas socioambientais

Na perspectiva da saúde planetária, observamos que as mudanças climáticas associadas ao crescimento repentino das cidades e ao desgaste dos ecossistemas produzem impactos sobre a saúde humana por diferentes vias. Observa-se que um tipo de situação recorrente no Morro Santana está relacionado com o fato de que “as altas temperaturas, as queimadas, a falta de água e as pressões ambientais afetam a saúde humana, tanto com estresse por calor, como com outros estresses como na saúde mental, saúde cardiopulmonar, entre outros” (FLOSS; BARROS; SILVA, 2020, p. 13).

Ao que tudo indica, o fenômeno das queimadas, muito comum no Morro Santana, está relacionado com a ocorrência de Ondas de Calor⁸ (OC). Somente no verão de 2020,

⁷ Processo disponível em: https://www.mprs.mp.br/media/areas/de/arquivos/demp_2015_02_24.pdf. Acesso em: 15 maio 2021.

⁸ Não existe uma definição universal do que é uma Onda de Calor. Floss; Barros e Silva (2020, p. 5) afirmam que “de forma geral, uma OC pode ser compreendida como um período de dias consecutivos com condições de temperatura mais quentes do que o habitual, para uma região e época do ano específicos”. Cabe ressaltar que “[...] a temperatura é apenas um componente da Onda de Calor, que também depende da umidade, velocidade do vento e carga da irradiação.” (FRONZA, 2020, p. 14)

de acordo com o veículo de mídia Repórter Popular, a comunidade enfrentou pelo menos três incêndios no topo do morro. No dia 14 de março, ocorreu, segundo relatos dos moradores, “o maior incêndio da história” (TAVARES, 2020), que por poucos metros não atingiu residências. Nessa data, os termômetros registraram 38°C, temperatura recorde histórica para o mês de março, após uma sequência de dias com temperaturas acima da média. Na véspera, a comunidade havia protestado contra e denunciado a falta de água recorrente.

Figura 2 — Incêndio no Morro Santana



Fonte: João Pedro Tavares, 14/04/2020

As dificuldades no abastecimento de água em Porto Alegre agravam-se no verão, período em que há maior consumo, estando o Morro Santana localizado numa “área crítica” de abastecimento (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2017, p. 4). Desde novembro de 2019, a situação se intensificou, mas o Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) não reagiu adequadamente. Uma moradora relata: “todos os dias, em algum momento, falta água” (REINHOLZ, 2020). Uma nota emitida pela Resistência Popular Comunitária afirma: “o povo acorda para trabalhar e não tem um

pingo na torneira e quando volta para casa, cansado, a situação segue a mesma” (RPC, 2020).

O DMAE (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2017, p. 04) justifica que o desequilíbrio no sistema de abastecimento é resultado do crescimento populacional na década 2000-2010, período em que uma estação foi desativada por não apresentar mais condições de tratamento. Esse órgão também expõe que áreas com altitude e distância elevada são marcadas pela instabilidade do sistema devido ao percurso feito pela água na canalização. Afirma, ainda, que necessita de um investimento de R\$ 87 milhões para suprir a demanda da região (REINHOLZ, 2020). Porém, mais de R\$ 300 milhões foram retirados do caixa do DMAE para pagamento “socorro” de dívidas da Prefeitura (REPÓRTER POPULAR, 2019), o que nos leva a considerar a hipótese de que os investimentos na melhora do abastecimento de água no Morro Santana não ocorrem por decisão política da própria Prefeitura.

Em meio a esse cenário de múltiplas precariedades com relação aos direitos básicos, houve uma proliferação de leishmaniose visceral humana - doença considerada de ocorrência “muito rara” - que levou três moradores a óbito (TAVARES, 2017). A transmissão da doença ocorre através do vetor mosquito-palha quando ele pica humanos após já ter picado cães infectados pelo protozoário *Leishmania* (MELO et al., 2020). O surto ocorreu numa região próxima a áreas onde foram degradadas grandes parcelas de mata nativa para a construção de empreendimentos imobiliários. Em entrevista para a BBC Brasil (SEIBT, 2017), a doutora em Ciências Veterinárias com ênfase em Parasitologia na UFRGS Mariana Teixeira afirma que “o vetor silvestre da leishmaniose se adapta à zona urbana à medida em que as cidades avançam para a mata”. Além disso, as mudanças climáticas também podem estar relacionadas ao aparecimento da doença - já que “uma das proteções que a região sul tinha contra a expansão do mosquito era o inverno, e, ultimamente, as estações do ano já não são mais tão bem definidas” (TEIXEIRA, 2017 *apud* SEIBT, 2017, online).

Conforme já havia sido antecipado, tendo em vista o surto de Leishmaniose de 2017 e o questionamento do cartaz erguido na manifestação do dia 13 de março, era evidente que a eclosão da Covid-19 colocaria a população das periferias num cenário mortífero de “putrefação, amontoamento e cremação de cadáveres” nas palavras de

Mbembe (2020, p. 5). A situação da população das periferias de Porto Alegre ainda foi agravada pela extinção do Instituto Municipal da Estratégia de Saúde da Família (IMESF) por parte da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, que acarretou na demissão de 1,8 mil profissionais da saúde e no fechamento de cerca de 40 unidades de saúde, algumas delas situadas no Morro Santana (REPÓRTER POPULAR, 2020).

Todo esse contexto é evidenciado pelos dados da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, que mostram que os bairros periféricos e pobres são os que têm maior número de casos e de mortes pelo coronavírus (HARTMANN, 2020). No caso da região inserida no território do Morro Santana, haviam sido notificados 5655 casos e 86 óbitos pelo coronavírus até o dia 08 de maio de 2021 (DADOS..., 2020). No entanto, há de se considerar que o número de casos e óbitos na região deva ser bem maior, levando em consideração que grande parte dos dados referentes ao Morro Santana constam como “bairro não notificado” e ainda existem muitos casos que sequer são registrados como coronavírus.

Resistência e solidariedade

A fim de contornar a situação de precariedade, diversos agentes comunitários são ativos na denúncia a respeito dos problemas sociais e ambientais enfrentados e na proposição de alternativas solidárias, ecológicas e democráticas. Conforme Kunrath Silva (2020, p. 100), alguns dos aspectos que diferenciam o associativismo comunitário das estratégias tradicionais das agrupações de esquerda são a “ênfase na cooperação, e não no conflito” e a “atuação direcionada para a resolução de problemas cotidianos”.

Historicamente, esse florescimento do associativismo comunitário nos anos 1970 - que se fortaleceu após a abertura democrática de 1988 - é percebido no Morro Santana. Gastal (1995, p. 31-53) reconstitui a memória de luta em que os moradores organizados em torno de associações comunitárias, entidades de base e clubes de mães, conquistaram direitos como coleta de lixo, instalação de luz elétrica, postos de saúde, etc. Na atualidade, destaca-se a atuação do Coletivo Visão Periférica, composto por moradores da região, que desenvolve iniciativas de ecologia social, como a biblioteca comunitária, trilhas ecológicas e mutirões de plantio de mudas (A VOZ DO MORRO, 2018). Outro agente

importante é a comunidade indígena Kaingang residente no Morro Santana, que utiliza o território para coleta de materiais para artesanato, ervas medicinais e rituais religiosos.

A liderança política kaingang Iracema Ga Rã, denuncia: “O Morro Santana recebe constantes ameaças de destruição na forma de novos condomínios, velhas pedreiras, trilhas de moto, incêndios, ampliação de avenidas” (GA RÃ e PADILHA, 2018). Em 2010, houve uma tentativa de retomada do território tradicional Kaingang em uma área do Morro Santana pertencente à UFRGS, como forma de protesto contra o desmatamento de uma área cujo destino seria a construção do Parque Tecnológico. A ação foi reprimida a partir de reintegração de posse; porém, foi conquistado o direito de acesso à área pelos indígenas para coleta de matéria-prima (FIOCRUZ, 2010).

Figura 3 — EcoTrilha organizada pelo Coletivo Visão Periférica (Morro Santana)

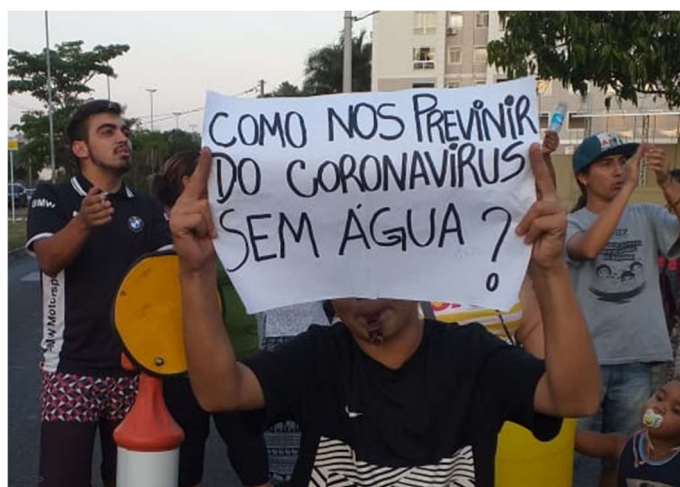


Fonte: Marcelo Dutra, 2017

A união dos moradores em nome da luta pela vida manifesta-se nos momentos mais críticos, que escancaram o abandono da população mais precarizada por parte do poder público. Como há uma certa repetição tanto nos problemas de abastecimento de água na comunidade quanto na ocorrência das queimadas e incêndios de proporções significativas na vegetação, a população encontra suas próprias maneiras de lidar com esses problemas. É o que foi observado em março de 2020, quando três fenômenos impactaram a comunidade na mesma semana: o desabastecimento de água, uma grande

queimada e a eclosão da pandemia de Covid-19. Após denúncias nas redes sociais por parte de veículos de mídia local (A VOZ DO MORRO, 2020) e tentativas de diálogo com o DMAE (que não solucionou o problema), os moradores realizaram uma manifestação bloqueando parcialmente a Avenida Protásio Alves no dia 13 de março (REPÓRTER POPULAR, 2020). Um dos cartazes antecipava o dilema que viria pela frente: “Como nos prevenir do Coronavírus sem água?”.

Figura 4 — Manifestação contra falta d’água (Morro Santana)



Fonte: Luís Gustavo Ruwer da Silva, 13/04/2020

No anoitecer do dia 14 de março, após uma tarde marcada por temperaturas elevadas, aconteceu um grande incêndio. A comunidade, acostumada com o problema da dificuldade de acesso do corpo de bombeiros ao local, uniu-se para combater o fogo com galhos e pás - esses utensílios tiveram de ser usados porque não havia água nas torneiras. É importante destacar que, na manhã do mesmo dia, antes do incêndio acontecer, ocorreu uma das tradicionais EcoTrilhas organizada pelo Coletivo Visão Periférica. A liderança Kaingang Iracema Gá Rã estava presente e havia alertado a respeito da seca das nascentes do Morro.

Figura 5 — Dia seguinte à queimada (Morro Santana)



Fonte: Luís Gustavo Ruwer da Silva, 15/04/2020

Nas semanas seguintes à eclosão da pandemia e à instauração das medidas de isolamento social, foi construída uma rede local de ajuda mútua; participaram dela organizações como a rádio comunitária A Voz do Morro, o Coletivo Mães da Periferia, a Associação de Moradores da Vila Tijuca, e a RPC - que, vinculada à campanha nacional de Luta Por Vida Digna, buscou elaborar uma estratégia de combate aos efeitos sanitários e econômicos da pandemia de coronavírus. Criou-se, também, uma campanha de arrecadação hospedada na plataforma virtual *Vakinha Online*⁹ com o apoio dos grupos GPSUIC, GPACE e ADUFRGS¹⁰, que obteve mais de R\$ 26 mil reais em doações. Desse modo, foi possibilitada a distribuição de cestas básicas e kits de higiene para a população do Morro Santana.

De acordo com Telles et al (2020), redes de apoio como essa multiplicaram-se nas periferias brasileiras, estando ancoradas em iniciativas já existentes e mobilizando “uma trama densa, construída ao longo de décadas, de coletivos e movimentos organizados”:

A pandemia fez acelerar, precipitar, transformar relações e articulações que já existiam, ancoradas no terreno concreto em que se condensa um acúmulo de experiência social, política e histórica de longa data. E é isso o que possibilita o desenvolvimento e a adaptação de práticas e repertórios, também a produção

⁹ O endereço eletrônico da arrecadação encontra-se em: <http://vaka.me/216038>.

¹⁰ Os Grupos vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul que contribuíram com a Vakinha online foram Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização das Cidades (GPSUIC), Grupo de Pesquisa Associativismo Contestação Engajamento (GPACE) e Sindicato dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande do Sul (ADUFRGS).

de novos arranjos e alianças. Iniciativas que se ancoram em coletivos locais, formas de ação e de articulação territorializadas, construídas ao longo dos anos, desdobram-se, no contexto da pandemia, em outras tantas ações e iniciativas (TELLES et al., 2020).

Considerações finais

Para Alexandre Magalhães (2020), a crise sanitária de Covid-19 revela “ao menos no caso das nossas grandes cidades, a dimensão das desigualdades urbanas que a atravessam e se acumulam ao longo de sua história”. No contexto brasileiro, a pandemia tomou tamanha proporção justamente devido à precariedade no acesso à infraestrutura urbana, à água, ao saneamento básico, aos serviços de saúde e ao emprego formal. Essas desigualdades estruturais não são suficientemente levadas em conta e problematizadas em recomendações médicas, como aponta a nota do Grupo de Pesquisa Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade (2020):

Um olhar sociológico nos leva a questionar quais concepções de “pessoa” e “hábitos cotidianos” estão implícitas em recomendações médicas [...] Quem tem condições de trabalhar na modalidade *home office* e evitar aglomerações, por exemplo? Em um país no qual água encanada não é um direito universalmente consolidado, recomendações de saúde pública vistas como simples - por exemplo, lavar as mãos por cerca de vinte segundos com água e sabão a todo momento, utilizar álcool em gel - são restritivas ou até inviáveis para parte da população.

Dessa maneira, percebe-se o quanto a relação entre o poder público e as comunidades periféricas é marcada por um “fazer pela metade”, uma espécie de cidadania incompleta. Essa situação é verificável no caso da precariedade no abastecimento de água potável em Porto Alegre e as justificativas dadas pelo DMAE sobre isso. Por exemplo, ao argumentar que determinadas regiões da cidade sofrem com instabilidade por estarem “distantes”, tomando como ponto de partida os Sistemas de Abastecimento de Água (SAA), assume-se que, embora o direito à água potável seja universal (ONU, 2014), ele é entregue de maneira incompleta: quanto mais periférica a área em relação aos SAA, maior a instabilidade. Essa forma de pensar a infraestrutura urbana parece ser estruturada em parte pelo que Eduardo Marques (2000, p. 229) chama de “seletividade hierárquica das políticas”. O autor entende que o comportamento da esmagadora maioria dos quadros

técnicos se baseia no pressuposto de que é justo investir mais e primeiro nas camadas mais ricas da população, assim como operar melhor o sistema para elas.

Em meio a essa crise multifacetada (social, econômica, ecológica, política e civilizatória), precisamos pensar em propostas que se opõem à lógica do desenvolvimento capitalista. Para Alberto Acosta (2019, p. 18) “[...] a Humanidade pode e deve aprender com os povos que têm convivido comunitariamente e em harmonia com a Natureza, e que acumulam uma longa memória de vida”, e o Bem Viver “nos permite começar a repensar e redesenhar as cidades convertidas em gigantescas máquinas de desolação e, em muitos casos, morte.” As experiências comunitárias observadas no Morro Santana se mostram capazes de contornar o conflito urbano, rumo à conquista de melhores condições de vida a partir de iniciativas solidárias, ecológicas e democráticas que sejam ancoradas na defesa da vida.

Na busca pela ampliação desses espaços de diálogo entre as comunidades e a Universidade e pelo estímulo à organização comunitária em defesa da preservação ambiental do morro, foi dado início recentemente ao programa de extensão “Preserve Morro Santana” na UFRGS. O programa, coordenado pelo Prof. Alexandre Magalhães, foi proposto pelos próprios moradores da comunidade e vai de encontro com a análise do dossiê elaborado para implementação da Unidade de Conservação (UC) Morro Santana¹¹. O programa conta atualmente com uma equipe de cerca de 20 pessoas, incluindo moradores de vilas e da comunidade kaingang, professores e estudantes de várias áreas de conhecimento. Espera-se que essa articulação extensionista consiga trazer à tona a importância da preservação ambiental do Morro Santana - seja através da implementação de uma UC de maneira participativa e inter-transdisciplinar, ou até mesmo através da construção de um plano popular de manejo socioambiental do território que pressione o poder público a se responsabilizar pela realização das melhorias no acesso aos serviços de abastecimento de água e nas condições sanitárias da comunidade.

Por fim, ressalta-se que esse é um estudo em fase preliminar de uma pesquisa mais ampla que irá ser aprofundada ao longo de meu projeto de mestrado, que buscará

¹¹ A UFRGS detém 658,67ha de terras do Morro Santana (cerca de 60% de sua área total), onde se situam os Campus Agronomia e do Vale. Ainda existe uma área de 321,12ha na qual está prevista a implantação de uma Unidade de Conservação (UC) no modelo Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) de acordo com a Decisão nº 243/2006 do Conselho Universitário da UFRGS

investigar o impacto das mudanças climáticas - em especial, dos eventos das Ondas de Calor - e as situações de precariedade (em relação a moradia, água, saneamento básico, resíduos, etc.) enfrentadas nas periferias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Tradução de Tadeu Breda. - São Paulo: Autonomia Literária; Elefante. 2016. 268 pgs.

A VOZ DO MORRO. **Após queimada, comunidade organiza mutirão de restauração da vegetação**. 2018. Disponível em: <<http://reporterpopular.com.br/apos-queimada-comunidade-organiza-mutirao-de-restauracao-da-vegetacao>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

_____. **JÁ BASTA! QUEREMOS ÁGUA**. 2020. (01m06s). Disponível em: <<https://www.facebook.com/avoz.morro/videos/3541391752598987/>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

CATAFESTO DE SOUZA, José Otávio. Territórios e Povos Originários (Des)velados na Metrópole de Porto Alegre. Em: **Povos Indígenas na Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba**, 2008, p. 14-24.

CRETTON, Vicente. **Visões sobre a pandemia: o futuro já é hoje**. 2020. Disponível em: <<https://fora.global/2020/04/13/visoes-sobre-a-pandemia-o-futuro-ja-e-hoje/>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

DADOS COVID-19 em Porto Alegre. Porto Alegre, 2020. Disponível em: https://mhbarbian.shinyapps.io/covid19_poa/. Acesso em: 5 jan. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Departamento Municipal de Água e Esgotos - DMAE. **Press Kit: problemas no abastecimento de água nas zonas Sul e Leste**. Porto Alegre, 14 dez. 2017a. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cs/usu_doc/dmaepresskit.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.

MARQUES, Eduardo. **Estado e redes sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. Revan/Fapesp, 2000.

FIOCRUZ. RS – **Índios Kaingang lutam para garantir território tradicional**. 2010. Disponível em: <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=rs-indios-kaingang-lutam-para-garantir-territorio-tradicional>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

FLOSS, Mayara; BARROS, Enrique Falceto; SILVA, Luís Gustavo Ruwer da. **Curso EAD sobre Saúde Planetária: módulo 2: ondas de calor e estresse por calor.** Porto Alegre: TelessaúdeRS-UFRGS, 2020. 34 f. [apostila de curso].

FLOSS, Mayara; ILGENFRITZ, Carlos Augusto Vieira; BARROS, Enrique Falceto. **Curso EAD sobre Saúde Planetária: módulo 1: Saúde Planetária e mudanças climáticas.** Porto Alegre: TelessaúdeRS-UFRGS, 2020. 38 f. [apostila de curso].

FRANCO, Sérgio da Costa. **O Morro de Santana e a Sesmaria de Jerônimo de Ornellas.** Em: Do Morro Santana a cidade de Porto Alegre, 2004, p.13.

FRONZA, Eduardo Erpen. **Caracterizando Ondas de Calor no Centro-Sul do Brasil, de 1980 a 2019.** 2020. 48 f. Monografia (Graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental) - Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/218289>. Acesso em: 10 maio 2021.

GA RÃ, Iracema e PADILHA, João. **História e Cultura Kaingang: Morro Santana, Borboleta e a importância da natureza.** 2018.

GASTAL, Susana. **Memória dos Bairros: Morro Santana.** 1995.

HARTMANN, Marcel. **Bairros pobres de Porto Alegre lideram casos e mortes por coronavírus.** GaúchaZH, Porto Alegre, 22 dez. 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2020/12/bairros-pobres-de-porto-alegrelideram-casos-e-mortes-por-coronavirus-ckj0gusmi0003019w5qh2g79h.html>. Acesso em: 10 mai. 2021.

JAUMONT, Jonathan e VARELLA, Renata. **A Pesquisa Militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades.** 2016.

KUNRATH SILVA, Marcelo. Poder comunitário e participação nos territórios. In: TEIXEIRA, Ana Claudia; ALMEIDA, Carla; MORONI (org.). **A democracia necessária e desejada: dilemas e perspectivas.** Marília: Lutas Anticapital, 2020. p. 99-106.

MAGALHÃES, Alexandre. As periferias na pandemia: explicitação da política de precarização e de exposição à morte. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, 76 Pelotas, v. 8, n. 1, p. 80-86, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/18909>. Acesso em: 10 mai. 201.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MASSARO, Henrique. **Regiões central e Norte de Porto Alegre têm mais infectados por coronavírus.** 2020. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/regi%C3%B5es-central-e->

norte-de-porto-alegre-t%C3%AAm-mais-infectados-por-coronav%C3%ADrus-1.425718> Acesso em: 24 mai. 2020.

MELO, D. A. C. de et al. **Curso EAD sobre Saúde Planetária: módulo 4: doenças infectocontagiosas sensíveis a mudança climática**. Porto Alegre: TelessaúdeRS-UFRGS, 2020. 46 f. [apostila de curso].

MENEGAT R., Porto M. L., Carrao C.C. (Org.), **Atlas Ambiental de Porto Alegre**, 3ª ed. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 2006.

OLIVEIRA, Leandro Dias. **A construção do desenvolvimento sustentável sob a égide do neoliberalismo: um estudo sobre a economia política da crise ambiental**. 2007.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Água potável: direito humano fundamental**. 2014. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agua-potavel-direito-humano-fundamental/>> Acesso em: 15 abr. 2020.

_____. **World Urbanization Prospects: The 2018 Revision**. New York, 2019. Disponível em: <<https://population.un.org/wup/Publications/Files/WUP2018-Report.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2020

PHILIPP, Ruy P., Jacira A. VARGAS, Verônica Di BENEDETTI. **A memória geológica do centro antigo de Porto Alegre: o registro da evolução urbana nos prédios históricos e no urbanismo da cidade**. 2009. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/PesquisasemGeociencias/article/view/17875/pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

QUIJANO, A. **“Bien vivir”**: entre el “desarrollo” y la des/colonialidad del poder., p. 11, 2011.

REINHOLZ, Fabiana. **Periferias de Porto Alegre sofrem com falta de água durante pandemia de coronavírus**. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/03/24/periferias-de-porto-alegre-sofrem-com-falta-de-agua-durante-pandemia-de-coronavirus>> Acesso em: 19 abr. 2020.

REPÓRTER POPULAR. **Diretor do DMAE afirma que falta d'água vai continuar**. 2019. Disponível em: < <http://reporterpopular.com.br/diretor-do-dmae-afirma-que-falta-dagua-vai-continuar/>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

_____. **Manifestação contra falta de água no Morro Santana**. 2020. Disponível em: <<https://www.facebook.com/1393229877434186/videos/191707848798035/>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

_____. **Prefeitura de Porto Alegre demite funcionalismo do IMESF em plena pandemia**. Porto Alegre, 19 dez. 2020b. Disponível em:

<http://reporterpopular.com.br/prefeitura-demite-funcionalismo-do-imesf-em-plena-pandemia/>. Acesso em: 10 maio 2021.

RPC, Resistência Popular Comunitária. **Como combater fogo sem água? A importância da solidariedade em tempos de pandemia.** 2020. Disponível em: <<http://reporterpopular.com.br/como-combater-fogo-sem-agua/>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

SEIBT, Taís. **Por que a leishmaniose avança no sul do Brasil e o que os cães têm a ver com isso.** BBC Brasil, Porto Alegre, 27 out. 2017. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-41753612>. Acesso em: 10 maio 2021.

TAVARES, João Pedro. **Moradores em risco no Morro Santana.** 2017. Disponível em: <<http://reporterpopular.com.br/moradores-em-risco-no-morro-santana/>>. Acesso em: 17 abr. 2020.

_____. **Documentário: Em Chamas 2020** (03m25s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?feature=youtu.be&v=zgNQEFZREr0&app=desktop>>. Acesso em: 17 abr. 2020.

TELLES, Vera da Silva et al. **(Micro)políticas da vida em tempos de urgência.** LabCidade, São Paulo, 2020. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/micropoliticas-da-vida-emtempos-de-urgencia/>. Acesso em: 10 mai. 2021.

TEMAS, Grupo de Pesquisa Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade — UFRGS. **A produção do social em tempos de pandemia.** 2020. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/ifch/index.php/br/a-producao-do-social-em-tempos-de-pandemia>> Acesso em: 19 abr. 2020.



Sem título

Colagem

Vitória Giovana Duarte

**DAS NARRATIVAS ANÔNIMAS ÀS NARRATIVAS DE SI:
APONTAMENTOS PARA UM ESTUDO DA PRESENÇA DAS MULHERES NA
MILITÂNCIA POLÍTICA¹**

Laura de Aguiar Miranda²

Resumo: Apresentamos os resultados parciais de nossa pesquisa sobre a presença das mulheres na militância política, no período da última ditadura civil-militar brasileira. Nos interessa compreender como as mulheres, envolvidas em processos de violência e de violações, se moveram politicamente em busca do que consideram seus direitos, erguendo a voz e construindo suas narrativas. Seguindo a hipótese de que tais narrativas podem trazer um olhar diferenciado para a pesquisa, realizamos uma entrevista filmada, colhendo elementos de resistência em um tempo de desamparo. Como resultado, destacamos a importância das redes familiares e de amizade sugerindo a construção de outras maneiras de narrar e partilhar vivências, para além do sofrimento e da morte. Indicamos a relevância na escolha da política de pesquisa favorecendo o acesso às dimensões inventiva e afetiva nas práticas e a pertinência da produção escrita e audiovisual das mulheres para dar seguimento à nossa investigação.

Palavras-chave: mulheres, política, memória, afetos.

Introdução

O presente artigo é um registro dos primeiros passos e percepções de uma pesquisa iniciada no terceiro período da graduação e que vem se desenvolvendo conforme as experiências e aprendizados em disciplinas do curso de Ciências Sociais, nos grupos de pesquisa e na participação em eventos acadêmicos e científicos. No primeiro momento da pesquisa, que iremos partilhar neste artigo, trabalhamos com mulheres envolvidas em movimentos de resistência, durante o período da ditadura civil-militar brasileira.³

¹Texto modificado de trabalho apresentado no XXXII Congreso Internacional ALAS Perú 2019: Hacia un nuevo horizonte de sentido histórico de una civilización de vida, de 1 a 6 de dezembro - Lima.

²Estudante de graduação do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil. E-mail: lauramaguiar@hotmail.com.

³Optamos por não delimitar a data de 1964-1985 por entendermos que acontecimentos anteriores estão diretamente ligados ao golpe civil-militar e consequente governo ditatorial, assim como os acontecimentos posteriores, que permitiram a permanência de práticas do período ditatorial.

Pretendemos realizar um estudo sobre a presença de mulheres na militância política. Nos interessa compreender como as mulheres envolvidas em processos de violência e de violações vem se movendo politicamente, construindo suas narrativas e erguendo a voz diante de autoridades, interlocutores, representantes de serviços que consideram insuficientes ou omissos, em busca do que consideram seus direitos, inclusive o próprio direito de narrar a história.

Nossa hipótese, de que escutar mulheres poderia trazer um olhar diferenciado na pesquisa, ganhou força de inflexão no contato com a obra da jornalista e escritora bielorrussa Svetlana Aleksiévitch. No livro *A guerra não tem rosto de mulher* (2016), a autora opta pela narrativa em primeira pessoa, escutando das próprias mulheres relatos de suas vivências e resistências em tempos de desamparo. Quando buscamos a narrativa dessas militantes “visamos ampliar nosso entendimento sobre esse importante momento em que as mulheres passaram a fazer parte do cenário político” (WOLFF; SILVA, 2013, p.192), perspectiva que encontra ressonâncias nos trabalhos do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Como primeira atividade da pesquisa foi realizada uma entrevista em janeiro de 2019. Realizamos uma entrevista filmada, pois entendemos o registro audiovisual como uma forma de pensar além do texto, procurando utilizar a imagem para pensar e narrar (ETIENNE, 2013). Na transcrição dos trechos da entrevista, optamos por deixar certas repetições nas falas por entendermos que elas existem por um motivo e que se fossem cortadas poderiam alterar o sentido da fala. As reticências correspondem aos silêncios ou pausas na fala, mas quando aparecem entre colchetes correspondem a comentários referentes a assuntos anteriores que não se ligam exatamente ao momento da fala e poderiam causar confusão na hora da leitura.

Alguns meses após a realização da entrevista, em maio do mesmo ano, teve início a participação em um projeto de pesquisa em que tivemos a oportunidade de avançar nos estudos sobre os temas memória, justiça e verdade e/ou reparação. As atividades propostas no âmbito desta pesquisa⁴, assim como a participação em eventos relacionados

⁴Nos referimos à pesquisa “Reparação Econômica, Justiça Social e Direitos Humanos: dinâmicas sociopolíticas em torno de indenizações, violências e sofrimentos”, sob orientação da Prof.^a Paula Mendes Lacerda. Destacamos aqui a leitura e análise dos Planos Nacionais de Direitos Humanos (PNDH) I, II e III, com o objetivo de procurar colocações, definições ou diretrizes em relação ao direito à memória, justiça, verdade e/ou reparação e, posteriormente, organizar os trechos pertinentes, indexados pelas categorias

aos temas mencionados, nos estimularam a expandir os estudos no nosso campo de interesse e possibilitaram novos diálogos com potencial de investigação⁵.

No processo de escrita do artigo utilizamos como referência bibliográfica as pesquisas de algumas autoras e autores sobre os temas de política, memória, testemunhos e feminismo que tivemos contato em disciplinas eletivas na faculdade, recorremos também a documentários que pudessem auxiliar na compreensão de nossa investigação. Ressaltamos que de forma alguma a ausência de outras pesquisas, autoras e autores de referência destes temas neste trabalho significam uma desqualificação dos mesmos, mas apenas a escolha de um caminho neste início de pesquisa. Destacamos também como atividade importante da pesquisa a observação participante, no primeiro semestre de 2019, no curso Memória, Direitos Humanos e Movimentos Sociais organizado pelo Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE) que nos permitiu partilhar da experiência de inúmeras(os) militantes por direito à memória, justiça, verdade e/ou reparação, criar vínculos de amizade importantes e ter acesso a informações valiosas à pesquisa.

Na primeira parte do artigo, intitulada *O narrador e a transmissão de experiência como política de resistência*, iniciamos um debate sobre a relevância da transmissão da experiência por meio das narrativas e os cuidados que isso demanda. Discutimos como em alguns períodos históricos em que a repressão e o cerceamento da vida se colocam como uma política, a experiência e as narrativas que ecoam podem ser extremamente restritas. Retomando a entrevista realizada, o contato com outras mulheres militantes em eventos e as leituras indicadas, procuramos demonstrar que escutar as experiências das mulheres poderia trazer um olhar diferenciado sobre as versões e os sentidos já postos pela história oficial que nos é apresentada, num contexto protagonizado por homens. A segunda parte *A formação do coletivo como rompimento do individualismo imposto pela*

indicadas, em quadros diferenciados para cada plano. Com isso, esperávamos poder compreender o processo político por meio do qual as indenizações aparecem como práticas de direitos humanos no Brasil atual.

⁵A participação Semana de Iniciação Científica (SEMIC), em setembro de 2019, produziu desdobramentos positivos, viabilizando o contato com uma militante exilada política durante a ditadura civil-militar. Infelizmente o contexto de isolamento social impediu que a entrevista, marcada para março de 2020, pudesse acontecer. Pesquisa foi indicada ao 18º Prêmio Destaque na Iniciação Científica e Tecnológica, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), na categoria Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), representando o Colegiado das áreas de Ciências Humanas, Sociais, Letras e Artes em 2021.

repressão é dedicada às estratégias coletivas de solidariedade que tornaram possível reunir forças e criar redes em defesa da vida, abrindo caminho para novas narrativas, diferentes maneiras de ver e de sentir. Em seguida, apresentamos algumas considerações finais o processo de pesquisa e potenciais desdobramentos.

A narradora e a transmissão de experiência como política de resistência

Narrar o passado pessoal, mas também coletivo, assume a dimensão de uma prática política de resistência e luta para esclarecer um período histórico relativamente recente que o poder instituído quis apagar de nossa história. (RAGO,2013, p.66)

A transmissão da experiência pode ser considerada uma importante ferramenta de sobrevivência. Os mais velhos, através de narrativas, podem transmitir importantes vivências e acontecimentos aos mais jovens, assim como os jovens podem também transmitir suas experiências singulares. Em alguns períodos históricos, quando a repressão e o cerceamento da vida se colocam como uma política, a experiência e as narrativas que ecoam podem ser extremamente restritas. Entendemos que este é o caso dos denominados “anos de chumbo”, período entre os anos de 1964 e 1985 inaugurado por um golpe civil-militar, no qual oficiais governaram o Brasil de forma autoritária, violenta e ilegítima. Durante esses anos, milhares de pessoas tiveram suas vidas afetadas, desde a perseguição, a perda de emprego, vivência na clandestinidade e exílio, até as prisões, torturas, condenações à morte e desaparecimentos forçados.

Walter Benjamin (1994), na análise do fenômeno de silenciamento após a Iª Guerra Mundial, abre caminho de uma possível referência para pensar o uso de narrativas de experiências no contexto da ditadura civil-militar brasileira. A condição de retorno dos combatentes, "mais pobres em experiências comunicáveis" (p.115), parecia contrariar as expectativas de possíveis relatos dos eventos traumáticos que haviam vivenciado no front, evidenciando a impossibilidade de colocá-los em forma de discurso. Segundo o autor, o horror presenciado por sobreviventes do cárcere teria impossibilitado a partilha e, então, o entendimento dos episódios presenciados. A situação traumática, se associa a um paradoxo: a superação do trauma impõe um relato do ocorrido, mas nunca se encontram as palavras adequadas para expressá-lo.

Recorrendo a Benjamin (1994) para pensar o silenciamento após a ditadura brasileira, poderíamos dizer que, diante desse impasse paradoxal para o qual se deveriam buscar meios de expressividade, o que se observa é a captura da palavra daqueles que foram diretamente afetados na condição de militantes. A partir de 1985, as publicações – livros e outros materiais – sobre a ditadura civil-militar que ganharam ampla divulgação foram produzidos por jornalistas, historiadores, escritores não diretamente envolvidos nos acontecimentos⁶. Entendemos que isso influencia diretamente a geração de registros de memória, sua transmissão e a criação de espaços para tal fim. No momento em que outrem se propõe a produzir, a partir de pesquisas/testemunhos, um documento do que imagina ser o que ocorreu durante estes processos traumáticos, tende a revelar apenas uma versão da história. Um primeiro motivo é que este novo documento produzido é resultado da leitura do autor, a partir das informações que adquire, por interferência de suas experiências. Wajcman (2012) refere-se a esta produção como um conhecimento estético no qual a verdade se faz “em uma descontinuidade original, essencial, o que veicula a ideia de uma verdade não-toda...” (p.61). Um segundo motivo poderia ser uma manipulação voluntária por parte do autor quanto ao que irá constar no documento, podendo resultar em informações seletivas dos acontecimentos.

Encontramos em Didi-Huberman (2017) contribuições a este debate quando afirma que “dificuldades acompanham toda decisão “cultural” ligada à transmissão e à museificação de um acontecimento histórico de consequências – memoriais, sociais, filosóficas, políticas – consideráveis” (p.47). Essas dificuldades nos levam a um questionamento fundamental para a investigação a que nos propomos: quais os processos e atores que intervêm no trabalho de construção e formalização das memórias? Seguindo Elizabeth Jelín (2001), ao pensarmos a esse respeito, existem três eixos que devem ser encarados. O primeiro se refere ao sujeito que rememora - quem é? É sempre um indivíduo ou é possível falar de memórias coletivas? O segundo se refere ao conteúdo, ou seja, a qual questão se recorda. O terceiro se refere a como e quando se recorda (p.17-18).

⁶Ainda que possamos lembrar a existência e importância dos escritos de Alfredo Sirkis e de Fernando Gabeira sobre a militância política durante a ditadura civil-militar e os livros *Memórias das mulheres do exílio* (1980), obra coletiva de Albertina de Oliveira Costa, Maria Teresa Porciuncula Moraes, Norma Marzola e Valentina da Rocha Lima, e *Memórias do Exílio* (1978) de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti e Jovelino Ramos.

Na experiência brasileira, um lado sombrio da Lei da Anistia⁷ foi responsável por garantir a primazia de uma narrativa. A nova lei foi interpretada de maneira a garantir os interesses do governo militar e a impunidade dos integrantes do aparato repressivo, implicando o apagamento de grande parte da história. Esse modo de implementação da Anistia conferiu o triunfo de uma versão única da história elaborada e divulgada pelas mesmas forças que organizaram e comandaram os acontecimentos pré e pós golpe no Brasil⁸. Essas forças constroem uma memória coletiva nacional de caráter destruidor, uniformizador e opressor (POLLAK, 1989, p.4), excluindo completamente a história dos afetados ou reproduzindo, de acordo com os seus interesses, o que denominamos narrativas anônimas. Mas o que consideramos mais nevrálgico nessa forma de implementação da Anistia é ter gerado um aparente impasse para a luta social que procuramos aqui captar na seguinte questão: como contar a história das resistências se, para todos os efeitos, nunca houve um embate?

A partir da percepção de silenciamentos seletivos, os movimentos sociais trazem a história oral, a escrita de si, a prática do testemunho⁹ como modos de ressaltar a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, fazem oposição à referida “memória oficial” que nos tem sido apresentada e afirmada como única e verdadeira. A memória entra em disputa, tensionando a memória hegemônica.

A escrita de si e o testemunho assumem uma dimensão pública absolutamente necessária para a construção das relações sociais no mundo democrático, sob forte ameaça de esquecimento do passado, de esgarçamento da tradição e de empobrecimento da experiência. (TELES, 2007, p.38)

Afirmando a construção da “memória oficial” como obra do Estado, dos grandes empreendimentos industriais e financeiros e interesses multinacionais, os movimentos sociais buscam reconhecimento e uma revisão da memória coletiva como reparação.

⁷Lei nº 6.683 publicada em 1979, ainda no regime ditatorial militar, pelo general João Batista Figueiredo.

⁸Optamos por não delimitar a data de 1964-1985 por entendermos que acontecimentos anteriores estão diretamente ligados ao golpe civil-militar e consequente governo ditatorial, assim como os acontecimentos posteriores, que permitiram a permanência de práticas do período ditatorial.

⁹Destacamos aqui, entre outras, Margareth Rago e Danielle Tega como duas autoras que se dispuseram a escutar e registrar os relatos de experiência de mulheres militantes brasileiras.

Na pesquisa em questão, buscamos demonstrar que este lugar autorizado de narra a história tem sido um espaço prioritariamente masculino. As narrativas são, desde sua origem, protagonizadas por homens. A política, a luta, a arte, a resistência, a ciência, a religião, todos os lugares do saber e do existir são lugares prioritariamente destinados aos homens. No entanto, “sempre haverá outras histórias, outras memórias e interpretações alternativas, na resistência, no mundo privado, nas catacumbas” (JELÍN, 2002, p.6) de mulheres inquietas arriscando-se corajosamente a romper paradigmas identitários impostos.

Havia traços fortes de um machismo que estava presente não só nos homens, estava presente em nós mulheres também. Ficar em pé pra tomar cafézinho no Palheta, que era um café bom que existia no centro da cidade, só homens ficavam ali e nós começamos a tomar cafézinho onde só havia homens em volta, as pessoas nos olhavam! Mulher fumar na rua? Era um escândalo! [...] Quer dizer, isso não é em tom de crítica aos companheiros, isso estava em nós também, tava na sociedade. Eram forças que estavam nos atravessando naquele momento e foi muito difícil. A nossa geração realmente quebrou muitos tabus. E essa questão da mulher, não se falava de movimento feminista naquela época, não é que fosse uma preocupação nossa. Mas estava presente naquele momento, logo depois da Bossa Nova, tinha todo um movimento mundial de libertação das chamadas minorias. Isso hoje é muito falado, mas naquela época a gente vivia aquilo, a gente experimentava aquilo, sem grandes teorizações. Sentíamos, vivíamos. (Cecilia, entrevista concedida em 16.01.2019)

Rago (2013), em diálogo com uma geração de mulheres, se refere à década de 1970 como um momento de experimentação de novas formas de existir vivido por elas. Na narrativa dessas mulheres sobre a busca por participação nos movimentos revolucionários e novos movimentos sociais, sob o impacto da contracultura, a autora assinala que “não foram pequenos os conflitos pessoais, familiares, morais e políticos que tiveram de enfrentar na busca de serem outras em relação ao que eram e ao que haviam sido destinadas a ser, na procura e na definição de outros lugares para as mulheres e para o feminino” (p.62). Dentro das organizações clandestinas, a participação das mulheres começou a ser gradativamente valorizada, mas sempre acompanhada de limites impostos pelos companheiros de militância. Cecilia relata que os companheiros as incentivavam muito a ler, a falar nas reuniões, mas isso era uma coisa meio paternalista, pois as tarefas

reservadas às mulheres na militância, com raríssimas exceções, eram as que sempre foram desempenhadas secularmente por elas:

Uma vez, depois do golpe, nós fomos participar de uma reunião clandestina, mas eu tinha que dizer que aquela casa era minha, eu era a mulher não sei de quem, mas eu estava na cozinha. E eu não participava da reunião. Isso no Partido Comunista, eu lembro disso perfeitamente! (entrevista concedida em 16.01.2019).

Embora muitas mulheres tivessem uma atuação de destaque nos grupos políticos revolucionários e na resistência contra o regime, poucas vezes eram reconhecidas. Isso é perceptível também *a posteriori* quando a participação feminina ganha pouca visibilidade. Inclusive após conquistas gradativas das mulheres em relação a um espaço dentro das instituições, o acesso aos seus relatos de experiência na militância mostrou-se difícil, porque as memórias sobre as ditaduras militares latino-americanas são profundamente marcadas pela escrita masculina sobre o período. Sobre a Comissão Nacional da Verdade¹⁰, a cientista política San Romanelli Assumpção comenta “se não fosse o Grupo de Trabalho com tema Ditadura e Gênero, que escutou 147 mulheres, os relatos seriam majoritariamente masculinos já que os outros GTs só escutaram 32 mulheres”¹¹. Margareth Rago (2013), retomando pesquisadoras feministas (Bunster-Burotto, 1986; Sapriza, 2009), também denuncia a ausência de vozes femininas nas escritas contemporâneas das Comissões Nacionais da Verdade realizadas na África e na Ásia, além da América Latina (p.64).

Outra discussão importante trazida por San Romanelli durante a sua fala e que reforça o que mencionamos aqui, anteriormente, é sobre como o espaço da política e da resistência são lugares extremamente masculinos. Ela acrescenta que, muitas vezes, na luta política, as mulheres aparecem de maneira limitada ao lugar de mães, irmãs e avós em busca de seus parentes. Esse lugar, mesmo que importante, não reconhece inteiramente o papel fundamental desempenhado por mulheres na resistência. Wolff e

¹⁰A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV teve o objetivo de apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Em dezembro de 2013, o mandato da CNV foi prorrogado até dezembro de 2014 pela medida provisória nº 632. O relatório final foi entregue à Presidenta Dilma Rousseff, em cerimônia realizada em 10 de dezembro de 2014 no Palácio do Planalto.

¹¹Fala durante o debate com tema “Mulheres e ditadura: interseções entre gênero, Estado e violência” no curso Memória, Direitos Humanos e Movimentos Sociais organizado pelo Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE) durante o primeiro semestre de 2019.

Silva (2013) observam o mesmo e comentam que apesar do reconhecimento do compromisso dessas mulheres com os movimentos de resistência isso “raramente vinha de convicções ideológicas democráticas ou de cálculos estratégicos, sugerindo que as mulheres foram movidas pelo afeto diante da repressão a lutar por seus familiares, e amigos, que haviam caído nas mãos do Estado” (p.191).

Por outro lado, em determinados espaços de escuta, o que se destaca é um interesse pelas falas sobre as violências sofridas que, embora importante, reproduz apenas uma perspectiva da história, operando pela simplificação da memória. Em conversa com uma ex presa política¹², ela nos relatou que, certa vez, a equipe de uma importante rede de televisão procurou por ela e outras companheiras para realizar entrevistas e compor um registro sobre a ditadura civil-militar brasileira. Seu relato revelava mais do que a experiência dolorosa da ditadura, revelava a rede de amizade que estabeleceu com as companheiras e outras formas de resistência além da guerrilha. Quando o programa foi ao ar, tudo o que chegou ao público foi uma narrativa de dor e sofrimento acompanhada de ficção. Em Tega (2019), encontramos um apontamento que nos ajuda a pensar a respeito da importância de escutar, registrar e fazer ecoar as narrativas dessas mulheres:

pela interpretação que fazem de suas vivências, esses testemunhos podem visibilizar temas para os quais não se deu relevância anteriormente, revisitando estratégias de grupos e organizações de esquerda, as práticas da repressão e as novas possibilidades de resistência. Não se trata simplesmente de preencher as lacunas históricas com esses relatos, mas sim de examinar o que foi dito e o que foi silenciado sobre tais experiências. (p.67)

O interesse de ouvir e registrar a história de vida de mulheres que, de alguma forma, se mobilizaram e se posicionaram contrárias à barbárie dos anos de chumbo ganhou força de inflexão no contato com Svetlana Aleksievitch – jornalista e escritora bielorrussa – que, em uma de suas obras, opta pela narrativa em primeira pessoa, escutando das próprias mulheres suas vivências e resistências em tempos de desamparo. Neste registro, a autora encontra centenas de mulheres que lutaram no Exército Vermelho em defesa de sua pátria de forma mais autônoma e por sua própria vontade. Os relatos transcritos por Aleksievitch revelam o olhar feminino sensível à vida ainda existente e

¹²Por ocasião do curso Memória, Direitos Humanos e Movimentos Sociais organizado pelo Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE), numa conversa nos bastidores.

possível de ser (re)inventada a partir dos seus sonhos. A partir desta leitura, afetada pela intensidade das narrativas que portavam, para além do horror da guerra, os vínculos de amizade, os sonhos que partilhavam e a percepção da natureza como vida presente ao seu redor, surge o questionamento que motivou a construção da presente proposta de pesquisa: não seria importante colhermos relatos das mulheres brasileiras sobre suas próprias experiências na ditadura civil-militar aqui instaurada?¹³ Teriam essas narrativas potencial para interferir nas versões e nos sentidos já postos pela história oficial e pelas narrativas anônimas?

Eu falo um pouquinho sobre isso num texto, um pequeno pé de página, um texto em que eu falo sobre gênero, militância e tortura. [...] eu comecei a pesquisar a questão, tem muitas conhecidas minhas que foram militantes, foram presas, outras morreram, outras desapareceram. E eu comecei a perceber que as mulheres pouco falavam de si, aí eu comecei a levantar os livros escritos durante o período da ditadura, a maioria deles é de homens. E não tem nenhum livro, cuja autora seja a própria pessoa. [...] isso foi constatado por mim numa pequena pesquisa, não fiz profundas pesquisas não. Mas os poucos livros que tem sobre mulheres, são outras pessoas escrevendo sobre elas. Não tem nenhum livro de mulher, até hoje, escrito pela própria. Eu já dei muitas entrevistas, mas eu não sei se a dor é tão forte e é tão triste a gente lembrar disso, é muito doloroso embora seja preciso lembrar, ainda seja preciso lembrar. (Cecília, entrevista concedida em 16.01.2019)

A dificuldade de falar sobre a experiência do cárcere apontada por Cecília aparece na fala de outras mulheres em entrevistas publicadas em mídias digitais e na forma escrita. Mas o reconhecimento por parte delas da importância de poderem falar sobre o tema é inegável, a partir da sua presença nos espaços e tomada da palavra para si quando necessário. Retomando o evento mencionado em rodapé anteriormente, organizado pelo CBAE ao longo do primeiro semestre de 2019, é impossível não mencionar a potente reunião com o tema “Mulheres e ditadura: gênero, Estado e violência”. Na mesa, havia duas ex presas políticas, militantes, que em suas falas traziam as mesmas percepções que Cecília quanto a um funcionamento extremamente machista da sociedade. Elas narraram

¹³Esse questionamento, que ajudou a estruturar a proposta da presente pesquisa, se soma aos esforços inaugurados por outras pesquisadoras que tem se dedicado a retomar e registrar a memória e a narrativa de mulheres sobre suas experiências. Sugerimos os trabalhos das pesquisadoras Joana Pedro e Cristina Scheibe Wolff, integrantes do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

suas próprias experiências em romper com o modo de funcionamento em que a mulher deveria ser submissa ao pai em primeiro lugar e, posteriormente, ao marido; e como os interesses de que rompessem com essa condição da mulher como submissa e dependente não eram tolerados. E apontam que justamente por esse funcionamento da sociedade, juntamente a uma formação policial de caráter machista e sexista, a violência sofrida pelas mulheres nas prisões passava necessariamente pela questão de gênero: existia um visível ódio dos homens oficiais por elas terem ousado ser ativas em suas próprias vidas e na militância.

Ainda remetendo ao caráter conservador no funcionamento da sociedade, retomamos outra passagem da entrevista com Cecília. Ela se inicia com a retrospectiva de suas relações familiares: filha mais velha e única mulher entre quatro filhos homens, foi criada por uma mãe muito católica e pai severo. Descreve-se como uma menina rebelde que começa a questionar algo no mundo justamente a partir da religião. Motivada a encontrar respostas, começa a ler muito e decide cursar História na universidade. Pouco antes do golpe civil-militar, ingressa na antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e começa a estudar muito sobre religião, mas nada satisfazia os seus questionamentos. Até o primeiro contato com o Partido Comunista.

Eu fiz o pré-vestibular e passei em primeiro lugar. E aí obviamente o pessoal do partido veio todo em cima: “quem é essa moça aí tão tímida que anda com uma medalhinha da Nossa Senhora da Conceição?”. Me convidaram pra uma primeira reunião e eu fui... e eu achei maravilhoso as coisas que eram colocadas. Eu comecei a conversar e aí as respostas que eu tanto procurava começaram a me ser dadas, ou seja, Deus é uma produção. Aí, à medida que eu ia estudando história, a história me ajudou muito [...] foi muito em função disso que eu acabei entrando para o Partido Comunista do Brasil (PCB). (Cecília, entrevista concedida em 16.01.2019)

Ela continua lembrando que com a sua entrada no Partido, a experiência da faculdade e da militância, a experimentação de espaços antes reservados apenas aos homens, seu pai ficou horrorizado. Ele era um português que apoiava a ditadura de Salazar em Portugal na época, um homem muito conservador, que exclamava indignado: “a minha única filha mulher chegando em casa depois dos irmãos homens!”. Os irmãos, em sua maioria, se abstinham de fazer comentários, mas ela conta que pelo menos um

deles – o mais velho – tinha um posicionamento como o do pai nas discussões e que certa vez eles ficaram um ano sem se falar, morando na mesma casa. Apesar das discussões e pensamentos diferentes, ela e esse irmão eram muito ligados - ele foi o único a saber onde Cecília estava escondida quando o golpe se concretizou em 1964. Pouco tempo depois, o Partido a transferiu para a casa de um operário, episódio que rememora emocionada:

Chegou um aviso pra gente dizendo que a gente saísse de lá, que aquele apartamento também já estava queimado. Aí nós saímos, o Partido nos tirou. Novaes¹⁴ foi pra não sei aonde e eu fui pra casa de um operário em Vila Isabel. Que é uma coisa assim que eu nunca mais consegui saber quem era essa pessoa. Isso é uma coisa que eu tenho uma... é de uma generosidade muito grande. Um cara fodido, muito humilde. A mulher era uma doméstica, trabalhava numa casa, ele era operário ligado ao partido. Vários filhos pequenos e eles dividiam a comida comigo. Imagina eu, a burguesinha. Eles dividiam a comida comigo... Depois várias vezes eu tentava entrar na rua pra ver se eu me lembrava da casa. Mas eu nunca consegui saber quem eram essas pessoas que foram tão generosas comigo naquele momento. E essa a gente tinha que lembrar né, os nomes dessas pessoas precisam ser lembrados. São pessoas que correm risco, mas tão ali, na solidariedade ao companheiro. (Cecília, entrevista concedida em 16.01.2019)

Muitos operários ligados ao Partido Comunista do Brasil (PCB) abrigaram em suas casas militantes que estavam marcados pelo regime. Neste trabalho, não aprofundamos nossas perguntas para entender melhor como se estabeleceu essa relação entre Cecília e a família que a recebeu, mas a forma como ela narra esse encontro para nós é muito significativa. Confirma a importância de valorizar e prestigiar pessoas que permaneceram anônimas, mas que tiveram grande participação na resistência e foram muito solidárias aos companheiros, afirmando que “toda política é uma questão de circuitos de afetos e de estruturas de visibilidade”. (SAFATLE, 2018, p.15)

Os circuitos de afetos, o companheirismo, passam por todas as relações que se estabeleceram na resistência que Cecília partilha conosco. No período em que estive presa, conta que ficou um tempo numa cela com outras mulheres e que elas conversavam entre si, trocavam experiências e criavam músicas. Essas eram maneiras de resistir dentro

¹⁴Psicólogo, colaborador e ex-presidente do CRP-RJ, José Novaes é ex-marido de Cecília e foi preso durante o período ditatorial.

da rotina ameaçadora do cárcere. Os guardas, vez ou outra, chamavam as presas para conversar e tentavam criar paranoia, questionando se confiavam umas nas outras, se tinham certeza de que não havia nenhuma mulher infiltrada a fim de passar informações para eles. A intenção era produzir desconfiança entre elas pra quebrar o pouco que as podia unir naquela situação: “é o processo de desagregação e de desunião né, porque o coletivo é forte. Todos juntos somos fortes, já cantava o Chico Buarque.” (Cecilia, entrevista concedida em 16.01.2019).

Na pesquisa, entendemos os afetos como potências da vida que essas mulheres criavam e compartilhavam nas suas relações, através das músicas que cantavam, dos sonhos que ansiavam concretizar ou em observações do ambiente ao seu redor, talvez imperceptíveis a outros olhares, como nessa recordação que segue:

Eu lembro, tem um detalhe bobo, mas não é bobo. Ricardo¹⁵ até escreveu uma poesia sobre isso. Eu lembro que a gente não tinha o que fazer na cela, era uma sala enorme, eram muitas mulheres... primeiro eu fiquei isolada. E aí eu ficava procurando pedacinhos, nós estávamos lá no alto, as janelas bem no alto... a gente não podia nem ver o céu. Porque eram basculantes lá no alto. E aí eu ficava procurando... e eu vi um buraquinho na parede, entrando um pedaço de sol e um musgo. Eu disse: gente olha que coisa linda! Olha a vida aqui! Então ela [a vida] tá presente sempre. (Entrevista concedida em 16.01.2019)

Essa vida estava presente nas mulheres que lutavam por um mundo melhor para si mesmas, para suas filhas e seus filhos. Nas entrevistas com as quais tivemos contato e nos eventos dos quais participamos, a fala das mulheres frequentemente era atravessada por menções à gravidez e às suas filhas e filhos. Algumas militantes foram presas ainda grávidas, outras separadas de suas crianças quando sequestradas, mas todas resistiam por aquelas e pelas que ainda viriam. A hipótese de Cecilia é que gerar um bebê, mesmo após a experiência desumana do cárcere, era uma afirmação da vida.

Quando a gente ficou na cela coletiva, eu fiquei com uma mulher que estava grávida, ela conseguiu sair do país depois. Muitos anos depois eu encontrei essa mulher em Paris, mais de 15 anos depois, eu olhei pra ela e lembrei dos olhos dela... você tava grávida! Maria do Carmo você... a mulher grávida! Ela disse: “a professora do sequestro!”. Eu

¹⁵Filho de Cecilia, José Ricardo Coimbra Novaes.

disse: e o teu filho? Ela me disse “ele está vivo, está muito bem! Eu vou te apresentar a ele”. Eu chorava! [...] Esta mulher chegou com a cara toda arrebatada, com aquela barriguinha já bem, né... E o Amílcar Lobo, aquele médico psicanalista que a gente denunciou, ele ia lá, dava um soro, soro de hospital e levava essa mulher pra ser torturada. Eu não sei o que ele colocava no soro pra talvez evitar que essa mulher abortasse... E essa criança nasceu e é um fotógrafo francês hoje! (Entrevista concedida em 16.01.2019)

Um entendimento que se confirma na fala de pelo menos quatro ex presas políticas em entrevistas concedidas para o documentário *Que bom te ver viva*¹⁶, quando, referindo a gravidez, uma delas expressa claramente a vinculação entre gravidez e afirmação da vida: “se eles estavam querendo me matar, eu tinha que dar uma resposta de vida”¹⁷. O filme argentino *Campo de batalla – Cuerpo de mujer*, dirigido e produzido em 2013 pelo casal Fernando Álvarez e Lizel Tornay também toca nos temas de gravidez e maternidade nos contextos repressivos, reafirmando esses acontecimentos como uma urgência pela criação de novos vínculos com a vida.

A formação do coletivo como rompimento do individualismo imposto pela repressão

Um das últimas perguntas que fizemos a Cecilia na entrevista foi: é possível fazer militância política sem os vínculos de amizade? A resposta veio muito rápida, “não”. De acordo com ela, foram esses vínculos de amizade e solidariedade dentro das organizações que sustentaram a resistência ao extermínio imposto pelos militares.¹⁸ E foi a partir dessas relações que o Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro (GTNM/RJ) se formou e ampliou suas redes ao longo dos seus 34 anos de existência.

Fundado em abril de 1985, o grupo surgiu na necessidade de organização para resistir às políticas que estavam se firmando no país em consequência da negação e do

¹⁶O filme aborda a tortura durante o período de ditadura civil-militar no Brasil, mostrando como suas vítimas sobreviveram e como encaram aqueles anos de violência duas décadas depois. Mistura os delírios e fantasias de uma personagem alinhando os depoimentos de oito ex presas políticas brasileiras que viveram situações de tortura.

¹⁷Entrevista concedida por Regina Toscano a Lúcia Murat para o documentário “Que bom te ver viva”.

¹⁸Ver, entre outros: dirigido pela cineasta argentina Cristina Raschia, o filme *Memoria de un escrito perdido* (2010) resgata a história da sua prisão a partir da experiência coletiva de um grupo de mulheres, narrando suas estratégias coletivas de solidariedade e os vínculos de amizade que as mantiveram vivas durante a repressão.

silenciamento da barbárie de um governo ditatorial. O grupo tornou-se referência no cenário nacional e internacional, por sua luta pela memória do período da ditadura civil-militar, contra a tortura e em defesa dos direitos humanos. Um coletivo que trava uma batalha diária a fim de registrar e expor, para toda a sociedade, as histórias e memórias negadas, silenciadas, inseridas num processo de produção de esquecimento. Mas o que mais chama a atenção nas memórias de Cecilia sobre o grupo são os vínculos de amizade que se formaram a partir das reuniões e do exercício do companheirismo.

Até hoje eu tenho um afeto muito grande, familiares me ligam “poxa Cecilia não posso mais ir”, mandam cartinhas pro grupo. Então foi a produção de uma grande solidariedade. Tinha gente que dizia assim “isso aqui é uma grande terapia de grupo”. Até hoje nos reunimos toda segunda-feira, às 19h da noite... há 34 anos. E ali eram reuniões que enchiam de gente, muitos familiares, menos ex presos, mas muitos familiares, mães, pais, irmãos... de vez em quando retornam lá velhinhos. Ou as pessoas ligam dizendo que morreu. [...] Então eu acho que eu vivi dois grandes momentos e vivo ainda, né? No Grupo Tortura Nunca Mais e no Partido Comunista. Dois grandes momentos de grande solidariedade, de grande companheirismo. É meu companheiro? Tô junto. E isso é uma coisa muito bonita, que nos emociona muito. Aí tá respondida a amizade né... laços de amizade se formaram de forma muito profunda. Eu sinto muita falta desses meus companheiros. (Cecilia, entrevista concedida em 16.01.2019)

A existência dos coletivos e o exercício do companheirismo entre seus integrantes tornaram possível reunir forças, criar redes e fazer escutar a experiência das culturas minoritárias e dominadas. Esses circuitos de afetos se mantêm em movimento pela defesa da vida, abrindo caminho para novas narrativas, diferentes maneiras de ver e sentir. Nas palavras de Flora Abreu:

(...) porque lutar por tortura nunca mais, resgatar os mortos e desaparecidos, resgatar a nossa história, ter o objetivo de ir para a sociedade resgatar tudo isso e denunciar e homenagear e dizer que os que morreram não eram bandidos, eram nossos heróis. Foram pessoas que deram sua vida, foram de uma generosidade sem limites. (COSTA, Flora Abreu Henrique da. **Flora Abreu**

Henrique da Costa: depoimento [2007]. Entrevista concedida para realização do filme *Memória para uso diário*)¹⁹

Conclusão

Embora a pesquisa ainda esteja em andamento e o trabalho de campo ainda esteja sendo desenvolvido, dois ganhos do processo merecem destaque: a relevância na escolha da política de pesquisa e a pertinência da produção das mulheres como fonte para o seguimento de nossa investigação.

Em relação à política de pesquisa, nos pareceu importante considerar o registro híbrido como ferramenta metodológica. Desde a elaboração de relatórios até a construção deste artigo, enfrentamos uma série de questionamentos quanto a sua forma por entendermos que a escrita pode não comportar a complexidade da experiência de um relato de si. Mas, o trabalho de registro com vídeo, embora se apresente como uma alternativa ao enquadramento fixo da escrita e das limitações daí decorrentes, também tem exigido um cuidado em relação ao tratamento das imagens e transmissão do testemunho. Entendemos que as ferramentas audiovisuais, assim como a escrita, sempre é produto de escolhas do autor, carrega um aspecto autoral e, por isso, não deve ser reificado como prova²⁰.

Sendo assim, afirmamos que o registro audiovisual pode ter muito a acrescentar ao trabalho se tivermos como princípio orientador da pesquisa uma relação ética com o campo estudado. As imagens registram objetos, expressões, cores que podemos não reparar quando estamos no campo. Durante o processo de escrita do artigo, assistindo e reassistindo a entrevista realizada, confirmamos que sem o vídeo teríamos perdido pequenos acontecimentos que foram fundamentais para melhor entender a narrativa da

¹⁹O filme foi realizado no ano de 2007 pelo GTNM/RJ e acompanha a busca de Ivanilda Veloso por notícias de seu marido, Itair José Veloso, desaparecido político durante o período da Ditadura Militar no Brasil. O documentário denuncia o esquecimento destes processos traumáticos através da seletividade da história e alerta sobre a importância de trazer à tona os fatos ocorridos nos períodos de repressão a fim de construir uma memória política coletiva.

²⁰Retomamos aqui a breve discussão feita no início do artigo, sobre quais os processos e atores que intervêm no trabalho de construção e formalização das memórias. O autor John Tagg discute como a fotografia é para a história como um remanescente vivo do passado (TAGG, 1988, p.260), porque comprova visualmente a narrativa proposta, excluindo a possibilidade de dúvidas quanto a sua veracidade. Ela é utilizada como evidência documental na construção de arquivos que são desenvolvidos a fim de gerir, recolher, tratar, preservar e divulgar o patrimônio documental de uma sociedade. No entanto, a utilização da ferramenta audiovisual é sempre produto da escolha do autor, segundo suas experiências, e isso influencia diretamente a realidade que é vista por outrem.

entrevistada. Chamamos de pequenos acontecimentos todo um conjunto de gestos e expressões corporais como os sorrisos, o dar de ombros, os olhares, o levantar da sobrancelha, as pausas e/ou silêncios. Esses acontecimentos, ganharam importância real porque escolhemos olhar para o registro audiovisual como ferramenta metodológica fundamental à pesquisa e não como apenas um complemento servindo de ilustração do texto, mas como acesso às dimensões inventiva e afetiva nas práticas.

Na introdução do artigo comentamos sobre a utilização da ferramenta audiovisual como importante caminho metodológico, mas optamos por aprofundar o esclarecimento sobre esta escolha na conclusão por entendermos que a percepção da relevância dessa metodologia para o nosso trabalho fez parte do próprio processo da pesquisa, não era algo que sabíamos *a priori*. Neste processo, compreendemos que utilizar o registro híbrido como ferramenta metodológica pode nos permitir ilustrar as expressões e silêncios que o modo escrito não capta e, ao mesmo tempo, aprofundar análises, às vezes impossíveis de serem feitas, no modo audiovisual.

Na escrita do artigo, procuramos estabelecer diálogos cuidadosos entre o que dizem as autoras e autores que temos estudado acerca dos temas de nosso interesse - política, memória, testemunhos, feminismos - com aspectos da vida cotidiana na militância, valorizados por Cecília em seu relato como: a gravidez e a maternidade em contextos repressivos, a solidariedade, os laços afetivos e a necessidade de criação de novos vínculos com a vida.

Um segundo destaque, diz respeito à pertinência da produção das mulheres que viveram a militância nos anos de chumbo para possíveis desdobramentos de nossa pesquisa. Como referimos anteriormente, a produção escrita e audiovisual de suas experiências ainda é pouco referida e visibilizada, mas pode se constituir como importante fonte em nossos caminhos investigativos. Recuperar os testemunhos femininos observando as apropriações reivindicadas em suas narrativas, significa dar continuidade à transmissão das suas experiências, das análises de sua presença na militância política, reconhecendo e valorizando o movimento por elas iniciado. A relevância dessa escolha parece encontrar ressonância nas palavras de Cecília:

É o depoimento de uma geração que não pôde falar, de mulheres que desapareceram, de mulheres que enlouqueceram... de mulheres que esqueceram. Mulheres que ficaram com

amnésia, que não lembram, não lembram. Mas a gente tem que falar. (Entrevista concedida em 16.01.2019)

Nesse momento, mais do que apresentar conclusões, esperamos que esses destaques sirvam como indicadores da importância dos estudos nesse campo para a formação em Ciências Humanas e Sociais, se somando aos esforços de outras pesquisadoras, já que as narrativas de experiências podem assumir a função de resgatar os laços sociais perdidos nos processos de seletividade da história oficial ou politização da memória. Reforçamos o alerta sobre a importância de trazer à tona os fatos ocorridos nos períodos de repressão pelo resgate da história, através do detalhe de cada testemunho, afirmando que o passado não pode ser visto como obsoleto, mas como elemento importante na constituição do presente e na construção de uma memória política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. Tradução de Cecília Rosas. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BENJAMIN, Walter. **Experiência e pobreza**. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, Walter. **O narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Leskov**. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito da História**. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BUNSTER-BUROTTO, Ximena. **Surviving beyond fear: women and torture in Latin America**. In: *Women and Change in Latin America*. America. Mass., Bergin and Garvey Publishers, p. 297-325. Westport, 1986.

CAMPO DE batalla – Cuerpo de mujer. Produção de Lizel Tornay e Victoria Alvarez. Direção de Fernando Alvarez. Argentina, 2012. Longa-metragem (73min).

COIMBRA, Cecília. Entrevista. [jan. 2019]. Entrevistador: Laura de Aguiar Miranda. Rio de Janeiro, 2019. Arquivos mp3 (180 min).

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Cascas**. Tradução de André Telles. São Paulo:

Editora 34, 2017.

JELÍN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2002.

MEMORIA de un escrito perdido. Produção: Claudia González Chiappe. Direção e roteiro: Cristina Raschia. Argentina, 2012. Longa-metragem (52min).

MEMÓRIA para uso diário. Produção de Beth Formaggini. São Paulo: 4 Ventos, 2007. Longa-metragem (84min).

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Tradução de Dora Rocha Flaksman. Estudos Históricos, v.2, n.3, p. 3-15. Rio de Janeiro, 1989. ISSN 2178-1494.

QUE BOM te ver viva. Produção de Kátia Cop, Maria Helena e Lúcia Murat. Direção e roteiro: Lúcia Murat. Rio de Janeiro: Embrafilme, 1989. Longa-metragem (100min).

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.

SAFATLE, Vladimir. **Um dia, esta luta iria ocorrer**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SAMAIN, Etienne. **Como pensam as imagens**. São Paulo: Editora Unicamp, 2013.

SAPRIZA, Graciela. **Cuerpos bajo sospecha: un relato de la dictadura en Uruguay desde la memoria de las mujeres**. In: Labrys. Estudos feministas vol. 16. França-Brasil-Canadá, 2009. ISSN 1676966X.

TAGG, John. **The Burden of Representation: Essays on Photographies and Histories**. Minnesota: University of Minnesota Press, 1988.

TEGA, Danielle. **Tempos de dizer, tempos de escutar: testemunhos de mulheres no Brasil e na Argentina**. São Paulo: Fapesp; Intermeios, 2019.

TELES, Edson L. A. **Brasil e África do Sul: Os paradoxos da democracia. Memória política em democracias com herança autoritária**. Orientador: Renato Janine Ribeiro. Tese (Doutorado em Filosofia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, FFLCH-USP, São Paulo, 2007.

WAJCMAN, Gérard. **A arte, a psicanálise, o século**. In: Lacan: o escrito, a imagem. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

WOLFF, Cristina Scheibe; SILVA, Tamy Amorim da. **Movidas pelo afeto: três mulheres na resistência à ditadura no Brasi, Paraguai e Bolívia (1954-1989).**

Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis, v.10, n.1, p. 190-211. Florianópolis, 2013. ISSN 1807-1384



Sem título

Colagem

Guilherme Geremias da Conceição

**EDUCADOR-POETA: EXPERIÊNCIAS LÚDICAS DO
PIBID/SOCIOLOGIA DA UFRGS NA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL
PAROBÉ¹**

Arthur Witter Meurer ²

Paula Mariani De Andrade ³

Resumo: Este artigo é resultado de experiências lúdicas construídas pelos bolsistas do PIBID Sociologia da UFRGS na Escola Técnica Estadual Parobé nas turmas de 1º e 3º ano do Ensino Médio regular. Procura-se discorrer sobre a relevância do jogo e do lúdico enquanto opção didático-pedagógica capaz de traduzir os componentes curriculares, sob a perspectiva de educador-poeta de Sandra Mara Corazza. Ademais, busca-se evidenciar que o jogo e as práticas lúdicas entrelaçam professores e estudantes, contrapondo o método tradicional e bancário de ensino, mobilizando os corpos para aprender através da brincadeira e da transcrição dos conteúdos.

Palavras-chave: PIBID; Lúdico; Didática; Educação.

Introdução

Antes de adentrarmos os pormenores teóricos e práticos deste trabalho, cabe ressaltar que as experiências lúdicas aplicadas descritas a seguir só foram possíveis devido a nossa condição enquanto bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de

¹ Artigo desenvolvido por iniciativa própria dos autores a partir das suas experiências na Escola Técnica Estadual Parobé enquanto bolsistas do PIBID/Sociologia da UFRGS.

² Graduando em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista CAPES pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) até fev. 2020. E-mail: arthurmeurerufrgs@gmail.com

³ Graduanda em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista CAPES pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) até fev. 2020. E-mail: paula.mariani182@gmail.com

Iniciação à Docência (PIBID), alimentado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a qual tem como um de seus objetivos:

f) contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura (BRASIL, 2010, p.3)

Além disso, vale destacar a nossa relação, como pibidianos, com nossa professora supervisora, que permitiu que o nexos entre universidade e escola do ensino básico ocorresse, além de incentivar e possibilitar nossa atuação dentro de sala de aula na posição de “professor”, como prevê o edital citado acima. Dito isso, foi possível experienciar novas metodologias de ensino com os estudantes das turmas 1T2 e 1T3, do primeiro ano, e 3M1, 3M2 e 3M4, do terceiro ano, como as atividades lúdicas e os jogos.

Este artigo está dividido em duas sessões para além desta introdução. Na primeira metade, trataremos algumas concepções pedagógicas e noções epistemológicas antagônicas, dentre elas a chamada educação bancária, a libertadora/crítica e a pós-crítica ou pós-estruturalista, representada pela didática da tradução. Ademais, incorpora-se ao texto uma discussão teórica sobre ludicidade e sua aceitação pelo adolescente ao abandonar a infância e transitar para fase adulta. Por fim, na última sessão, faremos uma descrição geral de cada atividade realizada em sala de aula.

A(s) docência(s)

A docência e o ato de lecionar podem seguir pelo menos duas concepções antagônicas: a “bancária” e a problematizadora; a primeira serve à dominação, a segunda à libertação (FREIRE, 2018). A educação “bancária”, termo cunhado por Paulo Freire, pode ser definida a partir de uma metodologia determinada, principalmente, pela hierarquização dos saberes do educador em detrimento dos saberes do educando. O educador seria o único que pensa, enquanto os educandos são pensados; é o professor quem sabe, quem educa, quem disciplina: “o educador, finalmente, é o sujeito do processo; os educandos, meros objetos” (FREIRE, 2018, p. 83). Nesse modelo, o educador, ao invés de se comunicar, “faz comunicados” e espera que os educandos memorizem o conteúdo de forma mecânica. Através da narração, ele “deposita” o

conhecimento como quem armazena informações em um arquivo, pasta por pasta, ordenadamente. O docente transmite o conhecimento, meros retalhos da realidade, ao invés de construí-lo (ou “transconstruí-lo”) a partir da realidade dos educandos, podendo torná-lo, assim, mais concreto, mais próximo.

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela - saberes socialmente construídos na prática comunitária -, mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação ao ensino dos conteúdos (FREIRE, 2019, p.31).

Já na concepção de educação libertadora segundo Freire “não há docência sem discência”, pois “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender [...] ensinar inexistente sem aprender e vice-versa” (2019, p. 25). Logo, não há distinção entre quem é o sujeito e o objeto do conhecimento na relação entre professor e estudante. Ao contrário, o que deve haver é uma relação “dodiscente” (docente-discente).

Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo [...] (FREIRE, 2018, p.96)

Lançando mão de uma metáfora, pode-se dizer que o fazer docente libertador é como o tecer de uma renda de bilro: o conhecimento é como as mãos que suportam as agulhas de madeira; as agulhas de madeira são como o educador e o educando; e tecendo os conhecimentos do educador com o do educando forma-se a renda, que simboliza a construção dessa relação dodiscente. Ao se associar à educação libertadora o docente busca problematizar a realidade concreta por meio do ensino e, mediante diálogo, “descobrir” o porquê “da poluição dos riachos e dos córregos” (FREIRE, 2019, p.32), da violência, das condições de trabalho, das desigualdades socioeconômicas, da fome (conhecida do próprio Freire na infância) e das amarras ideológicas. De acordo com essa concepção, educar é um ato político e por serem as decisões políticas – institucionais ou não – aquelas que regem cotidianamente a vida dos atores que figuram no espaço escolar, fala-se, ao longo da obra de Freire, em “libertação”. Assim, o educador libertário pretende instigar os educandos a pensar criticamente sua vida social e política para que, pela

condição de oprimidos na luta de classes, eles tomem as rédeas do mundo e, como cidadãos, transformem-no em um lugar amplamente democrático, justo e livre de opressões. Ao incorporar a dialética marxista em sua obra, Paulo Freire tinha como ambição pôr fim aos contrastes socioeconômicos presentes sobretudo na América Latina. Para isso, a teoria crítica é calcada em princípios da Modernidade, como a noção de sujeito racional, consciente e autônomo, além dos conceitos de razão, de liberdade e de progresso. Logo, a ideia de sujeito como centro da ação social e agente de transformação é substancial para a compreensão da pedagogia freireana.

Entretanto, por ser “dependente do universalismo, do essencialismo e do fundacionalismo” (SILVA, 1999, p.115), a perspectiva libertária é contestada pelo que chamamos de teorias pós-estruturalistas de currículo, influenciada pelos contributos de Michel Foucault, Jacques Derrida e Gilles Deleuze. Ao contrário da pedagogia freiriana, o pós-estruturalismo nega as grandes narrativas da Modernidade, assim como o método dialético. Não há, nessa vertente, uma dicotomia entre essência e aparência, da mesma forma que não há diferença entre o “verdadeiro” e o “ficcional”. O sujeito, diferentemente daquele transformador, inventor e produtor de saberes em Freire, é, portanto, produzido por discursos, inventado. Para os autores do pós-estruturalismo, não é a realidade natural e sociocultural que cria a linguagem, mas a linguagem que cria a realidade natural e sociocultural. Assim, o aparato discursivo, em um nexos entre saber e poder, ditará quem é, por exemplo, louco ou normal. Além disso, devido ao seu caráter classificador, o binarismo (homem/mulher, branco/negro, homossexual/heterossexual, etc.) é bastante criticado na chamada Filosofia da Diferença, pois não permite ao indivíduo a plena construção da sua identidade, deixando de impulsionar novos olhares sobre o currículo escolar. Ainda, no Pós-Estruturalismo o conceito de verdade também é posto em xeque; ele deve ser interpretado e essa interpretação é livre para ser produzida como atividade poética. Por esse motivo, Friedrich Nietzsche é porventura incorporado às discussões do pós-curriculum (SILVA, 2001). Sendo assim, a mestra em educação Sandra Mara Corazza (2019) cunha o termo educador-poeta, ao se referir a esse movimento poético quase antropofágico de recriação das ideias originais, em que o educador-tradutor se apropria do conteúdo original desprendido de contexto e o traduz na realidade vivida.

Por maiores que sejam as divergências epistemológicas entre as teorias críticas e

as pós-críticas, ao partir da academia para o espaço escolar, para a prática docente, essas cisões ficam invisibilizadas pela ação, pelo fazer. Parece inconcebível falar em Nietzsche e em Marx no mesmo parágrafo, da mesma forma como se fala aqui em Freire e Corazza. Porém, a prática é um lugar de diálogo, de mistura, de testagem, de invenção. Ao optarmos pela concepção libertadora de educação (FREIRE, 2018), reconhecemos que a realidade socioeconômica dos educandos pode ser pensada a partir dos seus escritos, bem como a relação de amorosidade e afeto desenvolvida entre os pibidianos e os educandos. Ainda, ao nos apropriarmos antropofagicamente dos termos propostos pela DidáticaArtista da Tradução (CORAZZA, 2013), promovemos a introdução do lúdico, do jogo e da brincadeira em sala de aula, que se tornou uma opção política e didático-pedagógica potente para o espaço em que estávamos inseridos. Acreditamos que a utilização do lúdico pode ser um dos aliados dos educadores que se propõem a construir um projeto político-pedagógico dentro do território escolar e da sala de aula capaz de “transgredir com as práticas tradicionais de ensino” (CAROLY *et al.*, 2018, p.17).

Após a execução das atividades, ao final do período de inserção do PIBID Sociologia na escola, aplicamos um questionário como parte da metodologia deste artigo. Por meio dele, observamos a receptividade e o acolhimento dos estudantes quanto a essa forma de “transformação”, “desdobramento” e de “transcrição do pensamento [...] científico” (CORAZZA, 2015, p.109). Emergiram das respostas manifestações contrárias ao ensino bancário e favoráveis ao aprendizado lúdico, como verificamos nos relatos dos Estudantes 6 e 11, respetivamente:

Acho sim que seria uma aula que eu gostaria de ir. Não iria só ir por obrigação, criaria um interesse pela matéria, pois é muito ruim você chegar na escola encherem o quadro, te sufocar de matérias e não explicarem nem o mínimo, chega a dar um desanimo de ir pra aula, com esses tipos de brincadeiras eu realmente me interessaria ainda mais.

Não apenas fazer todo mundo copiar o quadro, ou responder questões do livro, mas, sim, debater [...] sinto que aprendi mais em sociologia só sentando ao lado do professor e conversando com ele do que se eu tivesse, desde o começo, copiado a matéria do quadro.

O lúdico

A origem etimológica da palavra lúdico nos diz muito sobre a relação que a escola deveria ter com os jogos e brincadeiras: “a palavra latina *ludus* refere-se à escola, jogo, diversão infantil” (FORTUNA, 2000, p.147). Já “a expressão seriedade é uma tentativa de exprimir o não-jogo” (Ibid.). É desta forma que os educadores que utilizam apenas os métodos tradicionais de ensino caracterizam a relação do aprendizado com a brincadeira

Muitos educadores buscam sua identidade na oposição entre brincar e estudar: os educadores de crianças pequenas, recusando-se a admitir sua responsabilidade pedagógica, promovem o brincar; os educadores das demais séries de ensino promovem o estudar. (Ibid, p.149)

Para esses educadores, há uma distinção entre a brincadeira e a realidade (FREUD, 2015) e uma relação entre prazer e improdutividade (FORTUNA, 2000). Entretanto, ao definirem os efeitos da ludicidade no território escolar, vários autores (CALLOIS, 1990; CRUZ; SANTOS, 1997; FORTUNA, 2000) associam a brincadeira e o jogo ao prazer e a afetividade. A partir disso, laços mais próximos entre educadores em formação e educandos podem ser desenvolvidos, pois ambos emergem nessas atividades, trocando afetos e construindo conhecimento a partir dos saberes. É neste sentido que Paulo Freire cita, em *Educação e Mudança*, que “não há educação sem amor” (FREIRE, 1979, p.15).

Como uma proposta de superação da educação bancária, o lúdico, o jogo e a brincadeira são capazes de proporcionar a integração dos estudantes entre si e do educador com os educandos, o que pôde ser visto no relato do Estudante 19: “[...] gosto desse tipo de aula que faz as pessoas interagirem.” Assim, o desenvolvimento da afetividade se dá a partir de atividades prazerosas que, ao contrário do método tradicional, dão ênfase ao potencial criador do professor e do aluno, além de possibilitar o movimento dos corpos dentro de sala de aula.

A formação lúdica se assenta em pressupostos que **valorizam a criatividade, o cultivo da sensibilidade, a busca da afetividade, a nutrição da alma**, proporcionando aos futuros educadores vivências lúdicas, experiências corporais, que se utilizam da ação, do pensamento e da linguagem, tendo no

jogo sua fonte dinamizadora (CRUZ; SANTOS, 1997, grifos nossos).

A partir de um planejamento que inclua os jogos e o lúdico como formas metodológicas de lecionar, o educador poderá desenvolver maior proximidade com os educandos, o que não faz parte do “campo semântico” da educação bancária. O docente, em vez de engessar o conteúdo presente nas bases curriculares, se tornaria um “transcriador” do mesmo. A proposta é que o educador crie e se permita ir além da mera reprodução dos textos e dos conteúdos, pois, apesar de ele precisar “quebrar o gelo” e compreender estes processos de negação da brincadeira e da infância, arriscar-se diante novas metodologias pode ser valioso. É evidente que, para fazer o nexos entre a escola e a brincadeira em uma educação libertadora e inventiva, o educador deve estabelecer regras para que haja mútuo respeito dentro da sala de aula, pois “não é possível autoridade sem liberdade e esta sem aquela” (FREIRE, 2019). Este educador que se permitir criar e reinventar sua prática docente poderia ser nomeado de “educador-poeta”, conforme mencionado anteriormente, pois, segundo Freud (2015):

O poeta faz algo semelhante à criança que brinca; ele cria um mundo de fantasia, que leva a sério, ou seja, um mundo formado por grande mobilização afetiva, na medida em que se distingue rigidamente da realidade. **E a linguagem mantém essa afinidade entre a brincadeira infantil e a criação poética**, na medida em que a disciplina do poeta, que necessita do empréstimo de objetos concretos passíveis de representação, é caracterizada como brincadeira/jogo. [...] a partir da irrealidade do mundo poético se seguem importantes consequências para a técnica artística, pois muitas coisas não poderiam causar gozo como reais, podem fazê-lo no jogo da fantasia e muitas moções que em si são desagradáveis, podem se tornar para o ouvinte ou espectador do poeta fonte de **prazer** (FREUD, 2015, p.269, grifo nosso).

Tomando por base as elaborações de Freud (2015), o educador-poeta é aquele capaz de traduzir didaticamente o mundo do saber erudito de maneira poética, afetiva e prazerosa a partir da ludicidade e da brincadeira. Da mesma forma que a criança brinca com seriedade, brincamos nas experimentações docentes. Assim, ao educador-poeta e tradutor ficará o desafio de empregar uma “sobrevida do texto original” (PAZ, 1981, p.11; CORAZZA, 2015, p.111) bem como da própria prática docente e da sua “verdade” poética.

A “Didática da Tradução”

Não há, de forma definitiva e fechada, um conceito para definir o que é jogo, ainda que o sociólogo alemão Walter Benjamin (2009) tenha definido acertadamente que o jogo, para a criança, é um ato de repetição, de interiorização da linguagem e de criação dos hábitos. Para o autor, “a essência do brincar não é um ‘fazer como se’, mas um ‘fazer sempre de novo’, transformação da experiência mais comovente em hábito” (BENJAMIN, 2009, p.102). No entanto, não existe para além disso um consenso entre os autores que discutem a temática (HUIZINGA, 1938; CAILLOIS, 1958; KISHIMOTO, 1996 *apud*. FORTUNA, 2000; LIMA, 2008). Johan Huizinga (1990, *apud*. LIMA, 2008), por exemplo, concebe o jogo como um elemento formador de cultura, podendo ser observado “na guerra, no conhecimento, na arte, na música, na poesia, na filosofia, no direito, na religião” (LIMA, 2008).

Se olharmos para a educação sob essa perspectiva lúdica e construtora da cultura, vemos que há uma íntima relação dos jogos e da didática com as artes, pois, se há um aspecto interessante nos jogos, é a sua imprevisibilidade, sua possibilidade de (re)invenção, de (re)composição e a liberdade de atuação das partes envolvidas (os jogadores), mesmo que limitados por um conjunto de regras. Desta forma, opera-se a Didática da Tradução e o “Didata-Tradutor”, tomando para si os signos da ciência, da filosofia e das artes, em um processo antropofágico de apropriação dos textos originais e de *escreitura* (escrita-e-leitura) do currículo (CORAZZA, 2013). As práticas docentes e a própria docência têm caráter “aberto, inconcluso, laboratorial” (AQUINO, 2014), para que o educador possa experimentar, testar e reimaginar novas formas de “transcrever” o conhecimento, exercitando “suas fantasias e habilidades amorosas [...] usando a recriação imaginativa, por meio de escreituras (escritas-e-leituras) e diálogos críticos [...] num processamento singular de interpretações” (CORAZZA, 2013, p. 212). Portanto, a Didática da Tradução promove uma “poética experimental”, tratando a prática docente como uma tradução do conhecimento de forma artística, que envolve uma “transformação das relações interculturais” (CORAZZA, 2015, p.108). Nesse caso, não se transcreve a linguagem, mas o discurso do conhecimento e, com isso, transforma-se o objeto de acordo com os sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem, a partir dos meios em que estão inseridos. Além disso, o Didata-Tradutor – por meio da DidatArtista – deixa de ser

reificado como mero porta-voz das teorias sociológicas, por exemplo, e passa a ser um (re)inventor: “A didática [...] busca mais do que a reprodução do sentido” (CORAZZA, 2015, p.113), busca “entender o-que-não-foi-feito e o-que-se-pode-fazer-de-novo” (Campos, Pignatari, & Campos, 1991, *apud.* CORAZZA, 2015, p.133). O que faz o DidatArtista-Tradutor é *creative transposition* (transposição criativa) (JAKOBSON, 2010, *apud.* CORAZZA, 2015, p.122), ou seja, “transpoetização” com a docência, porque “esse acontecimento [é] artesanal” (AQUINO, 2014, p.29) e ilimitado. A Didática da Tradução é uma concepção pedagógica potente para o trabalho do educador-poeta, pois é ele quem vai, a partir da brincadeira, dar vida aos conhecimentos de forma não monolítica, de modo que “poderão, por vezes, tornar-se mais importantes que os originais” (CORAZZA, 2013, p. 219), trazendo um novo **ânimo** para a sala de aula.

O abandono da infância

Em nossa prática, percebemos que, ao propormos as dinâmicas lúdicas em sala de aula, houve um certo recuo por parte dos estudantes das turmas de primeiro ano. Já nas turmas de terceiro ano, as propostas alternativas de aprendizagem foram acolhidas imediatamente. Esse recuo por parte de uns e receptividade por parte de outros pôde ser observado quando a mímica e o jogo de adivinhação foram utilizados em uma dinâmica após corrigirmos suas provas de redação. Optamos por essa dinâmica pois muitos termos como “sociedade” e “cultura” pareciam vagos na maioria dos textos dos alunos, sem nenhuma definição dos conceitos ou especificação de qual sociedade e qual cultura ou o que eles queriam dizer quando usavam essas palavras. Neste caso, a mímica foi utilizada como uma forma de linguagem (corporal) para saber se esses conceitos abstratos de “cultura” e “sociedade” seriam facilmente performados e adivinhados pelos demais colegas. Além dessas duas palavras, foram distribuídas outras como “igreja”, “casa”, “gato”, que são ideias mais concretas e palpáveis para os estudantes. Não por acaso, essas palavras foram acertadas em menor tempo e mais vezes que as demais.

Sendo assim, buscamos entender por que os estudantes dos primeiros anos rechaçaram a brincadeira no início, mas depois, no decorrer da aula, aceitaram a atividade. Podemos ver nas respostas do questionário, dadas pelos Estudantes 16 e 23, os efeitos que o emprego da ludicidade pode causar, em comparação à primeira reação a essa

metodologia alternativa: “[...] não acho que seja coisa de criança e sim uma atividade divertida e diferente de se propor em aula que, com a colaboração dos alunos, pode gerar bons resultados”; “[...] amaria. Adoro aulas assim. Acho muito mais produtivo e educacional, e todos temos uma criança dentro de nós, mesmo sem admitir. Então não existe algo de criança”. Para compreender esse movimento dos estudantes, precisamos entender que eles estão vivenciando uma fase de transição entre a infância e a adolescência, a qual por si só também é considerada uma fase de transição, mas para o mundo adulto. Além das condições etárias, esse processo é sociopsicológico, pois está vinculado ao desenvolvimento psicológico do sujeito, englobando questões como a identidade (ALVES, 2008). Para que a construção dessa identidade adulta – “madura” – do adolescente se efetive e para que esse sujeito seja reconhecido pelos seus pares enquanto um “jovem-adulto” que rompeu com a infância, é preciso que ele abandone e negue o mundo da ludicidade e da brincadeira, pois a brincadeira, o brinquedo e a ludicidade são ações socialmente reconhecidas como parte do mundo infantil. Além disso, negá-las faz parte de uma afirmação simbólica nesta fase da vida: para Pippi (2015), o estudante que tem idade superior teria adquirido uma maior quantidade de poder simbólico, ou seja, de legitimidade entre seus colegas. Ainda, complementando a visão da autora, podemos pensar que a construção da identidade “jovem-adulta” do sujeito também é vista como algo transgressivo e pode ser consequência da busca por poder simbólico dentro do território escolar.

Dinâmicas e experiências aplicadas na Escola Técnica Estadual Parobé

Neste ponto, escolhemos compartilhar com os(as) demais educadores(as) nossas atividades lúdicas para a disciplina de Sociologia. Ao expô-las, enfatizamos que os educadores que porventura quiserem reproduzi-las dentro do território escolar, saibam que estão autorizados para modificar, “transcriar” e ampliar a gama de conhecimentos e/ou de áreas envolvidas nestas dinâmicas. Da mesma forma que nos foi proposto no XV Seminário Institucional do PIBID UFRGS, estas novas metodologias experienciadas pela Sociologia podem ser compartilhadas e adaptadas dentro de projetos indisciplinares.

Vale lembrar que a proposta do PIBID permite experimentar com os modos de lecionar, como determina a Portaria que define as normas do programa:

d) inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem. (BRASIL, 2010, p.3)

Portanto, é possível que algumas dessas atividades tenham caído em uma espécie de “jogo didatizado”, visto que o nosso contato com o lúdico é recente. Segundo Tânia Fortuna (2000):

[...] o problema é fazer do jogo um modo de ensinar e aprender, inserindo-o em um projeto, é que muito facilmente pode escorregar para a atividade dirigida. Torna-se jogo didatizado. Assim são inúmeros jogos que funcionam como “isca” para fisgar o interesse do aluno no ensino, promovendo a aprendizagem. Fica a pergunta: por que é preciso disfarçar a aprendizagem? (FORTUNA, 2000, p. 152)

Apesar disso, a transcrição do conteúdo a partir de uma abordagem lúdica do educador-poeta se destacou entre os métodos de ensino presentes no território escolar. A escola é uma instituição normatizadora e, ao contrário do que vem fazendo, pode abrir espaço para a criatividade, para a afetividade, para o estreitamento da relação professor-aluno, para a brincadeira e para a educação problematizadora e crítica.

A seguir estão alguns dos nossos trabalhos enquanto pibidianos-poetas, utilizando dos mecanismos que descrevemos neste trabalho como uma opção política e didático-pedagógica.

A Fábrica: uma dinâmica sobre e para os tempos modernos

Com o objetivo de expor na prática como era organizada a divisão fordista/taylorista de produção, criamos “A fábrica” para apontar as condições de trabalho da época e relacioná-las com a realidade do mercado de trabalho nos dias de hoje, embasados pelos conceitos do filósofo Karl Marx (1818-1883). Para isso, contextualizamos historicamente o período da Revolução Industrial e expomos os conceitos de organização do trabalho que se sucederam a ela e ganharam notoriedade a partir do século XIX e início do XX. Esta dinâmica foi dividida em duas aulas: a primeira

consistia na exposição das teorias de Frederick Taylor e Henry Ford, sendo Taylor o idealizador e Ford quem viria a aplicá-las em suas fábricas. No fordismo/taylorismo, se destaca o uso de novas tecnologias em ambiente fabril, como a esteira, que tinha a finalidade de aumentar a capacidade produtiva de carros e baratear o custo de produção. Entretanto, uma das consequências da produção em larga escala de mercadorias foi a Crise de 1929, causada pela superprodução e pela livre competição entre empresas.

No segundo encontro, se propôs uma aula prática onde simularíamos uma fábrica taylorista/fordista. Uma esteira foi formada com sete classes, separada pelas etapas da produção da mercadoria – aviões de papel – e cada etapa correspondia a uma dobra até a sua conclusão. Sete estudantes ocuparam seus postos de “trabalho” atrás das classes, enquanto o restante representava o exército industrial de reserva, ou seja, o conjunto dos desempregados. Além disso, os alunos que melhor produziam os aviões eram bonificados com uma bala de iogurte, enquanto os piores eram demitidos e substituídos em uma espécie de assembleia feita pelos próprios “trabalhadores”. A produção foi dividida em três turnos de três minutos e cada trabalhador receberia o seu salário, cujo cálculo foi realizado pelos PIBIDIANOS em conjunto com os estudantes, conforme marcadores sociais como raça/etnia e gênero. É sabido que o salário médio das mulheres é cerca de 20,1% menor que o dos homens e que as pessoas negras ganham R\$ 1,2 mil a menos que os brancos. Por esse motivo, os salários eram diversos e expressavam as desigualdades intrínsecas ao mercado de trabalho atual. Ao final da dinâmica, foram realizados cálculos de cada etapa da produção: o valor a ser pago aos trabalhadores negros e às mulheres trabalhadoras teve como base o salário mínimo da época (R\$ 998,00). dividido pelo tempo de produção; apenas os homens brancos receberam um valor calcado no dobro do salário mínimo da época (R\$ 1996,00). Assim, somamos o valor da matéria-prima (folhas de papel) – multiplicada pelo número de aviões produzidos – com o valor da força de trabalho por minuto para expor os custos reais da produção. Logo em seguida, foi estabelecido um valor para a mercadoria (R\$ 5,00) para apontar os conceitos de mais-valia e lucratividade. Notou-se que a produção em cada turno atingia a média de 30 aviões. Por fim, ainda que déssemos um avião para cada estudante, trabalhadores ou não, sobrariam muitas mercadorias acumuladas. Nesse sentido, apontamos o conceito de “crise de superprodução” tal qual ocorreu na Grande Depressão.

É claro que nessa dinâmica tomamos muitas liberdades e fizemos escolhas

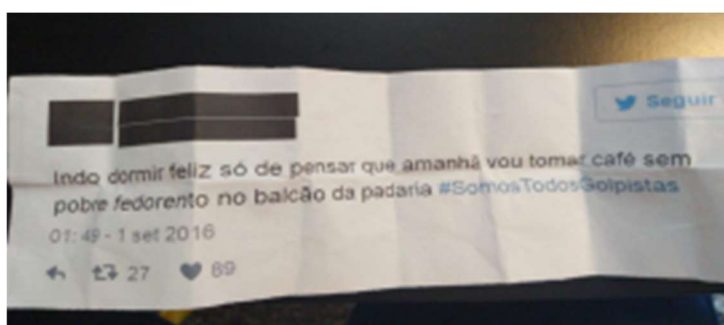
metodológicas, algo que precisa ficar explícito aos estudantes. Neste cálculo não está incluso o valor das contas de luz e de água, impostos pagos pela fábrica ao Estado e muitas outras variáveis que são importantes para o cálculo real do lucro de uma empresa. Também é importante ressaltar aos alunos que as leis trabalhistas não existiam na época do ápice do taylorismo/fordismo, ou seja, não havia um valor instituído legalmente como salário mínimo e nem uma jornada de trabalho de 8 horas diárias, além de muitos outros direitos conquistados posteriormente pela classe operária que transformariam o ambiente de trabalho no futuro.

Caixa de Pandora: produção de histórias e curtas-metragens

Nesta dinâmica, realizada com os primeiros anos do turno da tarde, o elemento lúdico está presente na própria “Caixa de Pandora”. Essa Caixa consistia em uma caixa de sapatos forrada com jornal, cuja parte superior continha uma abertura formando uma espécie de urna. No início dessa atividade, era contada a história da Caixa de Pandora na mitologia grega, dentro da qual se dizia estarem contidos todos os males do mundo. Dentro da nossa caixa, havia microtextos como comentários retirados do Facebook, Tweets e notícias de cunho machista, racista ou elitista e, como dinâmica impulsionadora, o estudante deveria ler e identificar qual o tipo de preconceito (e discurso de ódio) estava presente no papel retirado dessa urna. Posteriormente, eles deveriam escrever uma história sobre a temática selecionada. Para auxiliar a escrita das histórias, pibidianos e estudantes leram juntos algumas páginas de *Os filhos dos dias*, de Eduardo Galeano e *Short Movies*, de Gonçalo M. Tavares. A ideia principal é que, como estávamos estudando sobre as diversas desigualdades sociais, os estudantes articulassem o que foi visto em aula com a sua história. Entretanto, em vez de desenvolverem histórias ficcionais, muitos alunos escreveram relatos pessoais. Se há algo de positivo, é perceber que o(a) estudante se sentiu minimamente confortável para compartilhar sua história com os pibidianos. Isso demonstra que a relação do(a) pibidiano(a) com os alunos(as) em sala de aula é de proximidade e de abertura. Após esta atividade, o projeto partiu para outra fase, que consistia na produção de um curta-metragem em grupo, sendo a melhor história eleita pelos colegas e depois filmada. Se considerarmos o que entendemos por “curtas-

metragens”, a turma estigmatizada como “a pior” compreendeu melhor o objetivo da tarefa. Depois da exibição, debatíamos os filmes caso fosse necessário e abríamos para falas e comentários dos produtores.

Assim como no mito da Caixa de Pandora, que continha os males da humanidade, dentro da nossa havia também a esperança vinda das histórias e dos curtas, que promoviam o combate aos discursos de ódio encontrados dentro da Caixa e presentes na sociedade, na realidade concreta.



(Imagem 1.0.: Tweet elitista retirado da Caixa de Pandora.)



(Imagem 1.1. e 1.2.: A Caixa de Pandora e a exibição dos curtas.)

Cadavre Exquis: o ensino de gênero e a diferença dos corpos

Nas turmas de terceiro ano, o ensino de Gênero e Sexualidade faz parte do currículo da disciplina de Sociologia. Portanto, optamos por fazer um jogo de inspiração surrealista antes da aula expositiva, chamado Cadavre Exquis, o qual consiste na produção de um desenho fragmentado: a proposta do jogo é que o desenho possa ser “desconexo”, sem manter uma coerência. Por exemplo, é possível que um desenho comece com uma cabeça de elefante e acabe com rodas de bicicleta. Antes de iniciar, dividimos folhas de ofício em quatro seções, onde seriam desenhadas as partes do corpo, como a cabeça, o tronco, as pernas e os pés.

Para isso, estabelecemos algumas regras: os estudantes deveriam, primeiramente, montar um grupo de quatro pessoas e posicionar as cadeiras em forma de “cruz” para que nenhum dos colegas do grupo pudesse ver o que o outro estivesse desenhando. A segunda regra era que os estudantes deveriam desenhar uma parte do corpo e passar o papel para o colega ao lado e, ainda sem ver, continuar o desenho. Fizemos três rodadas: na primeira, pedimos para que desenhassem um homem; na segunda, uma mulher; e, na terceira, uma pessoa agênero. Evidentemente que as concepções de homem e mulher dos estudantes eram, ainda, muito normativas, ou seja, houveram poucos (ou nenhum dos) casos em que as pessoas desenhadas fossem pessoas com deficiência física (PCDs), mulheres ou homens trans, homens ou mulheres gordas, etc.

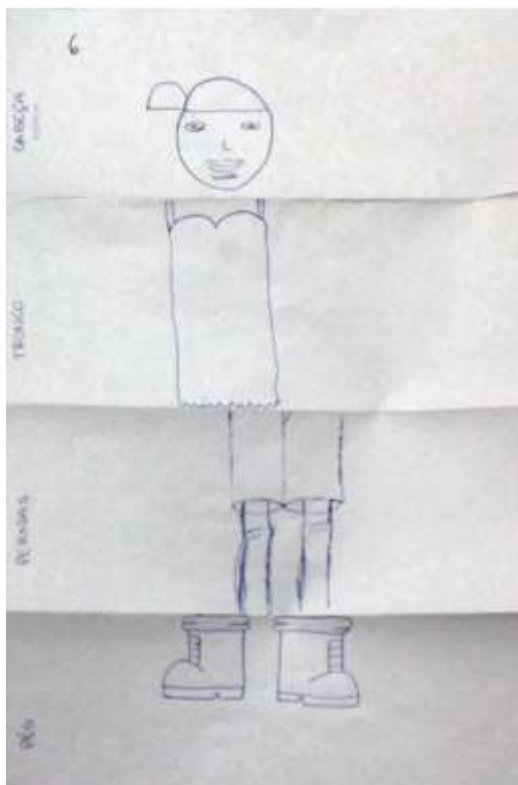


(Imagem 2.0.: Organização da sala de aula.)

Em seguida, assim que os desenhos ficaram prontos, nós os recolhemos e produzimos um livro. Neste livro, cada parte desenhada pelos estudantes está separada (conforme as quatro seções do corpo) e é possível montar a pessoa que desejarem, expondo, assim, a multiplicidade de corpos possíveis. Por exemplo, é possível montar um corpo que rompa com os padrões normativos, que tenha a cabeça e pés aparentemente masculinas e tronco e pernas aparentemente femininas, formando uma outra identidade que transgrida o binarismo homem/mulher cisgênero.



(Imagem 2.1. e 2.2.: Pibidianos organizando a atividade e explicando as regras do jogo.)



(Imagem 2.3: desenho resultante da dinâmica)

O varal: ensino da Sociologia Clássica a partir do uso de linhas e pregadores de roupa

A proposta d'O varal veio após a dificuldade das turmas de primeiros anos da tarde compreenderem os três grandes clássicos da Sociologia: Durkheim, Weber e Marx. Sendo assim, utilizamos um varal com os conceitos principais de cada autor, de modo que cada linha dele representava a concepção de “estrutura” para cada clássico. Essa atividade consistia em, no primeiro momento, cercar a turma com a linha do varal a fim de apresentar uma estrutura coercitiva. Quem estivesse de fora da linha poderia vir a ser um sujeito desviante da regra padrão, podendo, inclusive, “se suicidar” (suicídio anômico), como elabora Émile Durkheim em *O Suicídio*. Pensando em conceitos chave do pensamento de Durkheim, penduramos palavras como “religião”, “moral”, “fatos sociais”, “coesão”, “coerção”, “anomia”, “estrutura”, “sociedade > indivíduo”, “solidariedade orgânica e mecânica” e “educação”. No que tange aos conceitos elaborados por Max Weber, penduramos apenas as tipificações de ações sociais

(“racional com relação a fins”, “racional com relação a valores”, “tradicional” e “afetiva”) e às explicamos com exemplos mais próximos da realidade dos alunos, além de expormos a ideia de “indivíduo > sociedade”. Ao apresentarmos os conceitos de Karl Marx, os pibidianos participaram de um cabo de guerra que simbolizava a luta de classes. Na dinâmica sobre esse autor, gostaríamos que o cabo de guerra contasse com a participação dos estudantes, porém a linha que utilizamos poderia gerar ferimentos e acabou não sendo a ideal para realizar a atividade. Assim, a “burguesia” ficava ao lado direito da linha junto com o “Estado”, “meios de produção”, “lucro” e “capital”; e o “proletariado” ao lado esquerdo junto com as palavras “trabalho”, “mais-valia”, entre outras. Realizada a atividade, partimos para uma aula de caráter expositivo, representando os conceitos dos três clássicos e fazendo comparações entre suas teorias.

Infelizmente, tínhamos a proposta em mente de que fosse uma aula mais participativa e lúdica, como uma espécie de jogo. Todavia, essa proposta ideal se confrontou com a realidade da disposição da sala e o curto tempo de revisar o conteúdo. No entanto, não é uma atividade a ser descartada, mas é necessário que o educador que se apropriar desta dinâmica pense em como organizar a sala para uma execução mais participativa.



(Imagem 3.0. e 3.1.: O varal e a exposição das teorias clássicas da Sociologia.)

Conclusões

Ao final da elaboração deste artigo pudemos fazer algumas considerações: a primeira que vale ressaltar é o grande valor que bolsas de iniciação à docência podem ter para a formação de graduandos em licenciatura, não apenas em relação à experiência adquirida, mas também no que concerne às questões teóricas. Todas elas aqui discutidas só puderam ser trazidas por meio da própria prática pedagógica, no contexto no qual nos encontrávamos, como por exemplo o uso de dois autores com perspectivas educativas conflituosas, que se provou ser extremamente rico para o planejamento e realização das dinâmicas. Nessa experiência pudemos refletir acerca das muitas problemáticas vivenciadas no dia-a-dia do território escolar: a gestão escolar, questões de ordem sociopsicológica como a transição da infância para a adolescência, a abdicação da brincadeira para ocupar-se “das coisas sérias” nesta etapa do desenvolvimento humano, o controle do corpo através da disciplina escolar, as práticas docentes e a má fé institucional (FREITAS, 2009), estrutura presente no sistema educacional que envolve tanto os processos de tomada de decisão do Estado – no que se refere aos recursos materiais – quanto as micro relações presentes no ambiente escolar. É esta má fé quem exclui os estudantes de classes baixas do processo educativo. Outra importante consideração é sobre o quanto as relações construídas no ambiente escolar, principalmente com a professora supervisora e os estudantes, foram centrais na dinâmica pedagógica. Além disso, a dialogicidade, primordial na teoria e na prática de Freire, se mostrou fundante de qualquer possibilidade de construção de conhecimento. Sua pedagogia libertadora não surgiu meramente por um ideal militante ou, nas palavras críticas do educador, ativista, mas partiu do choque com as realidades e vivências dos estudantes em uma escola na zona central de Porto Alegre. Já a Didática Artística nos possibilitou desconstruir o método tradicional de ensino calcado no “quadro negro e pó de giz”, unindo a ficção à ciência por meio da brincadeira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, Gabriela Maciel. **A construção da identidade do adolescente e a influência dos rótulos na mesma**. 2008. 50 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2008. Disponível em:

<http://newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/GabrielaMacileAlves.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2020.

AQUINO, Julio Groppa. **Da autoridade pedagógica à amizade intelectual: uma plataforma para o éthos docente**. São Paulo: Cortez, 2014. (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos).

BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: 34, 2009.

BRASIL. Portaria normativa nº 260, de 30 de dezembro de 2010. Normas gerais do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria260_PIBID2011_Noma sGerais.pdf. Acesso em: 5 fev. 2020.

CAROLY, Andressa. *et al.* Apresentação: do que pretendemos com docência e transgressão. In.: **Docência e transgressão: potência singular ao planejar**. Porto Alegre: Cirkula, 2018. p.275.

CORAZZA, Sandra Mara. **O que se transcria em educação?** Porto Alegre: Doisa, 2013. p. 228.

_____. Didática da tradução, transcrição do currículo (uma escrita da diferença). **Pro-posições**, Campinas, v. 26, n. 1, p.105-122, jan. 2015. Quadrimestral. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v26n1/0103-7307-pp-26-01-0105.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2020.

_____. Crisopeia de uma salamandra. In.: **Poéticas do arquivo e do artifício em filosofias da diferença e educação**. Porto Alegre: UFRGS, 2019.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12. ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979. Disponível em: <https://adobe.ly/2WqeyNN>. Acesso em: 19 fev. 2020.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 66. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2018.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 60. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREITAS, Lorena. A instituição do fracasso: a educação na ralé. In: SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p.281-304.

FREUD, Sigmund. O poeta e o fantasiar. In: DUARTE, Rodrigo. **O belo**

autônomo: textos clássicos de estética. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Crisálida, 2015. p. 267-276. (Coleção Filô/Estética).

FORTUNA, T. R. Sala de aula é lugar de brincar? In: XAVIER, M. L. M. e DALLA ZEN, M. I. H. (org.) **Planejamento em destaque: análises menos convencionais**. Porto Alegre: Mediação, 2000. (Cadernos de Educação Básica, 6) p. 147-164.

LIMA, José Milton. **O jogo como recurso pedagógico no contexto educacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008. p. 157.

PEIXOTO, Cesar Roberto Campos. A linguagem, o sujeito e o currículo no pós-estruturalismo: reflexões para a prática de leitura em língua estrangeira. **Eutomia**: Revista de Literatura Linguística, [S.I.], v. 1, n. 1, p. 489-508, jul. 2008. Semestral. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/EUTOMIA/article/view/1957/1524>. Acesso em: 08 ago. 2021.

PIPPI, Izabel Cristina Lorenzen. **Bullying**: relações de poder na escola. 2015. 19 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/2624>. Acesso em: 19 fev. 2020.

SANTOS, Santa Marli Pires dos; CRUZ, Dulce Regina Mesquita da. O lúdico na formação do educador. In: SANTOS, Santa Marli Pires dos. **O lúdico na formação do educador**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 11-17.

_____. Atividades lúdicas. In: SANTOS, Santa Marli Pires dos. **O lúdico na formação do educador**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 19-28.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias de currículo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1999.

_____. Dr. Nietzsche, curricularista: com uma pequena ajuda do professor Deleuze. In: **Reunião Anual da ANPED**, 24. Programa e resumos Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2001. p.189.

STRECK, Danilo Romeu; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.



Nada
Aquarela
Alanys M.

FÓRUM DE ALFABETIZAÇÃO, LEITURA E ESCRITA DE SÃO GONÇALO: PRÁTICAS ALFABETIZADORAS QUE ROMPEM BARREIRAS ¹

Jennifer Schulze da Silva²

Resumo: O presente artigo foi inspirado no recorte do trabalho de conclusão de monografia que busca compartilhar as experiências obtidas no Fórum de Alfabetização, Leitura e Escrita de São Gonçalo (FALE/SG). O FALE/SG é um projeto de extensão em desenvolvimento desde 2009 na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Ele foi criado com o objetivo de garantir espaços de socialização, discussão e reflexão sobre a prática alfabetizadora do cotidiano escolar, partindo das narrativas das professoras alfabetizadoras e colocando a universidade e a escola básica em diálogo. Serão socializadas algumas contribuições favorecidas pelo FALE/SG sobre as temáticas de imigração, questão indígena e a força do samba como fator de resistência na construção de práticas antirracistas, pensando em uma alfabetização que busca romper com os métodos tradicionais e na luta por uma educação problematizadora e humanizadora. O suporte teórico para a produção foi dado a partir de autores como Freire (1989), Garcia (2003), Araújo (2011), Moraes (2011), entre outros.

Palavras-chave: Alfabetização; FALE/SG; Cotidiano; Formação.

Introdução: é na roda de conversa que dialogamos com possibilidades outras

¹Este é um artigo com recortes do trabalho de conclusão de monografia.

² Graduanda em Pedagogia da Faculdade de Formação de Professores - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Email: jenniferschulze37@gmail.com.

O Fórum de Alfabetização, Leitura e Escrita (FALE) surgiu como um projeto de extensão com duração prevista somente para o ano de 2007. Idealizado e iniciado pela professora Carmen Sanches, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), o FALE pretendia proporcionar encontros com professores e estudantes de magistério para compartilhar e refletir em conjunto sobre experiências no processo de alfabetização das crianças. Contudo, os encontros do FALE ocorrem até hoje em diferentes partes do Brasil.

O FALE não tem o intuito de apresentar a universidade como lugar que planeja uma ação extensionista a ser implementada na escola, mas sim como um espaço de diálogo com a escola. Nesse sentido, dedica-se a estreitar os laços entre a universidade e a educação básica, parceria estruturada através das narrativas de práticas educativas de professores alfabetizadores dos anos iniciais e professores da universidade. Conforme Sampaio (2014), Ribeiro (2014) e Moraes (2014):

Movidos pela crença de, no coletivo, podermos ampliar maneiras de ver e (re)criar/significar saberes e fazeres cotidianamente vividos/praticados, temos, no FALE (e na Rede Formad), nos desafiado a pensar propostas/percursos de formação e prática pedagógica que se afastem de modelos pré-estabelecidos e hierarquizantes e ajudem a pensar numa alfabetização outra (SAMPAIO; RIBEIRO; MORAIS, 2014 p. 119).

Assim, espera-se que os participantes do FALE percebam a si mesmos como indivíduos que teorizam sua própria prática e, dessa forma, trabalham em seus cotidianos escolares com uma perspectiva que busque romper com os métodos tradicionais de ensino pautados pela cópia e pela repetição. É importante destacar que, nesses encontros, não se prioriza a busca por ou a criação de um novo método para ser reproduzido nas escolas. Pelo contrário: empenha-se em fazer com que os sujeitos participantes pesquisem - não com o objetivo de obter respostas, mas sim para estimular a reflexão sobre outras formas de se pensar sobre o processo alfabetizador. De acordo com Sampaio (2020) e Ribeiro (2020):

O FALE não quer encerrar um conceito de alfabetização nem o delimitar, não quer traçar receitas nem ensinar alfabetização, tampouco almeja ensinar a ensinar. O desafio é distanciar-se de um manual ou de um desejo de dizer a outro o que e/ou como fazer, de traçar qualquer caminhos (...) é o desejo de ir ao encontro daquilo que segue na clandestinidade das salas de aula (RIBEIRO; SAMPAIO, 2020, p. 207).

Assim como sugere a palavra formada por sua sigla, a intenção do projeto é fazer com que os participantes falem nesse grande círculo em que se permite "a partilha de experiências e o desenvolvimento de reflexões sobre as práticas educativas dos sujeitos, em um processo mediado pela interação com os pares, mediante diálogos" (MOURA; LIMA, 2014, p.99). Como os autores, o movimento é entendido como uma coleta de dados onde o pesquisador se insere como sujeito de pesquisa e produz informações para a discussão. É a partir da conversa que são explorados os diferentes cotidianos escolares e são expostos diferentes pontos de vista. Ao perguntar e comentar, *ensinamosaprendemos*³ e é vinculada a *prácticateoriaprática*.

Nossas discussões e reflexões apontam para a defesa de um processo de *aprenderensinar* como prática horizontal, na qual professoras e crianças sejam compreendidas como sujeitos produtores de saberes, atores/as e autores/as da aprendizagem. Nesse sentido, nos desafiamos, no FALE e em outros *espaçotempos* de formação do qual fazemos parte, a pensar uma alfabetização para além da codificação/decodificação (SAMPAIO; RIBEIRO; MORAIS, 2014 p.123-124).

Nessas conversas, os pesquisadores colocam-se em roda para pensar estratégias que possibilitem romper com a “educação bancária”, conceito cunhado por Freire (1989), em que impera a transferência de conteúdo de professor para aluno. Desse modo, os sujeitos refletem sobre como viabilizar um processo alfabetizador mais humanizado no cotidiano escolar, estimulando o desenvolvimento do senso crítico. Para isso, se faz necessário, como o próprio autor nos ensina, romper com a fórmula de codificar e decodificar. É preciso trabalhar com ações numa perspectiva dialética, em que o educador estimula a reflexão e a problematização partindo “das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão”, para assim dinamizar o seu mundo (FREIRE, 1967, p. 43).

Entende-se que, a partir das diferentes culturas e de movimentos cotidianos, é possível construir uma nova perspectiva sobre a alfabetização. Conforme aponta Freire (1994), “a alfabetização não é um jogo de palavras, é a consciência reflexiva da cultura, a

³ Em nosso grupo de pesquisa Alfabetização, Memória, Formação Docente e Relações Etnorraciais (ALMEFRE), buscamos não dicotomizar os sentidos de algumas palavras que de certa forma estão enredadas entre elas, como por exemplo *aprenderensinar*, *ensinoaprendizagem*, *espaçotempo*, entre outras. Como aporte teórico, esta prática vem sendo usada por pesquisadores renomados do cotidiano escolar, como ARAÚJO (2012), MORAIS (2012) e GARCIA (2004).

reconstrução crítica do mundo humano, a abertura de novos caminhos” (p. 10). Então, não é o objetivo estabelecer uma cartilha para se seguir ou um manual, mas sim encontrar outros rumos para se analisar o processo de *ensinoaprendizagem* levando conta as diferentes realidades. São encontradas oportunidades de se pensar na alfabetização do mesmo modo apontado por Freire (1994) ao ouvir as narrativas dos docentes nos encontros do FALE. Esses professores, em seus espaços escolares, produzem e recriam propostas pedagógicas nos/dos/com os cotidianos. Desse modo, estabelecem uma alfabetização que engloba não só palavras, mas também contempla “a leitura de mundo” (FREIRE, 1989, p. 11).

No presente artigo, serão trazidas para diálogo algumas experiências que aconteceram na cidade de São Gonçalo e foram compartilhadas no FALE, tendo sido coordenadas pela Professora Doutora Mairce Araújo e organizadas pelo grupo de pesquisa Alfabetização, Memória e Formação Docente e Relações Étnicorraciais (ALMEFRE). O referido grupo é articulado ao Diretório Vozes da Educação: História(s), Memória(s), Formação de Professores e é composto por graduandos, mestrandos, doutorandos e professores da escola básica. Como bolsista do projeto, a autora do presente artigo está inserida no grupo desde 2018.

As experiências que serão expostas provêm do trabalho de conclusão de curso de licenciatura em Pedagogia. A monografia em questão tem como premissa investigar outras possibilidades de se pensar o processo alfabetizador, de modo a romper com o método tradicional de ensino. O ensino tradicional é questionado a partir de um método único, em que todos aprendem no “mesmo grupo, no mesmo ritmo e ao mesmo tempo” (ARAÚJO; CASTRO, 2019, p. 224). Dessa forma, ao abordar as experiências vivenciadas no projeto de extensão do FALE na cidade de São Gonçalo, afirmamos e reiteramos que é possível que os docentes se reinventem na busca de uma “alfabetização problematizadora e humanizadora”, apontada por Freire (1994).

Até o momento de produção deste artigo, já foram realizados 50 encontros que acontecem em uma periodicidade de 4 a 6 eventos por ano. Tais encontros são realizados na Faculdade de Formação de Professores (FFP), campus da Universidade do Estado do

Rio de Janeiro (UERJ) - única faculdade pública da cidade de São Gonçalo.⁴ Durante cada encontro, um professor pesquisador vinculado à universidade e um professor pesquisador vinculado à escola básica são convidados para dialogarem sobre um tema — previamente definido a partir da demanda do próprio grupo e dos assuntos discutidos na sociedade — que atravessa sua prática alfabetizadora cotidiana, buscando caminhos para que a apropriação da leitura e da escrita seja, desde os primeiros momentos, um exercício da autoria e do pensamento crítico (MORAIS; ARAÚJO, 2011).

Atualmente, a cidade de São Gonçalo possui aproximadamente um milhão de habitantes. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade dispõe, até então, de 409 estabelecimentos de ensino fundamental, 5.544 docentes das séries iniciais e quase 95 mil matrículas nas séries iniciais⁵. É nesse cenário educacional e nesse espaço da universidade pública que os professores dialogam sobre suas tessituras nos/dos/com os cotidianos escolares.

A primeira edição do evento em São Gonçalo ocorreu no ano de 2009, quando a coordenação ainda era formada pelas Professoras Doutoras Jacqueline Moraes e Mairce Araújo. A temática desse primeiro encontro, *Alfabetização sem cartilhas: por onde começar?*, abordou uma discussão que perpassa em todos os outros encontros: por onde começar um processo de alfabetização que não seja centrado em um manual que ensine tudo a todos ao mesmo tempo e num mesmo ritmo? Esse desafio tem sido proposto nas rodas de conversa para que cada participante se coloque na roda e se sinta convidado a pensar em outros caminhos e compartilhar suas práticas de *ensinoaprendizagem*, que tornem tanto o docente como o discente as partes centrais do processo formador.

⁴ A partir do ano de 2020, o FALE/SG vem sendo realizado de maneira remota, por conta da pandemia da covid-19 (SARS-CoV-2), devido aos decretos de se evitar aglomerações, para combater a disseminação do vírus que até o dado momento já matou, apenas no Brasil, mais de 500 mil pessoas. (Dados do G1. globo em 14/07/21).

⁵ Dados do IBGE, 2020.

Por que se trabalhar com uma diferente vertente de *ensinoaprendizagem*?

Quando pensamos sobre a educação no Brasil, ainda encontramos discussões e conflitos sobre a qualidade do ensino. Isso é reflexo dos dados alarmantes que denunciam que pelo menos 11,3 milhões de brasileiros com mais de 15 anos que passaram pelos bancos escolares são analfabetos⁶. Outro fator que traz discussões é a concepção equivocada de que o processo alfabetizador ainda é considerado uma fase que se encerra no 1º ano do ensino fundamental. Graças a isso, há uma constante tensão criada pelo anseio de que as crianças dominem o mais rápido possível os códigos de leitura e escrita nesse período, resultando na não apropriação da função social de ambos os processos.

No intuito de acelerar o processo de *ensinoaprendizagem*, pode-se vir a normalizar a alfabetização como um procedimento mecânico, estruturalista e controlador. Desse modo, acaba-se seguindo uma “educação para a domesticação, para a alienação” - quando na verdade, é preciso priorizar “uma educação para a liberdade” (FREIRE, 1967, p. 36). Mas por que se pensar numa vertente educacional que busque a liberdade? bell hooks⁷ (2013) comenta:

Fui inspirada sobretudo por aqueles professores que tiveram coragem de transgredir as fronteiras que fecham cada aluno numa abordagem do aprendizado como uma rotina de linha de produção. Esses professores se aproximam dos alunos com a vontade e o desejo de responder ao ser único de cada um, mesmo que a situação não permita o pleno surgimento de uma relação baseada no reconhecimento mútuo. Por outro lado, a possibilidade deste reconhecimento está sempre presente (HOOKS, 2013, p. 25).

Dessa forma, quando professores buscam romper as fronteiras de *ensinoaprendizagem*, incentivam o desenvolvimento de um senso crítico e estimulam a criatividade dos discentes. Isso é uma oposição à lógica da “concepção bancária” apontada por Freire (1994). Tal ideal pressupõe o saber fechado, em que os educandos recebem um depósito de arquivos cujos conhecimentos e dados são considerados pertinentes apenas

⁶ Dados IBGE, 2019.

⁷ O nome da presente autora está escrito em letra minúscula respeitando seu desejo de dar destaque a sua escrita e não à sua pessoa.

pelos professores. Nessa perspectiva, impera a cultura do silêncio: aos alunos, cabe apenas aceitar de maneira passiva o que está sendo transmitido. Como o próprio autor afirma:

Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los (FREIRE, 1994, p. 33).

O resultado é que “o prazer parece ausente em nossas escolas, nem poderia ser diferente, pois só se trabalha o pensamento convergente, a memorização, a estereotipia, a repetição” (GARCIA, 2019, p. 51). Nesse ambiente, os conteúdos estão praticamente desconectados da situação dos alunos e de seus cotidianos. Assim, há um monólogo proferido apenas pelos professores, centrando o poder na figura deles mesmos - afinal, são sempre os professores que decidem currículos, temáticas e metodologias a serem desenvolvidas no espaço escolar. Tal proposta acaba por diminuir a curiosidade dos alunos sobre o mundo que os cerca. Freire (1994) estimula a reflexão sobre uma educação que liberte os indivíduos, tendo como pressuposto a abordagem de situações que façam parte da realidade dos educandos e priorizando o diálogo entre tanto os professores quanto os alunos no processo de alfabetização. Tornar-se capaz de analisar o mundo, quebrando a regra de apenas codificar e decodificar, é o princípio de uma educação crítica e em que todos os envolvidos no processo do *ensinoaprendizagem* são mediados pelo mundo.

A concepção tradicional de *ensinoaprendizagem* pode ser um fator que explica o alto número de analfabetos no Brasil. Devido à desvinculação total do processo alfabetizador de sua realidade, essas pessoas perdem o interesse pelo currículo e conteúdos que são administrados e até mesmo vêm a se sentir desmotivadas a continuar seus estudos. Por isso, é importante que os docentes compreendam que precisam “reconhecer que nosso estilo de ensino precisa mudar” (HOOKS, 2013, p. 51).

Buscando um processo mais humanizador, o período da alfabetização envolve problematizar as questões que surgem no cotidiano. A partir disso, podem emergir novas experiências de ensino que apostem na transformação do mundo. Assim como afirma bell hooks (2013), é preciso ensinar “de um jeito que respeite e proteja as almas de nossos alunos”, pois é essencial “criar as condições necessárias para que o aprendizado possa começar de modo mais profundo e íntimo” (p. 25). Além disso, é necessário atrair o

discente para os processos de *ensinoaprendizagem* e permitir que ele perceba que tais aprendizagens são significativas para seu processo formador social.

Mediados por reflexões, temas que brotam do/no/com o cotidiano ampliam a visão de mundo tanto do educador quanto do educando, construindo conhecimentos e produzindo histórias. Quando é criado um ambiente na sala de aula que acolhe e trabalha as diferentes realidades e as especificidades das diferentes culturas, aumenta “o desejo de aprender - de receber ativamente um conhecimento que intensifique nosso desenvolvimento intelectual e nossa capacidade de viver mais plenamente no mundo” (HOOKS, 2013, p. 58). Isso deve ser feito sem deixar de levar em conta os conteúdos que precisam ser trabalhados, apontados por Saviani (1999):

Serão métodos que estimularão a atividade e iniciativa dos alunos sem abrir mão, porém, da iniciativa do professor; favorecerão o diálogo dos alunos entre si e com o professor mas sem deixar de valorizar o diálogo com a cultura acumulada historicamente; levarão em conta os interesses dos alunos, os ritmos de aprendizagem e o desenvolvimento psicológico mas sem perder de vista a sistematização lógica dos conhecimentos, sua ordenação e gradação para efeitos do processo de transmissão-assimilação dos conteúdos cognitivos (SAVIANI, 1999, p. 79).

Assim, socializo a seguir algumas reflexões e temáticas que foram compartilhadas por professores que participaram do FALE/SG. Em seus espaços escolares, esses professores incorporam a visão de uma educação que dá atenção às minorias, suas histórias e suas realidades, atraindo os discentes para uma educação mais humanizadora. Dentro da realidade desses profissionais, é construída uma ponte para a compreensão e aprofundamento dos conhecimentos de *ensinoaprendizagem*. Dessa forma, serão compartilhados alguns dos dados coletados nesses encontros - eles evidenciam o que os professores colocam em prática junto com os discentes na busca de um processo alfabetizador que rompa com as barreiras tradicionais de ensino.

Experiências formativas para além da leitura da palavra

As experiências compartilhadas no FALE instigam os sujeitos a refletir sobre sua própria prática, auxiliando no crescimento profissional deles e fazendo “de sua prática de ensino um foco de resistência” (HOOKS, 2013, p. 36). O exercício de narrar possibilita que os docentes percebam seu próprio movimento de transformação e reconheçam a indissociabilidade ação-reflexão-ação, apontada por Freire (1989). Ela consiste nos docentes refletirem sobre a prática, sempre indagando e compreendendo a si mesmos como “seres inacabados” e, desse modo, aprendendo a cada dia o *fazer docente*. Ao narrar, os docentes “mobilizam a ação, alimentam a reflexão, dão sentido ao movimento de ação-reflexão-ação. Fazem, esses profissionais, um bonito retrato do exercício do direito de inventar inéditos, de inventar a si, de inventar a nós mesmos” (PRADO; FERREIRA; FERNANDES, 2011, p.146).

Nos encontros do FALE/SG, todos os sujeitos presentes têm o poder de fala para compartilhar suas narrativas, não só os docentes que compõem a mesa. As narrativas se tornam um convite para a reinvenção dos olhares sobre a escola, assim como uma inserção na realidade que será vivida nos espaços escolares para os estudantes ainda em processo de formação na universidade. Os professores presentes também compartilham suas experiências formativas nas escolas, articulando os desdobramentos de seus projetos e suas dinâmicas de trabalho numa perspectiva dialógica.

Com a preocupação central de pensar uma alfabetização sem trabalhar de um modo único para com todos, esses encontros apresentam caminhos para a apropriação crítica da linguagem e da escrita a partir da incorporação de elementos da realidade dos estudantes. Pode-se perceber isso com base nos temas apresentados no FALE/SG, que, em suma, dialogam sobre a infância e o que a criança tem a dizer, problematizando acontecimentos do cotidiano junto com ela; são trilhados caminhos sobre como a lei pode auxiliar a pensar na realidade escolar; é conversado sobre como a literatura pode ser grande aliada na aprendizagem da leitura e da escrita - afinal, é na literatura que se encontra materiais significativos que oferecem às crianças caminhos a partir dos quais elas podem reconhecer a si mesmas como autoras de suas próprias histórias.

Com respeito às últimas edições do fórum, percebemos que os assuntos têm abordado aspectos que dizem respeito tanto à escola, quanto à demanda da sociedade.

Alfabetização e cotidiano escolar: chegaram os imigrantes, o que fazer?; Que "índio" é esse que pintam por aí? Alfabetização e Educação para as Relações Étnicorraciais Indígenas; Alfabetização, Samba e Resistência: A força dos nossos tantãs foram alguns dos temas abordados nos FALE/SG a partir de demandas advindas dos espaços escolares. Isso atestou que aspectos culturais precisam ser abordados mais profundamente nas escolas. Para tais diálogos e projetos acontecerem, é preciso criar “um clima de livre expressão que é a essência de uma educação em artes liberais verdadeiramente libertadora” (HOOKS, 2013, p. 63).

Dessa forma, surge uma indagação sobre o motivo dessas temáticas mencionadas estarem em voga no ambiente escolar: por que nos tempos recentes em específico? Segundo os dados de 2019 do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) coletados em uma breve pesquisa feita sobre a quantidade de imigrantes que chegam ao Brasil, o país reconheceu um total de 10.145 refugiados de diversas nacionalidades até o final de 2017. Isso indica que cada vez mais imigrantes estão entrando nas escolas no Brasil. Assim, é preciso criar estratégias para atender essas crianças. Não se deve apostar no apagamento da história delas, mas sim no aprendizado com suas vidas e culturas no contexto da alfabetização.

Foi discutido especificamente esse tema na 37ª edição do fórum, intitulada *Alfabetização e cotidiano escolar: chegaram os imigrantes, o que fazer?*⁸, em que as professoras convidadas compartilharam suas experiências ao enfrentar os desafios de receber imigrantes de diferentes culturas na instituição pública da cidade de São Gonçalo (Rio de Janeiro). A presença dos imigrantes desafiou o grupo de professoras a trabalhar com projetos que possibilitaram a elas conhecer mais sobre o histórico cultural das crianças vindas da República Democrática do Congo. A princípio, as professoras se reuniram para planejar um projeto de inclusão e encontrar caminhos para o processo de aprendizado da linguagem, trabalhando as limitações das crianças com relação ao idioma. A partir disso, eram debatidos nas aulas assuntos como o fato desses imigrantes chegarem num país com predominância étnica de negros e mesmo assim experienciarem a primeira recorrência de racismo em suas vidas. Outro desafio que as professoras encontraram foi

⁸ Para assistir aos encontros do FALE/SG, poderá acessar a página do Facebook do FALE/SG ou do grupo de pesquisa ALMEFRE, respectivamente, @falesgffp e @almefreffpuej.

trabalhar sobre o continente africano sem o folclorizar, defendendo um ensino em que as crianças tenham “seus desejos, suas vidas, suas histórias e suas culturas consideradas”, articulando o currículo “às práticas culturais dos grupos sociais dos quais são membros.” (TRINIDAD, 2012, p. 121). Isso foi justamente trabalhado com toda a escola, tendo sido realizados projetos com as crianças em que elas apresentaram sua cultura através da exposição de vestimentas tradicionais, músicas típicas e dialetos. Esses conteúdos foram aproveitados no exercício da leitura, escrita e oralidade em função social; pode-se dizer que houve uma substituição do ato de codificar e decodificar sem o aproveitamento do contexto social cotidiano das crianças, prática que prevalece na perspectiva tradicional de ensino.

Toda a escola foi beneficiada por essa mobilização, pois houve um enriquecimento do currículo das crianças. Como nos diz Garcia (2003), o cotidiano é “como um rico espaço de construção de conhecimentos”, encarando as professoras como sujeitos de conhecimentos e as crianças como sujeitos de saberes. A escola, por sua vez, é um lócus de diferentes saberes que dialogam com o intuito de contribuir efetivamente para mudar a vida de quem por nela passa (p. 204).

Assim como Garcia (2013) nos diz, o cotidiano nos leva a diferentes possibilidades, inclusive a entrar na avenida para trabalhar o processo alfabetizador. Nesse ato de entrar na avenida, estão incluídos os chamados “enredos críticos” apresentados no carnaval de 2018. Ao abordarem episódios da história brasileira que outrora tinham sido silenciados, eles trouxeram ao centro do debate “as concepções dos desfiles, temáticas contra-hegemônicas, multiculturais e políticas” (MOREIRA, 2019, p. 39). Dessa forma, esses festejos populares contribuíram para romper barreiras e repercutiram até nas salas de aula, dando maior visibilidade a “heróis negros, malandros, índios, figuras tão pouco conhecidas em nossa história” (MOREIRA, 2019, p. 39).

Com base nisso, a 45ª edição do FALE/SG - *Alfabetização, Samba e Resistência: A força dos nossos tantãs* - trouxe o samba como ferramenta alfabetizadora. Como um ritmo musical pode contribuir com o processo de alfabetização? O samba transmite histórias diferentes das contadas pela elite, demarcando nos corpos e nos movimentos a diáspora africana (FILÉ; MACAMBIRA, 2018). Conforme o compartilhado pela professora convidada, é possível trabalhar questionamentos sobre o racismo presente em

nossa sociedade a partir do conteúdo dos sambas enredo. A partir disso, as discussões são trazidas de maneira natural para a sala de aula: há o questionamento de ações e comentários, assim como brincadeiras e palavras pejorativas, que são banalizados e que precisam deixar de ser reproduzidos devido à carga de desrespeito à cultura que possuem. Em sua narrativa, a professora também expôs que as discussões não se encerravam na sala de aula - elas invadiram as casas dos alunos, produzindo oportunidades para o estabelecimento de outras reflexões e aprendizados extraclasse. Isso evidencia que, quando os assuntos emergentes nas salas de aula atraem a atenção dos discentes, podem contribuir para a prática alfabetizadora. Também há uma apresentação do cotidiano como um acervo cultural que infelizmente é negligenciado e tratado como uma subcultura na escola, mesmo sendo uma ferramenta potencializadora de *ensinoaprendizagem*.

Levando em conta o já mencionado aprofundamento na história de povos que foram até então silenciados, a 46ª edição apresentou como temática a questão indígena. Ela teve como título *Que "índio" é esse que pintam por aí? Alfabetização e Educação para as Relações Étnicorraciais Indígenas* e estabeleceu um diálogo sobre como tal tema está sendo retratado nos espaços escolares. Partiu-se da problematização do fato de que a questão indígena continua sendo abordada por meio de um "dia do índio", com a forte representação de um índio genérico - que anda descalço, que anda nu e usa adornos de penas. Esse ponto de vista pode ser considerado problemático por retratar a grande diversidade de etnias indígenas existentes no Brasil de modo estereotipado, sem considerar os aspectos que distinguem uma da outra. Analisar a decorrência dessa precarização de práticas alfabetizadoras leva à constatação de que tais metodologias de ensino vão contra o que a lei 11.645/08 especifica - ela prevê que a discussão sobre o assunto citado deveria estar inserida de forma mais ampla e aprofundada no calendário escolar.

Com base nesse cenário, as professoras compartilharam suas experiências desenvolvidas com turmas que se encontravam no processo da alfabetização, discutindo a importância de realizar um trabalho de duração anual e que incluísse práticas que favorecessem uma reflexão mais ampla sobre a questão indígena. Assim, pesquisaram juntamente com as crianças sobre esses povos. Em muitas das vezes, aproveitavam o próprio espaço das salas de aula para promover uma reflexão sobre os povos indígenas, já que a escola ficava localizada próxima de locais pertencentes outrora a povos indígenas.

Diante disso, incorporaram tal temática em suas práticas alfabetizadoras e isso proporcionou que aprendessem junto com as crianças a “chamá-los, como festejá-los, como conhecê-los, como valorizá-los”, encontrando “um lugar para eles dentro de cada um de nós”, sendo a melhor maneira de fazer isso “conhecendo-os melhor da melhor maneira que pudermos” (COPED, 2019 p. 16).

As narrativas sobre a abordagem dessas temáticas apontadas no FALE/SG mostraram que a escola pode e deve dialogar sobre temas que atravessam a vida das crianças, tentando ao máximo possível incorporá-los no currículo escolar. Imigração, questão indígena, o samba como patrimônio cultural da humanidade, assim como tantos outros temas que atravessam o cotidiano, são conteúdos com potencial de serem inseridos no processo alfabetizador. Desse modo, há uma substituição dos métodos antiquados - “Eva viu a uva”, “A Paloma cola a mala da macaca”⁹, entre outros textos que circulam nas cartilhas tradicionais. A escola precisa abordar questões que façam parte da realidade das crianças. É necessário questionar as causas da imigração; debater sobre o desafio de estabelecer vínculos com crianças que falam outro idioma; discutir sobre como se trabalhar com o samba, reconhecendo-o como patrimônio cultural; ou dialogar sobre as concepções estereotipadas que persistem na escola a respeito dos índios. Todas essas são questões fundamentais ao se refletir sobre a alfabetização como direito de toda a população.

Tendo acesso às experiências reais do que acontece dentro das instituições, é possível perceber o quão rico o espaço de *ensinoaprendizagem* no processo de alfabetização pode ser. Assim, pode-se dizer que alfabetizar envolve “um compromisso político, muito mais que mero empenho técnico ou metodológico” (MORAIS; ARAÚJO, 2011. p. 115). O método tradicional descarta as possibilidades de as crianças descobrirem e compreenderem de maneira diferenciada o mundo que as cerca. Logo, como salienta Freire (1989), é preciso favorecer espaços que provoquem e ampliem a leitura de mundo.

A formação docente continua...

⁹ Abordagem utilizada na perspectiva tradicional na qual o “ensino é centrado na cópia, na repetição e na memorização” das palavras (MORAIS; ARAÚJO, 2011, p.110). Desta maneira tais materiais estão presentes em cartilhas que apresentam um material técnico, que partem das menores unidades da língua, letra, som e sílaba, num conteúdo totalmente autoritário, sem complexificação e problematização (MORAIS; ARAÚJO, 2011).

O cotidiano assusta, dá medo, intriga, fascina. Há quem se assuste, há quem fique intrigado, há quem morra de medo e há também os afortunados, eu diria, modestamente, mais afortunados do que afortunados, que ficam absolutamente fascinadas com o misterioso cotidiano, que vive a nos revelar em suas dobras que, ao se desdobrar, deixa aparecer o que estava escondido e que à primeira vista não aparecia. (p. 193)

Regina Leite Garcia

Como comenta a autora acima, a pesquisa envolvendo o cotidiano escolar pode a princípio assustar: afinal, ele coloca várias possibilidades à frente dos profissionais, sendo preciso ousar mais com os “sentimentos, com as emoções, com os desejos, com os medos, com as dúvidas, com a paixão e também com a razão crítica” (FREIRE, 1997, p. 8). Para isso é preciso que percebamos nós mesmos como professores pesquisadores. Mas o que entendemos desse papel? Como Garcia (2003) afirma, precisamos nos reconhecer como capazes de teorizar nossa prática, alicerçados numa postura política e “considerando a escola como um espaço de teoria em movimento permanente de construção, desconstrução e reconstrução” (p.193).

Ao longo da pesquisa desenvolvida, foi possível concluir que não há espaço para reproduzirmos uma fórmula pronta no espaço escolar: nele, vemos e aprendemos possibilidades que outrora não enxergávamos e que nos estimulam a ousar. É necessário refletir junto com a escola e não apenas na escola, na formalidade de reproduzirmos conteúdos. Também é importante explorarmos as várias situações para que, com o aporte das teorias, possamos utilizar a educação, a alfabetização e a cultura para a construção de conhecimentos significativos. Por isso, é preciso apostar numa educação que vise dialogar:

Um movimento dinâmico entre pensamento, linguagem e realidade do qual, se bem assumido, resulta uma crescente capacidade criadora de tal modo que, quanto mais vivemos integralmente esse movimento tanto mais nos tornamos sujeitos críticos do processo de conhecer, de ensinar, de aprender, de ler, de escrever, de estudar (FREIRE, 1997, p. 7).

Como foi discutido no presente artigo, precisamos investir neste movimento dinâmico crescente em nossos espaços escolares, encontrando caminhos para incorporar a demanda da temática indígena, da imigração, do samba e tantos outros que surgem no

cotidiano. Entretanto, precisamos pensar na nossa prática, como afirma Garcia (2003), comprometidos “mais e mais com a aprendizagem dos alunos e inconformada com o fracasso escolar”, para assim refletir sobre e criar “alternativas pedagógicas mais capazes de contribuir para o sucesso de todos os alunos e não apenas de alguns e algumas” (p. 205).

Ao proporcionar locais como o FALE/SG, que busca promover o diálogo e o aprendizado em conjunto, é constatada a necessidade de estarmos sempre nos reinventando, pensando e dialogando sobre práticas no que tange o processo de *ensinoaprendizagem*. Fica claro que não devemos nos acomodar. É preciso continuar a perseguir, por meio de nossas pesquisas e nas práticas formativas continuadas, uma produção que reconheça "a escola como um espaço legítimo de produção e de saberes legítimos e legitimados." (MORAIS; ARAÚJO; PRADO, 2012, p. 96). Trata-se de reconhecer que estamos num local privilegiado, onde saberes e aprendizagens são manifestados a partir das diversas narrativas compartilhadas nas escolas e nos espaços formativos.

A defesa de um processo de alfabetização dialógico pode ter resultados futuros. Se não tomarmos esse processo como um fardo, os atos de estudar, ler e escrever serão “fonte de alegria e de prazer” e poderão colaborar para a melhora dos índices de qualidade da nossa educação (FREIRE, 1997, p. 25). Para isso ser concretizado, é necessário um esforço coletivo para garantir um ensino de qualidade a todos, que atenda às demandas de todos e respeite a todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Dados sobre refúgio no Brasil. ACNUR, 2019. Disponível em <<https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-brasil/>> Acesso em 10 de jan. de 2019

ARAÚJO, Mairce da Silva; CASTRO, Rose Mary Magdalena. Pode ir lá no quadro, eu te ajudo, é aquela letra assim...” para além da cartilha a alfabetização na sala de aula como forma de mediação de conhecimento. In: SAMPAIO, Carmen Sanches;

LACERDA, Mitsi Pinheiro de; RIBEIRO, Tiago (Org.). Alfabetização sem cartilhas: gestos, experiências e narrativas. Ayvu. Rio de Janeiro. 2019.

COPED. **CURRÍCULO DA CIDADE POVOS INDÍGENAS: ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS.** São Paulo. 2019.

FILÉ, Valter; MACAMBIRA, Leidiane. NA CADÊNCIA BONITA DO SAMBA. **Revista Teias.** 2018, vol.19, n.53, pp.64-81 ISSN 1982-0305. Disponível em <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/34511/25267>> Acesso em: 10 de set. de 2020.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam.** Editora Cortez/ Autores Associados. 23ª Edição. 1989.

_____. **Educação como prática de liberdade.** Editora Paz e Terra. 1967

_____. **Pedagogia do oprimido.** Editora Paz e Terra. 17ª Edição. 1994.

_____. **Professora sim, tia não! cartas a quem ousa ensinar.** Editora Olho d' Água. 1997.

GARCIA, Regina Leite. **Método, métodos e contramétodo.** Editora Cortez. 2003.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir.** Editora WMF Martins Fontes, São Paulo. 1ª Edição. 2013

MORAIS, Jacqueline de Fátima dos Santos; ARAÚJO, Mairce da Silva; PRADO, Guilherme do Val Toledo. Extensão e formação docente na escola: projetos em diálogo. **Extensio: R. Eletr. de Extensão.** 2012, vol. 9, n.12, pp.91-105 ISSN 1807-0221. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/1807-0221.2012v9n13p91/23286>> Acesso em 15 de set. de 2020.

MORAIS, Jacqueline de Fátima dos Santos; ARAÚJO, Mairce da Silva. Alfabetização e analfabetismo: algumas reflexões. **Revista Eletrônica Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa**. 2011, vol.5, n.9, pp. 105-120. ISSN 1980-7686. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/reaa/article/view/11569/13337>> Acesso em 04 de ago. de 2021.

MOREIRA, Phellipe Patrizi. **"HISTÓRIAS PARA NINAR GENTE GRANDE" E "O SALVADOR DA PÁTRIA": os enredos das escolas de samba como expressões de uma Pedagogia de massas**. 2019. 61f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. 2019.

MOURA, Adriana Borges Ferro; LIMA, Maria da Glória Soares Barbosa. A REINVENÇÃO DA RODA: RODA DE CONVERSA, UM INSTRUMENTO METODOLÓGICO POSSÍVEL. **Revista Temas em Educação**, 2014, v. 23, n.1, pp.95-103 ISSN 2359 7003. Disponível em <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/18338/11399>> Acesso em: 11 de set. de 2020.

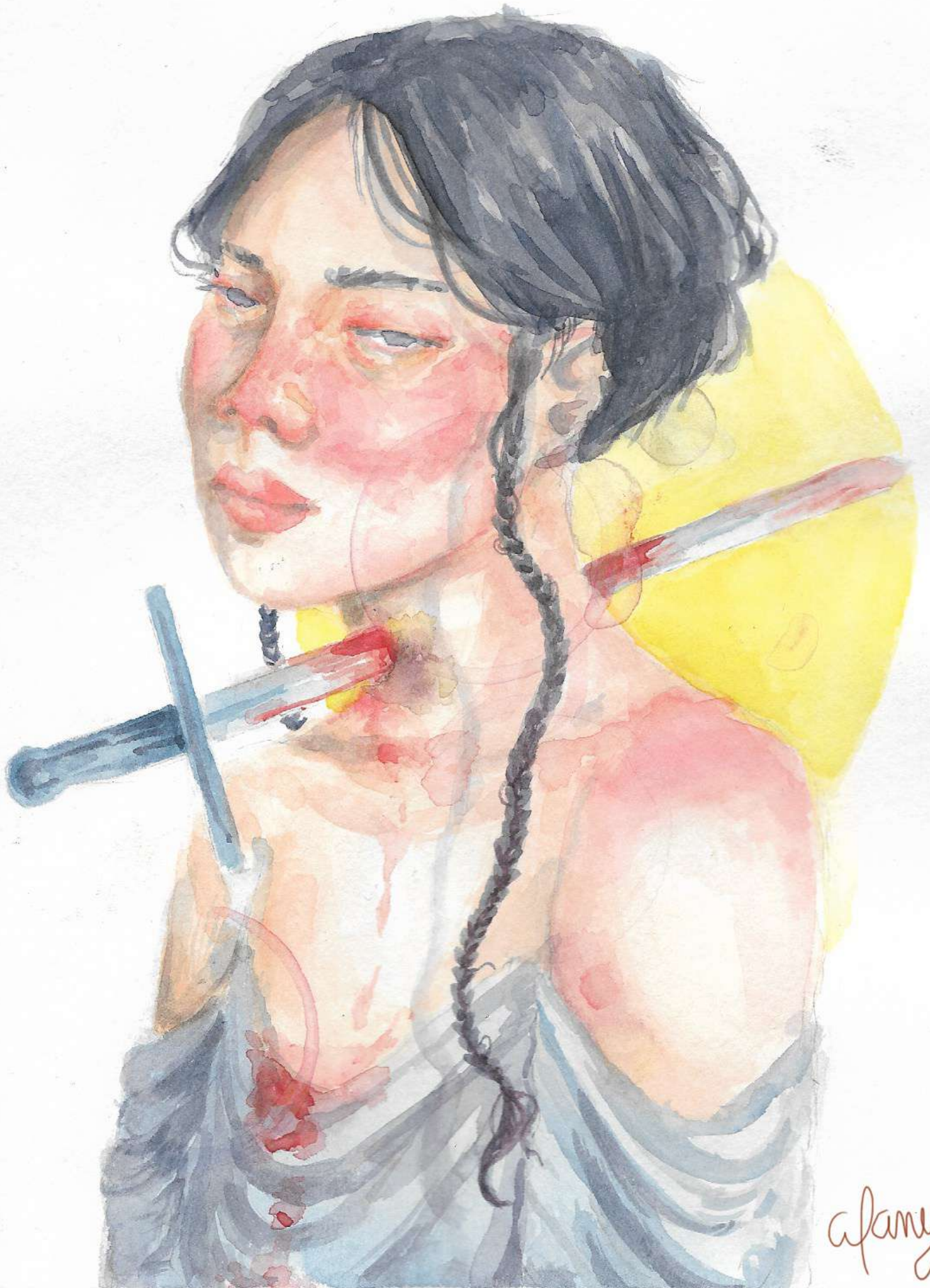
RIBEIRO, Tiago; SANCHES SAMPAIO, Carmen. CONVERSA, PARTILHA E FORMAÇÃO DOCENTE: O FÓRUM DE ALFABETIZAÇÃO, LEITURA E ESCRITA (FALE). **Rev. FAEEBA- Ed. e Contemp.** 2020, v. 29, n. 5, pp. 203-218 ISSN 2358-9194.

SANCHES SAMPAIO, Carmem; RIBEIRO, Tiago; DE F. DOS SANTOS MORAIS, Jacqueline. FORMAÇÃO DOCENTE INSTITUINTE: O FÓRUM DE ALFABETIZAÇÃO, LEITURA E ESCRITA. **Revista Aleph**. 2014, ANO XI, n.22, pp. 114-127 ISSN 1807 6211. Disponível em <<https://periodicos.uff.br/revistaleph/article/view/39081/22519>>. Acesso em: 31 de ago.2020.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. Editora Autores Associados. 32ª Edição. São Paulo. 1999.

TRINIDAD, Cristina Teodoro. **Diversidade étnico-racial: por uma prática pedagógica na educação infantil.** Disponível em <<https://do player.com.br/24972531-Diversidade-etnico-racial-por-uma-pratica-pedagogica-na-educacao-infantil.html>> Acesso em 12 de set. de 2020.

VAL TOLEDO PRADO, Guilherme; ROBERTA FERREIRA, Cláudia; HELENA FERNANDES, Carla. NARRATIVA PEDAGÓGICA E MEMORIAIS DE FORMAÇÃO: Escrita dos profissionais da educação?. **Revista Teias**. 2011, v. 12, n. 26, pp.143-153 ISSN 1982-0305. Disponível em <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24216/17195>>. Acesso em:10 de set. de 2020.



afamys

Samurai
Aquarela
Alanys M.

IMPrensa E PERIFERIAS: AS VILAS EM UM PORTAL DE NOTÍCIAS GAÚCHO A PARTIR DA NOÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE BUTLER

Vitor Martins Ferreira¹

Resumo: O presente artigo busca compreender a imprensa como produtora de imagens que determinam realidades sobre as periferias. Nesse sentido, tem o objetivo de analisar quais vilas emergem do enquadramento — compreendido a partir da teoria de Butler — dado a elas em um veículo de imprensa específico. Dessa forma, foram coletados dados referentes a matérias sobre vilas e periferias entre 2018 e 2020. Ao analisar a frequência entre assuntos e localidades periféricas e suas associações no portal de notícias Gaúcha ZH, três deles se sobressaíram: serviços públicos, violência e ação não institucional — contribuindo para perceber o não reconhecimento desses territórios como parte da cidade pela imprensa e apreender uma imagem deles como lugares violentos, com falta de serviços públicos ou com a má qualidade destes, e, por fim, atravessados por pessoas que, de alguma forma, têm o objetivo de mudar essa realidade.

Palavras-chave: Vilas (favelas/periferias); Imprensa; Enquadramento de Butler; Porto Alegre.

Introdução

Este artigo é resultado da participação do autor em uma pesquisa de Iniciação Científica cujo tema se refere às “Formas de controle e resistência nas periferias de Porto Alegre”. Nele, será analisada a realidade material e simbólica das vilas (termo utilizado comumente para designar territórios periféricos entre os gaúchos) na cidade de Porto Alegre através da abordagem de um portal de notícias do estado, o Gaúcha ZH. Tal estudo se torna de relevante importância visto que os achados acerca desse tema concentram prioritariamente seus objetos de estudo na cidade do Rio de Janeiro, mesmo quando esses

¹ Aluno de graduação do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), órgão financiador: FAURGS, <vitor.martins.vmf@gmail.com>.

são realizados em instituições acadêmicas do Rio Grande do Sul. Além disso, grande parte da literatura propõe uma análise relacional entre imprensa e periferias através da perspectiva das representações sociais, o que, neste artigo, será feito a partir da ideia de enquadramento de Butler, que possibilita pensar a imprensa não só como construtora de representações, mas também fabricante de imagens que produzem determinadas realidades sobre as periferias.

Nesse sentido, busco analisar quais vilas emergem do enquadramento dado a elas por um veículo de imprensa específico de notícias entre os anos de 2018 e de 2020. Esse período foi escolhido devido a uma série de episódios de violência ocorridos no país² e, por sua vez, na capital gaúcha, de modo que se buscou compreender qual a abordagem realizada pelo veículo após esses acontecimentos. O trabalho busca compreender esse enquadramento através da frequência entre os assuntos das notícias e localidades periféricas, bem como as associações que são feitas a partir dos assuntos denominados. Com isso, compreende-se o estudo tomando como ponto de partida as matérias do Gaúcha ZH e seu papel produtor de determinadas realidades.

Como resultados da pesquisa, pôde-se concluir que as associações feitas pelo portal entre assuntos de notícias e tais localidades privilegiam o debate acerca dos serviços públicos — através da apresentação da cidade como sede da Copa do Mundo de 2014 junto a seus desafios de mobilidade urbana —, da segurança pública, onde se pôde perceber um exercício singular no tratamento da questão, e das ações mobilizadas pelos moradores desses locais.

O texto está organizado em cinco seções, sendo esta primeira introdutória; uma segunda, na qual são apresentadas reflexões teóricas acerca da produção de notícias pela imprensa e do conceito de enquadramento a partir da teoria de Butler e suas relações; a terceira, uma breve revisão da literatura que relaciona imprensa e periferias/favelas; a penúltima, onde será explicado os métodos de pesquisa bem como a demonstração dos dados encontrados, além de uma análise destes e suas semelhanças e diferenças com a

² Os episódios foram retratados na revista *Época* em dezembro de 2016. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/politica/noticia/2016/12/crise-em-porto-alegre-virou-guerra-sangrenta.html>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

literatura em questão, e que será dividida em subseções; e, por fim, uma síntese do artigo e possíveis questões a serem levantadas em estudos posteriores.

Eixos de percepção do mundo e enquadramento

A produção de notícias e as matérias realizadas pela imprensa se constituem, em geral, em uma relação interativa e constante entre aqueles que as fazem, os jornalistas, e aqueles que as leem, seus leitores. Essa relação se dá através da definição de papéis que um vê no outro e vice-versa:

Por papel queremos dizer as expectativas que os outros titulares de posições têm em relação ao titular de uma posição (por exemplo, o jornalista). Em outras palavras, estamos tratando da regulamentação normativa do comportamento que se relaciona com a posição. Os papéis têm um núcleo normativo e dependem do comportamento que se espera dos titulares (KUNCZIK, 1997, p. 157).

Nesse sentido, é inerente à produção de notícias e matérias a especulação acerca da postura que seus autores devem ter para com elas. Contudo, mesmo que haja um conjunto de normas que são construídas na relação notícia-jornalista-leitor, esta não acontece de maneira igual entre as partes, sendo os autores da notícia os responsáveis por impor aquilo que deve ser discutido e o que, inevitavelmente, se deixará de fora do texto. De modo que “a agenda da mídia torna-se, em boa medida, a agenda do público” (MCCOMBS, 2009, p. 18). Essa capacidade de agendar o que será discutido em um jornal ou em um portal de notícias acaba por definir eixos de percepção do mundo aos seus leitores, fazendo com que esses se tornem, de certo modo, o próprio mundo. No entanto, esse mundo não necessariamente ou, melhor dizendo, quase nunca expressa a realidade tal qual ela é, pois os jornalistas — devido ao conjunto de normas que os regem e às suas experiências individuais — nada mais fazem que construir uma dada realidade sobre a vida, constituindo-os naquilo que Traquina (2005) chamaria de “modernos contadores de histórias”. Baseando-se no fato de que essas *estórias* se debruçam em aspectos não ficcionais de partes da vida e do mundo (mesmo que essas acabem por se tornar histórias de ficção), quem as conta as apresenta como reais, pois toda e qualquer notícia veiculada pela imprensa deve ter compromisso com a informação e, nesse sentido, com a verdade.

Nas ciências sociais, podemos conceber esses eixos de percepção do mundo a partir da noção de “enquadramento”, de Judith Butler. Ou seja: “as molduras pelas quais apreendemos ou, na verdade, não conseguimos apreender a vida dos outros” (2015, p.14). Essas molduras operam na vida propriamente dita através de relações de poder que exercem influência sobre aquilo que deve ser reconhecido e aquilo que não se deve reconhecer. Tal qual o papel, para Kunczik (1997), depende do núcleo normativo para ser exercido. No enquadramento, “o corpo está exposto a forças articuladas social e politicamente, bem como a exigências de sociabilidade — incluindo a linguagem, o trabalho e o desejo —, que tornam a subsistência e a prosperidade do corpo possíveis” (BUTLER, 2015, p. 16). Em outras palavras, a vida só será reconhecida quando esta cumprir com os requisitos solicitados por um determinado enquadramento. Caso contrário, “há 'sujeitos' que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos e há 'vidas' que dificilmente — ou, melhor dizendo, nunca — são reconhecidas como vidas” (BUTLER, 2015, p. 17).

Trata-se de pensar a vida, e o mundo, instrumentalizado pelo enquadramento. Este último é a forma com que as pessoas vêm a conhecer a realidade. Portanto, o enquadramento torna-se, neste estudo, o dispositivo conceitual que possibilita pensar os modos através dos quais é possível apreender a vida e o mundo. Seu uso permite compreender a imprensa como um ator social que, ao produzir determinados enquadramentos, dispõe aos seus consumidores imagens com as quais estes vêm a apreender a realidade. De modo que,

Não podemos reconhecer facilmente a vida fora dos enquadramentos nos quais ela é apresentada, e esses enquadramentos não apenas estruturam a maneira pela qual passamos a conhecer e a identificar a vida, mas constituem condições que dão suporte para essa mesma vida (BUTLER, 2015, p. 44).

É a partir das relações feitas entre enquadramento e produção de notícias que se possibilitou pensar, através da análise das notícias coletadas na pesquisa, a imprensa como produtora de imagens das periferias urbanas da capital gaúcha.

Sobre a relação imprensa-periferias

Há um volume considerável de estudos que relacionam imprensa e periferias/favelas. Esse é um tema que parece ter ganhado bastante espaço a partir dos

anos 2000. Contudo, a maior parte deles tem como objeto de estudo o Rio de Janeiro — muito embora haja análises referentes a outras cidades, como São Paulo, por exemplo. Em relação a Porto Alegre, o material é escasso. Mesmo as produções científicas realizadas e publicadas no Rio Grande do Sul quase sempre têm a cidade do Rio de Janeiro como panorama da discussão. As conexões feitas em relação a imprensa-periferias/favelas também são bastante amplas. O que será ressaltado nesta breve revisão é a diversidade dessas conexões, não sendo uma pretensão deste artigo esgotar o volume de achados sobre o tema.

Mesmo que, como se verá, haja outros tópicos relacionados ao tema proposto, a maior parcela dos estudos parte da discussão quanto à narrativa da imprensa sobre os territórios periféricos no contexto da violência urbana. Neles, busca-se compreender as sutis diferenças, por exemplo, entre os discursos de jornais diferentes sobre um mesmo episódio que contenham um posicionamento político sobre o assunto — nesse caso, de ocupação militar —, ao que se constata que essas dessemelhanças acontecem devido a uma “necessidade de comunicação e interação com o público que acessa o conteúdo produzido”, constituindo uma “relação dialética na qual tanto influenciam seu público e são influenciados por ele” (PALERMO, 2018, p. 215) — exigindo alterações discursivas dependendo de seu público leitor. Outros pretendem analisar a relação entre entrevistadores e entrevistados, na qual se compreende que o objetivo da imprensa está em procurar interlocutores das próprias comunidades que possam expressar o posicionamento político do veículo e sua direção editorial, deixando de lado figuras que tradicionalmente são chamadas para opinar sobre determinado assunto (aqui, a segurança pública) por essas não estarem alinhadas politicamente com o discurso desejado pela imprensa. Nesse caso, ainda que se dê voz às pessoas da comunidade, tal estratégia se traduz em uma “outra forma, ainda mais sutil, de silêncio” (MENDONÇA, 2012, p. 143). Há ainda trabalhos que discutem a “centralidade da figura do traficante e sua associação com áreas pobres da cidade” (FELIX, VIANNA, 2015, p.125) — nos quais fica evidente a homogeneização de discursos que estigmatizam as favelas —, e que analisam o esporte como estratégia de convencimento da necessidade de ocupação militar nas favelas para a garantia da manutenção da ordem nesses espaços (GAWRYSZEWSKI, 2013).

Há outras perspectivas analíticas no contexto da relação imprensa-periferias/favelas, como, por exemplo: a violência policial — onde se percebe o

direcionamento que a imprensa dá no sentido de rechaçar tais atitudes, ao passo que minimiza o debate sobre a proteção aos direitos humanos (RIFIOTIS, 1999); resgate histórico das representações da imprensa sobre as favelas (ROCHA, 2018); a questão ambiental como uma forma de legitimar a discussão em torno das remoções de moradias irregulares em morros (COMPANS, 2007); e a discussão sobre a imprensa enquanto construtora de imagens das periferias em contraposição às produzidas por uma agência fotográfica comunitária (LIMA, CARMINATI, 2008). Em geral, os estudos tratam a questão a partir da perspectiva da representação social e da imprensa como instituição que realiza o intermédio entre o discurso governamental e a percepção do leitor. Esses dois fatores estão presentes em quase todos os estudos citados aqui.

O enquadramento produzido por um veículo de imprensa sobre as vilas em Porto Alegre

Para entender quais vilas emergem do enquadramento, a partir do portal de notícias Gaúcha ZH foram extraídas 87 notícias que tivessem em seus enunciados vilas ou localidades periféricas de Porto Alegre. Esse número, por certo, não contempla o volume total de notícias sobre vilas, visto que se colocou como termos de busca — além dos termos vila/periferia e Porto Alegre — o nome de alguns territórios periféricos conhecidos na cidade. Desse modo, delimitando os resultados, por vezes, a esses locais. No entanto, essa estratégia de pesquisa parece ter tido mais êxito em acrescentar notícias do que limitar os achados, já que a busca por termos gerais se demonstrou pouco satisfatória. Nesse sentido, cabe dizer que o portal normalmente nomeia tais lugares, produzindo pouquíssimas vezes enunciados que utilizem termos gerais para tratar sobre as vilas. As notícias foram retiradas no período entre janeiro de 2018 e fevereiro de 2020. Esse recorte se deu, como já dito, devido à onda de atos violentos que se viu no país entre 2016 e 2017, no sentido de compreender qual o enquadramento feito pelo veículo após os episódios. A escolha pelo portal ocorreu devido ao fato deste reunir dois dos maiores meios de comunicação do estado: a rádio Gaúcha e o jornal Zero Hora.

Procurou-se compreender o enquadramento a partir da definição dos assuntos de cada notícia. Para isso, foi-se desenhando os termos associados aos territórios em questão e as frequências dos assuntos. Nesse sentido, percebeu-se que há três assuntos que se

sobressaíram, com termos relativos a serviços públicos, violência e ação não institucional, com 36, 35 e 8 notícias, respectivamente. Foram dados esses nomes após a observação do conteúdo de cada notícia. Com isso, estabeleceram-se pontos de convergência entre as matérias, de modo a agrupá-las em temáticas mais amplas. Por "ação não institucional", entende-se aquelas atividades nas quais o engajamento se deu por moradores, grupos, etc. Esses assuntos, somados, correspondem a aproximadamente 91% das matérias coletadas. No que diz respeito às associações, o portal associa serviços públicos na maior parte das vezes a termos como reassentamentos e remoções (20 vezes), mas também a carência ou má qualidade na prestação de serviços (12 vezes) e a prestação de serviços em si (4 vezes). À violência, se atribui a essa temática crimes de homicídio — em geral, confronto entre facções rivais — (16 vezes), combate ao crime e ações da Brigada Militar (14 vezes) e outros (5 vezes). A respeito de ações não institucionais, percebeu-se que as matérias tratam sobre ações promovidas por coletivos e ONGs (4 vezes), projetos sociais (3 vezes), e resgate de memória (1 vez).

Esses dados demonstram um equilibrado modo de enquadrar as vilas, ora partindo de uma abordagem relacionada aos serviços públicos (sua ausência e precariedade), ora através do manancial da violência. De maneira geral, nenhum dos dois caracteriza elementos novos aos enquadramentos normalmente realizados pela imprensa: Rocha (2018) enfatiza a oscilação entre essas duas perspectivas no retrato das favelas e periferias em seu resgate histórico acerca das representações sociais das favelas na imprensa. Contudo, há alguns fatores que podem significar tanto a singularidade do enquadramento promovido pelo portal porto-alegrense, quanto a adequação destes a novos contextos históricos. Analisar-se-á mais minuciosamente esses fatores.

Serviços públicos

Com relação aos serviços públicos, o Gaúcha ZH prioriza a discussão sobre as obras projetadas para a Copa do Mundo de 2014, sendo o maior volume de notícias que associam os serviços públicos a remoções e reassentamentos. O evento foi visto em todo o país como o possibilitador da execução de antigos projetos de mobilidade urbana, até então engavetados nos órgãos públicos. E em todo o país, os projetos tiveram como eixo principal de planejamento a remoção de famílias moradoras de residências irregulares

concentradas, sobretudo, nas favelas (em Porto Alegre, chamadas de vilas)³. No entanto, diferentemente de outras grandes cidades do país, o programa de gestão da Copa na cidade não teve como um fator norteador a necessidade de ocupação militar nesses territórios para a garantia da segurança em meio ao evento — muito embora tenha havido medidas de combate à violência e ao crime no mapa turístico do megaevento. No Rio de Janeiro, por exemplo, tornou-se

necessário implementar um programa de segurança pública que ofereça garantias de que distúrbios envolvendo episódios de criminalidade ou protestos contra a ordem não interfiram no ciclo de reprodução do capital. Assim, desde final de 2008, o governo do estado do Rio de Janeiro, por meio da Polícia Militar, tem escolhido gradualmente algumas favelas para serem ocupadas permanentemente pelas forças de segurança, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) (GAWRYSZEWSKI, 2013, p. 107).

Na capital fluminense, esse quadro forçou, de certa forma, a imprensa a discutir meios de integrar as favelas à cidade durante o evento — mesmo que superficialmente — e ao mesmo tempo pensar em uma maneira de legitimar a ação militar nas comunidades. Nesse sentido, a implementação de eventos esportivos nas favelas ocupadas pelas UPPs — e amplamente divulgados pela mídia — se demonstrou um canal eficaz para a manutenção da "ordem" nesses lugares, ainda que tal estratégia tivesse como plano de fundo a “tentativa de reconfiguração da imagem da polícia em não ser vista como a instituição do Estado responsável por assassinar moradores de favelas” (GAWRYSZEWSKI, 2013, p. 118). De todo modo, mesmo que limitadas, houve ações para que se disseminasse ao menos um sentimento de “integração” das favelas à cidade. Em Porto Alegre — o que, talvez, pode ter sido visto com bons olhos pelo poder público e pela imprensa —, as vilas não cruzaram o mapa turístico do evento. Nesse sentido, o debate acerca dos territórios periféricos se deu quase que centralmente no sentido de remover populações que significassem um empecilho ao *desenvolvimento urbano* da cidade.

³ O assunto sobre remoções de moradias para obras da Copa do Mundo 2014 em Porto Alegre pode ser encontrado nos seguintes artigos: GUTERRES, Anelise dos Santos. Os jogos sociais nas cidades dos megaeventos esportivos: etnografia em redes e sociabilidades políticas efervescentes, no contexto de Porto Alegre-RS. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 12, n. 27, p. 1-34, 2011; ARAUJO, Gabrielle Oliveira de. Resistindo as remoções forçadas da Copa do Mundo na cidade de Porto Alegre: possibilidades e obstáculos à crítica pública. *Contraponto*, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 1-20, 2016.

Uma sequência de notícias sobre o processo de remoção de famílias da Vila Nazaré para extensão do aeroporto Salgado Filho evidencia a narrativa empreendida pelo Gaúcha ZH mediante o tema das obras da Copa:

“Fraport afirma que impasse com Vila Nazaré pode atrasar ampliação da pista do aeroporto” (GAÚCHA ZH, 07/06/2019).

“Primeiras famílias que vivem às margens do Salgado Filho assinam contratos de novos imóveis nesta quarta” (GAÚCHA ZH, 18/06/2019).

“É uma sensação de *liberdade*”, diz primeira moradora a sair da Vila Nazaré para obras do Salgado Filho” (GAÚCHA ZH, 21/06/2019, grifos meus).

O portal denuncia que o impasse com a concessionária das obras do aeroporto para a remoção das moradias e seus habitantes pode atrasar o andamento do trabalho, e, dessa forma, retardar o melhoramento da mobilidade urbana na cidade. Nesse caso, a vila e seus moradores são colocados como um problema para a capital gaúcha. Dias depois, notifica seus leitores sobre a resolução do problema, indicando avanço no processo de remoção. Por fim, expressa, através das palavras de uma moradora que deixou sua casa, a “liberdade” que têm aqueles que conseguem sair da vila. Esse recurso, que usa interlocutores da própria comunidade para garantir uma neutralidade forjada e expressar o posicionamento da equipe editorial da empresa de comunicação, pode ser compreendido como a “orquestração de 'vozes autorizadas' e de políticas de silenciamento” (MENDONÇA, 2012, p. 133). Provavelmente, houve manifestações contrárias à saída da região. No entanto, por não se alinharem ao discurso desejado pelo portal, não foram ouvidas e tampouco veiculadas. De qualquer forma, o que fica bastante evidente é a ideia de que esses lugares, mais do que serem um problema para a mobilidade urbana, não devem ser preservados. A vida social e a memória da Vila Nazaré não têm peso, mesmo que minimamente, no debate acerca das obras de ampliação do aeroporto. Ou seja, não há o que lamentar quanto ao esquecimento do território ou ao seu desmantelamento pois não há o que perder. Ao contrário, devem ser celebrados quando removidos. Para Butler, “apenas em condições nas quais a perda tem importância o valor da vida aparece efetivamente” (2015, p. 32). Portanto, por trás da ideia de desenvolvimento urbano, o portal revela também o não reconhecimento desse território enquanto parte da vida social da cidade, sendo esse “algo que está vivo, mas que é diferente de uma vida.” (BUTLER,

2015, p. 33). Em outras palavras, está na cidade, mas não faz (ou não deve fazer) parte dela.

No mais, os serviços públicos nas vilas estão relacionados a sua carência e má qualidade na imprensa. Dessa forma, o que se edifica na imagem das vilas é a escassez de atividades necessárias à manutenção daquilo que normalmente se concebe como parte da vida de um lugar. A isto, aborda-se a ausência de aulas em escolas localizadas nessas regiões, o fechamento de foros de justiça, atraso de linhas de ônibus, relatos de moradores sobre canteiros de obras inacabadas, etc.

Violência

A principal associação feita à violência nas vilas pela imprensa, mesmo que seguida de perto, diz respeito a casos de homicídio. Essa constatação indica um panorama na cidade: a violência urbana retratada na imprensa, embora esteja intimamente relacionada ao tráfico de drogas, se concentra mais nos confrontos entre grupos criminosos e nas consequências desses episódios para os moradores das regiões em que os grupos atuam do que no enfrentamento exercido pelo Estado no combate ao crime. Dessa forma, tornou-se útil separar as associações de combate ao tráfico e de conflitos advindos dele. Inclusive, os enunciados das notícias dificilmente ligam as execuções ao tráfico — o que pode ser compreendido pela ideia de dar maior centralidade ao contexto violento dos conflitos em detrimento dos mecanismos de violência da cidade —, como se pode ver no exemplo a seguir:

Título: “Uma incursão na guerra da Restinga: a rotina dos moradores de um bairro em conflito”.

Subtítulo: “Os tiroteios na Restinga tornaram-se frequentes nos últimos dias. O acirramento da violência não só causa medo, mas impacta no cotidiano” (GAÚCHA ZH, 02/04/2019).

Muito embora a notícia, no seu corpo, relate que os tiroteios se devem a uma disputa entre grupos rivais pelo tráfico de drogas na região, seu título, assim como a mensagem passada pela matéria, aborda o impacto dos confrontos no dia a dia dos moradores. Não são discutidas formas de combate ao tráfico, nem mesmo a atuação da Brigada Militar (BM) sobre os casos. Essa abordagem retira o peso da discussão em torno

das políticas de segurança ao passo que o coloca na narrativa da violência propriamente dita (tiroteios, feridos, mortos, etc.). Outras matérias sobre a mesma região contêm o mesmo teor. Nesse sentido, não há menção a grandes operações policiais e nem mesmo ampla cobertura dessas ações no portal — o que, logo adiante se verá, é veiculado de outra forma no site —, constituindo uma imagem de guerra que não é feita entre Estado e criminosos, e sim somente entre os últimos, bastante diferente do quadro que se vê na capital fluminense, onde o combate ao tráfico pela polícia militar toma conta das manchetes. No caso da retomada do Complexo do Alemão pela PM, por exemplo, “a TV Globo totalizou mais de oito horas de transmissão ao vivo do plantão *O Rio contra o crime*” (MENDONÇA, 2012, p. 132, grifos do autor), somente em um dos dias da operação. A ausência de notícias quanto a grandes operações policiais — que exigem ampla cobertura da mídia e debate acerca das políticas de segurança — com vistas a conter a violência nas vilas não significa a inexistência da atuação da BM, mas passa aos seus leitores a ideia de não responsabilização da instituição na temática da violência urbana. Com isso, pode-se dizer que a imagem que emerge de tal discurso é a de um lugar subjugado às divergências entre criminosos que coloca em risco a vida do cidadão de bem.

Quando relatada na imprensa, a prática policial é, quase sempre, abordada objetivando a sua eficiência:

“Homem *é preso* com R\$75 mil em abordagem na Restinga” (GAÚCHA ZH, 12/04/2019, grifos meus).

“Gerente do tráfico na Vila Cruzeiro *é preso* dentro do Beira-Rio durante jogo do Inter” (GAÚCHA ZH, 24/05/2019, grifos meus).

“Polícia Civil *combate* grupo criminoso que ameaçava moradores na Vila Nazaré, em Porto Alegre” (GAÚCHA ZH, 10/07/2019, grifos meus).

“Polícia *cumpre* mandados em ação contra homicídios e tráfico de drogas na Vila Nazaré” (GAÚCHA ZH, 22/08/2019, grifos meus).

“*Preso* suspeito de participar de tiroteio com um morto e três feridos em Porto Alegre” (GAÚCHA ZH, 28/11/2019, grifos meus).

Esses exemplos demonstram como a ação das polícias é narrada de modo a convencer os leitores de sua capacidade de contenção da criminalidade. Em um primeiro

momento, pode-se pensar que essa abordagem está contraposta à primeira — no que diz respeito a ausência de operações policiais nos conflitos entre facções. No entanto, o que se entende é o desejo do portal de notícias de fazer com que seus leitores percebam um lugar que é, sim, controlado pelo Estado (através das ações policiais), mas que pouco pode fazer a respeito dos conflitos em que grupos do crime se veem instados a entrar. Pode-se, ainda, pensar sobre a hipótese de fazer funcionar a ideia de deixar que os criminosos matem uns aos outros, enquanto o Estado se atém no combate à criminalidade exercida aos cidadãos de bem. Nesse sentido, as notícias que abordam operações policiais quase sempre revelam, além do caso, sua resolução — como se o episódio acontecesse e tivesse fim tão logo o leitor tenha consumido a notícia. Dessa forma, tem-se uma polícia que cumpre o papel de garantir a segurança da população e que só intervém na "injusta guerra dos criminosos" quando estes ameaçam a vida de inocentes.

Um outro elemento interessante é a impessoalidade para lidar com as figuras do crime. Muito embora apareçam alguma vez no corpo do texto, as chamadas nunca nomeiam o criminoso. Essa estratégia já foi mais presente na imprensa. No entanto, “quando se tornou consenso a ideia de que a menção ao nome dos 'comandos', por exemplos, legitimava entre os jovens a opção pela fama instantânea e efêmera do mundo do crime, esta prática caiu em desuso” (FELIX, VIANNA, 2015, p. 125).

Por fim, pode-se considerar que a narrativa acerca da violência nas vilas pelo portal de notícias Gaúcha ZH se dá através da apreciação das ações das polícias, que, segundo sua equipe editorial, realiza com eficácia seu trabalho, no estarrecimento e indignação de seus profissionais com a violência promovida por grupos criminosos, e na impessoalização dos agentes do crime. Esse cenário indica o interesse por parte da imprensa na preservação das políticas de segurança dentro das periferias. Dessa forma, pode-se dizer que essa cumpre mais o papel de legitimar tais políticas do que refletir sobre elas. Na realidade, o portal traz reflexões sobre as políticas de segurança da capital somente quando a violência urbana toma conta de lugares nos quais as classes médias estão habituadas a frequentar. Observemos o título de uma matéria de opinião sobre o caso do assassinato de uma jovem na rua João Alfredo na Cidade Baixa — bairro boêmio onde seus moradores são quase que totalmente oriundos da classe média e reconhecido como o ponto de encontro de jovens de diversas classes socioeconômicas:

“Latrocínio na Cidade Baixa é acaso ou tendência? Estado não mostra dados para sabermos” (GAÚCHA ZH, 18/11/2019).

A matéria se dá após sucessivos incidentes violentos no bairro durante aquele ano. Não é difícil notar a diferença de abordagem se comparado ao caso dos conflitos entre grupos criminosos na Restinga: o autor questiona se o crime seria um caso à parte ou se esses episódios estariam se tornando rotina na região, estimulando seus leitores a recusar a realidade que pode estar sendo imposta pelos criminosos. Em seguida, denuncia a falta de informações que devem ser fornecidas pelo Estado acerca da violência. Durante o texto, revela que “não se trata de uma crítica à Brigada Militar — que, aliás, tem feito um bom trabalho mesmo com todas as limitações que conhecemos. Trata-se, sim, de uma ressalva às políticas públicas do próprio governo do Estado” (GAÚCHA ZH, 18/11/2019). Diferentemente dos episódios da Restinga, onde só resta aos moradores lamentar o triste quadro montado por grupos criminosos, o caso da Cidade Baixa merece mais que indignação: cabe à imprensa não questionar o papel da BM (o que reforça a ideia de apreciação das ações policiais), mas cobrar o Poder Executivo quanto às medidas a serem tomadas. Nesta outra notícia, o mesmo tom é dado:

“Morte de adolescente confirma triste realidade: a orla do Guaíba virou uma João Alfredo” (GAÚCHA ZH, 30/09/2019).

Após a revitalização do espaço, a orla do Guaíba tem sido bastante procurada por pessoas de todas as regiões e faixas etárias da capital. A finalização da obra foi vista como a devolução do cartão postal da cidade à população. No entanto, ela tem sido frequentada, especialmente à noite, por jovens de — como na Cidade Baixa — diversas classes socioeconômicas. Nesse sentido, a mesma narrativa é abordada: “E o poder público, faz o quê?” (GAÚCHA ZH, 30/09/2019). Mais uma vez, a notícia estimula seus leitores a questionar o papel dos órgãos públicos. Nota-se que, embora as regiões sejam centrais e reconhecidamente locais da classe média, têm sido ocupadas por jovens da periferia como lugares de lazer. É justamente a presença dessas pessoas que estaria tornando os locais perigosos, de modo que as vilas, seus moradores e a violência que esses lugares contêm (ao menos no retrato feito deles pelo portal) não são questão de debate quando localizados em seus territórios, mas sim quando invadem os bairros de classe média. Dessa forma, o portal não somente se omite de discutir as políticas de segurança no quadro violento das

periferias, como, na verdade, legitima-as ao mesmo tempo em que questiona o poder público quando essa violência atinge os mais abastados da cidade.

Ação não institucional

A relação entre ações não institucionais e vilas na imprensa é tratada como gesto de humanidade entre tantos exemplos de violência, precariedade e carência de serviços públicos. As matérias buscam enfatizar a disposição de indivíduos, geralmente moradores das comunidades, em procurar alternativas à difícil realidade enfrentada pelas populações periféricas. Um exemplo dessa perspectiva é bastante explicativo:

“Mulheres empreendedoras da Restinga formam grupo para fortalecer negócios e *mudar imagem* do bairro” (GAÚCHA ZH, 03/08/2019, grifos meus).

A notícia salienta a atitude das mulheres empreendedoras, que buscam alterar a visão que normalmente se tem do bairro onde as mesmas moram. Retratos semelhantes a esse aparecem, vez ou outra, em algum caderno do portal. As matérias normalmente buscam histórias de luta e compaixão, de modo a frisar a força da comunidade para superar as dificuldades:

“CEU da Restinga tem primeiras atividades culturais: "O que disseram que era sonho hoje é realidade", diz líder comunitário” (GAÚCHA ZH, 23/08/2019).

Em outros casos, tem o objetivo de divulgar eventos nas regiões:

“Carnaval comunitário tem eventos na Vila Cruzeiro e Alto Petrópolis neste final de semana; veja programação” (GAÚCHA ZH, 08/03/2019).

Essa narrativa coloca os personagens da periferia — subtraídos os "maus elementos" — como pessoas simples e lutadoras, que buscam de alguma forma fazer algo diante do hostil quadro em que se encontram. Esses conteúdos vão formulando a imagem de uma população aguerrida, que sabe "driblar" os problemas — o que pode ora vir a ser interessante a essas populações, que são retratadas, nesses casos especificamente, de forma positiva, e ora contribuir com a ideia de que não há com o que se preocupar, já que essas, mesmo com tudo, constroem resoluções para seus problemas.

Quais vilas emergem do enquadramento feito pelo portal de notícias?

Feitas as análises da pesquisa, pode-se perguntar qual enquadramento se dá a partir das relações entre assuntos e localidades periféricas e os termos associados a elas. Como já dito na seção anterior, por um lado remete à ideia de que nem sempre esses territórios devem ser reconhecidos. Isso significa dizer que, para o Gaúcha ZH, as vilas, por vezes, podem significar um problema para a cidade — de modo que se busca um olhar positivo quanto à destruição desses espaços quando eles se tornam um "empecilho" para o resto da população. Essa constatação está em íntimo contato com a ideia de vida e de morte, pois quando se fala de acabar com um determinado local está se falando, inevitavelmente, em dar encerramento a uma rede de histórias e vivências que constituem aquele lugar. Desse modo, o não reconhecimento dessas histórias leva ao ato de também não identificar aquilo como pertencente à vida da cidade, pois esta é interpretada pelo veículo como um lugar ordeiro, onde as coisas funcionam, ou devem funcionar. Justamente o oposto daquilo que o portal caracteriza como uma vila. Um lugar onde os meios de sociabilidade não combinam com o caráter desorientado no qual se edificam as redes de sociabilidade das vilas. Para Butler, “não há vida nem morte sem relação com um determinado enquadramento” (2015, p. 22), e esse enquadramento possui suas normas mediante à interpretação de não moradores de vilas.

Por outro lado, mesmo que não se reconheça como parte da vida da cidade, o veículo se vê obrigado a, de certa forma, apreender algo sobre esses territórios. Apreensão compreendida aqui “como um modo de conhecer que ainda não é reconhecimento” (BUTLER, 2015. p. 20). Nessas situações, o que emerge é a descrição de um lugar violento, no qual criminosos subjagam inocentes a presenciar uma guerra injusta, cujo cenário, coincidentemente, é semelhante ao de uma guerra — não devido ao caráter violento dessas regiões, mas aos escombros deixados em canteiros de obras que parecem nunca terminar. Somado a isso a imagem de um local que reúne todos os tipos de dificuldades — caracterizadas pela falta de serviços públicos — e onde resta à população somente fazer algo por si diante do triste quadro. Nesse sentido, se pensarmos que os leitores do Gaúcha ZH —que é um portal de notícias que exige assinatura para que se tenha acesso aos seus conteúdos e que é consumido, de modo geral, pela classe média — poucas vezes ou nunca cruzarão esses territórios, pode-se afirmar que não está se falando apenas sobre representar algo socialmente, mas sim de construir uma determinada

realidade. Porto Alegre é uma cidade em que as vilas se encontram, na maior parte das vezes, geograficamente na periferia da cidade, sendo poucas as exceções. Muito diferente da realidade do Rio de Janeiro, por exemplo, onde os moradores do Botafogo dividem as ruas com os favelados da Dona Marta e os de São Conrado cruzam a Rocinha para chegar ao Leblon. Em Porto Alegre, os moradores do Moinhos de Vento ou de Mont Serrat não dividem o espaço urbano com os moradores da Restinga ou da Lomba do Pinheiro.

Essas características não indicam que os estudos sobre imprensa e vilas (favelas/periferias) devem ser pensados mais no sentido de entender a imprensa como produtora de realidades das periferias do que sob a ótica da representação social devido à singularidade da capital gaúcha — por certo, pode-se pensar a imprensa como construtora de determinadas realidades sobre periferias no Rio de Janeiro —, mas facilita essa compreensão: de modo que pode-se aludir para novas concepções teóricas a respeito dessa temática. A forma com que se enquadra as vilas na imprensa de certa forma rege a interpretação de seus leitores, pois “circunscreve uma realidade cujo funcionamento se dá pelo próprio enquadramento” (BUTLER, 2015, p. 127 apud SILVA, 2017, p. 301), tomando traços de verdade. Desse modo, não se trata de saber como o enquadramento construído pela imprensa representa as vilas, mas de como ele produz uma dada realidade sobre o território — mesmo que não o reconhecendo ou apreendendo todas as possibilidades de apreensão do local.

Conclusão

Este artigo buscou pensar a relação entre imprensa e vilas (favelas/periferias) sob o conceito de enquadramento, de Butler. A mudança no olhar teórico, ora visto na literatura sobre o viés da representação social, possibilita compreender a imprensa não como agente que representa esses territórios, mas sim como agente produtor de determinadas realidades sobre esses locais. Nesse sentido, pôde-se perceber que as vilas que emergiram no enquadramento construído pelo Gaúcha ZH em Porto Alegre deu-se tanto no sentido de não reconhecimento desses territórios como parte da vida da cidade, quanto na ilustração de um lugar violento em meio a um cenário de guerra (caracterizado por obras inacabadas) e possuidor de diversas dificuldades, onde a seus habitantes só cabe intervir, de alguma forma, para que consigam lidar com a triste situação. Essa imagem é

passada aos leitores como verdade, com o intuito de que esses internalizem subjetivamente essas figuras de modo a apreendê-las como a realidade em si.

Puderam-se perceber também as singularidades da cidade de Porto Alegre no que diz respeito a essa relação: os contextos históricos em que esteve colocada forjaram uma maneira própria de abordar as vilas na imprensa. Dessa forma, se constatou que o não cruzamento dos territórios periféricos no mapa turístico da Copa do Mundo de 2014 fez com que o debate sobre as vilas se desse centralmente a partir de políticas de remoção, sem a necessidade de refletir sobre formas de integração dessas regiões no evento, como aconteceu — mesmo que de maneira superficial — no Rio de Janeiro, por exemplo. Outra particularidade diz respeito ao tema da violência urbana, no qual a narrativa empreendida pela imprensa produz uma versão de guerra urbana executada por facções criminosas, e não na violência do Estado buscando combater o tráfico de drogas. Soma-se a isso a ausência de amplas coberturas relacionadas às grandes operações contra o crime na cidade. Ao contrário, as ações policiais são relatadas na mídia de forma a valorizar seu papel como instituição eficiente e capaz de conter a criminalidade urbana. Nesse sentido, constata-se não somente a omissão do portal de notícias em questionar as políticas de segurança nas vilas, como também o desejo de as legitimar, ao passo que questiona o poder público quando a violência oriunda desses territórios chega à classe média. Somente nessa última ocasião o debate sobre a segurança pública toma espaço no veículo. Além disso, a particular posição geográfica das vilas na capital gaúcha — diferente de metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo —, concentradas, literalmente, nas periferias da cidade, indicam uma análise mais eficaz da relação entre imprensa e vilas a partir da ideia de enquadramento, visto que a ausência do contato no espaço urbano entre moradores e não moradores de vilas potencializa o papel da imprensa como tradutora da realidade dessas regiões de pouco alcance aos mais abastados da cidade.

Esses resultados já são significativos no sentido de oferecer dados sobre a temática na cidade de Porto Alegre — considerando o escasso material que contém a capital gaúcha como seu objeto de estudo para analisar a relação entre imprensa e periferias. No entanto, outras linhas de análise seriam possíveis acerca dessa relação na cidade, como, por exemplo, a questão em torno da nomenclatura usada para se referir a essas localidades. Não houve, em todo o levantamento, uma única notícia que chamasse tais lugares de favelas. Muito embora "favela" seja um termo carioca, este se espalhou por todo o país.

Em Porto Alegre, entretanto, essa terminologia não foi aderida, preservando o termo "vila" para designar esses territórios, mesmo que essa nomenclatura obtenha outros significados em outras partes do país. Tornar-se-ia interessante investigar se isso ocorre pelo fato de "vila" ter sido historicamente atrelada às periferias na metrópole ou se, hipoteticamente, o imaginário social dos porto-alegrenses acrescenta às favelas uma figura que remete a um cenário de guerra entre Estado e agentes do tráfico, com amplas coberturas das operações de ocupações policiais pela imprensa (diferentemente de Porto Alegre, onde não há a cultura de ocupações policiais permanentes em vilas), impedindo os habitantes de nomearem tais lugares como favelas. No entanto, essa questão não foi levantada neste artigo — indicando que as análises sobre imprensa e vilas não se esgotam neste estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABATI, Lucas. Preso suspeito de participar de tiroteio com um morto e três feridos em Porto Alegre. **Gaúcha ZH**, Porto Alegre, 28 nov. 2019. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2018/11/preso-suspeito-de-participar-de-tiroteio-com-um-morto-e-tres-feridos-em-porto-alegre-cjp1oidh90hdv01pileifm0sb.html>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

BOFF, Tiago. CEU da Restinga tem primeiras atividades culturais: "O que disseram que era sonho hoje é realidade. **Gaúcha ZH**, Porto Alegre, 23 ago. 2019. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/08/ceu-da-restinga-tem-primeiras-atividades-culturais-o-que-disseram-que-era-sonho-hoje-e-realidade-diz-lider-comunitario-cjzo5e9xp05i901qmi6d284i9.html>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

BRITTO, Jéssica. Mulheres empreendedoras da Restinga formam grupo para fortalecer negócios e mudar imagem do bairro. **Gaúcha ZH**, Porto Alegre, 3 ago. 2019. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/08/mulheres-empendedoras-da-restinga-formam-grupo-para-fortalecer-negocios-e-mudar-imagem-do-bairro-cjyus9mvn008p01msy77xsi1u.html>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

COMPANS, Rose. A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 9, n. 1, p. 83-99, mai. 2007. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/172>>. Acesso em: 22 ago. 2020.

DIHL, Bibiana. "É uma sensação de liberdade", diz primeira moradora a sair da Vila Nazaré para obras do Salgado Filho. **Gaúcha ZH**, Porto Alegre, 21 jun. 2019. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/06/e-uma-sensacao-de-liberdade-diz-primeira-moradora-a-sair-da-vila-nazare-para-obras-do-salgado-filho-cjx6cbmb1011801o9322ub7ht.html>>. Acesso em: 23 ago. 2020.

FELIX, Carla Baiense; VIANNA, Antonio Carlos Ferreira. Imprensa e preconceito: a relação entre favela e celebridades no mundo do crime. **Logos 43 - Cotidiano e Experiência**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 124-136, 2º sem. 2015. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/19612>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

GAWRYSZEWSKI, Bruno. O esporte nas favelas ocupadas pela polícia e a produção discursiva da imprensa. **Motrivivência**, Florianópolis, ano XXV, n. 40, p. 106-120, jun. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2013v25n40p106>>. Acesso em: 21 ago. 2020.

GERMANO, Paulo. Latrocínio na Cidade Baixa é acaso ou tendência? Estado não mostra dados para sabermos. **Gaúcha ZH**, Porto Alegre, 18 nov. 2019. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/paulo-germano/noticia/2019/11/latrocinio-na-cidade-baixa-e-acaso-ou-tendencia-estado-nao-mostra-dados-para-sabermos-ck351j3qn01b801mqajhvx5xp.html>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

_____. Morte de adolescente confirma triste realidade: a orla do Guaíba virou uma João Alfredo. **Gaúcha ZH**, Porto Alegre, 30 set. 2019. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/paulo-germano/noticia/2019/10/morte-de-adolescente-confirma-triste-realidade-a-orla-do-guaiba-virou-uma-joao-alfredo-ck174rr3601qe01r2c6vszul7.html>>. Acesso em: 25 ago. 2020

IRION, Adriana. Polícia Civil combate grupo criminoso que ameaçava moradores na Vila Nazaré, em Porto Alegre. **Gaúcha ZH**, Porto Alegre, 10 jul. 2019. Disponível

em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2019/07/policia-civil-combate-grupo-criminoso-que-ameacava-moradores-na-vila-nazare-em-porto-alegre-cjxx1ulxv00a501msogf53y5q.html>>. 24 ago. 2020.

_____. Polícia cumpre mandados em ação contra homicídios e tráfico de drogas na Vila Nazaré. **Gaúcha ZH**, Porto Alegre, 22 ago. 2019. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2019/08/policia-cumpre-mandados-em-acao-contr-homicidios-e-trafico-de-drogas-na-vila-nazare-cjzmlbw052n01qmhjx2x1kr.html>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo**: norte e sul - manual de comunicação. São Paulo: Edusp, 1997.

LIMA, Mário Hélio Trindade; CARMINATI, Thiago Zanotti. Imagens e contra imagens da favela. **Geografares**, Vitória, n. 6, p. 101-113, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1019>>. Acesso em: 22 ago. 2020.

LOPES, Rodrigo. Uma incursão na guerra da Restinga: a rotina dos moradores de um bairro em conflito. **Gaúcha ZH**, Porto Alegre, 2 abr. 2019. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2019/04/uma-incursao-na-guerra-da-restinga-a-rotina-dos-moradores-de-um-bairro-em-conflito-cju0gmfh200bv01nvduv3plm5.html>>. Acesso em: 23 ago. 2020.

MARTINS. Cid. Gerente do tráfico na Vila Cruzeiro é preso dentro do Beira-Rio durante jogo do Inter. **Gaúcha ZH**, Porto Alegre, 24 mai. 2019. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2019/05/gerente-do-trafico-na-vila-cruzeiro-e-preso-dentro-do-beira-rio-durante-jogo-do-inter-cjw299gva00bz01pfj962wh2x.html>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

MATOS, Eduardo. Fraport afirma que impasse com Vila Nazaré pode atrasar ampliação da pista do aeroporto. **Gaúcha ZH**, Porto Alegre, 7 jun. 2019. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/06/fraport-afirma-que-impasse-com-vila-nazare-pode-atrasar-ampliacao-da-pista-do-aeroporto-cjwml2kft043a01oirdis08cm.html>>. Acesso em: 23 ago. 2020.

_____. Primeiras famílias que vivem às margens do Salgado Filho assinam contratos de novos imóveis nesta quarta. **Gaúcha ZH**, Porto Alegre, 18 jun. 2019. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/06/primeiras-familias-que-vivem-as-margens-do-salgado-filho-assinam-contratos-de-novos-imoveis-nesta-quarta-cjwml2kft043a01oirdis08cm.html>>.

alegre/noticia/2019/06/primeiras-familias-que-vivem-as-margens-do-salgado-filho-
assinam-contratos-de-novos-imoveis-nesta-quarta-cjx2csc1g00tr01mvoy0594rp.html>.
Acesso em: 23 ago. 2020.

MENDONÇA, Kleber. O Rio contra o crime: relatos de uma “guerra”
televisionada. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v.19, n.1, p. 124-145, jan.-abr. 2012.
Disponível em:
<<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/11344>>.
Acesso em: 20 ago. 2020.

MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda**: a mídia e a opinião. Petrópolis:
Vozes, 2009.

PALERMO, Luis Claudio. A cobertura da mídia impressa e o enquadramento das
favelas cariocas na linguagem da violência urbana. **Civitas**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p.
212-236, jan.-abr. 2018. Disponível em:
<<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/21480>>. Acesso
em: 20 ago. 2020.

REDAÇÃO. Carnaval comunitário tem eventos na Vila Cruzeiro e Alto Petrópolis
neste final de semana; veja programação. **Gaúcha ZH**, Porto Alegre, 8 mar. 2019.
Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/03/carnaval-comunitario-tem-eventos-na-vila-cruzeiro-e-no-alto-petropolis-neste-final-de-semana-veja-programacao-cjt0ixoyy01nv01uj6bsypmj3.html>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

RIFIOTIS, Theophilos. Violência policial e imprensa: o caso da Favela Naval.
Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 28-41, out.-dez. 1999.
Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88391999000400004&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 ago. 2020.

ROCHA, Daniella Guedes. Imprensa e favelas, representações e políticas. **Revista
Observatório**, Palmas, v. 4, n. 2, p. 712-732, abr.-jun. 2018. Disponível em:
<<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3516>>.
Acesso em: 21 ago. 2020.

SCUR, Noele. Homem é preso com R\$75 mil em abordagem na Restinga.
Gaúcha ZH, Porto Alegre, 12 abr. 2019. Disponível em:

<<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2019/04/homem-e-presos-com-r-75-mil-em-abordagem-na-restinga-cjudr4r3m01kz01rtneztsoah.html>>. 23 ago. 2020.

SILVA, João Paulo de Lorena. Judith Butler e os enquadramentos do poder: uma análise dos discursos que circunscrevem os limites das vidas passíveis de luto. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 8, n. 15, p. 299-305, jan.-jun. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/15626>>. Acesso em: 22 ago. 2020.

TRAQUINA, Nelson. **Teoria do jornalismo**. A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis.: Insular, 2013.



Processo
Aquarela
Alanys M.

A “MODERNA PEDAGOGIA” E AS RELAÇÕES ENTRE A CADEIA E AS SALAS DE AULA¹

Cristiane Indiara Vernes Miglioranza²

RESUMO

Este trabalho aborda a aquisição, fabricação e distribuição de objetos de ensino e mobiliário pela Inspetoria Geral da Instrução Pública do Rio Grande do Sul durante os primeiros anos da República Velha (1889-1930). Explora o conteúdo dos relatos dos inspetores gerais, cotejando-os com outras fontes documentais e com bibliografia especializada. Aponta para a preocupação do Estado em aparelhar e prover suas escolas com as novidades do então embrionário mercado de produtos educativos, com fins de civilização da população. Evidencia que houve a criação de soluções econômicas para o fornecimento de material às escolas e distingue, entre elas, o emprego de mão-de-obra de apenados nas Oficinas da Casa de Correção de Porto Alegre para a fabricação de mobiliário escolar.

Palavras-chave: Instrução Pública; Materialidade escolar; Casa de Correção; Políticas de governo.

Este trabalho aborda a reelaboração do ensino público no Rio Grande do Sul pelos governos positivistas da Primeira República e suas imbricações com a “moderna pedagogia” identificada com o método intuitivo³ e com o florescente mercado de produtos

¹ Trabalho realizado para avaliação final da disciplina História do Rio Grande do Sul Aplicada à Ciência da Informação (BIB 03202), ministrada pela Profa. Me. Denise Walter Xavier. Produzido a partir de dados coletados durante bolsa de iniciação científica no projeto *Museus em Espaço Escolar: de laboratório de aprendizagem à musealização contemporânea*, coordenado pela Profa. Dra. Zita Rosane Possamai (FACED/FABICO UFRGS).

² Acadêmica do bacharelado em Ciências Sociais da UFRGS. Trabalho produzido com recursos do CNPq. E-mail: crismiglio@hotmail.com

³ O método intuitivo, com sua estratégia de ensino – a lição de coisas – se pautava na observação e na experiência (o concreto) dos alunos. Criado a partir da crítica e como alternativa ao ensino assentado na memorização, na repetição e na abstração, visava a implementação de uma “cultura dos sentidos” por meio de conteúdos relacionados à visão, audição, paladar, olfato e tato, bem como a partir de aspectos da natureza, do corpo humano e de higiene. (POSSAMAI, 2012).

didáticos e escolares. No texto, o olhar se dirige para dois espaços institucionais distantes entre si – e mesmo antagônicos, na concepção do senso comum –, interligados pela (mercado) lógica estatal: a cadeia e as salas de aula. Essa intersecção se dá a partir de 1906 por meio da produção, pelos apenados das Oficinas da Casa de Correção de Porto Alegre, de mobiliário e instrumentos destinados ao ensino de crianças e a profissionalização de professores do ensino público.

A perspectiva apresentada é fruto de pesquisa nos relatórios da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e do Exterior⁴ publicados entre 1891 e 1928, cujo conteúdo foi cotejado com informações obtidas em outras fontes (leis, decretos, jornais, catálogos de produtos e bibliografia especializada). Seu objetivo inicial era o de mapear, para fins museológicos, a materialidade utilizada em sala de aula durante os governos positivistas. No entanto, das fontes consultadas emergiram lógicas de apropriação e produção, associadas a práticas de disciplina e controle dos corpos. Trata-se de um trabalho inicial e exploratório que aponta para uma necessidade de aprofundamento do contexto dos apenados e das oficinas às quais eram sentenciados.

A construção da Casa de Correção na década de 1850 seguiu o padrão do panóptico de Bentham, em voga naquele período (CESAR, 2014). Esse modelo construtivo e suas implicações foi um dos objetos de estudo de Michel Foucault (1977) e gerou reflexões sobre as formas de vigiar e punir inventadas pela sociedade como forma de disciplina. Assim como a prisão, a escola, juntamente com o hospício/hospital, também é uma instituição disciplinar de corpos e mentes. Foucault afirma que a disciplina forma uma relação que torna os corpos tanto mais obedientes quanto mais úteis são. Definida como “uma anatomia política do detalhe”, por vezes, “exige a cerca”. Ele cita a cadeia, com o encarceramento de vagabundos e miseráveis, os colégios e as fábricas como locais de distribuição dos indivíduos nos espaços. “Lugares determinados se definem para satisfazer não só a necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil” (FOUCAULT, 1977, p. 132).

Sobre as oficinas instaladas em uma unidade correcional, pode-se pensar com Foucault em um espaço de isolamento e localização de corpos articulado sobre um

⁴ Os quais contêm os Relatórios da Inspeção Geral da Instrução Pública e os Relatórios da Casa de Correção de Porto Alegre. Acervo do Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul.

aparelho de produção com exigências próprias. O autor aponta, ainda, que a organização de um espaço serial foi uma das grandes modificações técnicas do ensino elementar, que transformou o espaço escolar em uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, hierarquizar e recompensar, utilizando-se, ao mesmo tempo, de uma técnica de poder e um processo de saber.

Borges de Medeiros, enquanto chefe de Polícia do Estado, reativa as Oficinas da Casa de Correção. Quando assume como chefe de governo, dá as condições políticas e materiais para que o médico e sanitarista Protásio Alves, responsável por implementar grandes mudanças na educação pública gaúcha, produza a materialidade necessária para essa modernização.

A chegada da “modernidade pedagógica” ao Rio Grande

Entre 1891 e 1893, o diretor da Instrução Pública, João Abbot, apresenta ao presidente do Estado, Júlio de Castilhos, levantamentos que evidenciam o investimento inicial do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) na educação. Durante o período, as aulas públicas em operação aumentaram de 685 para 747. A Escola Normal, local de formação de professores, contava com 187 matriculados: 93 no Curso Preparatório, 37 no primeiro ano do Curso Normal, 39 no segundo ano e 18 no terceiro ano, denotando uma crescente preocupação com a Sólon profissionalização do ensino para a instrução da população.

Em 1894, João Abbot passa de diretor da Instrução Pública a chefe da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior (1894-1904). Antes disso, ele projeta a divisão do Rio Grande do Sul em três zonas escolares, sob a responsabilidade de um corpo fiscal composto por inspetores encarregados não apenas de dar suporte às escolas e aos professores, mas também de relatar à Inspetoria da Instrução Pública qualquer irregularidade ou dissonância com os princípios positivistas aplicados ao projeto educacional. Conforme Solon Viola:

O positivismo que serviu aos governantes sulinos como fonte ideológica para projetar o desenvolvimento econômico e a frequente inserção no projeto de modernização serviu, também, para estabelecer as diretrizes educacionais das escolas públicas. Projetos de educação e de modernidade que estavam atrelados, fundamentalmente, aos princípios de uma sociedade baseada em uma economia de progresso e em uma educação geradora de homens íntegros, disciplinados e úteis. A proposta educacional dos governantes rio-grandenses influenciados pelo positivismo assume princípios

educacionais voltados para a formação da cidadania, a formação da moral regeneradora, do projeto de inserção social dos trabalhadores, e a formação cultural enciclopédica da população. (VIOLA, 1998, p. 183).

Sendo assim, desde os primeiros anos do regime republicano, o Estado se coloca como responsável pelo provimento do material necessário à realização das aulas públicas nas escolas de Porto Alegre, Rio Grande, São José do Norte, Pelotas, Jaguarão, Santa Maria, Cachoeira, Rio Pardo, Santa Cruz e São João Batista de Camaquã. A questão do material de ensino passa a ser motivo de maior atenção a partir de 1896, quando o novo inspetor geral da Instrução Pública, Manoel Pacheco Prates, sugere que o Estado substitua os livros utilizados nos primeiros anos escolares por mapas murais. Segundo ele, uma medida mais econômica e mais de acordo com a “moderna pedagogia”. A partir da lei que trata da reforma da Instrução Pública no Estado de São Paulo⁵, Prates redige seu primeiro projeto de reforma para a Instrução Pública do Rio Grande do Sul, prevendo a centralização da aquisição de mobiliário e material escolar na própria Inspetoria. Até então, essa atividade era realizada pelo Tesouro do Estado.

Em decorrência, o Decreto n. 89, de 2 de fevereiro de 1897, reorganiza o ensino público primário do Rio Grande do Sul e determina, conforme as instruções do programa do ensino primário elaborado por Prates⁶, a adoção do “método intuitivo e prático” e de “todas as importantes conquistas da moderna pedagogia”, com vistas à instituição de um “sistema uniforme de educação racionalmente aplicado”. A redação do programa foi inspirada em experiências realizadas nos Estados Unidos e na Argentina. Conforme relato de Manoel Pacheco Prates:

Quanto à parte pedagógica, foram consagradas as mais importantes conquistas pela moderna pedagogia. Nas instruções, guiei-me tanto quanto me foi possível pela legislação norte-americana, vantajosamente aplicada na República Argentina; tive o cuidado de fazer as profundas modificações exigidas pelo nosso meio e pela Constituição do Estado. (RIO GRANDE DO SUL, 1897, p. 404).

⁵ SÃO PAULO. Lei n. 88, de 8 de setembro de 1892.

⁶ RIO GRANDE DO SUL. Relatório apresentado ao Sr. Dr. Julio Prates de Castilhos, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. João Abbot, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 30 de Julho de 1897. Porto Alegre: Officinas a Vapor da Livraria Americana, 1897.

Em 1898, Prates solicita recursos à Assembleia dos Representantes para a aquisição de globos geográficos, mapas, coleções de cadernos de desenho, coleções próprias para lições de coisas e sólidos geométricos. Esse material seria fornecido somente às aulas cujos professores tivessem competência reconhecida para trabalhar com o método intuitivo. Os planos apresentados por Prates para a instituição de um ensino público centralizado e com fins civilizatórios envolviam não apenas a instituição de uma pedagogia de ensino, mas também a qualificação de professores em instituições do próprio Estado, com a perspectiva de incorporá-los ao sistema de ensino por meio de concursos públicos. Havia ainda uma logística de distribuição desse material às escolas: os professores eram responsáveis pelo envio dos pedidos aos inspetores regionais e estes realizavam modificações julgadas convenientes. A partir disso, era organizado um mapa geral com os nomes dos professores e o material necessário para cada escola e enviadas as remessas, cujo recibo deveria ser assinado pelo professor em fatura.

Prates apresenta em 1º de junho de 1899 a listagem das obras e dos objetos recebidos pelo almoxarifado da Instrução Pública para distribuição às escolas. A relação ainda continha alguns itens considerados desatualizados pelo inspetor geral, como o livro *Lições de Coisas*, do Dr. Saffray. Em 1900, Prates explica ao secretário dos Negócios do Interior e do Exterior, João Abbot, o porquê da demora em convocar uma concorrência pública para a aquisição do material para o ensino intuitivo: o preço elevado dos objetos, todos de fabricação estrangeira. Dois anos depois, Prates reitera a necessidade de mais verbas para a aquisição de livros e de materiais didáticos, reforçando seu intuito de distribuí-los às 903 escolas elementares então existentes.

Em 1906, o médico e sanitarista Protásio Alves é empossado secretário estadual dos Negócios do Interior e Exterior. A partir daí, a situação começa a mudar para o ensino público. O decreto n. 874, de 28 de fevereiro daquele ano, elaborado a partir do trabalho do inspetor geral Prates, dá novo regulamento à Instrução Pública. Os Colégios Distritais são suprimidos e substituídos pelas Escolas Complementares, instituições criadas com a dupla finalidade de ministrar o ensino complementar a todos que o desejassem e de preparar profissionais para o exercício do magistério.

Seguindo os planos traçados por Prates, Protásio Alves informa em 1907 ao presidente do Estado, Borges de Medeiros, a encomenda de “aparelhos apropriados”, entre eles, os “mapas murais para o ensino de leitura às classes elementares pelo método

clássico João de Deus”⁷. Apresentado em 1876 pelo educador português João de Deus Ramos Nogueira, esse método tinha como base o estudo da fala. Propunha o aprendizado da leitura por meio da divisão silábica das palavras, sem quebrar sua imagem gráfica e sonora, utilizando recursos mnemônicos e visuais: mapas murais e um livro grande eram disponibilizados na sala de aula para que as crianças o lessem em voz alta (RUIVO, 2006).

Protásio Alves dá início a uma movimentação para substituir o mobiliário das escolas, julgado em desacordo com as prescrições sanitárias e da ciência. Em 1906 manda fabricar⁸ nas Oficinas da Casa de Correção de Porto Alegre bancos e classes com várias alturas. Também encomenda duas mil carteiras acompanhadas de bancos à empresa American Seating Company⁹. Em 1910 já são fornecidos pela Casa de Correção – que, segundo os relatórios, não dava conta de atender à demanda – mesas, estrados, armários, classes, bancos, cadeiras de braço, cadeiras simples, planos para cálculo, escudos e cabides. A lista com as quantidades distribuídas e as cidades beneficiadas está na página 171 do Relatório da Instrução Pública¹⁰ apresentado por Manoel Pacheco Prates. Ele permanece como inspetor geral até 1911, quando assume a cátedra de Direito Civil na Academia de Direito de São Paulo¹¹. A Inspetoria Pública é então incorporada à 3ª Diretoria da Repartição Central e passa a ser coordenada pelo funcionário Fernando de Albuquerque Gama, conforme o Decreto n. 1746, de 25 de julho de 1911.

⁷ RIO GRANDE DO SUL. Relatório apresentado ao Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 15 de setembro de 1907. Porto Alegre: Typographia D’O Debate, 1907. p. 11.

⁸ A edição de A Federação de 14 de maio de 1906 noticia na página 2: “Nas oficinas da Casa de Correção vão ser fabricados móveis escolares requisitados pela Inspetoria Geral da Instrução Pública”.

⁹ Empresa americana ainda em funcionamento, cujas atividades iniciaram em 1886. Seu primeiro produto foi a cadeira-escrivania escolar de ferro fundido e madeira de maple que revolucionou o mobiliário escolar. Site oficial: <http://www.americanseating.com/>. As carteiras duplas importadas pelo Estado seguiam o modelo em que o assento trazia anexado em suas costas uma mesa para duas crianças. O móvel que serviu de inspiração para a American Seating Company para criação deste produto se chamava *Triumph* e pode ser visto no catálogo da empresa A. H. Andrews, de Chicago, disponibilizado pelo Smithsonian em <http://americanhistory.si.edu/blog/2013/07/students-stay-in-your-seats-improving-19th-century-school-desks.html>.

¹⁰ Quadro das requisições de móveis feitas, por ofício, à Casa de Correção. In: RIO GRANDE DO SUL. Relatório apresentado ao Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 8 de setembro de 1910. Porto Alegre: Typographia da Livraria Universal de Carlos Echenique, 1910. p. 171.

¹¹ Conforme obituário publicado na *Revista da Faculdade de Direito da USP*, v. 34, n. 3 (1938).

Das Oficinas da Casa de Correção para as salas de aula

Na administração dos Negócios do Interior e do Exterior por Protásio Alves é encontrada uma alternativa mais viável aos cofres públicos para o abastecimento das escolas do que a importação de material: a (re)produção¹² local a partir de modelos internacionais. No período de 1911-1912, ele organiza o “tombamento do mobiliário escolar do Estado” (RIO GRANDE DO SUL, 1912, p. IX), documento que estaria em posse de sua Secretaria, mas que não foi encontrado junto aos relatórios pesquisados. Em 1912, ele registra a entrega de três mil carteiras duplas “tipo *Triumph*”, adquiridas da American Seating Company, a 15 colégios elementares (Bagé, Canguçu, Arroio Grande, Santa Maria, Rio Pardo, Santa Cruz, Taquari, Bento Gonçalves, São Sebastião do Caí, São João de Camaquã, São Jerônimo, Encruzilhada, Passo Fundo, Caxias, São João do Montenegro) e a escolas urbanas de nove cidades (Rio Grande, Pelotas, Jaguarão, Santa Vitória do Palmar, Uruguaiana, Itaqui, Quaraí, São Borja, Santana do Livramento). A partir desse modelo, considerado revolucionário para a época, Protásio Alves envia ordem à Casa de Correção para a fabricação de similares que, em vez de madeira de maple e ferro fundido, são adaptadas à realidade local e produzidas com madeira nativa e ferro batido.

As Oficinas da Casa de Correção de Porto Alegre integravam o complexo penitenciário construído no século XIX às margens do Guaíba, ao lado do Gasômetro. Conforme Tiago da Silva Cesar (2014), elas funcionavam desde o início das atividades da cadeia. Empregavam pessoas das mais diversas origens: mulheres e homens condenados por crimes, escravizados capturados e não reclamados pelos senhores, mendigos e pessoas em situação de vadiagem.

Moralizar e tornar os indivíduos úteis à sociedade eram, sem dúvidas, objetivos perseguidos com a introdução das oficinas no recinto penal, destinadas, conforme o Regulamento de 1855, a todos aqueles sentenciados a penas com trabalho, não importando o tempo da condena, mas também a homens e mulheres condenados pelas autoridades policiais, a escravos (quando

¹² Atividade que não ficou restrita apenas ao mobiliário e objetos, mas que se estendeu aos livros, entre eles os editados pela Livraria Selbach de Porto Alegre, como é o caso da *Cartilha Maternal* ou *Arte de Leitura – Método João de Deus* e do livro *História do Brasil*, de João von Frankenberg. As normas para edição de livros escolares e de leitura, entre elas linguagem, abordagem, impressão, material, acabamento e encadernação, estão contidas no relatório de 1913, páginas VI a VIII.

não reclamados pelos donos no prazo de seis meses), a mendigos e vadios na forma da lei, incluindo condenados à prisão simples, se assim o desejassem. À retirada de circulação de populares molestos, à emenda pelo trabalho, ao uso de braços onerosos para fazer frente não só aos gastos da Correção, mas também às despesas de toda a rede carcerária da província, a tudo isso, parece completar-se, tal como a cereja do bolo, a inserção de valores e práticas burguesas através da constituição de um pecúlio por meio da poupança forçada. (CESAR, 2014, p. 88).

No princípio dos trabalhos na Cadeia Pública, os presos poderiam atuar como alfaiates, sapateiros, correeiros, carpinteiros, tamanqueiros, trançadores, tanoeiros, marceneiros e costureiras. O produto de seu trabalho abastecia o Arsenal de Guerra. No entanto, as oficinas são fechadas em 1856 pelo Barão de Muritiba, então presidente da Província, devido ao baixo número de apenados trabalhando – 27,5%, ou seja, 55 de 200 presos. Elas são reativadas em 1896 pelo então chefe de polícia do Estado, Borges de Medeiros. Neste ano novas oficinas são criadas e outras melhoradas. Em 1888 funcionavam os trabalhos de sapataria, carpintaria, obras de carnaúba e de identificação antropométrica, além de ser aguardada para breve a oficina de tipografia. Em 1929 operavam ativamente as oficinas de serralheria, marcenaria, carpintaria, padaria, alfaiataria, sapataria, telas de arame e mosaicos (SZCZEPANIAK, 2005). Até o fim da gestão de Borges de Medeiros como presidente do Estado, em 1928, Protásio Alves relata a compra, fabricação e entrega constante de mobiliário e de material de ensino para as escolas públicas. Em seu balanço de 1927 ele afirma:

Foi com regularidade e cuidadosamente fornecido o material escolar aos estabelecimentos públicos, não obstante verificou-se que a verba votada para esse fim foi deficiente. O material é distribuído em face de pedido para cada estabelecimento que o faz, tendo em vistas as sobras e a matrícula de alunos pobres. O considerável aumento do número de estabelecimentos de ensino e frequência dos que vêm funcionando de anos anteriores tem determinado necessidades de mobiliário acima da produção possível pelas oficinas da Casa de Correção, de sorte que se torna necessária a aquisição de móveis para o fornecimento. (RIO GRANDE DO SUL, 1927, p. XX).

Seu sucessor, Osvaldo Aranha, apresenta ao novo presidente do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, um balanço da educação pública e do trabalho do Estado sob o jugo ideológico do PRR. Seu relato abrange desde a instituição da República até o último dia de Protásio Alves como secretário dos Negócios do Interior e Exterior, a quem celebra como administrador:

Conseguimos assim, distribuir um ensino útil, fecundo, intuitivo e uma educação física, cívica, higiênica e social. Não ensinamos a ler, mas a saber, a viver e a trabalhar. Cada criança que esta escola integrar na vida social será um potencial de trabalho e de progresso imensamente reprodutivo, quer do ponto de vista econômico, quer do ponto de vista financeiro. (RIO GRANDE DO SUL, 1928, p. 33).

A partir das realizações de Protásio Alves e em continuidade ao trabalho de seus antecessores, Aranha sugere medidas para um plano sistemático de reformas e de ação, como a criação da Diretoria da Instrução Pública; a reforma do ensino complementar, com a criação de novas escolas introdutórias e para formação de professores; o aumento da verba para o material escolar e a criação da *Revista do Ensino*, entre outras medidas.

A sala de aula como imagem do progresso

As imagens fotográficas constituem-se em documentos para se apreender a cultura material, sendo ela mesma produto da cultura visual. Apesar de ricos em tabelas, mapas e gráficos, os Relatórios da Instrução Pública possuem poucos registros fotográficos. A única série de fotografias ilustrativas da escola pública e de suas atividades integra o volume relativo ao ano de 1924, não possui assinatura do fotógrafo e está apresentada no formato foto/legenda, com uma imagem por página. As imagens têm o objetivo de documentar os avanços realizados pelo governo do PRR a partir da adoção de novidades e tendências identificadas com a “moderna pedagogia” pelos gestores da Instrução Pública.

Para a perspectiva apresentada neste trabalho, foram selecionadas duas fotografias. A primeira delas é de sala de aula, escolhida pelo caráter representativo da interação de alunos e professores com os objetos de ensino e o mobiliário, provavelmente fabricado pelos apenados. O conceito “escola desejada” é usado aqui conforme proposto por Possamai, apresentando a ideia de uma “educação científica, racional e moderna, dentro do desejo republicano” (POSSAMAI, 2009, p. 940). Para a autora, essas representações fotográficas reforçam o ideário positivista e operam no sentido de construir a imagem de uma escola-monumento. Trata-se de uma aula prática do Colégio Complementar de Porto Alegre, atual Instituto de Educação General Flores da Cunha,

instituição definida como “escola modelo” por Protásio Alves no início de sua gestão como secretário:

A [escola complementar] que foi localizada em Porto Alegre, dotada de casa própria e de outros melhoramentos, que espero em breve ver realizados, será verdadeira escola modelo. Estão já encomendados aparelhos apropriados para que tenha o mais completo ensino. O ilustrado diretor, logo que receber os mapas murais, iniciará pessoalmente o ensino de leitura às classes elementares pelo método clássico João de Deus, incomparável quando bem aplicado, o que até agora aqui não se tem feito. Essas lições serão assistidas pelos alunos do curso superior, que se destinam ao magistério e vão às aulas elementares aprender a técnica magistral. (RIO GRANDE DO SUL, 1907, p. 11).

Na imagem, mulheres em preparação para o magistério estão em frente a uma classe de crianças e observam a metodologia empregada para educá-las. Em relação à materialidade escolar, percebe-se um ambiente amplo e iluminado, os conjuntos de bancos e carteiras “tipo *Triumph*” e um sistema de lousas intercambiantes. As crianças, uniformizadas, têm suas mesas vazias e se posicionam todas da mesma forma. As normalistas tomam nota, enquanto o foco está na atuação da professora da classe.



“Colégio Complementar – Capital. Aula Prática.” Sem assinatura. **Fonte:** RIO GRANDE DO SUL. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 6 de setembro de 1924. Porto Alegre: Oficinas Graphics d’A Federação, 1924. Acervo do Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul. Reprodução Cristiane Miglioranza.

A partir da análise da fotografia, é possível se pensar em mais uma “fabricação”, a da imagem, com o propósito de mostrar/registrar a existência de ordem, regras, método e limpeza na Instrução Pública, ou seja, de documentar a escola desejada. Isso é percebido pela uniformização das crianças, não apenas nas roupas e nos laços de cabelo das meninas, mas também em suas posições. As professoras e normalistas, por meio de sua postura, participam da encenação, fingindo desinteresse pela câmera (à exceção de uma das normalistas, que olha diretamente para o fotógrafo e acaba por captar o olhar do observador da imagem).

Uma segunda fotografia representa a atividade dos apenados na oficina de marcenaria, que, juntamente com a de serralheria, fabricava o mobiliário escolar. Integrou, com outras fotografias das oficinas e dependências da cadeia, a exposição “Casa de Correção – Dizer o Indizível”, realizada no Museu Júlio de Castilhos de Porto Alegre em 2017. Essa coleção foi doada ao Museu como achado de um funcionário da Superintendência de Serviços Penitenciários (Susepe) e retrata a rotina dos detentos nos

primeiros anos da década de 1910. Retratada em plano aberto, a oficina assume o papel protagonista. Um homem – pressupõe-se que seja um dos apenados – posa em frente a uma serra-fita, tendo tábuas de madeira em seu entorno. Na lateral direita, posam enfileirados apenados-trabalhadores, aparentemente uniformizados. O ambiente possui janelas e iluminação natural e a representação fotográfica passa, assim como no caso da sala de aula do Colégio Complementar, uma impressão de ordem, regras, método e higiene. Neste caso, social, baseada na ideia de que “o trabalho dignifica”.



“Marcenaria da Casa de Correção de Porto Alegre, 1913”. No carimbo: “Casa de Correção, 25/1/1913, *parte ilegível*, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul”. Sem assinatura. **Fonte:** Exposição “Casa de Correção – Dizer o Indizível”, Museu Julio de Castilhos, Porto Alegre, 2017. Acervo do Museu. Reprodução Cristiane Miglioranza.

Ambas as representações trazem o “desejado”, deixando as questões sociais e de efetividade das ações em curso, bem como os sujeitos, invisíveis, conforme definido por Ulpiano Bezerra de Meneses:

O visível (com, naturalmente, sua contrapartida, o invisível) representa o domínio do poder e do controle, o ver/ser visto, dar-se/não se dar a ver, os objetos de observação obrigatória assim como os tabus e segredos, as prescrições culturais e sociais e os critérios normativos de ostensão, ostentação ou discrição – em suma, de visibilidade e invisibilidade. (MENESES, p. 36, 2005).

Em relação à instrução pública no Rio Grande do Sul e à cultura material gerada pela atividade educativa local, ainda há muito a ser pesquisado, principalmente no que diz respeito à relação entre memórias sociais, representações, imaginários produzidos e reminiscências materiais. O mesmo se dá em relação à Casa de Correção de Porto Alegre, sobretudo no que importa às memórias sociais silenciadas e invisibilizadas. A forma como se deu a exposição *Casa de Correção – Dizer o Indizível* do Museu Júlio de Castilhos aponta para essa necessidade. Quando da visita realizada para esta pesquisa, não havia mediação ou texto curatorial que propiciasse mais informações sobre a edificação, sua atividade e os sujeitos nela implicados. Apenas pequenas legendas fetichizavam o “achado” do “acervo perdido”, sem atentar para as questões construtivas da instituição. O indizível permaneceu não dito.

Algumas considerações

Durante a leitura dos Relatórios da Instrução Pública, muitas são as referências às práticas utilizadas nos Estados Unidos, na Europa, na Argentina e no Uruguai (país ao qual foi enviada uma comitiva de professores gaúchos em 1913¹³), além da comparação entre a realidade regional com a de outros Estados, como São Paulo e Rio de Janeiro. Percebe-se que houve atenção às novidades apresentadas em exposições pedagógicas nacionais e internacionais e que, a partir disso, se tentou trazer – ou reproduzir – a modernidade prometida pelo nascente mercado de produtos escolares para o projeto de educação pública ainda nos seus primeiros anos de implementação.

Ao abordar o status da pesquisa sobre a cultura escolar, Margarida Louro Felgueiras (2005) aponta para a necessidade de investigação histórica e de cuidados

¹³ Os relatórios completos dos membros da comitiva sobre suas visitas a escolas uruguaias e ao Museu e Biblioteca Pedagógicos deste país constam do Relatório da 3ª Diretoria apresentado pelo diretor Fernando de A. Gama em 30 de junho de 1914.

específicos em relação à materialidade gerada pela atividade educativa. Ela salienta que, mesmo a instituição escolar sendo construída ao longo de sua trajetória como objeto material e imaterial, uma perspectiva de análise a partir do interior da escola, considerando-a um patrimônio a ser integrado na transformação dos contextos escolares, e da relação da docência com a cultura ainda é pouco adotada. O inventário deste patrimônio é o primeiro passo para que ele seja conhecido, divulgado e estudado. Foi com essa intenção que a pesquisa foi realizada. No entanto, dela emergiram questões que antes eram “invisíveis”.

Este artigo foi escrito a partir de fontes levantadas entre 2016 e 2017 para pesquisa de Iniciação Científica realizada no âmbito do projeto Museus em Espaço Escolar: de Laboratório de Aprendizagem à Musealização Contemporânea, coordenado pela professora Zita Possamai (PPGEdu/PPGMusPa UFRGS). Também tem como base texto escrito para a disciplina História do Rio Grande do Sul Aplicada à Ciência da Informação, ministrada em 2017 pela professora Denise Walter Xavier no curso de Museologia da UFRGS. Traz algumas ideias iniciais, provocadas por evidências que vieram à tona durante o percurso e que acabaram por ser relegadas a um segundo plano quando optei por mudar para o curso de Ciências Sociais. Sendo assim, tem o intuito de contribuir ao apontar questões ainda inexploradas no que tange à produção de materialidades e de subjetividades. Questões que merecem ser melhor exploradas, evidenciadas, visibilizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

A FEDERAÇÃO, 14 de maio de 1906, ano XXXIII, n. 111, p. 2. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/17759>. Acesso em 11/06/2017.

CESAR, Tiago da Silva. **A ilusão panóptica: encarcerar e punir nas imperiais cadeias da Província de São Pedro (1850-1888)**. Dissertação (mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2014. 226 f.: il. Disponível em <http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/000010/0000103f.pdf>. Acesso em 04/06/2017.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. **Materialidade da cultura escolar: A importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa**. Proposições, v.16, 1 (46), p. 87-102, jan/abr 2005. Disponível em <http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/proposicoes/textos/46-dossie-felgueirasml.pdf>. Acesso em 24/05/2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1977.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Rumo a uma história visual. In: MARTINS, José de Souza. ECKERT, Cornelia. NOVAES, Sylvia (Org.). **O imaginário e o poético nas ciências sociais**. Bauru, SP: EDUSC, 2005. P. 33-56.

POSSAMAI, Zita Rosane. **A cultura fotográfica e a escola desejada: considerações sobre imagens de edificações escolares – Porto Alegre (1919-1940)**. Encontro Nacional de Estudos da Imagem, 2º, 12, 13 e 14 de maio de 2009, Londrina (PR). Anais... Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009. p. 930-948. Disponível em http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais/trabalhos/pdf/Possamai_Zita%20Rosane.pdf. Acesso em 04/08/2015.

_____. **Colecionar e educar: o Museu Julio de Castilhos e seus públicos (1903-1925)**. Varia História (UFMG. Impresso), v. 30, p. 365-389, 2014. Disponível em http://www.academia.edu/8591073/Colecionar_e_educar_o_Museu_Julio_de_Castilhos_e_seus_p%C3%BAblicos_1903-1925_. Acesso em 23/09/2015.

_____. **“Lição de Coisas” no Museu: o Método Intuitivo e o Museu do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, nas primeiras décadas do século XX**. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, 20 (43), 2012. ISSN 1068-2341. Disponível em <http://epaa.asu.edu/ois/1124>. Acesso em 23/09/2015.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 89, de 2 de Fevereiro de 1897**. In: _____. Leis, atos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. 1897. Porto Alegre: Oficinas Typographicas de Echenique, 1897. p. 162-201. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/100091>. Acesso em janeiro de 2016.

_____. **Decreto nº 1746, de 25 de julho de 1911**. Porto Alegre, 1911.

_____. **Relatórios da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e do Exterior ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1891-1928. Acervo do Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul.

RUIVO, Isabel. **João de Deus: Método de leitura com sentido**. Actas do VI Encontro Nacional (IV Internacional) de Investigação em Leitura, Literatura Infantil e Ilustração. Braga: Universidade do Minho, Outubro de 2006. Disponível em http://www.casdaleitura.org/porta/beta/bo/documentos/ot_metodo_leitura_joao_deus_b.pdf. Acesso em 20/07/2021.

SÃO PAULO. **Lei n. 88, de 8 de setembro de 1892**. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=64173>. Acesso em 11/12/2015.

SZCZEPANIAK, Ivone. **Poder imposto: negociações que fogem às regras – o que podemos localizar nas fontes**. Simpósio Nacional de História da ANPUH, XXIII, 17 a 22 de maio de 2005, Londrina (PR). Anais... Londrina: Editorial Mídia, 2005. Disponível em <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0472.pdf>. Acesso em 04/06/2017.

VIOLA, Solon. As propostas educativas das escolas públicas no início do século. In: GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. **Revisitando o Positivismo**. Canoas: La Salle, 1998. p. 183-196.



Sem título

Fotografia e escultura em argila
Maisa Oliveira Zangiacomi Martinez

O DISCURSO MÉDICO ACERCA DA NINFOPLASTIA: UMA ANÁLISE DE ARTIGOS PUBLICADOS NA REVISTA BRASILEIRA DE CIRURGIA PLÁSTICA (RBCP)¹

Camila Silveira Cavalheiro²

Resumo: Valendo-se da ninfoplastia (cirurgia de redução dos pequenos lábios vaginais) como objeto de análise, pretende-se investigar como esta intervenção cirúrgica age na produção de subjetividades. Para tanto, foca-se nos discursos médicos sobre a temática. Utiliza-se como principal fonte de dados os artigos publicados pela Revista Brasileira de Cirurgia Plástica (RBCP) entre os anos de 1997 e 2018. Os dados se articulam às falas de três interlocutoras, cujas entrevistas tensionam e tangenciam a discussão. Por meio da análise dos dez artigos selecionados objetiva-se compreender: a) quais os argumentos médicos apresentados em prol da realização dessa cirurgia; e b) quais os embasamentos científicos acionados. Os argumentos que sugerem padrões de “normalidade” ou fatores diversos associados a supostas “anormalidades” foram alvo de uma atenção maior. Nesses casos, buscou-se, em uma segunda etapa, verificar quais os artigos de referência citados nos artigos selecionados para a análise dariam embasamento científico para essas afirmações. Constatou-se que, muitas vezes, os artigos de referência não sustentariam os argumentos presentes nos dez artigos selecionados.

Palavras-chave: Ninfoplastia; Normalidade; Padrão Estético; RBCP

Introdução

Este artigo é resultado de minha atuação como bolsista de Iniciação Científica (PIBIC UFRGS/CNPQ 2018-2019) no projeto *Processos de subjetivação*,

¹ Ensaio apresentado como avaliação final da disciplina de Teorias Antropológicas Contemporâneas do Curso de Ciências Sociais da UFRGS, ministrada pelo professor Vitor Grunvald em 2019/2. Para fins de submissão à revista *Todavia*, esta discussão foi atualizada a partir das contribuições do professor e demais colegas da disciplina.

² Acadêmica do Curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), PIBIC UFRGS/CNPQ 2018-2019, camila.silcavalheiro@gmail.com.

transformações corporais e produções de gênero via a promoção e consumo de recursos biomédicos, coordenado pela professora Fabíola Rohden (PPGAS/UFRGS), cujo principal objetivo é investigar os discursos públicos em torno de práticas de transformação corporal, associadas sobretudo à busca pelo aprimoramento de si. Nesse contexto, entende-se as intervenções fármaco-químicas e cirúrgicas em mulheres como exemplares. O conceito de medicalização é central para a discussão que pretendo desenvolver. Para tanto, retomo a seguir as discussões propostas por Conrad (2017) e Clarke e colegas (2010), acessadas a partir do texto de Rohden (2017).

Conrad (2007) o define como um processo no qual as experiências humanas passam a ser classificadas e definidas em termos de “desordens” ou “transtornos”. As cirurgias estéticas seriam exemplares do consumismo na área médica: o corpo se torna um projeto que sofre diferentes intervenções, processo no qual a medicina se torna um veículo para o melhoramento. Busca destacar o papel das indústrias farmacêutica e biotecnológica no que diz respeito à demanda crescente pelo aprimoramento (*enhancement*) biomédico e enfatiza a conversão dos indivíduos, que passam a ser consumidores e não mais pacientes, atuando ativamente sobre a demanda por serviços de saúde e tratamentos médicos. O autor categoriza o aprimoramento biomédico a partir de três faces - a normalização, a reparação e a performance. Enquanto a primeira visa adequar os contornos corporais aos ‘padrões’, a segunda busca restaurar e rejuvenescer o corpo e a terceira busca aumentar ou melhorar as performances dentro de um contexto de competitividade.

Clarke *et. al* (2010), por sua vez, baseando-se no contexto norte-americano, identificam uma transformação na área médica e de atenção à saúde, a partir de mudanças no campo da biomedicina que se iniciam em 1985. Esse processo - complexo, multissituado e multidirecional - recebe o nome de biomedicalização, no qual a medicalização é redefinida por conta das inovações da biomedicina tecnocientífica. Enfatizam a conformação de um novo “regime de verdade”, no qual a responsabilização individual é central. Aqui, o corpo passa a ser visto como algo flexível e reconfigurável, ou seja, perde seu caráter de imutabilidade. Destaco também a capacidade da biomedicalização de aprofundar as estratificações sociais de classe, gênero e raça, ao mesmo tempo em que recria ou reforça as estruturas já existentes. As autoras indicam,

associada às novas práticas tecnocientíficas, a passagem de um processo de normalização para um processo de customização, a “medicina de butique” (Rohden, 2017, p. 41).

O campo da medicina estética é comumente orientado por práticas de gênero, e as cirurgias plásticas são exemplares nesse sentido. Autores como Edmonds (2010), Antonio (2012) e Jarrín (2017) já descreveram a complexa relação entre gênero – e outros marcadores importantes como classe e raça – e as cirurgias plásticas, no contexto brasileiro. Na literatura, alguns procedimentos bem estabelecidos, como as próteses de silicone³, possibilitam a observação dessas práticas. Nesta pesquisa, o foco de análise está em uma série de procedimentos que crescem rapidamente na última década – as cirurgias íntimas, com ênfase na ninfoplastia.

Este ensaio é um grande desafio⁴. É uma tentativa, para mim inédita, de sair das formas acadêmicas tradicionais e explorar outras possibilidades. No livro *Gênero, Patriarcado e Violência*, a socióloga Heleieth Saffioti explicita que o interesse pela temática abordada na sua pesquisa – violência contra a mulher – já expressa um compromisso político-ideológico. A autora afirma: “ninguém escolhe seu tema de pesquisa; é escolhido por ele” (SAFFIOTI, 2004, p. 43). Este texto representa, para além dos resultados da pesquisa que realizei, uma experiência que me possibilitou entender, sob novas óticas, esta temática que tanto me mobiliza e interpela. Meu primeiro contato com a ninfoplastia se deu durante a adolescência, quando uma amiga recebeu de presente dos pais a cirurgia, no seu aniversário de 15 anos. Isso me causou grande espanto por razões que não conseguia expressar em palavras.

Anos depois, imersa em publicações, reportagens e grupos de pacientes, compreendi meu incômodo, resumido na provocação de Camille Nurka (2019): de onde vêm a culpa e a vergonha que as mulheres sentem quando entendem que, por conta da anatomia da vulva, habitam uma feminilidade “anormal”? Onde surge o diagnóstico da hipertrofia dos pequenos lábios? Quais são os critérios de patologização da variação

³ Consultar Rohden e Silva (2020).

⁴ A proposta da avaliação da disciplina foi inspirada na noção de montagem utilizada pelo antropólogo Michael Taussig em seu livro *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem* (1993); o formato era livre – ensaio, vídeo, *podcast*, etc. – desde que o produto final fosse composto por diferentes registros de materiais. Era necessário refletir sobre o lugar de construção do conhecimento que foi produzido e a localização do saber. Por fim, devia conter trechos de reflexão subjetiva.

anatômica? Quanto mais me envolvo com as discussões que pretendo apresentar, mais concordo com Saffioti (2004), no sentido de que a “escolha” deste tema reflete um compromisso político-ideológico que assumi há muito tempo, mesmo sem ter consciência, e que continuo a assumir todos os dias. Nesse sentido, busco me comprometer com uma produção engajada, parcial e corporificada.

A análise desenvolvida parte dos discursos mobilizados por profissionais da área médica em artigos publicados pela Revista Brasileira de Cirurgia Plástica (RBCP) entre os anos de 1997 e 2018. Por meio do exame dos artigos selecionados objetiva-se compreender: a) quais os argumentos médicos apresentados em prol da realização desta cirurgia; e b) quais os embasamentos científicos acionados.

A Revista Brasileira de Cirurgia Plástica é o órgão oficial de divulgação científica da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP). Sua publicação é trimestral e circula regularmente desde o ano de 1986. De acordo com os dados disponíveis no *site* da revista, seu objetivo é “[...] registrar a produção científica em Cirurgia Plástica, fomentar o estudo, aperfeiçoamento e atualização dos profissionais da especialidade” (RBCP, s.d.). O periódico publica algumas categorias distintas de artigos – como editorial, artigo original, artigo de revisão, relato de caso, ideias e inovações, etc. – desde que os temas se relacionem à cirurgia plástica e áreas afins. Sua escolha se deu sobretudo por ser a maior publicação brasileira sobre cirurgia plástica e o órgão oficial de divulgação da SBCP.

Metodologia

Através do repositório virtual da RBCP, que apresenta em seu acervo os artigos publicados desde o ano de 1997, efetuou-se uma busca com os seguintes termos: “ninfoplastia”, “labioplastia”, “vulvoplastia”, “himenoplastia”, “perineoplastia” e “vulva”. Entre os resultados, dez artigos se mostraram pertinentes à temática e foram selecionados para a análise (Quadro 1).

Quadro 1 – Artigos da RBCP

Referência	Artigo
------------	--------

1A	Sperli AE, Freitas JOG, Mello ACA. Tratamento cirúrgico da hipertrofia clitoriana. Rev. Bras. Cir. Plást. 2011;26(2): 314-320.
2A	Cunha FI, Silva LM, Costa LA, Vasconcelos FRP, Amaral GT. Ninfoplastia: classificação e refinamentos técnicos. Rev. Bras. Cir. Plást.2011;26(3): 507-511.
3A	DAHER M, MUÑIZ AR, DAHER AC, VANZAN K, MONTEIRO G, MACIEL J, et al. Ninfoplastia em estrela: técnica para redução dos pequenos lábios vulvares. Rev. Bras. Cir. Plást. 2015; 30 (1): 44-50.
4A	Mendes PRS, Mattiello CM, Silva MAR, Walter GP, Ely JB. Variação da técnica ninfoplastia com uso de haste metálica para maior simetria. Rev. Bras. Cir. Plást.2018;33(0):145-147.
5A	Cunha TT, Nahas FX, Castro CC, Abreu ML, Serra F, Aboudib JH. Qualidade de vida de pacientes submetidas a ninfoplastia. Rev. Bras. Cir. Plást.2013;28(3):63.
6A	Dornelas MT, Correa MPD, Melo ALR, Cunha MB, Nicolato AL, Corrêa LD, et al. Plástica de pequenos lábios e suas possibilidades atuais. Rev. Bras. Cir. Plást.2016;31(4):534-539.
7A	Colaneri AGF. Nova classificação para hipertrofia dos pequenos lábios vaginais e correlação com as técnicas cirúrgicas indicadas. Rev. Bras. Cir. Plást.2018;33(1):64-73.
8A	Battisti C, Possamai LM, Freitas Neto F, Fasolin FB, Solano Junior PEK, Ely PB. Tratamento da hipertrofia de pequenos lábios vaginais na adolescência - experiência atual do Hospital da Criança Santo Antônio da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Rev. Bras. Cir. Plást.2018;33(0):175-177.
9A	Felicio YA. Plástica do púbis e da genitália externa: duas décadas de experiência. Rev. Bras. Cir. Plást.2011;26(2):321-327.
10A	Valente D, Carvalho LA, Zanella RK, Ferreira MT. Redução estética de pequenos lábios utilizando ressecção piramidal central estendida. Rev. Bras. Cir. Plást.2012;27(3):83.

Fonte: Autora

Após a leitura, foram identificadas as categorias mobilizadas pelos/s autores/as. Para facilitar o processamento da grande quantidade de dados, organizou-se as categorias em quatro tópicos: **Paciente** (uso de termos como qualidade de vida, autoestima e satisfação pessoal, preocupação com saúde mental das pacientes, acompanhamento do resultado), **Fins** (estéticos ou funcionais), **Classificação** (motivos pelos quais o procedimento é indicado, importância de analisar as melhores técnicas de acordo com a paciente, sistemas de classificação, causas da hipertrofia, preocupação com a necessidade de realização do procedimento) e **Normalidade** (inexistência de um consenso sobre o padrão de “normalidade” e necessidade do procedimento, definição de normalidade e justificativa para aumento dos procedimentos).

Os argumentos sugerindo padrões de “normalidade” ou fatores diversos associados a supostas “anormalidades” foram alvo de uma atenção maior. Nesses casos, buscou-se, em uma segunda etapa, verificar quais os artigos de referência que estariam dando embasamento científico para essas afirmações. Elencando as referências utilizadas pelos artigos da RBCP, chegou-se a um total de 91 referências, das quais 16 aparecem duas, três, quatro ou cinco vezes. Levando em conta a grande quantidade de dados, decidiu-se por atentar para as referências que aparecem duas vezes ou mais. Esse segundo conjunto de artigos foi lido, e os trechos foram selecionados com base nas mesmas categorias utilizadas nos artigos da RBCP.

Para fins de facilitar o entendimento da discussão e dos resultados apresentados, utiliza-se algumas nomenclaturas. Os artigos da RBCP são indicados no texto através da abreviação AB (artigos brasileiros), enquanto os artigos de referência, publicados em periódicos estrangeiros e em inglês, aparecem como AR (artigos referência). Os dois grupos seguem numerados conforme apresentação anterior, seguidos da identificação: A para artigos da RBCP e B para artigos de referência. Levando em conta o volume de material disponível, apresenta-se neste trabalho um recorte do projeto de pesquisa acima descrito, discutindo em torno de três categorias – definição de normalidade, estético e funcional. A fim de enriquecer as discussões, foram realizadas três entrevistas, que serão melhor discutidas em sequência.

Os artigos

Os dez artigos da RBCP (AB) aqui selecionados foram publicados entre os anos de 2011 e 2018, ou seja, todos ao longo da última década. Já os artigos de referência (AR) são mais antigos e datam entre os anos de 1984 e 2015. Os artigos mais citados – 5 e 4 vezes – são relativamente recentes, em comparação com os demais AR, pois foram publicados nos anos 2000 [1B; 2B], 2006 [3B], 2012 [4B], e 1998 [5B]. A maioria dos artigos segue o padrão de publicação científica na área, contendo resumo, objetivos, metodologia e os resultados; com exceção dos artigos 5A e 10A⁵, que não elencam suas referências. No geral, o conteúdo é homogêneo e compacto, apresentando poucas referências.

As entrevistas

Foram entrevistadas três mulheres que atuam em diferentes áreas, mas que de alguma forma se relacionam com a temática. As três optaram por permanecer identificadas, sem necessidade de anonimato.

Ashiley Ribeiro cursa Medicina na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e compõe a Liga de Saúde da Família e da Comunidade⁶. A Liga lhe possibilita uma inserção maior nos postos de saúde, para além da carga curricular do seu curso. Nos últimos meses do ano de 2019, esteve presente em diversas consultas ginecológicas realizadas por enfermeiras no Sistema Único de Saúde (SUS) na cidade de Porto Alegre.

Marcelle Jacinto da Silva é socióloga, vinculada ao Núcleo de Pesquisa em Sexualidade, Gênero e Subjetividade (NUSS) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Sua tese, defendida no primeiro semestre do ano de 2019, versa sobre autoestima vaginal. De muitas formas, seu trabalho extrapolou os limites da Universidade e Marcelle é

⁵ Como os artigos 5A e 10A não possuem referências, não fizeram parte da análise, uma vez que não é possível compará-los com outros artigos sem a citação direta ou a listagem das referências utilizadas. Seus trechos são apresentados para fins comparativos.

⁶ A Liga é composta por profissionais da Medicina de Família e Comunidade, especialidade que se conforma no Brasil a partir dos anos 70 com o movimento da saúde comunitária e do Programa e Agentes Comunitários da Saúde.

reconhecida em muitos espaços como “militante da vagina”, por conta do seu objeto de pesquisa.

Ana Gehring é fisioterapeuta pélvica. Atua em consultório há seis anos e possui um perfil no Instagram onde aborda questões relacionadas à sexualidade feminina há três anos, o *Vagina Sem Neura* (@vagasemneura). Trata sobretudo disfunções sexuais femininas, definidas por ela mesma como “dor na relação, ausência de lubrificação, entrada de ar na vagina durante o sexo, perda urinária durante o orgasmo, basicamente dor na relação e melhora da qualidade de vida sexual – orgasmo”.

O contato com cada uma delas se deu de maneiras e em momentos diferentes. Ashiley é uma grande amiga. Moramos juntas, de maneira que acompanhei todas as suas angústias e questionamentos, desde a escolha do curso. Marcelle me foi apresentada por minha orientadora Fabíola Rohden, que compôs a banca da sua tese e nos colocou em contato por conta da temática trabalhada. Por fim, sigo a Ana no seu perfil no Instagram há quase dois anos e diariamente tenho acesso ao conteúdo veiculado por ela nesta rede social.

“Pequenos lábios de morfologia normal, na qual a cirurgia é essencialmente indetectável”

Medicalização da mulher e cirurgias plásticas

A história da medicina ocidental foi essencial no processo contínuo de medicalização da mulher e está entrelaçada a ele, ajudando a construir o entendimento (ocidental e cis-hétero-normativo) sobre o que é *ser mulher*. Para Rohden (2008), esse processo passou por importantes marcos. No século XIX, o foco foram as questões anatômicas e fisiológicas; no século XX, a grande discussão girava em torno dos hormônios, na presença, para corporificar neles a diferença entre homens e mulheres, e na falta, indicando a razão para desequilíbrios e patologias. Por fim, no século XXI, o cérebro ganha destaque no entendimento da sexualidade feminina.

Um aprofundamento dessa discussão e das inúmeras categorias vinculadas a ela não cabem neste ensaio, mas este breve resumo é interessante para compreender o contexto de surgimento de um processo que hoje se relaciona com discussões mais

amplas, na qual o corpo feminino passa por novas adequações por meio de intervenções bioquímicas, muito relacionadas à uma estética higienizante e à sexualidade (SCHIMITT, 2014). As cirurgias plásticas surgem aqui como mais uma possibilidade de “melhoramento” (ou, neste caso, um imenso leque de alternativas), reforçando a necessidade de uma constante adequação do corpo e, de forma concomitante, da sexualidade.

Assim como os antigos procedimentos cirúrgicos realizados nos genitais femininos⁷, as contemporâneas cirurgias plásticas íntimas são cercadas por muitas controvérsias. É importante frisar que, enquanto as primeiras visavam “curar” alguma enfermidade, as segundas visam, sobretudo, a uma adequação anatômica e/ou estética (SCHIMITT, 2014). As cirurgias íntimas representam um amplo conjunto de procedimentos, como a ninfoplastia (redução dos pequenos lábios), o aumento (realizado com injeção de gordura) ou diminuição dos grandes lábios; a clitoroplastia (redução do clitóris); o aumento do ponto G (realizada através de injeções de colágeno); a perineoplastia (retirada do excesso de pele no períneo com reconstrução do tecido muscular, quando necessário) e a não reconhecida⁸ himenoplastia (reconstrução do hímen). Existe uma tendência na comunidade médica a associar vários desses procedimentos, aglutinando-os sob o nome de *rejuvenescimento vaginal*, em que podem estar presentes também a depilação e o clareamento íntimos.

O número de publicações sobre cirurgias íntimas é baixo, inclusive no Brasil, país que lidera as estatísticas de realização desses procedimentos. Isso é uma questão apontada constantemente por pesquisadoras da temática e ativistas feministas. Marcelle questiona:

Como que o Brasil, país que mais aumenta o número e a demanda de cirurgias, não tem quase nada escrito sobre? Tem claro, na literatura médica,

⁷ A saber: a cliteridectomia, que consiste na remoção do prepúcio, ou seja, da pele que reveste o clitóris; e a ovariectomia, que consiste na remoção dos ovários. Para compreender melhor as implicações desses procedimentos na ginecologia do século XIX, consultar Rohden (2002).

⁸ A himenoplastia não é uma cirurgia reconhecida na/pela comunidade médica, pelo seu caráter subjetivo. O procedimento sequer é listado pela SBPC e pela ISAPS. O hímen é uma membrana, posicionada na entrada do canal vaginal. Historicamente, era utilizado como um parâmetro que confirmava – ou não – a virgindade da mulher. A reconstituição dessa membrana pode não ser efetiva e, funcionalmente, não traz nenhum benefício para a paciente. O não reconhecimento do procedimento está ligado ao fato de que o hímen pode ser rompido de diversas formas, de maneira que a sua ausência ou a quebra da sua integridade não está ligada necessariamente à relações sexuais penetrativas, ou seja, reconstruí-lo visando ‘restaurar’ a virgindade feminina não é entendido como algo legítimo. Entretanto, o procedimento não é criminalizado e os profissionais podem realizá-lo se desejarem.

mas o que que eles falam? Eles mesmos falam que tem pouca escrita sobre isso, que não existe consenso no tamanho da cirurgia, no tamanho ideal, não existe consenso dos termos, são vários termos pra uma mesma cirurgia, enfim, várias técnicas pra um mesmo resultado. E aí, como é que fica?

Schimitt (2014), partindo da perspectiva de Butler (1999; 2013) e Laqueur (2001), defende que representações e discursos constituem e materializam os corpos e, nesse sentido, “[...] os discursos médicos, e da comunidade científica como um todo, têm grande peso sobre essa materialização” (SCHIMITT, 2014, p. 26). Partindo da indagação de Marcelle, é interessante pensarmos que tipo de discurso está sendo veiculado na literatura médica, levando em conta as controvérsias existentes, em especial as que giram em torno dos padrões de normalidade e dos índices classificatórios.

Hipertrofia dos pequenos lábios

Segundo o dicionário *Michaelis*, “hipertrofia” pode ser definida como “desenvolvimento excessivo de um órgão ou de parte dele, com aumento de peso e volume, em razão do crescimento do tamanho de suas células constituintes” (MICHAELIS, 2015). Quando abordada especificamente a hipertrofia dos pequenos lábios vaginais, a condição não é, necessariamente, patológica. É interessante notar que a nomenclatura “pequenos” e “grandes” lábios, em particular quando utilizada pela comunidade médica, pode sugerir ou reforçar a ideia de que os pequenos lábios devem ser menores que os grandes lábios, o que não condiz com a imensa variabilidade anatômica existente.

A hipertrofia é descrita como congênita ou adquirida. Apenas seis dos dez AB indicam ou elencam possíveis causas para a hipertrofia, com grande ênfase no uso de hormônios e anabolizantes. A irritação crônica e o aumento exagerado de peso também são citados. Os trabalhos ainda expõem outras situações, como as ligadas ao sexo e à masturbação⁹, o bloqueio dos vasos linfáticos, a má formação congênita, doença de

⁹ Em 2B e 3B, cita-se a masturbação e relações sexuais como fatores que podem influir na hipertrofia dos pequenos lábios.

Paget¹⁰ associada à um carcinoma intraepitelial, dermatite secundária associada à incontinência urinária e doenças mielodisplásicas¹¹.

Indiferente da maneira pela qual a hipertrofia se faz presente, a partir do momento em que ela se manifesta enquanto uma problemática para a mulher – seja uma questão estética ou funcional – a cirurgia é buscada como uma opção para “reparar” a estética e/ou a funcionalidade da vulva.

O procedimento

A ninfoplastia, também conhecida como labioplastia, é uma cirurgia íntima para diminuição do tamanho dos pequenos lábios vaginais. De acordo com os dados disponibilizados pela Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica Estética (ISAPS), a intervenção vem crescendo quase exponencialmente nos últimos anos. O *survey* publicado pela ISAPS (2018)¹² destaca que o procedimento estético de crescimento mais rápido no ano de 2017 foi o rejuvenescimento vaginal (incluindo a labioplastia), atingindo a marca de 206.846 procedimentos¹³. Em relação ao ano de 2016, o aumento gira em torno de 23%. No Brasil, país que mais realiza o procedimento, foram registradas 28.325 cirurgias no ano de 2017 e 18.476 em 2018.

Importante levarmos em consideração que essas estatísticas representam somente procedimentos realizados em consultórios particulares, cujos cirurgiões associados a ISAPS responderam espontaneamente o questionário enviado, ou seja, os casos são subnotificados. Esbarra-se em vários obstáculos ao tentar acessar os dados em sua totalidade, sobretudo no Sistema Único de Saúde (SUS). André¹⁴, estagiário responsável

¹⁰ Doença que impede a substituição de tecido ósseo antigo por tecido ósseo novo.

¹¹ Síndromes mielodisplásicas são um grupo de distúrbios relacionados em que as células formadoras do sangue se desenvolvem na medula óssea de maneira anormal.

¹² Os dados publicados no *survey* de 2018 são referentes aos procedimentos realizados no ano de 2017.

¹³ Emprego neste trabalho a nomenclatura *ninfoplastia* por ser a mais utilizada na RBCP. No *survey*, o termo utilizado é labioplastia. Optei por manter o termo original ao abordar os dados da ISAPS, mas no geral, mantenho o da RBCP.

¹⁴ O interlocutor optou por não fornecer uma entrevista formal e solicitou a preservação do seu nome, temendo represálias. Concordou em conversar informalmente, desde que seu depoimento não fosse gravado nem utilizado para outros formatos que não o deste trabalho. Optei por chamá-lo aqui de André, a fim de preservar a sua identidade.

por cadastrar os procedimentos realizados em um hospital público de Porto Alegre no sistema DATASUS, afirmou em conversa informal:

Não posso lançar este tipo de operação porque ela teoricamente não existe no SUS. A gente “não faz” cirurgia estética. A orientação que eu recebi era colocar no sistema como “outros” – suturas, gaze, etc. Então, se tu procurar lá, não vai ter. Transplantes, ponte de safena, isso tudo tá no DATASUS, mas isso que tu *trabalha* não vai encontrar não.

Esse é um procedimento de fácil acesso, mais barato do que uma prótese de silicone, por exemplo. Não possui custos de internação, pode ser realizado em consultório, com anestesia local. A recuperação é relativamente rápida, entre sete e vinte dias, com exercícios e relações sexuais liberados em média após um mês de pós-operatório, dependendo da extensão da remoção dos tecidos. Os cuidados envolvem a limpeza da região com soro fisiológico várias vezes ao dia, especialmente depois de urinar. Existem diversos fatores que incidem sobre o custo final: local de realização (consultório, clínica ou hospital), tipo de técnica (laser, fio absorvível, etc.), anestesia, se foram feitos outros procedimentos em conjunto (como clitoroplastia ou perineoplastia, por exemplo), se foi realizado por cirurgião-plástico ou ginecologista – variando comumente entre R\$ 1.500,00 e R\$ 6.000,00.

Estético e Funcional

Apesar de serem categorias de análise diferentes, os tópicos *Estético* e *Funcional* estão relacionados, especialmente ao se considerar que esta classificação define que tipo de cirurgia é realizada pelo SUS e com cobertura dos convênios particulares. No livro *O psicólogo com o bisturi na mão: um estudo antropológico da cirurgia plástica*, Andrea Tochio de Antonio (2012) discorre sobre essa separação e afirma que a linha limítrofe entre estético e funcional é muito tênue; em vários momentos, essas categorias estão interligadas. Isso é corroborado por Marcelle Schmitt (2019), em artigo apresentado na XIII Reunião de Antropologia do Mercosul:

[...] no campo das cirurgias plásticas há, inicialmente, uma preocupação com o que diz respeito à funcionalidade, ou seja, aquilo que, de acordo com médicas e médicos entrevistados em razão deste trabalho, deveria ser preconizado ao se planejar um procedimento cirúrgico. Mas aquilo que é referente à função, advertem, também está relacionado, na grande maioria das vezes, a aspectos considerados como estéticos. Desse modo, é possível

entender que há uma separação entre aquilo que abarca o estético e funcional, mas, ao mesmo tempo, existem atravessamentos entre eles (SCHIMITT, 2019, s.p.).

Tendo isso em vista, nos AB, os pretextos **funcionais** para realização da ninfoplastia dizem respeito a incômodo no ato sexual (dispareunia); interferência na higiene e na ventilação local; inflamação/infecção/irritação; baixa autoestima; dificuldade de usar roupas justas e roupas íntimas; dificuldade para sentar e para realizar atividades físicas; autocateterismo vesical intermitente em mulheres com mielodisplásicas¹⁵. Já os pretextos **estéticos** se voltam para interferência na vaidade, aspecto inestético da genitália e constrangimento. Nos AR, para além dos pretextos **funcionais** já citados, tem-se: infecção urinária e dificuldade para andar. Já os pretextos estéticos se voltam para assimetria dos pequenos lábios; tamanho aumentado; interferência no bem-estar emocional e social da paciente.

“Não há um padrão estético genital ideal”

Definição de normalidade

Como já indicado anteriormente, foram identificadas algumas categorias mobilizadas pelos/as autores/as no decorrer da leitura dos artigos analisados. Uma dessas categorias centrais é *Definição de Normalidade*. Sete dos dez AB analisados trazem algum tipo de definição de normalidade [2A; 3A; 6A; 7A; 8A; 9A; 10A] da vulva e/ou dos pequenos lábios, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Definição de normalidade (AB)

Artigo	Descrição
--------	-----------

¹⁵ Cateterismo vesical intermitente é uma técnica que retira a urina da bexiga com o auxílio de uma sonda, quando não ocorre a eliminação natural da urina. As síndromes mielodisplásicas, por sua vez, são distúrbios em que células formadoras do sangue se desenvolvem de forma anormal na medula óssea. A princípio, a produção dessas células anormais apenas interfere na produção das células normais, mas com o passar do tempo elas podem se tornar cancerosas, transformando-se em uma forma de leucemia.

2A	“ [...] há, como padrão de normalidade, o conceito de que os pequenos lábios devem estar cobertos pelos grandes lábios, os quais devem confluir superiormente e recobrir parcialmente o clitóris, quando a paciente é vista em posição anatômica, isto é, com as pernas aduzidas” (CUNHA, 2011, p. 508).
3A	“Uma considerável assimetria é frequentemente encontrada numa população de mulheres, previamente híginas” (DAHER, 2015, p. 46); “[...] de uma perspectiva de subjetividade, o tamanho dos lábios menores não pode ser mensurável [...]” (DAHER, 2015, p. 49).
6A	“[...] já houve tentativa de classificá-la [hipertrofia] quando os pequenos lábios ultrapassam os limites dos grandes, em posição e condições normais. Alguns autores também afirmam que essa hipertrofia está presente quando a largura máxima entre a linha central e a borda lateral livre do pequeno lábio mede mais do que 4 ou 5 cm” (DORNELAS, 2016, p. 535).
7A	“Os pequenos lábios vaginais que protruem através dos grandes lábios e se tornam expostos dão um aspecto flácido e rugoso à vulva, passando a incomodar e constranger muitas mulheres” (COLANERI, 2018, p. 65); “Tendo em vista que o tamanho mínimo dos pequenos lábios deve ser de ao menos 1 centímetro” (COLANERI, 2018, p. 68).
8A	“[...] muitas mulheres consideram harmônicos lábios vaginais pequenos e simétricos que não sobressaiam aos grandes lábios, um capuz clitoriano curto, sem dobras adicionais ou tecido excedente, grandes lábios sem excesso de tecido subcutâneo e um monte pubiano com leve convexidade” (BATTISTI, 2018, p. 175); “O conceito de hipertrofia dos pequenos lábios vaginais possui uma definição subjetiva, não havendo pesquisas sobre o tamanho ideal dos pequenos lábios na população pediátrica e adolescente” (BATTISTI, 2018, p. 175).
9A	“Ainda dentro dos conceitos de forma e dimensões, os pequenos lábios exteriorizados até 1,5 cm além dos grandes lábios são considerados dentro da normalidade” (FELICIO, 2011, p. 322).
10A	“Isto resulta em pequenos lábios de morfologia normal, na qual a cirurgia é essencialmente indetectável” (VALENTE, 2012, p. 83).

FONTE: Autora, com base nos artigos referenciados

Algumas definições chamaram mais atenção por serem bem específicas, como as encontradas em 2A e 8A. Outros dois destaques, 7A e 9A, trazem essa classificação através da determinação do tamanho dos pequenos lábios. Quanto à assimetria, ressalta-se 3A.

Nos AR, as definições de normalidade se apresentam de maneira mais complexa. Oito autores/as [1B; 2B; 4B; 7B; 8B; 9B; 12B; 15B] afirmam que a hipertrofia é uma variante da anatomia normal e seis trazem dados com medidas específicas, caracterizadoras da normalidade – 1 cm [2B; 5B; 15B; 16B], 3 cm [3B] e 5 cm [13B; 15B], conforme Quadro 3.

Quadro 3 – Definição de normalidade (AR)

Artigo	Descrição
1B	“All of these etiologic factors sound anecdotal, and we believe that hypertrophy of the labia minora is definitely a mere variant of normal anatomy. “[...] hypertrophy of the labia minora is not a pathologic condition” (ROUZIER, 2000, p. 39).
2B	“The labia should protrude slightly past the introitus, so the labia width should be about 1 cm. [...] The patient usually heals well, and a normal-appearing labium minus is obtained” (CHOI, 2000, p. 421); “There is a great variation in the size of the labia minora” (CHOI, 2000, p. 422).
3B	“Friedrich utilized a length of 5 cm or less calculated horizontally from the midline. Other investigators have suggested that normal labia minora length is less than 4 cm when measured between the base and its free edge. In our study, combined with the objective parameter defined as 3 cm, skin laxity and physical symptoms were also taken into consideration” (MUNHOZ, 2006, p. 1243).
4B	“The normal female genitalia vary widely” (TRIANA, 2012, p. 1078).

5B	“Friedrich suggested that a normal labia minora is less than 5 cm as measured horizontally with minimal tension. However, aesthetic judgment is determined by the individual patient” (ALTER, 1998, p. 287); “If possible, the labia should protrude slightly past the introitus, so the labia length should be about 1 cm” (ALTER, 1998, p. 289).
6B	“According to an early definition, hypertrophy of the labia minora is present when the distance from the midline to the lateral free edge of the labial minora is greater than 5 cm when the labia are extended laterally. More recently, others have proposed that this distance be reduced to 3 or 4 cm” (MOTAKEF, 2015, p. 775); “Although there is no established anatomical standard regarding the size of the labia minora, in their original description of the technique, Hodgkinson and Hait stated that labia minora that protrude past the labia majora are both aesthetically and functionally unsatisfactory” (MOTAKEF, 2015, p. 778).
7B	“As alterações de forma e/ou dimensões das estruturas presentes na genitália externa femininas são comuns e, dentro de certos limites, não caracterizam anormalidades” (FRANCO, 1998, p. 163); “[...] medindo geralmente 30 a 35 mm de comprimento por 10 a 15 mm de largura” (FRANCO, 1998, p. 163); “[...] coloração rósea, aspecto liso e úmido, ausência de pelos, de glândulas sudoríparas e de camada gordurosa subjacente, como as mucosas” (FRANCO, 1998, p. 163-164).
8B	“It is important to note that the labia minora are naturally not perfectly symmetrical, and that one of the labia minora is normally larger than the other, perhaps playing a role in sealing the vaginal introitus and protecting against vaginitis. In the Joani Blank Atlas there are 32 photos of genitalia of women from different ethnicities, all having one labia minora larger than the other. I have consistently observed that same asymmetry in my patients” (FELICIO, 2007, p. 322).

9B	“Most consider an aesthetic ideal as labia minora and clitoral hood that do not protrude past the labia majora, but individual aesthetic judgment varies” (ALTER, 2008, p. 1780).
12B	“There is a wide range of normality in vulvar and vaginal anatomy. Labia come in an array of shapes and sizes” (GOODMAN, 2011, p. 1814); “Definitions of “normality” may be moot, however, if labial size is considered to be excessive by its “. . . wearer.” (GOODMAN, 2011, p. 1814).
13B	“Experts have assigned a width of 5 cm or more as denoting “labial hypertrophy” due to observed limitations of patients with this labial measurement. [...] Franco described a classification system of labia minora hypertrophy, with a range of types 1 through 4 in progression of labial width” (ELLSWORTH, 2010, p. 107).
15B	“Asymmetry is not uncommon and may be corrected by individually modified resection. Usually, the length of the labia is kept to a minimum of 1 cm to allow the minor labia to slightly protrude to the level of the major labia” (MASS, 2000, p. 1453); “Although Friedrich suggested that normal labium minus measures less than 5 cm when under slight traction, most patients have their own idea of what constitutes normal function and appearance” (MASS, 2000, p. 1455-1465).
16B	“Care should be taken not to extend the labia resection to the fourchette and to keep the labia length to about 1 cm, so that the labia will protrude just past the introitus” (HODGKINSON, 1984, p. 416).

FONTE: Autora, com base nos artigos referenciados

O artigo 3A, que se destaca pela questão da assimetria, cita 1B, 2B, 3B, 4B, 5B, 9B, 12B e 13B. Desses, quatro [1B; 2B; 4B; 12B] citam genericamente a hipertrofia como variação dentro da normalidade, mas nenhum fala especificamente em assimetria. Quanto a 2A, cita 1B, 2B, 3B, 5B, 15B e 16B. Apesar de sua definição de normalidade ser bem específica, quando comparada com as referências percebemos que se isenta de definir em valores o padrão de normalidade, o que aparece nas citações.

O artigo 8A, que também traz uma definição específica, cita apenas 6B e 9B. Em ambos os artigos, temos trechos que podem ser relacionados. Enquanto 8A fala em “[...] lábios vaginais pequenos e simétricos que **não sobressaíam aos grandes lábios**, um capuz clitoriano curto, sem dobras adicionais ou tecido excedente, grandes lábios sem excesso de tecido subcutâneo e um monte pubiano com leve convexidade” (BATTISTI, 2018, p. 175, grifo da autora)”, 6B traz que “Although there is no established anatomical standard regarding the size of the labia minora [...]; Hodgkinson and Hait stated that labia minora that **protrude past the labia majora** are both aesthetically and functionally unsatisfactory” (MOTAKEF, 2015, p. 778, grifo da autora). Em 9B, essa relação também pode ser elaborada, quando temos que “most consider an aesthetic ideal as labia minora and clitoral hood that do **not protrude past the labia majora, but individual aesthetic judgment varies**” (ALTER, 2008, p. 1780, grifo da autora). Além disso, 8A aborda a questão da subjetividade: “o conceito de hipertrofia dos pequenos lábios vaginais possui uma definição **subjetiva**, não havendo pesquisas sobre o tamanho ideal dos pequenos lábios na população pediátrica e adolescente” (BATTISTI, 2018, p. 175, grifo da autora); o que também pode ser observado em 9B.

As definições que envolvem medidas são mais fáceis de relacionar. Em 7A, por exemplo, está determinado que os pequenos lábios devem ter no mínimo 1 centímetro, citando 1B, 2B, 3B, 4B, 5B, 12B, 13B e 16B. Essa medida aparece explicitamente em três AR – 2B, 5B e 16B. Para finalizar, A9 postula que os pequenos lábios que se projetam exteriormente até 1,5 cm para além dos grandes lábios são normais. O AB cita 7B e 8B e nenhum dos dois apresenta este dado.

Schmitt (2014) indica a existência de certas continuidades na maneira como concebemos os corpos e a sexualidade feminina. Um dos poucos trabalhos antropológicos sobre o padrão estético da genitália feminina, reforça a importância que discursos médicos têm na conformação de um padrão de genital, em que existe uma relação enfática entre o *bem-estar* da mulher e a estética da genitália, associando a existência de possíveis anormalidades com problemas psicológicos e sociais das mulheres (SCHMITT, 2014, p. 66). Isso pode ser observado nos artigos analisados.

A fim de compreender melhor a relação entre bem-estar e estética, apontada por Schmitt, entrevistei Ana Gehring, conhecida como *Vagi* por conta do nome do seu perfil na rede social *Instagram* (*Vagina Sem Neura*, @vagasemneura). Ana atende de oito a

12 pacientes por dia. Na data em que me concedeu sua entrevista, sua agenda estava preenchida até março do ano de 2020. Seu consultório está localizado em Porto Alegre, no bairro Moinhos de Vento, um dos metros quadrados mais caros da cidade. Para a profissional, existe uma diferença entre o atendimento que as pacientes recebem no ginecologista e em outros profissionais, como a terapeuta pélvica, por exemplo:

Elas têm muito essa necessidade [de tratar “neuras”], elas *tão* percebendo que é uma coisa bem importante; que é bem diferente tu passar por uma consulta com uma fisioterapeuta pélvica pra ver o cuidado da musculatura e não só ir simplesmente buscar a doença, que nem a gente faz quando vai no ginecologista. A maioria chega com alguma *neura* em relação à estética da vagina [...] Eu mostro vulvas reais, de quem passa aqui no consultório, então elas conseguem ter um comparativo, tirando a de pornografia. A gente geralmente compara com vulva de pornografia, então é bem diferente, né.

Schmitt, após análise de artigos científicos e *sites* de clínicas de cirurgia plástica que oferecem essa intervenção, chega à conclusão de que a “inadequação” das genitálias pode ganhar contornos patológicos. Além disso, reforça que quase não é realizada uma reflexão crítica a partir das nuances de tais “inadequações”. Para a autora, existe uma dissonância no discurso proveniente dos artigos médicos e nos *sites* de clínicas de cirurgia plástica analisados por ela – nos segundos, existe um “abrandamento” do tom normativo, além da ausência de termos que denotem patologias associadas à hipertrofia dos pequenos lábios. Além disso, aponta para uma associação realizada entre a sexualidade da mulher e as expectativas e preferências dos homens, na qual a melhora estética da vulva parece estar ligada à maneira como a mulher se relaciona sexual e afetivamente (SCHMITT, 2014, p. 67).

Em sua tese *“Ame seu corpo, inclusive sua vagina”: estudo sociológico da produção discursiva sobre “autoestima vaginal” e “empoderamento feminino” nas mídias digitais*, Marcelle Jacinto da Silva chega à conclusão de que não existe apenas um modelo de “vagina perfeita”, mas vários:

Não é só a vulva sem excesso de carne e de pelo e de clitóris, é a “vagina pornográfica”, a “vagina sagrada”, a “vagina medicalizada”, a “vagina traumatizada”, a “vagina cabeluda” e por aí vai. São muitas, todas elas diferentes e ao mesmo tempo iguais: inventadas, construídas, pós-orgânicas. Porque a ideia que temos de pós-humano remete à junção de tecnologias e matéria orgânica, mas esquecemos que os discursos e nosso olhar também são tecnologias que (re)criam coisas (SILVA, 2019, p. 293).

Interseccionalidades e apagamentos

Um aspecto que chama a atenção, tanto nos AB quanto nos AR, é a abordagem utilizada. Os artigos parecem enfatizar a experiência cis-hétero-normativa e ocidental do ser mulher. Nenhuma publicação versa sobre mulheres trans e as fotos que ilustram o antes e o depois do procedimento não trazem mulheres negras, por exemplo. Marcelle, ao analisar em sua pesquisa projetos que abordam a autoestima vaginal e buscam valorizar a diversidade anatômica, tem uma percepção semelhante:

É um modelo completamente racista [...], até falar sobre essa questão do modelo da vagina perfeita em relação à transexualidade por exemplo. Encontrei poucos relatos de pessoas trans nos projetos. Pouquíssimos relatos de mulheres negras [...]. E isso foi uma coisa que me incomodou muito [...]. Na tese eu tendo a deixar claro algumas vezes – não é que eu esteja ignorando isso, porque eu sei que existe, eu sei que é um modelo racista, um modelo transfóbico, enfim, e por aí vai, mas é porque não existe, não tem discussão sobre isso.

As cirurgias plásticas possuem um forte recorte racial¹⁶. Heyes (2007), partindo da análise *de reality shows ‘Extreme Makeover’*, defende que as cirurgias cosméticas possuem uma função homogeneizante, mediante a qual os corpos devem ser medidos através do desvio da norma estabelecida. Nesse processo de homogeneização, diversos apagamentos são realizados, como a deficiência, o *status* de classe e o caráter racial. Nas cirurgias íntimas, isso aparece de forma menos explícita. Um dos procedimentos em que isso fica evidente é o clareamento, que consiste na aplicação de ácidos e/ou *laser* para remover as camadas superiores da pele, promovendo a renovação celular. O resultado desses procedimentos é a diminuição da melanina nos tecidos, promovendo o clareamento da região. O uso de categorias como qualidade de vida e autoestima é comum no campo das cirurgias plásticas e demais procedimentos estéticos, indicando um impacto negativo na vida da cliente/paciente, que pode ser resolvido através da intervenção. Isso se aplica também à questão do clareamento, bem explicitada por Ana em suas percepções sobre as “neuras” das pacientes:

Grande preocupação, mais com a questão do escurecimento da vulva e do ânus, com certeza é uma coisa que importa e tem várias gurias que realmente precisam de clareamento, porque tu vê que tem, que passa pela

¹⁶ Consultar Heyes e Jones (2009).

marca do biquíni, já não vão se sentir confiantes, daí deixam de usar biquíni na praia, mas a maioria é um escurecimento super normal, um ou dois tons de pele, que todo mundo tem. Mas tem gurias que realmente fazem manchas grandes, muito mais escuras e daí com certeza diminui a qualidade de vida, a pessoa não consegue aproveitar uma praia.

Para Jarrín (2017), as características raciais no Brasil produzem formas de afeto, condensando desigualdades de raça, gênero e classe sobre e através do corpo. Os “desejos estéticos” são traduções de uma hierarquia estética, enraizada no pensamento eugênico do século XIX, que segundo Jarrín (2017, p. 30) “pronounces certain bodies [as] more beautiful and therefore more valuable than others”. Para o autor, o capitalismo tem a capacidade de atribuir valor aos corpos de formas particulares. Esse valor é estabelecido quando em relação com outros corpos, levando em conta aspectos de cor, raça e *status* social. A eugenia ocupa uma posição central, visando produzir uma população racialmente homogênea. A branquitude, tal qual proposto pelo autor, apresenta-se com o ideal estético não-marcado pelo qual todos os corpos são medidos.

Um dos pontos marcantes observados por Ashiley em sua inserção nos postos de saúde é a falta de discussões sobre o que ela chama de “questões sociais”:

Acho que talvez em algumas ligas abordem mais esses assuntos [gênero/raça/classe social], mas na grade curricular os professores se limitam muito ao conteúdo e à teoria de como aplicar aquilo ali como um médico, sem pensar tanto no paciente como um indivíduo como um todo. Acho que isso é ainda bem limitado na nossa grade curricular [...] vai ficar uma falha, que tu vai ter que aprender na marra, a lidar com algumas situações que ninguém vai te orientar antes.

Outro marcador interessante e que precisa ser melhor abordado é a faixa etária das pacientes. Apesar de as médias de idade não apresentarem uma grande mudança, é possível observar o alargamento da faixa etária das pacientes ao longo do tempo. Nos AB, é possível observar a tendência ao aparecimento de pacientes cada vez mais jovens (<15 anos em 3A; de 12-13 anos em 8A) e a relativa permanência no outro extremo, por volta dos 50 anos (55 anos em 2A; 50 anos em 5A; 50,3 anos em 4A). Já nos AR, o aparecimento de pacientes jovens também é regra (12 anos em 1B; 13 anos em 2B e em 9B), mas diferentemente dos AB, tem-se de forma concomitante pacientes mais velhas, por volta dos 60 anos (67 anos em 1B; 63 anos em 9B).

Considerações finais

Observa-se em pleno desenvolvimento o estabelecimento de um padrão estético vaginal, com forte recorte de gênero e raça. Chama a atenção o aumento considerável das pacientes que buscam esse tipo de intervenção, o que pode ser observado nos artigos de referência, onde temos um recorte temporal mais longo. Como os dados disponíveis dizem respeito às cirurgias realizadas no setor privado, pode-se supor que o número de procedimentos é maior do que o notificado.

Por ora, pode-se destacar certos padrões verificados nas informações trazidas pelos artigos: uma grande procura por parte do público adolescente e um padrão estético que acentua características associadas à juventude e à cor de pele que denotam a ênfase em um certo modelo de feminilidade. Considera-se importante investigar em mais profundidade as motivações em torno da busca por esse procedimento e os padrões corporais que vêm sendo produzidos.

Levando-se em conta a complexidade do debate e a existência de inúmeros aspectos pouco abordados ou ainda ignorados, este exercício mostra as vantagens do uso de múltiplas fontes, que permitem ver o fenômeno de forma menos limitada. Breves entrevistas já foram capazes de mobilizar uma série de discussões que ainda não haviam surgido no desenvolvimento da pesquisa, como a ênfase dada nas diferenças entre o atendimento do cirurgião plástico e do ginecologista. No segundo caso, as interlocutoras apontam sobretudo para a falta de preocupação com o bem-estar emocional da paciente, onde somente as queixas que afetem o bem-estar físico, ou seja, de caráter funcional e patológico, são levadas adiante. O que, teoricamente, não ocorria nos consultórios de cirurgia plástica, onde todos os aspectos do bem-estar da paciente seriam levados em consideração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALTER, G. J. **Aesthetic labia minora and clitoral hood reduction using extended central wedge resection.** *Plastic and Reconstructive Surgery*, v. 122, n. 6, p. 1780-1789, 2008.

ANTONIO, A. T. de. **O psicólogo com o bisturi na mão: um estudo antropológico da cirurgia plástica.** São Paulo: Annablume, 2012.

BATTISTI, C.; POSSAMAI, L. M.; FREITAS, N. F.; FASOLIN, F. B.; SOLANO, P. E. K.; ELY, P. B. **Tratamento da hipertrofia de pequenos lábios vaginais na adolescência - experiência atual do Hospital da Criança Santo Antônio da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre**. *Revista Brasileira de Cirurgia Plástica*, v. 33, p. 175-177, 2018.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. **Corpos de pesam: sobre os limites discursivos do sexo**. In: LOURO, G. L. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 155-172.

CLARKE, E.; SHIM, J.; MAMO, L.; FOSKET, J.; FISHMAN, J. (eds.). **Biomedicalization: Technoscience and transformations of health and illness in the U.S.** Durham: Duke University Press, 2010.

CONRAD, P. **Medicalization of society: on the transformation of human conditions into treatable disorders**. Baltimore: The Johns Hopkins Univ. Press, 2007.

EDMONDS, A. **Pretty modern: beauty, sex, and plastic surgery in Brazil**. Duke University Press, 2010.

HEYES, C. J. **Self-transformations: Foucault, ethics, and normalized bodies**. Oxford University Press, 2007.

HEYES, C. J.; JONES, M. **Cosmetic surgery: a feminist primer**. London: Routledge, 2009.

JARRÍN, A. **The biopolitics of beauty: cosmetic citizenship and affective capital in Brazil**. Oakland: University California Press, 2017.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MICHAELIS. **Hipertrofia**. Editora Melhoramentos LTDA, 2015. Disponível em <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>. Acesso em 10 dez. 2019.

MOTAKEF, S.; RODRIGUEZ-FELIZ, J.; CHUNG, M. T.; INGARGIOLA, M. J.; WONG, V. W.; PATEL, A. **Vaginal labiaplasty: current practices and a simplified classification system for labial protrusion**. *Plastic and Reconstructive Surgery*, v. 135, n. 3, p. 774-788, 2015.

NURKA, C. **Female genital cosmetic surgery: deviance, desire and the pursuit of perfection**. New York: Palgrave Macmillan, 2019.

REVISTA BRASILEIRA DE CIRURGIA PLÁSTICA (RBCP). Sobre a revista. Disponível em <http://rbcp.org.br/about>. Acesso em 19 ago. 2020.

ROHDEN, F. **Ginecologia, gênero e sexualidade na ciência do século XIX**. Horizontes Antropológicos, v. 8, n. 17, Porto Alegre, 2002.

_____. **O império dos hormônios e a construção da diferença entre os sexos.** História, Ciências e Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 15, p. 133 – 152, jun. 2008.

_____. **Vida saudável versus vida aprimorada:** tecnologias biomédicas, processos de subjetivação e aprimoramento. Horizontes Antropológicos, ano 23, n. 47, Porto Alegre, 2017.

ROHDEN, F.; SILVA, J. B. **“Se não for pra causar nem quero”:** a visibilidade das transformações corporais e a produção de feminilidades por meio das cirurgias plásticas. Cadernos Pagu (online), n. 59, e205914, nov. 2020.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

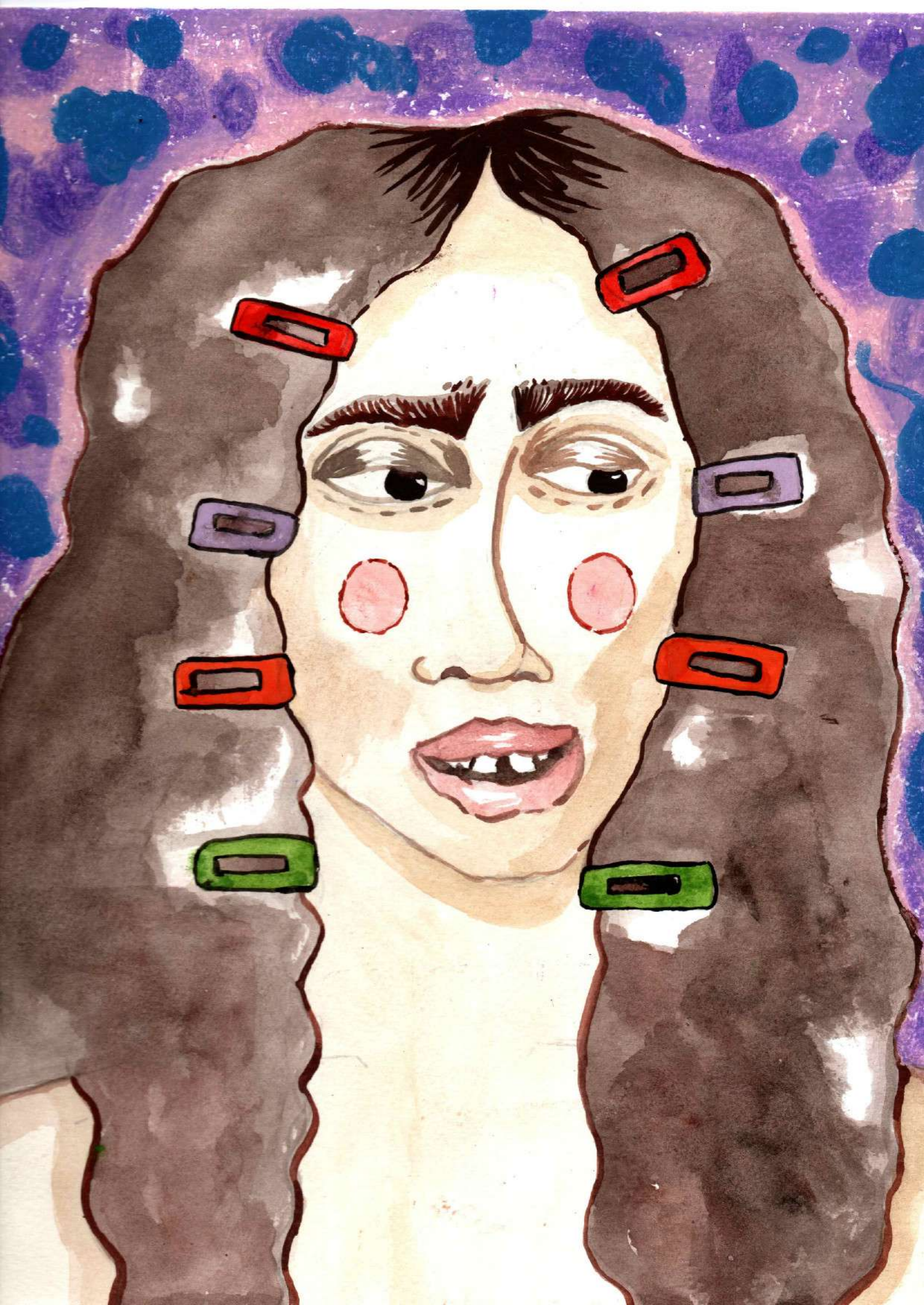
SCHIMITT, M. **Sinus Pudoris:** conformação de um padrão estético de genitália feminina através de cirurgias plásticas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UFRGS, p. 76, 2014.

_____. **Cirurgias plásticas, estética e reparação:** pensando realidades através das fronteiras. In: Reunião de Antropologia do Mercosul, XIII, 2019, Porto Alegre.-

SILVA, M. J. da. **“Ame seu corpo, inclusive sua vagina”:** estudo sociológico da produção discursiva sobre “autoestima vaginal” e “empoderamento feminino” nas mídias digitais. Tese (Doutorado em Sociologia), UFC, p. 276, 2019.

TAUSSIG, M. **Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

THE INTERNATIONAL SOCIETY OF AESTHETIC PLASTIC SURGEONS (ISAPS) (Comp.) **ISAPS International Survey of Aesthetic/Cosmetic Procedures Performed in 2018.** Disponível em <https://www.isaps.org/wp-content/uploads/2019/12/ISAPS-Global-Survey-Results-2018-new.pdf>. Acesso em 10 dez. 2019.



Trabalho artístico 2
Pintura em aquarela
Raquel Santos Franckin

(RE)DEFININDO NORMAS ALIMENTARES: UMA ANÁLISE DA CONTROVÉRSIA SOBRE A NOVA ROTULAGEM FRONTAL BRASILEIRA¹

Vitória Giovana Duarte²

Resumo: Esse artigo analisa a controvérsia em torno da definição de normas de rotulagem alimentar no Brasil entre 2014 e 2019 a partir de autores dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia e da Sociologia da Alimentação. Desde 2014 o Brasil tem discutido a criação de avisos para alimentos considerados prejudiciais à saúde. O trabalho de campo envolveu a análise de relatórios oficiais da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, materiais produzidos por participantes da controvérsia e reportagens. As principais perguntas que orientam o estudo são: quais atores participaram da controvérsia; e quais foram os seus posicionamentos e pontos de discordância. Por fim, conclui-se que as decisões tomadas pela agência ao longo de todo o processo regulatório foram palco de disputas de diferentes grupos, os quais interferiram diretamente no desenvolver da controvérsia, ou seja, que a definição de normas alimentares não é uma escolha meramente “técnica” e “natural”.

Palavras-chave: Rotulagem de alimentos; Alimentação; Nutricionismo; Normas alimentares. Controvérsia alimentar.

Introdução

O presente estudo busca analisar a controvérsia³ em torno do processo de reformulação das normas de rotulagem de alimentos no Brasil entre 2014 e 2019. Em 2014, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), por meio da Gerência-Geral de Alimentos (GGALI), organizou um Grupo de Trabalho (GT) para auxiliar a ANVISA na revisão das normas da rotulagem nutricional de alimentos. O GT foi composto por representantes de instituições governamentais, da sociedade civil e da indústria de alimentos. Com essa reformulação, a agência alega que a sua intenção é

¹ Este artigo é resultado de uma pesquisa de Iniciação Científica (Bolsa FAURGS/PROPSQ, edital 001/2019), vinculada ao projeto intitulado “Imaginários sociotécnicos sobre alimento saudável no mercado brasileiro”, sob orientação da profa. Marília Luz David.

² Graduanda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato pode ser feito pelo e-mail vitoria.giovana@ufrgs.br

³ Para estudiosos da Teoria Ator-Rede (ANT), controvérsias científicas são questões que ainda não possuem um consenso, sobre as quais diferentes atores apresentam pontos de vista divergentes um do outro. Quando essas questões se estabilizam, elas se tornam “caixas-pretas”. Enquanto cientistas, o nosso “ponto de entrada” deve ser durante o momento de controvérsia, isto é, enquanto a caixa-preta está aberta e os atores-rede envolvidos na sua construção ainda estão em evidência (LATOUR, 2000).

facilitar a leitura da tabela nutricional, de maneira que os consumidores possam tomar decisões mais saudáveis no momento da escolha de quais alimentos adquirir. Ademais, os participantes do GT puderam apresentar à ANVISA sugestões para reformular o modelo de rotulagem vigente e propor modelos de rotulagem nutricional frontal, que são avisos na parte da frente da embalagem dos produtos alimentícios para informar aos consumidores o teor de ingredientes (e.g. açúcar, sódio e gordura saturada) ligados à incidência de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), como a obesidade.

Durante a controvérsia sobre a nova rotulagem, dois grupos com propostas divergentes se destacaram: a “Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável”, representando organizações da sociedade civil, e a frente da “Rede Rotulagem”, representando setores da indústria de alimentos. Como veremos a seguir, enquanto que a Aliança propôs o modelo de alerta em forma de triângulo que sinaliza o alto teor de açúcar, sódio e gordura saturada e a presença de adoçantes e gordura trans, a Rede defendeu o modelo do semáforo, que atribui cores (vermelho, amarelo ou verde) para classificar o teor de cada um destes componentes.

Esse estudo está inserido na interface entre o campo dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia e da Sociologia da Alimentação. Para Beardsworth e Keil (2002), discutir o comer e questões relacionadas à alimentação e à produção de alimentos desde o ponto de vista sociológico é falar sobre processos econômicos, políticos, sociais e culturais contemporâneos. Ainda segundo os autores, a definição de normas de rotulagem para alimentos não é apenas um problema técnico da Nutrição, mas uma disputa política com efeitos em nossos modos de vida. Não é à toa que organizações de defesa dos consumidores, grupos dos setores alimentícios, de profissionais e o Estado estejam envolvidos em uma série de debates sobre os métodos e as normas de produção alimentares e a adequação nutricional dos padrões de ingestão de alimentos. Normas são como “receitas para realidade”, isto é, elas disciplinam as formas pelas quais pessoas e objetos existem (BUSCH, 2011). Nesse sentido, ao definir o tipo de informação a qual o consumidor tem acesso na embalagem de um produto, qual a base de declaração que as empresas devem utilizar nos seus rótulos, como essas informações são expostas e qual o modelo de rótulo frontal é apresentado ao consumidor, as formas de vida em sociedade também estão sendo definidas.

O conceito de Scrinis (2013) de Nutricionismo também nos ajudar a pensar como as empresas formulam seus produtos e, principalmente, de qual forma elas procuram influenciar como os consumidores os enxergam. Com tal conceito, o autor aponta para o foco redutivo na composição dos alimentos que são reduzidos a um conjunto de nutrientes e calorias com efeitos em partes específicas no corpo. Isto é utilizado, sobretudo pela indústria alimentar, como parâmetro para definir a saudabilidade de um alimento. A crítica de Scrinis aponta que esta interpretação reducionista da relação entre alimentação e saúde está presente nas publicidades dos produtos, o que retira o foco no nível de processamento deles e desconsidera que dietas nutricionais completas, e não alimentos tomados individualmente, podem ser considerados saudáveis.

O nível de processamento dos produtos e tratamento pelos quais são submetidos durante sua produção passou a ganhar destaque no debate público principalmente a partir da criação da classificação NOVA (MONTEIRO, C. A. *et al*, 2016). Esta classificação, criada por pesquisadores na área de Nutrição e Saúde Pública no Brasil, divide os alimentos em 4 grupos: alimentos *in natura* e alimentos minimamente processados; ingredientes culinários processados; alimentos processados; e alimentos ultraprocessados⁴. As diferenças técnicas de processamento entre os grupos dialogam com a crítica apontado por Scrinis (2013): o foco reducionista nos nutrientes e nas calorias, sem levar em conta o nível de processamento do produto, busca induzir o consumidor a acreditar, por exemplo, que consumir 300kcal de achocolatado (produto com alto nível de processamento) é equivalente a consumir 300kcal de melancia (produto sem processamento).

Bloor (2009) critica determinadas explicações simplistas sobre o conhecimento, as quais resumem a conclusão de uma controvérsia enquanto um fato alcançado por “racionalidade”, e focam seus estudos apenas no conhecimento tido enquanto incorreto. Pensando nisso, minha análise da controvérsia sobre a nova rotulagem para alimentos no Brasil é informada pelo referencial da teoria ator-rede (LATOUR, 2000), sobretudo a partir da sua primeira regra metodológica: deve-se estudar a ciência enquanto ela ainda

⁴ Como veremos melhor adiante, ultraprocessados, segundo a classificação NOVA, são produtos que passaram por um nível muito alto de processamento e que, portanto, não possuem nenhum alimento *completo* como base na sua composição.

está sendo feita – a ciência “em ação” –, e não a ciência “pronta”. Esta regra propõe analisar os fatos científicos e as tecnologias enquanto ainda estão sendo construídos e, portanto, antes que tenham se tornado “caixas-pretas”, ou seja, antes de serem considerados “verdade” ou artefatos consolidados. Estudar o processo de definição da nova rotulagem de alimentos permite entender melhor quais foram os atores humanos e não-humanos que participaram da controvérsia e como essa controvérsia teve início. Estudar a ciência “em ação” implica em investigar como a revisão da rotulagem brasileira se tornou parte da agenda da ANVISA e quais as disputas que tomaram lugar durante a controvérsia.

A pesquisa de campo foi desenvolvida entre 2019 e 2020 e consistiu em mapear e analisar documentos e relatórios oficiais da ANVISA, reportagens do *site* jornalístico “O Joio e O Trigo” sobre o processo da nova rotulagem, publicações e pesquisas encontradas nos *sites* da Rede Rotulagem e da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável, os principais atores envolvidos no processo. As perguntas que orientaram a análise foram: (a) quais atores participaram da controvérsia; (b) quais foram os seus posicionamentos; e (c) quais foram os principais pontos de discordância entre eles.

O artigo se divide em duas partes. Na primeira, articulo meu referencial teórico a partir dos Estudos Sociais da Ciência e da Sociologia da Alimentação, que informa a análise da controvérsia sobre a revisão da rotulagem de alimentos no Brasil. Na segunda parte, analiso a controvérsia desenvolvida durante esse processo, os posicionamentos e as disputas dos atores envolvidos, além dos pontos de discordância entre eles.

Disputas políticas e definição de normas alimentares no escopo sociológico

A definição de normas de qualidade e rotulagem, a fiscalização da produção e comercialização dos alimentos no Brasil são responsabilidade da ANVISA, subordinada ao Ministério da Saúde (MS). Os rótulos nas embalagens e as mensagens que elas trazem sobre a composição nutricional de um alimento, revelam informações sem as quais o consumidor não teria acesso (BUSCH, 2011), afetam a sua noção sobre a saudabilidade do produto, buscam influenciar escolhas sobre o que comer e, de acordo com pesquisas na área da saúde, podem contribuir na promoção de escolhas alimentares mais saudáveis

(CÂMARA; MARINHO; GUILAM; BRAGA, 2008). Ou seja, ao definir normas sobre quais informações devem estar presentes nas embalagens dos alimentos e como elas devem estar expostas, a ANVISA influencia as relações de consumo e as decisões sobre o que comer dos consumidores. Por esse motivo, a definição dessas normas têm sido o cenário de disputas políticas de atores de diferentes setores, e foi esse cenário que levou a ANVISA a reformular as suas normas de rotulagem de alimentos.

Diferente do sistema alimentar tradicional, no qual a maior parte da população era envolvida com a agricultura e responsável pela sua própria alimentação, no sistema alimentar moderno a parte majoritária da produção de alimentos é concentrada nas mãos de uma indústria especializada (BEARDSWORTH; KEIL, 2002). Segundo Scrinis (2013), uma parte significativa dos produtos dessa indústria são processados e, para promover o consumo desses alimentos, os fabricantes destacam o conjunto de nutrientes e calorias que compõem seus produtos e seus efeitos específicos no organismo, em detrimento do foco na extensão do processamento deles. O argumento segue apontando que focar apenas nos constituintes nutricionais de um alimento e classificá-los a partir dos “bons” e “maus” nutrientes presentes nele, pode nos levar a constatações equivocadas sobre a sua saudabilidade (SCRINIS, 2013) como, por exemplo, pensar que a margarina é um alimento mais saudável do que a manteiga.

A perspectiva do Nutricionismo é uma estratégia utilizada pela indústria alimentícia para influenciar o modo pelo qual os consumidores percebem seus produtos. A simplificação da definição de alimento saudável – reduzido a um conjunto de nutrientes e calorias – é o que motiva diversos grupos a reivindicarem formas de rotulagem que ajudem a população a identificar mais claramente os alimentos prejudiciais à saúde presentes no produto. Essas reivindicações e disputas reforçam como a discussão sobre o sistema alimentar está inserido dentro de questões políticas, sociais, culturais e econômicas.

Para minha análise, me baseio, sobretudo, em dois dos quatro princípios do Programa Forte de Bloor (2009): o imparcial, no qual ambos os lados, “fracassado” e “bem-sucedido”, devem ser estudados; e o causal, o qual determina que as causas sociais que levaram a determinado fato devem explicadas. Tendo isso em vista, estabeleço como um pilar desta pesquisa estudar o processo da nova rotulagem brasileira e as disputas dos atores envolvidos nela enquanto ainda estão sendo construídos, tal qual sugere Latour

(2000). Analisar o processo da nova rotulagem de alimentos e a sua controvérsia antes que ela tenha sido estabilizada, ou seja, enquanto ainda estão “em ação”, me permite compreender as disputas que tomaram forma durante ela, quais foram os atores que participaram e o que cada um deles defendeu e/ou criticou. Realizar a pesquisa dessa forma, permite que eu não tome o caminho pelo qual a ANVISA trilhou enquanto “lógico”, tampouco meramente técnico, mas sim que eu busque compreender os fatores sociais e políticos que fizeram o processo da nova rotulagem acontecer, as motivações dos atores envolvidos na controvérsia e de qual forma esses atores tiveram influência nas decisões da ANVISA sobre as novas normas.

O Processo Regulatório

Desde 2014, a ANVISA vem discutindo a criação de normas para a rotulagem nutricional frontal, o que levaria à inserção de avisos em alimentos industrializados com altos níveis de nutrientes associados às DCNT, assim como alterações nas normas de rotulagem vigentes. A implementação da rotulagem frontal, já adotada por diversos outros países, é um passo importante para o Brasil. O país, que no ano de 2000 foi um dos primeiros do mundo a tornar obrigatória a rotulagem nutricional (ANVISA, 2018), não via uma revisão dessas normas há algum tempo. De acordo com os relatórios produzidos pela GGALI, o objetivo da reformulação da rotulagem brasileira é facilitar a leitura e interpretação pelo consumidor da saudabilidade de cada produto e, consequentemente, levá-lo a decisões mais saudáveis sobre a sua alimentação (ANVISA, 2017). Além disso, a revisão da rotulagem brasileira e a adoção do rótulo frontal que adverte o consumidor sobre a quantidade excessiva de determinados nutrientes, também é um meio de incentivar as empresas, que a fim de evitar os rótulos nas suas embalagens, reformulam as composições dos seus alimentos processados de forma que elas passem a apresentar menos desses nutrientes.

Na América Latina, diversos países implementaram o rótulo frontal antes do Brasil. O Chile foi o primeiro País a implementar o modelo frontal de “alerta”, na forma de um octógono preto. Em julho de 2016, os produtos processados e altamente processados chilenos passaram a exibir alertas que sinalizam quantidades excessivas dos

principais nutrientes considerados por profissionais da saúde críticos à saúde e associados às DCNT, sobretudo à obesidade: sódio, açúcar e gordura saturada (IDEC, 2018).

Em 2018, a Universidade do Chile publicou um estudo no qual destaca que, desde que o rótulo frontal foi implementado no país, houve uma redução do conteúdo de sódio e açúcar nos alimentos com alto nível de processamento e a diminuição na compra de bebidas com alto teor de açúcar e de cereais matinais (UNIVERSIDAD DE CHILE, 2018). Outros países latino-americanos que adotaram os alertas, inspirados no modelo chileno, foram o Peru e o Uruguai. O Equador também implementou uma rotulagem frontal, mas diferente do modelo chileno e de outros países do continente e, assim como o Chile, serviu de referência nas propostas apresentadas durante a discussão comandada pela GGALI. Em 2014, o Equador adotou o modelo do “semáforo nutricional” para sinalizar aos consumidores utilizando as cores vermelho, amarelo e verde sobre teores altos, médios e baixos de gordura, açúcar e sódio nos alimentos industrializados (IDEC, 2014).

Como supracitado, a classificação NOVA divide os alimentos em 4 grupos, separados de acordo com os níveis de processamento e tratamento pelos quais são submetidos durante sua produção. O Grupo 1 inclui alimentos *in natura* e alimentos minimamente processados (e.g. ovos, batata, arroz, feijão, carne). Estes são alimentos geralmente submetidos apenas a processos que, de forma geral, visam aumentar a sua durabilidade. O Grupo 2 é o de ingredientes culinários processados (e.g. azeite, sal, açúcar), que são, com maior frequência, utilizados para temperar os alimentos pertencentes ao Grupo 1. O Grupo 3 é o dos alimentos processados, isto é, produtos fabricados que combinam alimentos do primeiro e do segundo grupo (e.g. queijo, pão), o propósito do seu processamento é aumentar a duração de alimentos *in natura* ou minimamente processados e/ou modificar seu sabor. E, finalmente, o Grupo 4 é o grupo dos alimentos ultraprocessados (e.g. refrigerantes, salgadinhos “de pacote”, bebidas “energéticas”, produtos congelados prontos para aquecer), constituídos por formulações industriais que não possuem nenhum alimento *in natura* ou minimamente processado como base, formados essencialmente por: amido; gorduras; sal; açúcar; proteínas extraídas de alimentos; e aditivos (e.g. aromatizantes, corantes, texturizantes, intensificadores de sabor). Os ultraprocessados são produtos de baixo custo que, mesmo sem possuir nenhum alimento completo como base, se tornam (hiper)palatáveis para

consumidores por causa dos aditivos presentes na sua composição (MONTEIRO, C. A. *et al*, 2016). Eles são feitos para serem consumidos a qualquer hora, sem necessidade de preparo, ou no caso de produtos congelados, com preparo rápido, e são consumidos ao longo do dia para substituir alimentos como frutas e água, tendendo a limitar o consumo de alimentos *in natura* ou minimamente processados. E, por causa do seu excesso em sal, açúcar e gordura, e da falta de alimentos *in natura* na formulação, eles possuem uma composição nutricional desbalanceada, o que aumenta o risco de doenças crônicas e de deficiências nutricionais (BRASIL, 2014).

A nova rotulagem frontal tem como objetivo informar os consumidores a respeito dos alimentos que contém alto teor de açúcar, sódio e gordura saturada na sua composição, por serem nutrientes apontados como os principais causadores de DCNT (e.g. obesidade, diabetes) pelos especialistas da área da saúde. Logo, ela atinge diretamente os produtos “ultraprocessados”, que são, como vimos, os alimentos com maior porcentagem desses constituintes na sua composição. Além do potencial que o rótulo tem de fazer com que a população consuma menos desses produtos ao ser alertada sobre o alto teor de constituintes negativos na sua composição. Sendo assim, quando a ANVISA toma decisões sobre quais tipos de informações as empresas são obrigadas a fornecer aos consumidores nas suas embalagens, sobre qual rótulo frontal e base de declaração elas devem adotar, ela também está (re)definindo as formas de sociedade.

O GT, coordenado pela GGALI, subordinada à ANVISA, deu início à discussão sobre as novas normas de rotulagem de alimentos no Brasil em 2014. Os membros do GT (ver Tabela 1) representaram diversos setores da sociedade brasileira, desde instituições governamentais, representantes da sociedade civil e da academia, até alguns representantes da indústria de alimentos. Os participantes selecionaram e discutiram o que consideravam ser os principais problemas da atual rotulagem brasileira, embasados por pesquisas realizadas com consumidores do Brasil sobre o assunto, que indicavam também as principais críticas deles às embalagens. Entre os problemas identificados estão: (1) a apresentação gráfica inadequada que dificulta a visualização das informações dos consumidores: tamanho da fonte muito pequena, falta de contraste entre a cor do fundo da tabela nutricional e da embalagem do produto, tabela nutricional pouco atrativa, em lugares sem destaque, entre outros fatores; e (2) os problemas com as diferentes porções declaradas nas tabelas, o que atrapalha uma eventual comparação entre produtos

similares (ANVISA, 2017). Além de discutir o problema regulatório, os membros do GT também puderam apresentar os modelos que consideravam mais adequados para a rotulagem nutricional frontal, fundamentando seus argumentos com pesquisas realizadas sobre a percepção dos consumidores em relação a esses modelos.

Tabela 1. Membros do Grupo de Trabalho.

Membro do G.T	Sigla	Setor Representado
Agência Nacional de Vigilância Sanitária	ANVISA	Administração Pública
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	CONSEA	Administração Pública
Ministério da Saúde	MS	Administração Pública
Ministério da Justiça e Segurança Pública	MJSP	Administração Pública
Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	MDS	Administração Pública
Ministério da Educação	MEC	Administração Pública
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	MAPA	Administração Pública
Organização Pan-Americana da Saúde	OPAS	Órgão de saúde pública internacional

Fundação Ezequiel Dias	FUNED	Sistema Nacional de Vigilância Sanitária
Instituto Adolfo Lutz	IAL	Sistema Nacional de Vigilância Sanitária
Instituto de Tecnologia de Alimentos	ITAL	Indústria de Alimentos
Associação Brasileira de Saúde Coletiva	ABRASCO	Sociedade Profissional
Confederação Nacional da Indústria	CNI	Indústria de Alimentos
Associação Brasileira da Indústria de Alimentos	ABIA	Indústria de Alimentos
Associação Brasileira da Indústria de Alimentos Para Fins Especiais e Congêneres	ABIAD	Indústria de Alimentos
Conselho Federal de Nutricionistas	CFN	Sociedade Profissional
Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor	IDEC	Organização de Consumidores
Associação Brasileira de Defesa do Consumidor	PROTESTE	Organização de Consumidores
Do campo à mesa: você é o que sabe sobre o que come	-	Sociedade civil
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	PUC-SP	Academia
Núcleo de Pesquisa de Nutrição em Produção de Refeições	NUPPRE	Academia

Universidade Federal do Paraná	UFPR	Academia
Universidade Federal de Pelotas	UFPeI	Academia
Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição	OPSAN	Academia

Fonte: (ANVISA, 2017).

A partir dos trabalhos deste GT coordenado pela GGALI, algumas das propostas apresentadas à ANVISA foram: a obrigatoriedade de uma rotulagem frontal para os alimentos com o alto teor de nutrientes associados às DCNT, sendo as calorias, açúcares totais, gorduras saturadas e sódio os mais citados pelos atores; e mudanças na lista de ingredientes, padronização do valor de base como 100 kcal, 100g/ml ou porção para a declaração do conteúdo dos produtos na tabela e no rótulo frontal nutricional (ANVISA, 2017).

Durante a controvérsia acerca dessas propostas levadas à ANVISA, surgiram dois atores que adotaram posições opostas e que se destacaram. De um lado, a Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável⁵, formada por organizações de consumidores, da sociedade profissional e núcleo de pesquisa de universidades e que conta atualmente com cerca de 70 membros⁶. A Aliança foi lançada em 2016, durante o Congresso Brasileiro de Nutrição (CONBRAN), em Porto Alegre, e se posiciona enquanto uma coalizão que busca o avanço de políticas públicas para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e da Soberania Alimentar no Brasil. A Organização nunca é citada nos documentos oficiais da ANVISA sobre o processo. Nesses documentos, é o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) que apresenta a proposta defendida pela coalizão.

⁵ A Aliança é composta por organizações da sociedade civil de interesse público, profissionais, associações e movimentos sociais e pode ter seu quadro de membros alterado com a entrada de novos integrantes e eventuais saídas.

⁶ Disponível em: <https://alimentacaosaudavel.org.br/a-alianca/quem-somos/>. Acesso 27 jul. 2021.

A Aliança reivindica a utilização do rótulo nutricional frontal e do modelo de alerta preto, em forma de triângulo com o fundo branco (ver Figura 1), inspirado no modelo de alerta chileno. Para esta Organização, esse modelo é mais efetivo para a compreensão do consumidor sobre o que ele está consumindo porque o indica a quantidade excessiva de nutrientes ligados às DCNT (açúcar, sódio e gordura saturada), além da presença de adoçantes e gordura trans. Nessa proposta, cada triângulo de alerta é responsável por um constituinte – ex. um alimento com alto de açúcar e sódio apresentaria dois triângulos de alerta na parte frontal da embalagem, um para cada nutriente. A posição da Aliança é a de que isto produziria maior impacto visual no consumidor no momento da compra, pois no lugar de ver um rótulo com múltiplas informações (alto, médio e/ou baixo teor, como o sugerido pela Rede Rotulagem), se depararia com um aviso por nutriente em excesso. Além disso, a Aliança defende a padronização da base de declaração das tabelas nutricionais como 100g/ml, para facilitar a comparação entre produtos diferentes.

Figura 1. Modelo de alerta defendido atualmente pela Aliança.



Fonte: Site oficial da Aliança pela Alimentação Saudável e Adequada⁷.

Do outro lado, a Rede Rotulagem, uma organização do setor produtivo de alimentos e bebidas, que atualmente é composta por vinte entidades⁸, como a ABIA (Associação Brasileira da Indústria de Alimentos) e a CNI (Confederação Nacional da Indústria). Ela é citada pela primeira vez em documentos oficiais no Relatório Preliminar de Análise (ANVISA, 2018), o que demonstra que, assim como a Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável, foi formada ao decorrer da discussão sobre a nova rotulagem. A Rede defende o modelo de rótulo nutricional frontal do semáforo, desenvolvido em conjunto com o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da Universidade Estadual de Campinas (NEPA-UNICAMP).

Na perspectiva desse grupo, o modelo do semáforo oferece autonomia e conscientização ao consumidor na hora de escolher seu alimento, diferente dos modelos de alerta, os quais substituiriam a informação e a educação do consumidor por

⁷ Disponível em: <https://alimentacaosaudavel.org.br/campanhas/rotulagem/>. Acesso 10 jun. 2020.

⁸ Disponível em: <http://www.rederotulagem.com.br/posicionamento/>. Acesso 10 jun. 2020.

“alarmismo”. No modelo do semáforo, o verde sinaliza o nutriente que o alimento possui em teor baixo, o vermelho o que tem em teor alto, e o amarelo o que tem em teor médio, utilizando como referência um consumo diário de 2 mil calorias (ver Figura 2). Ainda, a Rede Rotulagem é contra a padronização do valor 100g/ml como referência para a declaração do conteúdo dos produtos em tabelas e rótulos nutricionais frontais. De acordo com a Organização, esse valor não consegue traduzir adequadamente o consumo diário de alguns produtos – como a margarina, por exemplo – e, assim, poderia confundir o consumidor.

Figura 2. Modelo de semáforo defendido pela Rede Rotulagem.



Fonte: Site oficial da Rede Rotulagem⁹

Tanto a Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável quanto a Rede Rotulagem reúnem e apresentam aos consumidores por meio de suas páginas na internet pesquisas com metodologias distintas que apontam a superioridade dos seus respectivos modelos. A pesquisa divulgada no *site* da Rede Rotulagem, encomendada ao Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), tem foco na escolha do público: ela informa que

⁹ Disponível em: <http://www.rederotulagem.com.br/modelo-grafico/>. Acesso 10 jun. 2020.

os consumidores, quando apresentados aos rótulos frontais de triângulo e de semáforo, apontaram o modelo proposto pelo setor produtivo como mais fácil de ser compreendido.

Já a pesquisa divulgada pela Aliança, realizada em parceria com Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo (NUPENS/USP) e pesquisadores da Universidade Federal do Paraná (UFPR) parte de outros questionamentos. Nessa pesquisa, foram apresentados aos consumidores, em um primeiro momento, produtos sem nenhum dos rótulos frontais. Os participantes então foram questionados sobre o quão saudável acreditavam que aqueles produtos eram. Na sequência, esses mesmos produtos foram dispostos, dessa vez com os rótulos frontais de alerta e do semáforo, e a pergunta foi repetida. Os pesquisadores compararam a diferença entre o nível de saudabilidade relacionado pelos participantes a um produto antes e esse nível relacionado ao produto depois deles terem acesso aos rótulos, chegando à conclusão de que o modelo de alerta foi o mais eficaz em mudar a percepção dos consumidores sobre a saúde do alimento (KHANDPUR, N. et al, 2018). Ou seja, no lugar de perguntar aos consumidores qual modelo eles imaginam que seria o mais fácil de compreender, a pesquisa avaliou, na prática, qual desses modelos consegue alterar a sua percepção sobre o quão saudável é um alimento.

Em maio de 2018, a GGALI publicou o Relatório Preliminar de Análise de Impacto Regulatório sobre Rotulagem Nutricional, que trouxe os modelos de rotulagem frontal e os perfis nutricionais¹⁰ que os membros do GT apresentaram à ANVISA. Além da Rede Rotulagem e da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável, outros atores envolvidos com o GT apresentaram suas propostas de modelos: a Fundação Ezequiel Dias (FUNED), representante do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), apresentou um modelo de alerta redondo, na cor vermelha, que identifica quando o produto contém um alto nível de açúcar, sódio e/ou gordura saturada. A Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), representando o setor da administração pública, apresentou o modelo chileno de alerta que identifica a alta quantidade de calorias, açúcares, gorduras (totais e saturadas) e sódio, além da presença de gorduras trans, edulcorantes e aditivos alimentares com um alerta no formato de

¹⁰ O perfil nutricional é uma ferramenta utilizada como modo de classificar os alimentos e bebidas conforme quantidades aceitáveis de nutrientes críticos como sal, açúcar e gorduras trans.

octógono na cor preta (ANVISA, 2018). Os atores da indústria, representada por membros da Rede Rotulagem, apresentou o modelo do semáforo – descrito anteriormente. O IDEC, membro da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável, em conjunto com pesquisadores de design da UFPR (BROPP, 2017), apresentou uma “versão brasileira” do modelo de alerta chileno, os triângulos de cor preta em fundo branco – também supracitado. A não ser pelo setor da indústria, que sugeriu o modelo de semáforo, todos os outros atores apresentaram diferentes *designs* de modelos de “alerta”.

No segundo Relatório de Análise de Impacto Regulatório Sobre Rotulagem Nutricional, de 2019, após a análise da Tomada Pública de Subsídios (TPS), realizada em 2018, sobre o processo de rotulagem, e a revisão de 28 estudos sobre os efeitos de diferentes modelos, a GGALI concluiu que o modelo semi-interpretativo¹¹ de alto teor tinha um desempenho superior do que o semáforo nutricional na: captura da atenção; compreensão da informação sobre alto nível de nutrientes; e noção de saudabilidade de produtos com alto teor de nutrientes críticos. A base de declaração da rotulagem nutricional frontal de 100g/ml também foi considerada por esse relatório a mais simples de ser regulamentada, além de estar alinhada às diretrizes do *Codex Alimentarius*¹² e às medidas adotadas pela maioria dos países que já possuem o rótulo frontal, e ser a que melhor permite o consumidor fazer comparações de nutrientes entre produtos diferentes (ANVISA, 2019).

Segundo a ANVISA (2019), em um estudo comparativo sobre cinco modelos de rotulagem nutricional frontal, realizado pelo Núcleo de Estudos em Epidemiologia e Nutrição da Universidade de Brasília (Nesnut-UnB) nas cinco regiões do país, o modelo do triângulo preto marcou uma pontuação elevada na categoria “a presença desse selo me causou medo”. Os modelos testados neste estudo foram: semáforo nutricional quantitativo; retângulo com lupa preta; círculo vermelho; triângulo preto; e octógono preto. Essa pontuação elevada fez então com que a ANVISA se afastasse do modelo de

¹¹ São classificados nos documentos oficiais da ANVISA como “semi-interpretativos” os modelos que utilizam de símbolos, descritores qualitativos e/ ou cores para auxiliar na compreensão do nível de cada nutriente no alimento. Tanto os modelos de alerta quanto o modelo do semáforo estão dentro dessa categoria.

¹² O *Codex Alimentarius* é um programa da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) com a Organização Mundial da Saúde (OMS), e o principal órgão internacional responsável pelo estabelecimento de normas sobre a segurança e a rotulagem de alimentos.

alerta proposto pelo IDEC. Contudo, as pesquisadoras do Nesnut-UnB, responsáveis pelo estudo, afirmaram que a pergunta “a presença desse selo me causou medo” não permitia que essa emoção fosse qualificada adequadamente e que os quatro modelos de alerta apresentados na pesquisa não tiveram uma diferença significativa entre eles em relação a este questionamento (PERES, 2019).

No entanto, o segundo Relatório de Análise de Impacto Regulatório Sobre Rotulagem Nutricional recomendou a adoção de um modelo de rotulagem nutricional frontal semi-interpretativo no formato retangular de lupa (ver Figura 3), seguindo o modelo canadense, para informar o alto teor de açúcares adicionados, gorduras saturadas e sódio. Ou seja, a ANVISA optou por um modelo que nem as organizações da sociedade civil tampouco as empresas defendiam. A lupa já aparecia no Relatório publicado em 2018 pela agência, mas apenas dentro da lista de modelos adotados em outros países, nunca tendo sido proposto por um dos membros do GT. Nem os membros da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável, nem os da Rede Rotulagem ficaram satisfeitos com essa decisão da agência.

De acordo com a Aliança, o modelo de lupa não é o mais vantajoso para os consumidores por diversas razões: ele ainda está sendo avaliado no Canadá, não existem estudos publicados que comprovem a superioridade do modelo canadense em relação ao modelo de advertência em forma de triângulo e/ou octógono, e porque, independentemente do número de nutrientes críticos presentes nos produtos, um único alerta é inserido na parte frontal da embalagem para alertar o consumidor sobre eles – isto é, um alimento que contém alto teor de açúcar e de sódio, apresentará somente uma lupa na parte frontal da embalagem. A lupa também aparece nos relatórios da ANVISA classificada enquanto um modelo semi-interpretativo de alerta, por isso, a Rede Rotulagem mantém a mesma posição que tem em relação ao modelo da Aliança, em forma de triângulo: de que não é efetivo porque, ao invés de educar o consumidor, causaria “alarmismo”.

Figura 3. Modelo de rótulo frontal no formato de lupa.

Fonte: (ANVISA, 2019).

No final de 2019, a ANVISA abriu uma Consulta Pública sobre o modelo de rótulo frontal a ser adotado, apresentando o modelo em forma de lupa para ser avaliado. Em dezembro do mesmo ano, após o fim dessa consulta, deveria ter anunciado qual modelo de selo frontal havia sido definido para avisar sobre excesso açúcar, sódio e gordura saturada, além de divulgar os prazos e normas que deveriam ser cumpridos para a sua aplicação. Alessandra Bastos Soares, que está à frente da Segunda Diretoria da ANVISA, alegou que, diante do grande número de contribuições dadas à Consulta Pública, a agência precisaria de mais tempo para analisar as novas informações e, dessa forma, a decisão final sobre o rótulo foi adiada, devido à pandemia do COVID-19, sem uma data específica para seu desfecho (ZOCCHIO, 2019).

Em outubro de 2020, a ANVISA finalmente anunciou como serão os modelos que devem estampar os alimentos e as bebidas consideradas prejudiciais à saúde. O rótulo frontal escolhido pela agência foi o modelo de lupa, mas com uma diferença daquele apresentado na Consulta Pública de 2019: nesse, a lupa é bem menor (ver Figura 4). De acordo com essa decisão da agência, o design da tabela nutricional (tamanho, cor, fontes,

entre outros) deve ser padronizada e levar um fundo branco, para que as informações dispostas contrastem bem com o restante da embalagem e fiquem mais em evidência para o consumidor. Além disso, a agência estabeleceu que as informações nutricionais devem ser declaradas pelo valor padronizado de 100g/ml, tal qual proposto na Consulta Pública de 2019. O prazo aprovado para começar a valer a obrigatoriedade dos rótulos na parte frontal dos alimentos foi de 2 anos, sendo possível conceder mais 36 meses para adequação de rótulos de produtos como refrigerantes, que possuem embalagem retornável, totalizando um prazo generoso de 5 anos para a indústria de adequar às novas normas de rotulagem (IDEC, 2020).

Figura 4. Modelo de rótulo frontal aprovado pela ANVISA.



Fonte: The Intercept Brasil¹³.

Em um documento exclusivo adquirido pelos jornais O Joio e O Trigo e o Intercept, são demonstrados os métodos adotados por empresas da indústria alimentícia para enfraquecer as decisões e propostas da ANVISA. O documento é uma apresentação feita pela ABIA, no qual as estratégias de *lobby*¹⁴ da associação em relação à agência estão dispostas, como, por exemplo, a legenda “Pior cenário – Evitar”, se referindo ao

¹³ Disponível em: <https://theintercept.com/2021/03/12/anvisa-junk-food-seguir-bombando-danoninho/>. Acesso 13 mar. 2021.

¹⁴ *Lobby* é uma atividade de pressão, geralmente velada, exercida por grupos de interesse sobre políticos e/ou poderes públicos, a qual busca interferir nas decisões de órgãos públicos para que elas estejam de acordo com os seus objetivos.

rótulo frontal em forma de triângulo preto (PERES, 2021), apresentado pela IDEC. O modelo proposto pela associação de consumidores é o que vinha tendo as respostas mais satisfatórias nas pesquisas apresentadas à GGALI, sobretudo em relação ao modelo do semáforo. Segundo Peres (2021), esse documento é datado de outubro de 2020, mês em que ANVISA tomou sua decisão final. Para fins de comparação: na proposta da ANVISA, quando a área do painel principal fosse maior do que 500cm^2 , a lupa deveria apropriar $50,4\text{ cm}^2$; na proposta da Rede, em uma área igual ou maior do que 600 cm^2 , o símbolo deve apropriar $33,32\text{ cm}^2$. Ou seja, o espaço ocupado pelo rótulo aprovado é bem inferior ao que havia sido levado à público pela agência em 2019.

Considerações finais

Neste artigo apresentei e analisei a controvérsia referente a nova rotulagem brasileira de alimentos no período entre 2014 e 2019. Além da revisão das normas obrigatórias vigentes no Brasil, também se discutiu no âmbito da ANVISA a adoção dos rótulos nutricionais frontais, que devem avisar os consumidores sobre os alimentos com altos níveis de sódio, açúcares adicionados e gordura saturada, além de incentivar os fabricantes de alimentos à reduzirem a quantidade destes constituintes nas fórmulas dos seus produtos. Esse processo teve início em 2014, com o GT coordenado pela GGALI e tinha sua decisão final sobre o modelo de rótulo frontal prevista para ser anunciada em dezembro de 2019, mas foi adiada e anunciada somente em outubro de 2020.

Vimos que a controvérsia desse processo foi composta por atores de diversos setores da sociedade, e particularmente protagonizada por dois atores específicos: a Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável e a Rede Rotulagem. A Aliança propôs à ANVISA o modelo de alerta em forma de triângulo, que segundo a Organização, é o mais eficaz em avisar o consumidor sobre a saudabilidade dos alimentos. Enquanto a Rede propôs o semáforo nutricional, alegando ser o modelo que melhor informa e, simultaneamente, educa o consumidor sobre o que ele está consumindo. Além disso, a Aliança e a Rede também tiveram discordâncias acerca da padronização da declaração de base das embalagens: para os membros da Aliança, a padronização de 100ml/g facilitaria a comparação entre os produtos, e para os membros da Rede, esse valor não traduz corretamente o consumo diário de determinados alimentos e pode confundir o

consumidor. O novo rótulo frontal, já implementado em diversos países antes do Brasil, atinge principalmente os alimentos os quais passam por mais processamento e que, de forma geral, são os alimentos com a maior quantidade desses nutrientes ligados às DCNT. Esse processo de reformulação das normas foi o palco de disputas políticas, principalmente entre os representantes de organizações de consumidores e da indústria de alimentos.

Segundo os estudos analisados pela ANVISA, os diferentes modelos de rótulos frontais de alerta demonstraram superioridade em comparação ao de semáforo em diversos quesitos. Quando comparado com o modelo de lupa, o modelo em forma de triângulo não apresentou diferenças significativas em relação a essas mesmas categorias. Ainda assim, a agência escolheu adotar o modelo de alerta inspirado no canadense, com uma lupa para indicar alimentos com alto teor em sódio, açúcar adicionado e gordura saturada. Contudo, o modelo aprovado foi significativamente diferente daquele apresentado em 2019 ao público: ele é bem menor do que o “original”. Isto é, a agência optou por um modelo de alerta único, em forma de lupa e que está mais próximo da preferência apresentada pelos representantes da indústria, para estampar a embalagem dos alimentos que conterem alto teor de açúcar, sódio e/ou gordura saturada na sua composição. Em relação à base de declaração, a ANVISA optou por adotar o valor padronizado de 100g/ml, que havia sido proposto pelos atores que representavam o interesse dos consumidores e apresentado na Consulta Pública de 2019.

Como aponto já na introdução, o caminho percorrido pela ANVISA não foi algo “natural”. O estudo desta disputa demonstra que a definição de normas alimentares não é uma escolha puramente “técnica”, mas que envolve diferentes interesses e formas de conceber a regulação do mercado por parte de movimentos de consumidores, profissionais da saúde e representantes da indústria. Sendo assim, essa controvérsia sofreu interferência de grupos políticos, cujas disputas acerca da alimentação e das suas normas tornaram a sua revisão parte da agenda da ANVISA, e interfiram nas suas decisões ao longo do seu processo. A análise de Scrinis (2013) sobre o Nutricionismo e sobre a sua forma reducionista de enxergar a saudabilidade de um alimento, olhando apenas para seus bons e maus nutrientes, é um dos fatores que incentivaram os grupos de pressão a reivindicar por mudanças nos rótulos das embalagens. As empresas utilizam dessa visão

reducionista para promover seus produtos com alto nível de processamento e “mascarar” seu modo de processamento.

O rótulo nutricional frontal é uma reivindicação dos grupos de defesa do consumidor para tentar alertar a população sobre o nível real de saudabilidade desses produtos. Todavia, isso não impede que os grupos representantes da indústria participem dessa disputa, visando que seus interesses sejam atendidos, ou pelo menos tentando fazer com que uma solução mais favorável a eles seja tomada. Se as normas nos ajudam a moldar as relações entre pessoas e objetos (BUSCH, 2011), ao incluir esse rótulo frontal nos alimentos com alto teor de nutrientes prejudiciais à saúde, ao escolher o modelo desses rótulos frontais, e ao tomar uma decisão sobre a base de declaração que as empresas precisam adotar, a ANVISA não está apenas (re)definindo as normas de regulamentação dos produtos alimentícios, mas também relações de consumo e práticas de produção de alimentos. A inclusão do rótulo frontal nas normas de rotulagem brasileira tem o potencial de mudar completamente as formas dos alimentos, que recebem novas formulações, e dos consumidores, que mudam seus hábitos alimentares por causa dele, existirem e se articularem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANVISA. Gerência-Geral de Alimentos. **Relatório do Grupo de Trabalho sobre Rotulagem Nutricional**. 2017. Relatório.

ANVISA. Gerência-Geral de Alimentos. **Relatório Preliminar de Análise de Impacto Regulatório sobre Rotulagem Nacional**. Brasília, 2018. Relatório.

ANVISA. Gerência-Geral de Alimentos. **Relatório de Análise de Impacto Regulatório sobre Rotulagem Nacional**. Brasília, 2019. Relatório.

ANVISA. Gerência-Geral de Alimentos; Gerência-Geral de Regulamentação e Boas Práticas Regulatórias. **Relatório da Tomada Pública de Subsídios (TPS) nº1/2018**. 2019. Relatório.

ANVISA. Gerência-Geral de Alimentos. **Relatório de Análise da Participação Social nº 48/2019**. Brasília, 2020. Relatório.

BEARDSWORTH, A.; KEIL, T. **Sociology on the Menu: An invitation to the Study of Food and Society**. London and New York: Taylor & Francis e-Library, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia Alimentar para a População Brasileira**. 2º ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BLOOR, D.. O Programa Forte na Sociologia do Conhecimento. In: BLOOR, D. **Conhecimento e Imaginário Social**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009 [1976].

BROPP, C.. Designers da UFPR ajudam a desenvolver proposta de rótulos alimentícios com foco no consumidor. **Universidade Federal do Paraná**, 17 out. 2017. Disponível em: <<https://www.ufpr.br/portafulpr/noticias/designers-da-ufpr-ajudam-a-desenvolver-proposta-de-rotulos-alimenticios-com-foco-no-consumidor/>> Acesso em 14 jun. 2020.

BUSCH, L.. **Standards: Recipes for Reality**. Cambridge, Massachusetts and London, England: Massachusetts Institute of Technology, 2011.

CÂMARA, M.C.C.; MARINHO, C. L. C.; GUILAM M. C.; BRAGA A. M. C. B.. A produção acadêmica sobre a rotulagem de alimentos no Brasil. **Rev. Panam Salud Publica**. 2008;23(1):52–58.

IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. Equador adota sistema de rotulagem com semáforo nutricional. **Associação Brasileira de Saúde Coletiva**, 9 jul. 2014. Disponível: <<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/saude-da-populacao/equador-adota-sistema-de-rotulagem-com-semaforo-nutricional/4697/>> Acesso em 14 jun. 2020.

IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. Pesquisa comprova eficácia dos alertas nos rótulos dos alimentos no Chile. **Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor**, 18 nov. 2018. Disponível em: <<https://idec.org.br/release/pesquisa-comprova-eficacia-dos-alertas-nos-rotulos-dos-alimentos-no-chile>> Acesso em 10 jun. 2020.

KHANDPUR, N. *et al.* Are Front-of-Package Warning Labels More Effective at Communicating Nutrition Information than Traffic-Light Labels? A Randomized Controlled Experiment in a Brazilian Sample. **Nutrients**. jun. 2018.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MONTEIRO, C. A. *et al.* NOVA. A estrela brilha. [Classificação dos alimentos. Saúde Pública.] **World Nutrition**, v. 7, n. 1-3, pp. 28-40, jan./mar, 2016.

PERES, João. Anvisa distorce evidência científica e beneficia indústria de comida-porcaria. **O Joio e O Trigo**, 5 dez. 2019. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/ojoioeotrigo/2019/12/anvisa-distorce-evidencia-cientifica-e-beneficia-industria-de-comida-porcaria/>> Acesso em 10 jun. 2020.

PERES, João. Como a indústria de ultraprocessados levou a ANVISA na conversa. **O Joio e O Trigo**, 12 mar. 2021. Disponível em: <<https://ojoioeotrigo.com.br/2021/03/como-a-industria-de-ultraprocessados-levou-a-anvisa-na-conversa/>> Acesso em 13 mar. 2021.

SCRINIS, G.. **Nutritionism**: the science and politics of dietary advice. New York: Columbia University Press, 2013.

UNIVERSIDAD DE CHILE. Ley De Etiquetado: Cambios en composición de alimentos y de conductas tras su implementación. **Universidad de Chile**, 21 nov. 2018. Acesso em: <<https://inta.cl/evaluacion-de-panel-de-expertos-nacional-e-internacional-revela-cambios-en-composicion-de-alimentos-y-conductas-de-las-personas-tras-implementacion-de-la-ley-de-etiquetado/>> Acesso em 10 jun. 2020.

ZOCCHIO, Guilherme. Adiar veredito sobre rotulagem pode recuperar (ou não) confiança na Anvisa. **O Joio e O Trigo**, 18 dez. 2019. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/ojoioeotrigo/2019/09/anvisa-apresenta-proposta-de-rotulagem-para-produtos-com-excesso-de-sal-acucar-e-gorduras/>> Acesso em 10 jun. 2020.



Tudo à Venda
Colagem
Marina Puzzilli Comin

REFORMA SANITÁRIA E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: BALANÇO E PERSPECTIVAS PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NA SAÚDE EM FACE DO DESMONTE DO SUS¹

Elisiane Wolf de Fraga²

RESUMO: Este artigo tem por objetivo discutir os projetos de reforma sanitária e ético-político profissional do Serviço Social com foco a fazer um balanço histórico das lutas no campo da Saúde e dos direitos da classe trabalhadora a fim de traçar perspectivas para o exercício profissional de assistentes sociais nesse campo em face do desmonte do SUS e hegemonia da estratégia democrática e popular.

Palavras-chave: Reforma Sanitária; Projeto Ético-Político; Serviço Social; Democrático e Popular.

1. Introdução

Este trabalho tem por objetivo apresentar, brevemente, um balanço e as perspectivas analisadas para o exercício profissional de assistentes sociais que estão inseridas na área da Saúde em uma conjuntura de ataques e desmonte do Sistema Único de Saúde Brasileiro (SUS). Esta análise se dá com referência em dois projetos específicos:

¹ Trabalho realizado para a disciplina de “Seguridade Social: Saúde”, ministrada pela professora doutora em Serviço Social Miriam Thaís Guterres Dias, e adaptado após entrega.

² Estudante do quinto semestre do curso de Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e educadora social pela Cooperativa de Trabalho Interdisciplinar dos Profissionais da Área Social Ltda. Atualmente trabalha com a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora em uma entidade de classe. Compõe o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Exercício Profissional em Serviço Social (GEFESS) e o AYA - Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social, Relações Sociais de Exploração/Opressão de Raça/Etnia e Gênero.

o primeiro, com foco na Saúde, cujo referencial é a Reforma Sanitária; e o segundo, com foco no Serviço Social, referenciando o Projeto Ético-Político da profissão. Este artigo constrói-se com base metodológica materialista-histórico-dialética de análise da realidade, de forma que compreendemos a multiplicidade e a dinamicidade da concretude das relações às quais estamos inseridos dentro de uma sociedade dividida em classes de modo de produção capitalista. Assim, o artigo subdivide-se em: 1) uma breve análise de conjuntura que situa a Saúde Pública e o Serviço Social historicamente; 2) uma análise que situa a continuidade do projeto de reforma sanitária hoje e o reflexo da continuidade do projeto ético-político profissional das e dos assistentes sociais fazendo um balanço dos desafios para a luta destas e destes profissionais na efetivação de direitos na política de Saúde; e, por fim, 4) traçam-se perspectivas e considerações finais sobre a temática de saúde vinculada ao trabalho profissional de assistentes sociais.

2. Saúde e Classe Trabalhadora

A saúde das e dos trabalhadores no Brasil nos marcos do capitalismo

Acreditamos ser necessário fazer uma contextualização do cenário econômico-político que envolve toda a construção da luta pela garantia da saúde como direito no Brasil. Há muito tempo a saúde se apresenta como pauta das discussões dos movimentos sociais e, antes da existência de um Sistema Único de Saúde, apenas uma parcela da população brasileira tinha acesso à saúde. Isso se dava, num primeiro momento, com medidas governamentais higienistas, como se observa no contexto do século XX através do controle de epidemias, e com a perspectiva de ações de caridade. Adiante, através do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social – INAMPS – criado pelo governo militar em 1977, o acesso aos serviços de saúde também se dava de forma limitada. A definição da parcela que tinha mínimo acesso aos serviços de saúde era aquela composta apenas por trabalhadores formais que tinham suas carteiras de trabalho assinadas, contribuindo, assim, para o antigo Instituto Nacional de Previdência Social – INPS. Para aquelas e aqueles que não tinham vínculos trabalhistas – haja visto todos os índices de analfabetismo, êxodo rural e outros – destinava-se o acesso à saúde de forma filantrópica, principalmente sendo feito pelas Santas Casas na forma de caridade, não reconhecendo a saúde como um direito social. Essa modalidade de “acesso” à saúde se

dava, principalmente, pensando na reprodução qualitativa da força de trabalho dos trabalhadores, de forma que o foco dado a esse período é o de tratar enfermidades, garantindo produtividade. Isso tudo sem ver o indivíduo por trás de determinado diagnóstico e de todo seu processo de saúde-doença. Algo importante a ser considerado nesse período é a compreensão de saúde como sendo algo de interesse e finalidade pessoal.

Para que possamos dar qualidade à nossa análise, faz-se importante que compreendamos os fatos sob a luz da categoria historicidade, que é parte essencial do método materialista-histórico-dialético de análise da realidade. Assim, não podemos observar fatos isolados de seu contexto histórico, econômico e político e sem inseri-los dentro do terreno da luta de classes. Mesmo o INAMPS, com todo seu caráter seletivo e focalizado, é reflexo da efervescência de lutas daquele momento. De mesmo modo, sua ruína também tem a mesma capilaridade. Uma vez que, num período de intensificação e acirramento da luta de classes, o modelo que visava apenas à perspectiva do Capital começa a ser questionado. A questão social, que aqui compreendemos como um termômetro da luta de classes, passa a gerar equilíbrio entre Capital e Trabalho, principalmente se vemos como estava o movimento dos trabalhadores (foco no operariado na região do ABC Paulista). Em decorrência disso surge, na década de 70, o movimento sanitaria brasileiro, tentando dar visibilidade e fortalecer a luta no campo do Trabalho sobre o Capital.

No término da década de 1980 (governo empresarial-militar), diversos escândalos corruptivos envolvendo o INAMPS e prestadores de serviço privados deram mais materialidade para a construção da luta sanitaria, uma vez que os índices de arrecadação não condiziam sequer com o acesso daquele mínimo da sociedade ao qual se destinavam os serviços de saúde. Além disso, germinava no seio dos movimentos sociais a ideia de que saúde não era uma preocupação pessoal, mas um assunto de resolução pública e social que deveria dar-se no campo do Estado; principalmente, tendo em vista os formulados da Conferência de Alma-Ata no final da década de 70, focando no modelo de atenção primária em saúde.

Nesse viés, como fruto de muita luta política por parte de trabalhadores da Saúde e também da articulação dos movimentos sociais, com a Constituição de 1988, a saúde

passa a ser compreendida como um direito universal, tendo o Estado o dever de garantir sua efetivação. Em 1988, o Sistema Único de Saúde (SUS) é aprovado através da Carta Magna. O mesmo começa a ser implantado a partir da década de 1990 com a Lei. 8.080 e o INAMPS tem sua extinção decretada em 1993.

O SUS apresenta-se como uma grande conquista das e dos trabalhadores, entretanto não podemos deixar de analisar essa política com as lentes críticas que o método nos permite utilizar. A garantia do SUS através da Constituição Federal não se dá plenamente de forma estatal ao conjunto da população. Pelo contrário, nem o SUS nem nenhuma outra política pública brasileira têm assegurado através da Constituição o compromisso da totalidade dos serviços sendo prestados pelo Estado. O que abre brechas para que todas as políticas permitam aquilo que hoje chamamos de parcerias público-privadas, que nada mais são que um processo de privatização dos serviços essenciais que deveriam apresentar-se de forma estatal, gratuita e universal no prestar e 100% pública. Portanto, por mais que tenhamos ganho uma batalha, avançamos perdendo outras. Principalmente com o viés contraditório de compreensão ideológica³ de direitos entendidos como benesses ou favores de determinados grupos políticos e/ou governamentais e não sendo o que o próprio nome define: direitos. Que foram conquistados através de muito sangue, suor, músculos e nervos das e dos trabalhadores em luta.

Assim, semelhantemente, trazemos aqui a categoria profissional de assistentes sociais vinculados à Saúde. Bravo e Matos (2006) fazem uma importante retrospectiva da profissão de forma que nos dá subsídios para pensarmos como se constitui o processo de

³ Quando, neste trabalho, utilizamos os termos “ideológico” e “ideologia”, buscamos fazê-lo no sentido marxiano das expressões, que consiste em uma forma social determinada de consciência, que é, na verdade, não um mero conjunto de ideias, mas conteúdo de dominação de uma classe sobre outra expressado das mais diversas formas: jurídicas, políticas, religiosas, artísticas, filosóficas, dentre tantas outras mais (para mais ver MARX, Karl. **CONTRIBUIÇÃO À CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 47-48 p.). Como síntese, em outro texto, Marx e Engels tratam da seguinte maneira: “[...] *As ideias [Gedanken] da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes; ou seja, a classe que é a força material dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. [...] As ideias dominantes são, pois, nada mais que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes compreendidas sob a forma de ideias; são, portanto, a manifestação das relações que transformam uma classe em classe dominante; são, dessa forma, as ideias de sua dominação*” (MARX; ENGELS; 2010a).

renovação do Serviço Social brasileiro⁴ e como essa renovação se articula com as demais lutas que compõem a organização da classe trabalhadora a nível nacional e internacional.

Bravo e Matos (2006), em um exercício de situar a profissão no terreno da luta de classes e no campo de luta por saúde, traçam um panorama que constitui a modernização conservadora, a (re)atualização do conservadorismo e o processo de intenção de ruptura. Os autores elucidam que na conjuntura de 1945 o campo da Saúde era o que mais absorvia assistentes sociais. Costa (1998) apresenta o Serviço Social, à época⁵ (1998), como sendo a quarta maior categoria no âmbito do SUS. Entretanto, essa relevância em números não definia o processo de abandono da imprecisão da profissão dentro dos serviços de Saúde. Pelo contrário, a autora alerta sobre essa não superação do modelo médico hegemônico presente no interior da política e que abrange o grosso das profissões que lhe compõem – situação bastante problemática quando situamos que em 1998 vivia-se 10 anos do SUS e 20 anos da “virada” do Serviço Social brasileiro. Pensando nisso, no próximo ponto tentaremos, brevemente, fazer um balanço da atualidade do projeto de reforma sanitária (30 anos do SUS) e do projeto ético-político do Serviço Social, com foco na Saúde (40 anos da “virada” da profissão), além de pensar quais as perspectivas da profissão em defesa de ambos os projetos.

⁴ A Renovação do Serviço Social brasileiro é um processo que ocorreu entre as décadas de 1970 e 1980 e está inserido no contexto de reconceituação do Serviço Social Latino-Americano. A renovação, mais especificamente, diz respeito ao processo de abandono das velhas compreensões do que era a profissão, principalmente no viés estadunidense cuja principal expressão era a tríade dos Serviços Sociais de caso, grupo e comunidade. Este movimento pretende à exclusão da perspectiva de ajustamento de indivíduos e assume a compreensão da dimensão social das contradições do modo de produção capitalista, assim como vê a relevância do exercício profissional se situado junto aos interesses da classe trabalhadora, identificando-se, pela primeira vez, também como membro da classe trabalhadora. Podemos dizer que seu principal marco foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) que ocorreu em 1979, sendo conhecido historicamente como o “Congresso da Virada”.

⁵ Não conseguimos encontrar registros pelo CFESS ou trabalhos acadêmicos mais recentes que retratem como se situa a categoria profissional de acordo com a disposição das políticas atualmente, mas cremos que há mudança nos indicadores, haja vista a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2004.

3. Reforma Sanitária e Projeto Ético-Político do Serviço Social na Atualidade

Um breve balanço histórico das lutas no contexto democrático e popular

Chegamos em 2020 com a necessidade patente de fazermos um grande balanço do que constituem as vitórias e as perdas tanto para o movimento sanitário quanto para o movimento que constitui o Serviço Social crítico. Para fazê-lo coerentemente não podemos deixar esses movimentos descolados do contexto da luta de classes. Assim, devemos nos perguntar: qual é a correspondência material desses avanços e retrocessos para o movimento das e dos trabalhadores no Brasil?

Nos é inegável a compreensão do SUS como sendo a principal conquista das e dos trabalhadores materializada em forma de política pública no Brasil. Nos é, de mesmo modo, inegável que isso só fora possível através de muito sangue, suor, músculos e nervos de trabalhadores da Saúde e população trabalhadora usuária, vertidos nas lutas sindicais, de bairro e sanitária. Entretanto, outro fator que não podemos negar é que estamos perdendo muito do caráter público que constitui as políticas. O que vivemos hoje, em 2020, é um grande retrocesso no campo dos direitos sociais e a Saúde não passa isenta por essa realidade.

Brevemente, apontamos que um dos principais motivos que analisamos enquanto fator essencial nessa intensa retirada de direitos e apassivamento da classe trabalhadora é a forma de organização das nossas lutas. Com a hegemonia da estratégia democrática e popular, muito tem-se vertido para o campo institucional e para as disputas do Estado, como se o mesmo e seus espaços fossem neutros e não carregassem consigo um caráter de classe bem definido – burguês, dominante. Essa perspectiva estratégica, gestada com a finalidade de superação da estratégia anterior (democrática e nacional), se desenvolve na falsa ideia de possibilidade de conciliação de classes, como se a história não cobrasse os caminhos aos quais percorremos. Assim, aquela encarniçada luta de classes que gestou movimentos como o da reforma sanitária, da renovação do Serviço Social brasileiro, da intensificação das greves no ABC paulista e da radicalização dos movimentos sociais foi substituída pela água morna da luta de classes da democracia de cooptação. Essa, porém, com a mão esquerda garantia os mínimos sociais, de forma a reduzir a efervescência dos movimentos, para que com a mão direita se efetivasse o engessamento de toda uma classe e se iniciasse o processo de retirada de direitos sem oferta de ampla resistência.

Atualmente ocorre um desmanche de todo o tripé da seguridade social fazendo com que a proteção social de toda a classe trabalhadora seja questionada e avance para um modelo que siga apenas os padrões de acumulação do Capital, bem como era à época do INAMPS. O SUS não foi extinto, mas a política governamental de sucateamento e de redução de orçamento faz com que, materialmente, se avance para um processo de privatização e de focalização da Saúde e dos demais serviços.

Se Bravo e Matos em 2006 caracterizavam a presença de dois projetos em disputa para a Saúde no Brasil, hoje, também Bravo, num processo de autocrítica, caracteriza a presença de três projetos, em vez de dois. Esse “novo” projeto se expressa enquanto “Reforma Sanitária Flexível” – fazendo o “possível” nos moldes do Capital, descentralizando e desresponsabilizando o Estado de garantir uma saúde que seja pública, estatal e de qualidade aos seus usuários, tal qual afirma a Constituição⁶. Essa desresponsabilização se reflete, por exemplo, na efetivação de políticas como a Emenda Constitucional nº 95 de 2016 que congela os gastos públicos por vinte anos e, também, quando analisamos como se dá o gasto total em saúde no Brasil – mesmo em face de uma pandemia. O relatório “Aspectos Fiscais da Saúde no Brasil” publicado pelo Banco Mundial no final de 2018 e publicizado pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) aponta que dos 8,2% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro destinados à saúde, 4,4% (ou seja, 55% do total) é gasto privado, em detrimento de 3,8% de gastos públicos, mostrando que a saúde suplementar, prevista no SUS, tem ganhado mais corpo e tem cumprido a lógica dos retrocessos de direitos. Gradativamente tentam transformar o SUS de acesso universal em SUS de acesso focalizado, vertido apenas às parcelas mais pobres da população e com redução no cuidado em atenção básica, mas transformando-no em serviços de urgência e emergência – retornando ao modelo de centralidade médica e curativa e não de promoção de saúde e prevenção de doenças.

Nessa realidade, o Serviço Social, que sofreu modificações em sua intervenção profissional ao longo dos anos – conforme mencionamos no ponto anterior – tem recriado-se constantemente. Quando no início do período de intenção de ruptura, ao se identificar

⁶ “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (CF, 1988, artigo 196).

enquanto classe trabalhadora e alinhar seus interesses de acordo com a mesma, cria-se a necessidade de uma nova ética profissional que reflita os novos valores e a direção social da profissão. Assim,

[...] a construção de uma nova ética profissional foi gerada no interior da vertente que surgiu e amadureceu a partir de condições históricas que permitiram a negação e a busca de ruptura com o conservadorismo profissional: a vertente que deu origem ao projeto de ruptura que hoje denominamos projeto ético-político (Netto, 1999; Braz, 2005). Não existe uma nova ética apartada desse projeto: ela é parte orgânica dessa construção (BARROCO, 2012, p. 41).

Segundo a autora, o projeto ético-político exige um série de reformulações, tais como os principais referenciais teóricos para a formação profissional e para a fiscalização do exercício profissional, que se materializam através de marcos profissionais, tais como o Método BH, o III CBAS, o novo currículo do Serviço Social e o Código de Ética de 1986. Tendo esse foco, ressaltamos que um projeto profissional representa a autoimagem de uma profissão e elege os valores que a legitimam socialmente, estabelecendo os requisitos – teóricos, práticos e institucionais – para a formação e o exercício profissional (NETTO, 2006). O Serviço Social, a partir dos anos de 1980, concebe o Projeto Ético-Político Profissional, que se trata de um constante processo em movimento, refletindo a nova direção social da profissão e sua vinculação aos interesses da classe trabalhadora e enquanto categoria pertencente à mesma. A partir daí começa outra fase da intenção de ruptura⁷, que acaba culminando, por exemplo, na publicação do atual Código de Ética (1993) que elege, além de tudo, princípios que devem nortear a prática profissional de assistentes sociais – independentemente da política a qual se vinculem, tendo em vista que o Serviço Social possui uma formação generalista. Quando o norte está na efetivação de seu projeto ético-político profissional, a ênfase do exercício profissional de assistentes sociais se dá na não focalização, nas abordagens coletivas, na negação das ações fiscalizatórias e antidemocráticas, no trabalho interdisciplinar e, sobretudo, na

⁷ Usamos aqui a terminologia de nova fase, haja visto que não há uma concordância geral na profissão quanto ao término ou não do processo de intenção de ruptura. Autores como Netto identificam que vivemos, na atualidade, ainda esse momento. Concordamos com essa análise.

consciência de que cada usuário das políticas é indivíduo dotado de direitos e de autonomia.

Entretanto, como a consciência não é algo que ocorre por um processo linear e evolutivo, a não assunção desse projeto ético-político metamorfoseia mais uma vez a profissão, dando lugar à lógica mecânica e cauterizadora de direitos. Se o Serviço Social brasileiro foi um farol na América Latina para o movimento de reconceituação e renovação da profissão nas décadas de 70 e 80, podemos dizer que, hoje, muito tem se perdido. Principalmente quando percebemos que o movimento de práxis acaba sendo deixado de lado, favorecendo apenas à “diletância” travestida de teoria. E essa, na maioria das vezes, não é absorvida em totalidade e, certamente, não posta em prática na realidade. Em recente artigo, Iamamoto define que

[...] Esse caminho trilhado na história da profissão — que a reação conservadora busca reeditar no presente — está fadado a criar um assistente social que aparentemente sabe fazer, mas não consegue explicar as razões, o conteúdo, a direção social e os efeitos de seu trabalho na sociedade. Corre-se o perigo de ele ser reduzido a mero “técnico”, delegando a outros a tarefa de pensar a sociedade. O resultado é um profissional mistificado e da mistificação, dotado de frágil identidade com a profissão (IAMAMOTO, 2019, p. 450).

Quarenta anos após a “virada” do Serviço Social, muito do que vemos é o retorno a práticas clínicas dentro da profissão, a descaracterização da mesma, a defesa de falsas neutralidades no campo ético-político para a garantia do exercício profissional, dentre outros retrocessos. Não bastasse isso, quando voltamos nossos olhos para a política de Saúde, em específico, vemos que estamos perdendo espaço enquanto profissão. O foco recai nos espaços de média e alta complexidade e a quase exclusão do Serviço Social da atenção básica (espaço também defendido na cartilha do CFESS (2010) que indica os parâmetros para a atuação de assistentes sociais na política de Saúde). Exemplo claro dessa tentativa de exclusão podemos ver com a flexibilização do SUS e a flexibilização da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), instituída através da Portaria 2.488, de 21 de outubro de 2011, que define que a atenção básica (AB)

Deve ser o contato preferencial dos usuários, a principal porta de entrada e centro de comunicação da Rede de Atenção à Saúde. Orienta-se pelos princípios da universalidade, da acessibilidade, do vínculo, da continuidade do

cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social. A atenção básica considera o sujeito em sua singularidade e inserção sociocultural, buscando produzir a atenção integral (PNAB, 2011, p. 19 e 20).

Na PNAB, assistentes sociais tinham participação na atenção básica através do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF). A política define que

Os NASF devem buscar contribuir para a integralidade do cuidado aos usuários do SUS principalmente por intermédio da ampliação da clínica, auxiliando no aumento da capacidade de análise e de intervenção sobre problemas e necessidades de saúde, tanto em termos clínicos quanto sanitários (PNAB, 2011, p. 70).

[...]

Poderão compor os NASF 1 e 2 as seguintes ocupações do Código Brasileiro de Ocupações (CBO): [...] assistente social (PNAB, 2011, p. 72).

Nos preocupa o desmembramento da atenção básica, pois o reconhecimento feito em Constituição de que a saúde é resultado de fatores sociais amplia o mercado de trabalho e as possibilidades de intervenção de assistentes sociais na política, compreendendo a correlação de forças presente na definição das expressões da questão social, objeto da profissão. A contraposição disso é voltar aos moldes curativos e sem análises críticas e de totalidade da realidade, podendo exercer um papel de retrocesso e fugindo à importância de reconhecer os usuários da saúde como sujeitos de direitos, em um contexto de cidadania e de democracia, abafando, assim, a garantia de práticas interdisciplinares pautadas em um horizonte ético de humanização e de respeito à vida (MARTINELLI, 2011).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“A atitude crítica
É para muitos não muito frutífera
Isto porque com sua crítica
Nada conseguem do Estado.*

Mas o que neste caso é atitude infrutífera

É apenas uma atitude fraca. Pela crítica armada

Estados podem ser esmagados”⁸

E quais as perspectivas da profissão, do exercício do projeto ético-político do Serviço Social e da garantia de materialidade da reforma sanitária e dos direitos, uma vez que o balanço por si só não garante ação – quando não, nos setores mais vacilantes, sirva de estapafúrdio motivo que conduza ao estúpido imobilismo niilista –? Não temos bolas de cristal ou receitas de bolo que possam nos dizer exatamente o que é o porvir, mas, por intermédio da utilização do método e da consequente compreensão crítica da realidade concreta, podemos desenhar um cenário de necessidade de intenso enfrentamento ao conservadorismo⁹ – na sociedade brasileira, na profissão e no campo da Saúde. Além disso, cotidianamente, coloca-se em nossa realidade a exigência de resgate da história, não sob o prisma da classe dominante, mas sob o ponto de vista da luta das e dos trabalhadores. Dar, como diria Lenin, um passo atrás para poder avançar dois passos à frente. Mais do que nunca, forja-se como necessidade a construção de resistência do conjunto de nossa classe. A reforma sanitária hoje segue em disputa e, exatamente por isso, a construção de espaços como a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, de espaços formativos para uma educação no SUS e para o SUS através de formação continuada (como as Vivências e Estágios na Realidade do SUS – VERSUS –, as disciplinas de Práticas Integradas em Saúde, Práticas Integrativas em Saúde, residências multiprofissionais e outros) são essenciais para dar o tom da disputa que se faz.

De mesmo modo apresenta-se o desafio de assistentes sociais numa conjuntura de desmanche do SUS e de outras políticas. Mais do que nunca devemos nos apegar aos

⁸ Trecho do poema “Sobre a Atitude Crítica”, de Bertolt Brecht.

⁹ Conservadorismo que não nasce do nada, mas que tem sua base fundamentada nas políticas de conciliação de classes. Tomamos por base Amazonas (1988) e Reich (1981) quando dizem que “[...] Em várias oportunidades, a socialdemocracia, por temor à revolução, abriu caminho para o fascismo ou para a direita mais conservadora” (AMAZONAS, 1981). e que “A afirmação comunista de que a política da socialdemocracia havia aberto as portas ao fascismo era exata a partir do ponto de vista da psicologia de massas. À falta de organizações revolucionárias, decepcionado pela socialdemocracia e angustiado pela contradição entre seu empobrecimento e o pensamento conservador, o trabalhador se lança nos braços do fascismo” (REICH, 1988).

princípios do Código de Ética da profissão e cumprir a solidariedade de classe com outras categorias profissionais que se colocam em luta contra os retrocessos que as e os trabalhadores vêm sofrendo como resultado de todo um modo estratégico de lutar. A garantia de manter vivos os fundamentos do Serviço Social, sem negar sua gênese, mas fazendo o movimento de superação da mesma, apresenta-se como tarefa fundamental aos embates da profissão no atual momento histórico. E isso quer dizer não ter medo de fazer críticas. As críticas que podem parecer infrutíferas são armas teóricas que se transformam em poder material quando se apoderam das massas (MARX, 2010b). Aparece-nos que

[...] A contribuição do Serviço Social a este momento histórico é distante de padrões fordistas de produção na gestão de seu trabalho, mas claramente pautada pela sua primazia: produção de informação qualificada na era da produção do acesso. Proporcionar o ter direito aos direitos [...] (SODRÉ, 2010, p. 474).

É importante termos em mente que nosso limite não é simplesmente tático, ele é, fundamentalmente, estratégico (IASI, 2017, p. 318 apud DANTAS, 2017), e isso corresponde à indispensável superação do modo de luta democrático e popular, de forma que possamos avançar não com um socialismo no horizonte – distante, utópico, inalcançável, que se contenta com um capitalismo reformado, “flexível”, “possível” nas concepções do Capital –, mas com um socialismo cujas bases materiais são construídas no período presente nos movimentos de base em nossos locais de trabalho, estudo e moradia. Efetivando a construção de outra ordem societária, sem classes sociais e sem quaisquer tipos de opressão (objetivo comum da luta do proletariado revolucionário, da reforma sanitária e do projeto ético-político profissional do Serviço Social). Como bem disse Rosa Luxemburgo, não estamos perdidos – pelo contrário: venceremos se não tivermos desaprendido a aprender. Que aprendamos com nossas mais amargas experiências que na luta de classes não há empate. Seguimos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AMAZONAS, João. **A Socialdemocracia, instrumento do capitalismo**. [S. l.], 1981. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/amazonas/1981/06/01.htm>. Acesso em: 02 jan. 2020.

BARROCO, Maria Lucia. TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética da/o assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social e lei de regulamentação da profissão de assistente social**, Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, Brasil. 2011.

BRASIL. **Constituição Da República Federativa Do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Diretrizes Do Nasf: Núcleo De Apoio A Saúde Da Família**. Cadernos de Atenção Básica, nº 27. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. **Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011**. Política Nacional de Atenção Básica.

BRAVO, Maria Inês Souza. MATOS, Maurílio Castro. **Projeto ético-político do Serviço Social e sua relação com a reforma sanitária**: elementos para o debate. In: MOTA, Ana Elisabete; BRAVO, Maria Inês Souza; UCHÔA, Roberta et al. (Orgs.). *Serviço social e saúde*: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006. p. 197-217.

BRECHT, Bertolt. **Poemas 1913-1956**: seleção e tradução de Paulo Cesar de Souza – São Paulo: Editora 34, 2012. 7ª edição.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para a atuação de assistentes sociais na política de saúde**. Brasília, 2010.

COSTA, Maria Dalva H. **Os elos invisíveis do processo de trabalho em saúde**: um estudo sobre as particularidades do trabalho dos assistentes sociais nos serviços públicos de saúde nos anos 90 em Natal (RN). Recife: UFPE (Dissertação de Mestrado), 1998. (mimeo).

DANTAS, André Vianna. **Do Socialismo à Democracia: Tática e Estratégia na Reforma Sanitária Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação do Serviço Social no Brasil e Desafios Contemporâneos**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 136, p. 439-461, Dec. 2019. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282019000300439&lng=en&nrm=iso>. access on 03 Jan. 2020. Epub Sep 23, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.188>.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **O trabalho do assistente social em contextos hospitalares: desafios cotidianos.** *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2011, n.107, pp.497-508.

MARX, Karl. ENGELS, Friederich. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Martin Claret, 2010a.

MARX, Karl. **Crítica à Filosofia do Direito de Hegel.** São Paulo: Expressão Popular, 2010b.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social.** In.: MOTA EL AL (ORGS). *Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional.* São Paulo: Cortez, 2006.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **Países estão gastando mais em saúde, mas pessoas ainda pagam muitos serviços com dinheiro do próprio bolso.** Brasil, 20 fev. 2019. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5874:paises-estao-gastando-mais-em-saude-mas-pessoas-ainda-pagam-muitos-servicos-com-dinheiro-do-proprio-bolso&Itemid=843. Acesso em: 26 dez. 2019.

REICH, Wilhelm. **Psicologia de Massas do Fascismo.** [São Paulo], 1988. Livraria Martins Fontes Editora Ltda.

SODRÉ, Francis. **Serviço Social e o Campo da Saúde:** para além de plantões e encaminhamentos. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 103, p. 453-475, Sept. 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282010000300004&lng=en&nrm=iso>. access on 27 Dec. 2019.



Contracapa por Vitória Duarte